

BIBLIOTECONOMIA SOCIAL: EPISTEMOLOGIA TRANSGRESSORA PARA O SÉCULO XXI

DANIELA SPUDEIT E MARIELLE DE MORAES
(ORGANIZADORAS)



**Daniela Spudeit
Marielle de Moraes
(Organizadoras)**

**BIBLIOTECONOMIA SOCIAL:
EPISTEMOLOGIA TRANSGRESSORA PARA O SÉCULO XXI**

**ABECIN
São Paulo
2018**

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
(ABECIN)**

Copyright © 2018 ABECIN Editora
Coleção Estudos ABECIN; 07
ISBN: 978-85-98291-16-1

COMISSÃO EDITORIAL EDITORA ABECIN

Célia Regina Simonetti Barbalho
Daniela F. A. de Oliveira Spudeit
Daniela Pereira dos Reis
Franciele Marques Redigolo
Gabriela Belmont de Farias
Helen Beatriz Frota Rozados
Henriette Ferreira Gomes
Henry Poncio Cruz de Oliveira
João de Melo Maricato

Jonathas Luis Carvalho Silva
José Fernando Modesto da Silva
Marta Lígia Pomim Valentim
Oswaldo F. de Almeida Júnior
Raquel do Rosário Santos
Renata Braz Gonçalves
Stefanie Cavalcanti Freire
Sueli Bortolin
Valéria Martin Valls

Capa: Carolina Ito

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

B477 Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o Século XXI / Daniela
Fernanda Assis de Oliveira Spudeit, Marielle Barros de Moraes (Orgs.). – São
Paulo: ABECIN Editora, 2018.
278p.

1 Livro digital: il. – (Coleção Estudos ABECIN; 07)

Inclui bibliografia.

Disponível em: <http://www.abecin.org.br/>
ISBN 978-85-98291-16-1

1. Biblioteconomia Social. 2. Epistemologia. 3. Atuação Profissional.
I. Spudeit, D. F. A. de O. (Org.). II. Moraes, M. B. de (Org.). III. Título. IV. Série.

CDD 020

CDU 02

Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN)
Gestão 2016-2019
Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC)
Departamento de Ciência da Informação
Av. Hygino Muzzi Filho, 737 - 17.514-730 – Marília – SP

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
<i>Daniela Spudeit e Marielle Barros de Moraes</i>	
PREFÁCIO.....	17
<i>Oswaldo Francisco de Almeida Júnior</i>	
PARTE 1 - APORTES TEÓRICOS PARA REFLEXÃO.....	23
CAPÍTULO 1.....	25
PERSPECTIVAS SOCIAIS EM BIBLIOTECONOMIA: PERCEPÇÕES E APLICAÇÕES	
<i>Jonathas Luiz Carvalho Silva</i>	
CAPÍTULO 2.....	49
RESPONSABILIDADE SOCIAL BIBLIOTECÁRIA (RSB): O QUE SIGNIFICA EM TEMPOS DE RUPTURAS DEMOCRÁTICAS?	
<i>Marielle Barros de Moraes</i>	
CAPÍTULO 3.....	77
A BIBLIOTECONOMIA COMO CIÊNCIA SOCIAL	
<i>Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus</i>	
CAPÍTULO 4.....	95
POLÍTICAS CULTURAIS PARA O LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS NO BRASIL: PANORAMA HISTÓRICO E ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS EM PERNAMBUCO	
<i>Gilvanedja Ferreira Mendes da Silva</i>	

CAPÍTULO 5.....	119
BIBLIOTECONOMIA E QUESTÃO RACIAL: NOTAS PARA PENSAR UMA BIBLIOTECONOMIA SOCIAL E ETNICAMENTE DIVERSA	
<i>Dandara Baçã de Jesus Lima e Francilene do Carmo Cardoso</i>	
CAPÍTULO 6.....	135
AS BIBLIOTECAS E A PROMOÇÃO DE IGUALDADE ÉTNICORACIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DAS LEIS 10.639/2003 E 11.645/2008	
<i>Vanessa Florargen de Andrade Cardoso e Graziela dos Santos Lima</i>	
CAPÍTULO 7.....	159
A NEOLEGISLAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A APLICAÇÃO NO AMBIENTE BIBLIOTECÁRIO	
<i>Dandara Baçã de Jesus Lima</i>	
PARTE 2 – RELATOS DE PRÁTICAS SOCIAIS.....	169
CAPÍTULO 8.....	171
DESCULPE O TRANSTORNO, PRECISO FALAR DA BIBLIOTECONOMIA SOCIAL	
<i>Cátia Rejane Lindemann</i>	
CAPÍTULO 9.....	197
PROGRAMA DE BIBLIOTECAS RURAIS ‘ARCA DAS LETRAS’, FABULOSOS NÚMEROS, COM MÍNIMA PARTICIPAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS, POR QUÊ?	
<i>Soraia Pereira Magalhães</i>	

CAPÍTULO 10.....	221
COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA O EMPREGO: A EXPERIÊNCIA DA ESTAÇÃO CONHECIMENTO NA BIBLIOTECA DO IDT	
<i>Ana Wanessa Barroso Bastos</i>	
CAPÍTULO 11.....	237
DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS	
<i>Nathália Lima Romeiro e Daniela Spudeit</i>	
SOBRE OS AUTORES.....	271
APRESENTAÇÃO SOBRE A LIGA DE BIBLIOTECÁRIOS BOLIVARIANOS.....	277

APRESENTAÇÃO

A ideia dessa obra surgiu a partir de reflexões e debates concebidos por alguns bibliotecários participantes do Grupo ‘Liga Bibliotecária Bolivariana’, criado em 2015, que se dedica “[...] à luta de uma Biblioteconomia progressista, voltada às peculiaridades sociais do Brasil. Defende a valorização da atuação bibliotecária, ao mesmo tempo que não relativiza o papel social da profissão”, conforme consta no *link* ‘Sobre’, do Grupo na mídia social *Facebook*¹.

A partir disso, devido à ausência de publicações que contivessem relatos de experiências e reflexões teóricas que abarcassem as práticas sociais e políticas no âmbito da Biblioteconomia, houve a iniciativa de organizar esta obra, não somente para publicizar meritorias iniciativas acerca da problemática que envolve as perspectivas epistemológicas, mas também para provocar avanços no que tange ao fazer profissional do bibliotecário. Portanto, este livro, em formato de coletânea, se inclui um debate mais amplo sobre a Biblioteconomia brasileira contemporânea. Constituiu-se em um ponto de inflexão no processo de sistematização e produção de conhecimentos no espectro da Biblioteconomia Social e tem por objetivo fundamentá-la, de modo teórico e prático, bem como ampliar o debate sobre questões sociais. Portanto, essa coletânea é uma construção coletiva e plural que oportunizou a voz de diferentes sujeitos sociais de Norte a Sul do País trazendo um olhar sensível às mazelas e, quiçá, riquezas que envolvem a ação-reflexão da Biblioteconomia tão sufocada historicamente.

A obra foi dividida em duas partes, a primeira abarca as reflexões teóricas sobre a temática de uma Biblioteconomia progressista e mais social e, a segunda, apresenta relatos práticos de experiências que envolvem a Biblioteconomia social.

O cearense Jonathas Luiz Carvalho Silva trouxe percepções e aplicações dentro das perspectivas sociais em Biblioteconomia ao propor reflexões sobre o potencial de atuação social da Biblioteconomia diante de fundamentos epistemológicos, político-pedagógicos e técnico-pragmáticos, identificando e propondo

¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/LigaBB/about/>>.

possibilidades de aplicação. A também cearense Marielle Barros de Moraes enriquece o debate discutindo a responsabilidade social bibliotecária e o que isso significa em tempos de rupturas democráticas. Realiza um diálogo interdisciplinar sobre o conceito de 'responsabilidade social' nos campos da Administração de Empresas e da Biblioteconomia, delineando o conceito de 'responsabilidade social bibliotecária'. A mineira Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus buscou subsídios teóricos para tratar a Biblioteconomia como Ciência Social relacionando esses discursos sobre a Biblioteconomia às correntes das Ciências Sociais e Humanas a partir de três pontos: o ordenamento do social, contradições do social e construção do social. A bibliotecária pernambucana Gilvanedja Ferreira Mendes da Silva traz à tona as políticas culturais para o livro, leitura e bibliotecas no Brasil com um breve panorama histórico e a experiência pernambucana na elaboração do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas. A brasiliense Dandara Baçã de Jesus Lima e a maranhense Francilene do Carmo Cardoso apresentam a Biblioteconomia e a questão racial relacionando pontos importantes para pensar uma Biblioteconomia social e etnicamente diversa. Relatam a ausência da representatividade de autores negros na Biblioteconomia e Ciência da Informação e a necessidade de promover a visibilidade de obras e autores negros nas bibliotecas para retratar a diversidade racial. A carioca Vanessa Florargen de Andrade Cardoso e a catarinense Graziela dos Santos Lima discutem as bibliotecas e a promoção de igualdade etnicorracial contendo reflexões acerca das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Retratam que o bibliotecário tem o papel social, em meio a tantas tecnologias/atribuições, de agir de acordo com as necessidades dos usuários da informação e em comum acordo com as leis, bem como para a construção e o fortalecimento de identidades de gênero e etnicorracial. Como resultado de muitas lutas e reivindicações dos movimentos sociais, as leis possibilitam que as temáticas africanas, afro-brasileiras e indígenas sejam aplicadas em diferentes níveis educacionais e em diferentes setores de modo a contribuir para a eliminação do racismo e das práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano. Novamente, a brasiliense Dandara Baçã de Jesus Lima enriquece o

debate aplicando a neolegislação da pessoa com deficiência no ambiente bibliotecário mostrando que existem diversos mecanismos no Estatuto da Pessoa com Deficiência que implicam no fazer bibliotecário.

A segunda parte deste livro apresenta relatos de experiências sobre Biblioteconomia Social, a bibliotecária gaúcha Cátia Rejane Lindemann apresenta uma análise da *práxis* social realizada em diferentes frentes em prol de comunidades vulneráveis e os múltiplos olhares sobre o fazer bibliotecário no âmbito das prisões. Com uma narrativa leve e, ao mesmo tempo combativa, a autora une sua formação teórico-prática no campo da informação e das bibliotecas, com sua atuação profissional, mostrando as possibilidades de transformação social possibilitada pelo que-fazer da Biblioteconomia. Na sequência, a manauara Soraia Pereira Magalhães enriquece essas práticas ao apresentar o programa de bibliotecas rurais 'Arca das Letras' que iniciou em 2003 com a criação de bibliotecas para população moradora de áreas rurais do País. A autora apresenta sua vivência, dificuldades e percepções nesse projeto social que foi criado para possibilitar que as pessoas tivessem contato com livros em diversas áreas do conhecimento. Em seguida, a bibliotecária cearense Ana Wanessa Barroso Bastos discorre sobre a competência em informação para o trabalho em que relata a experiência da estação conhecimento na Biblioteca do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, por meio do desenvolvimento de diversas atividades e projetos sociais. Essa biblioteca tem como missão prestar serviços de informação direcionados aos trabalhadores que buscam inserção (ou reinserção) no mercado de trabalho, em que a autora defende que o desenvolvimento da competência em informação das pessoas conduz à emancipação e ao desenvolvimento de uma consciência crítica. E, por fim, a carioca Nathália Lima Romeiro e a gaúcha Daniela Spudeit trouxeram respostas à questão: como ensinar uma comunidade quilombola a buscar e usar as informações sobre sua trajetória histórica e direitos considerando uma aprendizagem continuada? Dessa forma, relatam o desenvolvimento da competência em informação na Comunidade Quilombola de Santana, localizada no município de Quatis-RJ. Em seguida,

apresentam um programa para desenvolvimento da competência em informação em diferentes quilombos a fim de resgatar sua história e ajudar essas pessoas no processo de aprendizagem sobre a comunidade, seus direitos e sua cultura. Espera-se que isso desperte para outras perspectivas educacionais a partir do pensamento crítico na medida em que o processo de reconhecer a necessidade de informação, buscar, analisar e comunicar formem cidadãos questionadores em relação a sua leitura de mundo.

Tencionamos com esses capítulos apresentar diversas perspectivas teóricas e práticas no âmbito da Biblioteconomia Social, buscando alinhar teorias e práxis em contextos heterogêneos. Com a diversidade de temas e de perspectivas analíticas, esperamos contribuir para o debate sobre a pluralidade que é a Biblioteconomia Social, bem como com ações e discussões que visam a justiça social, a multiplicidade cultural, buscando transgredir a ordem do pensamento superficial, tanto no âmbito das redes e mídias sociais, quanto dos círculos profissionais e no ensino de Biblioteconomia.

Esperamos que gostem da leitura e que a obra possibilite novas práticas e reflexões acerca da responsabilidade e papel político-social de bibliotecários e bibliotecárias. Espera-se que a abrangência e a profundidade das análises das diferentes temáticas tratadas nesta coletânea sejam uma referência não apenas para os bibliotecários, mas também para todos aqueles que se preocupam com a informação e com as questões sociais que rondam o fazer dos profissionais da informação na contemporaneidade brasileira.

Nessa perspectiva, esta obra é uma referência obrigatória para os mais diversos profissionais, desde arquivistas, bibliotecários, museólogos, cientistas sociais, educadores, formuladores de políticas e militantes dos mais diversos organismos sociais que reconheçam na educação, na informação e no conhecimento uma prática social estratégica para a construção de um Brasil justo, soberano e, sobretudo, democrático.

As Organizadoras

PREFÁCIO

Historicamente, a biblioteca sempre foi mais um espaço de preservação do que de disseminação. Apenas no final do Século XIX surge a preocupação formal com o atendimento ao usuário, com as propostas de criação de um Serviço de Referência.

O contraste entre preservação e disseminação evidencia duas coisas importantes:

- 1) A responsabilidade das bibliotecas em preservar o conhecimento gerado pelos dominadores. O próprio conhecimento deve ser entendido como dominador, na medida em que representa apenas os interesses de um determinado grupo, exatamente aquele que exerce seu poder sobre os outros, poder esse sustentado e legitimado no âmbito do discurso, por Deus, pela força e pelo povo. Este último, claro, refere-se ao que surgiu após a Revolução Francesa e nos primórdios da democracia. Ainda hoje a democracia vale-se do povo apenas como base para sua sustentação, excluindo-o de qualquer participação importante nas decisões e destinos da sociedade.
- 2) A ideia de relegar para segundo plano a disseminação de informações. A Biblioteconomia, no discurso da maioria dos que a estudam, se descreve como essencialmente técnica. É inegável esse caráter técnico da área, mas a insistência em desconsiderar, até mesmo desprezar as atividades e ações de disseminação evidenciam para a tentativa de nortear o caráter da área para uma postura conservadora, para um alinhamento com os dominadores, os opressores.

A disseminação é entendida hegemonicamente na área como o serviço fim, como o último momento das ações e atividades desenvolvidas pelos profissionais da Biblioteconomia. Mais: a disseminação é compreendida apenas como a oferta física dos documentos, como o acesso físico aos documentos por parte dos usuários, ou, como quer a maior parte dos que atuam ou estudam a área, a disseminação significa o acesso físico à informação.

Nas bibliotecas especializadas, e até mesmo nas universitárias, em que se atua com a informação científica e

tecnológica, o termo que mais se utiliza, no âmbito do serviço de referência, é transferência. Cabe à biblioteca a transferência de informações que significa, embora não expressado formalmente no discurso presente nos textos especializados da área, meramente a troca de “pacotes” fechados de informação. O usuário (ou cliente, cujo termo, felizmente, está caindo em desuso), nessa concepção, é tão somente um receptor, alguém que recebe as informações sem possibilidade de interferir no processo, sem condições de apresentar suas necessidades, desejos e interesses.

Falta, no processo assim entendido, a apropriação. Ela, a apropriação, exigirá a necessária participação do usuário. A apropriação extrapola a oferta física de documentos, mas pressupõe que o trabalho da Biblioteconomia e da Ciência da Informação tem seu fim quando há um entendimento, uma compreensão do usuário em relação à informação que pode atender às necessidades, desejos e interesses expostos.

A apropriação inclui também, no fazer do profissional da área, personagens que, tradicionalmente, não fazem parte das preocupações dos que trabalham e pesquisam tanto a Biblioteconomia quanto a Ciência da Informação. Eles, personagens, interferem na apropriação e podem, a grosso modo, ser assim nomeados: o produtor da informação, a produção do documento, o momento e ambiência em que a informação é produzida, os equipamentos informacionais, o discurso presente no armazenamento, os instrumentos e ferramentas escolhidas para organizar os documentos, o mediador, o ambiente, o momento, o entorno, os documentos, o usuário.

Cada um deles deve ser estudado à parte, pois possuem características específicas que, de alguma forma, influenciam e interferem no processo de apropriação. O produtor da informação, por exemplo, pode não conseguir transformar suas ideias e concepções em um documento formal, impresso ou não. No caso do livro, poucos são os textos elaborados que são publicados, pois as editoras comerciais incluem nos critérios para aceitação de um original, a possibilidade de venda, a existência de compradores e interessados no tema. Assim, os textos que farão parte do acervo de equipamentos informacionais, passam por uma seleção prévia que,

na maior parte das vezes, considera como mais importantes, para publicação, aspectos de comercialização do que aspectos de qualidade do conteúdo.

Quando a área entende ser seu “núcleo duro”, como o que a distingue de outras áreas do conhecimento humano, como a mais importante entre seus fazeres, entre seus segmentos, apenas a “organização da informação”, e considera pouco outros fazeres, claramente determina que a relação com os usuários e com a sociedade não são importantes, ou devem possuir um grau de importância menor.

Quando a área entende como seu objeto a informação registrada, ela exclui as exteriorizações que não podem ser recuperadas dentro dos moldes tradicionalmente aceitos. A oralidade, por exemplo, é uma dessas exteriorizações relegadas pela maioria dos equipamentos informacionais.

A área defende que o acervo deve propiciar, necessariamente, a recuperação da informação nele contida. A recuperação pressupõe a existência do documento e, para isso, deve ser ele preservado.

Outras formas de recuperação não são nem mesmo motivo de análise.

Por que não podemos trabalhar com uma recuperação que acontece no momento em que a informação é produzida? Uma peça de teatro, quando encenada, está sendo produzida naquele momento e recuperada por todos os que estão na plateia. A contação de histórias também ocorre no momento em que é produzida e recuperada pelos que estão participando. O mesmo se dá com uma palestra, uma apresentação musical, uma aula etc.

No entanto, para os equipamentos informacionais, só é válido aquilo que foi registrado, mesmo que a exteriorização não mais exista. Quando uma peça teatral é filmada, deixa de ser teatro e passa a ser um filme. Ocorre a mesma coisa em relação à contação de histórias, à apresentação musical, à aula etc.

Há estudos que indicam um percentual de quase 75% de brasileiros analfabetos ou analfabetos funcionais. Esse é um número expressivo. Claro que todas essas pessoas, uma vez que não podem fazer uso do acervo dos equipamentos informacionais

tradicionalmente constituído de livros, serão alijadas do acesso e da apropriação das informações.

Acessar e se apropriar das informações preservadas nas bibliotecas, por exemplo (lembrando que essas informações representam o conhecimento das classes excludentes), significa possibilitar que todos possam se apoderar (claro que de maneira parcial) dos mecanismos de dominação.

Esquecer ou relegar a apropriação a um segundo plano, menor e menos importante, significa dar à área um caráter também excludente, também marginalizador.

Os equipamentos informacionais ajudam a criar o fosso entre os que possuem e os que não possuem informações.

No meu entender, a biblioteca, em especial a biblioteca pública, deve ser considerada como um espaço de resistência informacional. Suas ações devem estar voltadas para ampliar o espectro de informações com as quais o usuário tem acesso. Esse acesso deve considerar e propiciar a apropriação, ou seja, o entendimento, a relação da informação com o conhecimento do sujeito informacional.

As bibliotecas tradicionais não libertam, não transformam, pelo contrário, elas moldam o sujeito nas ideias veiculadas e disseminadas pelas classes dominantes; elas preparam e envolvem o sujeito dentro dos interesses das classes excludentes, das minorias que determinam os destinos da sociedade.

A Biblioteconomia tem uma relação quase indivisível com os interesses das classes que detêm, de maneira usurpadora, o poder. O acervo, como dito anteriormente, reproduz e preserva um conhecimento alinhado a esses interesses; a ideia de disseminação e recuperação limitada apenas à oferta física de documentos, na mesma medida, também atende os interesses dessa minoria. Até mesmo os instrumentos e ferramentas de organização não têm preocupação com os usuários dos equipamentos informacionais, uma vez que são aplicados em qualquer tipo de biblioteca, sem se adequar às características de cada espaço.

Nos anos da Década de 1980 houve uma discussão, que infelizmente não avançou, sobre o que se denominou “documentação popular”. Por que esse estudo não avançou? Por

que a área considerou esse tema como irrelevante, como de menor importância? É bem verdade que essa discussão não nasceu entre os pesquisadores da área, mas foi oriunda de propostas externas à Biblioteconomia.

Em toda minha trajetória acadêmica – que não é dissociada de minha trajetória pessoal – procurei pensar, refletir, discutir e disseminar temas voltados para a relação da Biblioteconomia com a sociedade. Isso porque, como é por todos conhecido, são tais aspectos pouco explorados. Para desenvolver e explicar melhor o meu entendimento e minhas concepções, recorri a termos que buscam permitir uma apropriação mais clara dos conceitos presentes em meu modo de ver esse segmento da área: bibliotecas guerrilheiras; bibliotecário guerrilheiro; Biblioteconomia guerrilheira; bibliotecas alternativas; Biblioteconomia alternativa; Biblioteconomia socialista.

Também propus uma visão dos aspectos sociais da área a partir de contribuições da Teologia da Libertação, ou seja, uma Biblioteconomia voltada para o povo, construída a partir dos interesses, desejos e necessidades do povo.

O espaço de resistência a que me referi acima ultrapassa os limites da informação, transformando-se também em um espaço de resistência cultural, social, educacional. Essa discussão exige mais páginas do que estas poucas destinadas a um prefácio. No entanto, ela continua no corpo deste livro. A escolha do tema, quando apresentado aos autores convidados, já pressupunha a ampliação das reflexões sobre os aspectos sociais da Biblioteconomia, sobre seu caráter social, intrinsecamente presente em sua constituição, enfim, reflexões sobre a Biblioteconomia social.

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Doutor e Mestre em Ciências da Comunicação, pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Marília. Professor colaborador do Mestrado Profissional da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

PARTE 1
APORTES TEÓRICOS PARA REFLEXÃO

CAPÍTULO 1

PERSPECTIVAS SOCIAIS EM BIBLIOTECONOMIA: PERCEPÇÕES E APLICAÇÕES

Jonathas Luiz Carvalho Silva

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia é uma disciplina com grande ênfase social, principalmente pelos diálogos no campo das Ciências Humanas com áreas como a Filosofia, Sociologia, Educação, História, Antropologia e Psicologia e no campo das Ciências Sociais Aplicadas, como Comunicação, Administração e Economia.

É eminentemente honroso escrever este capítulo de livro com a temática “Biblioteconomia social”, apresentando como objetivo abordar o potencial de atuação social da Biblioteconomia diante de fundamentos epistemológicos, político-pedagógicos e técnico-pragmáticos identificando e propondo possibilidades de aplicação.

O título deste capítulo intitulado “Perspectivas sociais em Biblioteconomia: percepções e aplicações” possui uma construção epistêmica de cunho integrador considerando a premência em reconhecer os aspectos que compõem a atuação social da área e possíveis aplicações desses aspectos. O termo ‘perspectivas’ se dá em face de valorizar os múltiplos e alvissareiros espaços de atuação da Biblioteconomia. Já os termos *percepção* e *aplicação* não somente instituem uma intercorrência complementar, mas dimensionam um olhar teórico-propositivo sobre como o campo biblioteconômico-informacional interpreta e assimila o conceito de social.

O presente texto toma como ponto de partida uma pergunta com dupla ramificação e complementaridade que deve ser discutida e elucidada durante a construção teórico-discursiva e argumentativo-bibliográfica: quais aspectos compõem os processos de atuação social da Biblioteconomia e quais possíveis práticas sociais advém desses processos? É pertinente não somente

conhecer os aspectos, mas compreender como são aplicáveis em uma perspectiva social biblioteconômico-informacional.

Para tanto, a discussão é norteada pelas concepções da Teoria Social nos contextos das Ciências Humanas e como incidem no campo da Biblioteconomia a fim de possibilitar uma posterior percepção e aplicação sobre a atuação social biblioteconômico-informacional.

2 PERCEPÇÕES SOBRE TEORIA SOCIAL E A CORRELAÇÃO NO CONTEXTO DA BIBLIOTECONOMIA NACIONAL

A compreensão sobre os aspectos que desencadeiam o desenvolvimento social, assim como a concepção sobre os conceitos de sociedade, social e socialização perpassam, sobretudo, pelos estudos e percepções da chamada Teoria Social. A Teoria supramencionada incide sobre as diversas interpretações e construções teórico-conceituais de caráter transversal entre os campos das Ciências Sociais e Humanas, tais como Filosofia, Sociologia, Antropologia, História, Psicologia, Ciência Política, Educação, Economia etc. acerca do desenvolvimento da sociedade e dos fenômenos sociais.

A Teoria Social é grandemente marcada por estudos concebidos a partir da Idade Moderna e com vertente ampliada na Idade Contemporânea (a partir do Século XIX). Quanto aos estudos/estudiosos e correntes da Teoria Social nas Idades Moderna e Contemporânea destacam-se, a saber:

- 1) **Contratualismo** – implica na estruturação de um conjunto de direitos para garantir a liberdade dos sujeitos via intervenção do Estado por meio de um contrato social acessível a toda sociedade. Ademais, são representantes dessa corrente filosófico-social pensadores como Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean Jacques Rousseau (1712-1778). Tal corrente foi abordada com mais ênfase entre os Séculos XVI e XVIII;
- 2) **Positivismo** – corrente inspirada por Auguste Comte (1798-1857) e representada por estudiosos como John

Stuart Mill (1806-1873) e Herbert Spencer (1820-1903) durante o Século XIX referente à consciência filosófica do conhecimento-regulação. É uma filosofia da ordem sobre o caos, tanto na natureza como na sociedade. A ordem é a regularidade, lógica e empiricamente estabelecida através de um conhecimento sistemático. Graças à ordem positivista, a natureza pode tornar-se previsível e certa, de forma a poder ser controlada, enquanto a sociedade será controlada para que possa tornar-se previsível e certa (SANTOS, 2000, p.141);

- 3) **Marxismo** – é salutar destacar a teoria marxiana sobre o desenvolvimento dos sujeitos em suas perspectivas materiais, dialéticas e de conexões históricas, incidindo sobre os aspectos sociais e econômicos. Marx (2013, p. 90) declara que o sujeito “[...] tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão existente entre elas”. O pensamento marxiano norteia parte considerável dos estudos sobre a sociedade e os procedimentos de prática social e socialização da ciência contemporânea, assim como contribui para o desenvolvimento de diversas disciplinas e campos científicos, especialmente das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas;
- 4) **Ação social weberiana** – Ainda entre os clássicos destaca-se o pensamento do sociólogo alemão Max Weber sobre a teoria da ação social constituída como um comportamento humano orientado à compreensão do outro. Weber (1979) pondera quatro tipos de ação social, a saber: a) **ação social racional com relação a fins**, na qual a ação é estritamente racional. Toma-se um fim e este é, então, racionalmente buscado. Há a escolha dos melhores meios para se realizar um fim; b) **ação social racional com relação a valores**, na qual não é o fim que orienta a ação, mas o valor, seja este ético, religioso, político ou estético; c) **ação social afetiva**, em que a conduta é movida por sentimentos, tais como

orgulho, vingança, loucura, paixão, inveja, medo, etc. e d) **ação social tradicional**, que tem como fonte motivadora os costumes ou hábitos arraigados. A ação social weberiana se transfigura como procedimentos múltiplos de compreensão e interpretação sobre como os sujeitos e grupos de sujeitos se relacionam através de práticas de interação, semelhanças, diferenças e contradições.

Evidentemente que estes não contemplam a totalidade dos estudos sobre a Teoria Social, enquanto ramo/disciplina do conhecimento, mas são elementos basilares para compreensão da realidade e do desenvolvimento social. A Biblioteconomia, enquanto disciplina de prática profissional e construção epistemológica, surgiu e se desenvolveu mediante influência dos estudos e correntes supracitadas.

No que se refere ao contratualismo, influencia diretamente à Biblioteconomia brasileira a partir de um aspecto: **atuação na esfera estatal de cunho federal, estadual e municipal**. A Biblioteconomia é uma área que, no transcorrer histórico, estabeleceu e conquistou múltiplas formas de atuação no campo biblioteconômico-informacional, mas tem nas práticas estatais, em especial, nos ambientes de informação de cunho federal, estadual e municipal como bibliotecas públicas, escolares, universitárias, hospitalares, além de instituições públicas do Judiciário e do Legislativo, um exponencial construto de atuação profissional.

Neste sentido, a Biblioteconomia brasileira se constituiu em grande medida pela formalização contratual instituída com/pelo Estado. Logo, a Biblioteconomia é uma área do conhecimento com expressiva atuação no que tange à intervenção estatal. E como se dá a relação entre a Biblioteconomia e o Estado no Brasil? Ou como se dá a relação entre Biblioteconomia e os detentores das diversas esferas de poder? É possível pensar nas seguintes assertivas:

- 1) Subserviência às determinações/imposições do Estado ou de uma ideologia dominante no sentido de se submeter aos interesses estatais independente de ser promissor ou não para a categoria biblioteconômica;

- 2) Passividade/inércia diante da conduta do Estado ou de uma ideologia dominante no sentido de aceitar às imposições do Estado sem oferecer qualquer resistência;
- 3) Espírito de resistência às ações do Estado ou ideologia dominante com a propensão de mobilização contra imposições do Estado;
- 4) Espírito de resistência, mobilização e apresentação de propostas visando a solução de problemas inerentes às pautas biblioteconômicas;
- 5) Espírito de diálogo e interação com o Estado ou grupos detentores de poder, buscando a conciliação de interesses e solução de problemas inerentes às pautas biblioteconômicas.

Observa-se que as questões contratualistas entre Estado e Biblioteconomia são fincadas, sobretudo, pela cultura política que gerencia o Estado e pela cultura política que norteia a ação/representação biblioteconômica. As cinco posições indicadas estão intrinsecamente concatenadas às influências positivista, marxista e weberiana (ação social) e denotam perfis biblioteconômicos de atuação via representantes acadêmicos (professores e estudantes), bibliotecários e órgãos de classes como Conselhos, Associações e Sindicatos.

Evidentemente que as assertivas definidas não são concebidas apenas na relação entre Biblioteconomia e Estado, mas na relação entre Biblioteconomia e qualquer setor como a iniciativa privada, terceiro setor e mídia. Todavia, é com o Estado que a Biblioteconomia apresenta mais relações históricas com acepções divergentes / convergentes, conflituosas / harmoniosas, diacrônicas / sincrônicas, indeliberadas / deliberadas, interpessoais / institucionais, tensas / melífluas, limitativas / profícuas, arbitrárias / dialógicas, globais / locais e/ou mediatas / imediatas.

Historicamente, a predominância de representação biblioteconômica é calcada nas duas primeiras assertivas (subserviência e passividade/inércia). Vale aqui um duplo diálogo com Almeida Júnior (1995, 1997) quando este afirma que “[...] é inegável a identidade entre o pensamento bibliotecário e a ideologia

burguesa” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p.90) e “[...] a Biblioteconomia não pode ser mais considerada como reprodutora da ideologia dominante, dos valores daqueles que detêm o poder” (ALMEIDA JÚNIOR, 1995, p.9).

O duplo diálogo bibliográfico com Almeida Júnior mostra que as duas primeiras assertivas representam um viés eminentemente positivista na relação Biblioteconomia-Estado. Em primeiro lugar, em virtude do Estado brasileiro, nas esferas federal, estadual e municipal, não conceber um conjunto de políticas públicas e investimentos em bibliotecas e informação no geral designando um controle e previsibilidade negativa acerca da atuação das bibliotecas, inibindo as possibilidades de reconhecimento da biblioteca como ambiente de informação de efetiva contribuição para a sociedade.

Em segundo lugar, por uma relativa passividade e subserviência histórica das representações institucionais da Biblioteconomia no que se refere à limitação de resistência e planejamento em prol de uma mobilização mais sólida e continuada para preconização dos investimentos em bibliotecas e políticas públicas de informação, leitura, cultura etc.

Em terceiro lugar, por uma imanência cultural do Estado brasileiro em limitar o conceito e o papel das bibliotecas e demais ambientes de informação junto à sociedade.

Em quarto lugar, pelo fato da Biblioteconomia não ter fortalecido ao longo de sua história, instituições concretas para representação e mobilização política como a construção de um sistema de sindicatos nacionalmente articulados que respaldariam perspectivas para um mobilismo político mais sólido.

Em quinto lugar, pela constituição histórica de uma formação acadêmico-profissional-curricular de ensino-pesquisa-extensão-atuação profissional biblioteconômica pautada por um viés prioritariamente tecnicista e pragmático sem a articulação mais direta com as questões sociais, políticas pedagógicas e epistemológicas conduzindo a Biblioteconomia como área previsível, precisa, reguladora e controladora de conhecimento, inibindo perspectivas de um pensamento biblioteconômico mais crítico-criativo.

Por outro lado, há perspectivas de um atrelamento estratégico da Biblioteconomia por um viés positivista, através de esforços integrados entre academia, profissionais e órgãos de classes, para além do chamado positivismo lógico, que incluiria: criação de modelos e práticas dinâmicas para organização de bibliotecas; criação de índices e indicadores para atuação em bibliotecas; criação/proposição de instrumentos tecnológicos para atuação das bibliotecas e do bibliotecário; criação/proposição de instrumentos pedagógicos para atuação da biblioteca e do bibliotecário; criação de modelos de gestão da informação e do arcabouço aplicativo do fazer biblioteconômico-informacional; estímulo às práticas de empreendedorismo biblioteconômico-informacional; e fortalecimento das atividades de pesquisa e fundamentação teórica em Biblioteconomia no sentido de criar/propor serviços e produtos de informação.

As assertivas 3, 4 e 5, embora menos comum na tradição biblioteconômica, representam uma contiguidade lógica maior com o marxismo e com a ação social weberiana no sentido de imprimir uma conduta coletiva, plural e questionadora das tradições e imposições estatais e dos detentores de poder. Estes exemplos podem ser percebidos na formação de grupos em ambientes acadêmicos e político-institucionais que refletem a ascensão de novos temas de pesquisa, ensino, extensão vinculados à política e educação no espectro biblioteconômico-informacional, além da emergência de assuntos como empreendedorismo nas dinâmicas de ensino, pesquisa, extensão e prática profissional e ainda com o surgimento de elementos acadêmicos, políticos e informativos como *blogs/sites*, revistas (Revista Biblio, por exemplo) e grupos como a própria Liga de Bibliotecários Bolivarianos (grupo criado no *Facebook* e responsável pela organização deste livro), desmistificando tradições histórico-positivistas da área.

Ademais, outras correntes da Teoria Social constituídas no Século XX influenciaram diretamente o desenvolvimento da Biblioteconomia:

- 1) **Behaviorismo** – entendida como uma disciplina da psicologia que estuda os fundamentos, propriedades, concepções e aplicações do comportamento humano,

influencia diretamente a Biblioteconomia no campo dos estudos de usuários da informação, mediação da informação, além de práticas de gestão da informação e na acessibilidade/uso/usabilidade das tecnologias digitais;

- 2) **Funcionalismo** – é uma teoria com diversas abordagens como Merton (1957) na tipologia das funções manifestas e funções latentes², Parsons (1977) na formação da teoria do sistema social e Bertalanffy (1977) no que se refere à Teoria Geral de Sistemas (TGS) exercem influências diversas na Biblioteconomia/Ciência da Informação, conforme assinala Silva (2014) nos aspectos **técnicos** alusivos à organização e recuperação em sistemas de informação, sociais vinculados à mediação, usuários da informação e práticas humanas e interacionistas da informação e epistemológicos que envolvem os processos teóricos de informação na Biblioteconomia/Ciência da Informação;
- 3) **Estruturalismo** – teoria enfaticamente originada e desenvolvida na linguística e na antropologia, ela estuda/entende as categorias da realidade como estruturas interligadas entre si. Influência também ativamente na Biblioteconomia/Ciência da Informação nos aspectos técnicos (estrutura da organização do conhecimento, estrutura da organização de bibliotecas, estrutura dos sistemas de recuperação da informação), sociais (estrutura dos ambientes de informação em seus aspectos humanos, gerenciais, tecnológicos e interacionais) e epistemológicos (estrutura do conceito de informação aplicado nas práticas biblioteconômico-informacionais);

² As funções manifestas são “[...] aquelas consequências objetivas que contribuem ao ajuste e adaptação do sistema as quais são pretendidas e reconhecidas pelos participantes no sistema [...]” (MERTON, 1957, p.51). Já as funções latentes podem ser definidas como sendo “[...] aquelas que não são nem pretendidas nem reconhecidas [pelos participantes no sistema]” (MERTON, 1957, p.51).

- 4) **Pragmatismo** – doutrina representada por estudiosos como o filósofo Charles Sanders Pierce (1977; 1983), o psicólogo William James (1979; 1985) e John Dewey (1979) que expressa a relação e significado de uma ideia a partir dos seus efeitos práticos. O Pragmatismo é, sobretudo, uma corrente estratégica para o desenvolvimento da Biblioteconomia no que se refere à aplicação das tecnologias de informação, gestão da informação, serviços, produtos e recursos de informação, organização e tratamento da informação, prática informacional em ambientes de informação, entre outros quesitos;
- 5) **Construtivismo** – teoria que preconiza a construção cognitiva na perspectiva de desconcentração em detrimento do egocentrismo, bem como a superação da coação em favor de uma cooperação e ainda referenciada por um autogoverno. Influencia diretamente a Biblioteconomia/Ciência da Informação nas aplicações metodológicas, especialmente em bibliotecas escolares, públicas, universitárias e comunitárias superando a construção tradicionalista e positivista da informação e do conhecimento;
- 6) **Interacionismo** – por este viés há uma dupla focalização baseada no interacionismo simbólico que se posiciona em favor das relações humanas medidas por práticas de interação social e o sócio interacionismo de Vygotsky (1998), compreendendo a interação como um fenômeno que promove a constituição do sujeito sendo baseada em tudo aquilo que esteve anteriormente no âmbito social. Influencia a Biblioteconomia/Ciência da Informação no redimensionamento histórico-social dos estudos de usuários, política de acervo, uso das fontes de informação, elaboração de produtos e serviços de informação, preservação da memória etc. aplicados em bibliotecas e outros ambientes de informação.

Na Biblioteconomia/Ciência da Informação há uma aplicação eminentemente interligada entre a prática funcionalista e

estruturalista (chamada de Funcionalismo-Estrutural) e a prática construtivista e sociointeracionista, visando compreender o usuário como ponto elementar e central da construção do conhecimento em ambientes de informação.

É possível observar que as origens e o desenvolvimento da Biblioteconomia estão diretamente atrelados à construção de um saber próprio e autônomo agregado por múltiplas correntes da Teoria Social representadas por campos da filosofia, sociologia, psicologia, história, administração e de outras ciências.

Observadas algumas influências das correntes sociais na formação da Biblioteconomia é salutar compreender como esta área do conhecimento desenvolve seus fundamentos sociais do ponto de vista humano-teórico-epistemológico-pragmático.

3 PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO SOCIAL NA BIBLIOTECONOMIA CONTEMPORÂNEA NACIONAL

As teorias sociais indicadas na seção anterior impactam na atuação da Biblioteconomia, enquanto disciplina científica e de aplicação profissional/social em diversos aspectos. E o que faz da Biblioteconomia uma disciplina social?

Em primeira instância é preciso compreender o que caracteriza a ideia de “social” na Biblioteconomia. Em tese, o entendimento sobre o conceito de social envolve, primeiramente, a percepção de compartilhamento e partilha entre sujeitos, sendo um dos legados vitais da Biblioteconomia contemporânea, visto que a plenitude das práticas sociais biblioteconômico-informacionais demanda a partilha como construto coletivo entre sujeitos.

Em seguida, o social como sinônimo de algo que, diante de um grupo, visa o benefício de um sujeito, minoria ou maioria do grupo, sendo uma prática cotidiana da Biblioteconomia quando atua com gestão, tecnologia, serviços e organização da informação denotando que a atividade biblioteconômico-informacional possui um viés eminentemente seletivo que, por um lado, pode ser alvissareiro quando se pensa no bem comum geral dos sujeitos e, por outro lado, pode ser um cerceador no sentido de identificar ou favorecer sujeitos de maneira específica e às vezes tendenciosa.

Em terceiro lugar, uma noção pragmática de social no sentido de socialização que delimita como o fazer biblioteconômico-informacional busca desenvolver as práticas de informação, do ponto de vista teórico-epistemológico, político/educativo/cultural e profissional para os sujeitos ou conjunto de sujeitos.

A Biblioteconomia pode ser estabelecida como disciplina social a partir de vários aspectos entre os quais é salutar a ênfase: 1) estímulo ao livre acesso, democratização e partilha da informação (construção sócio epistemológica da informação); 2) foco nos sujeitos da informação; 3) mediação da informação agregada à mediação da leitura e mediação cultural; 4) políticas de informação (políticas públicas e privadas de informação; programas, projetos, eventos, cursos vinculados e compreendidos como ações de informação); 5) proposição/criação/elaboração/execução de serviços e produtos de informação; 6) criação, dinamização e uso das tecnologias nas práticas informacionais de cunho educacional, cultural, ambiental etc.

Com relação ao primeiro aspecto a ideia do livre acesso, democratização e partilha da informação é um dos primados básicos da atuação biblioteconômica, considerando que a informação deve ser compreendida como um fenômeno de construção social baseado na partilha entre os sujeitos. Conforme revela Caraça (1993, p.43) "[...] o processo básico da informação não é a troca, mas a partilha. Depois de uma 'transação de informação', ambas as partes detêm a informação que foi objeto da transação [...] O valor associado a tal transação deve, portanto, ser equacionado de um modo totalmente diferente".

Logo, é papel fundante da Biblioteconomia na formação acadêmica em nível de graduação e educação continuada, dos bibliotecários em suas práticas profissionais e dos órgãos de classe estimular ações que busquem massificar de maneira plural o acesso à informação. Conforme Silva e Gomes (2013), a partilha da informação não é um processo linear, de modo que vislumbra as realidades de emissor/autor e receptor/usuário de maneira horizontal e considerando as particularidades de ambos.

Por isso, a partilha da informação implica numa ampliação e redimensionamento da visão sobre o papel de bibliotecas,

bibliotecários, órgãos de classe e docentes/pesquisadores compreendendo que a prática biblioteconômica ainda é restrita no sentido de alcançar/atingir vários sujeitos ou grupos sociais considerando os outros pontos a seguir.

No que se refere ao segundo aspecto, toda informação partilhada deve ter como foco os sujeitos envolvidos nas transações e partilhas. A máxima de uma Biblioteconomia social no âmbito dos sujeitos da informação é a seguinte: **o usuário da informação é usuário em qualquer espaço ou tempo**. Partindo deste axioma, o usuário é o elemento central na produção da partilha da informação não agindo apenas como receptor, mas participando dos processos de produção, mediação e apropriação da informação.

O foco nos sujeitos representa a perspectiva de proporcionar autonomia aos usuários, a fim de que possam construir suas próprias informações por meio de mediações, políticas, programas, projetos, eventos, cursos, serviços, produtos e aplicação de tecnologias da informação. É condição elementar na prática biblioteconômica prover o acesso para os sujeitos da informação em qualquer lugar em que estejam (escola, universidade, ambiente de trabalho, lazer, dentro da própria residência etc.), primando pela multiplicidade e opção do acesso presencial e/ou virtual.

O terceiro aspecto incide como um dos principais fundamentos sociais contemporâneos da Biblioteconomia, visto que a mediação da informação, juntamente com a mediação da leitura e mediação cultural, são atividades centrais do *modus operandi* e na prática social biblioteconômica, pois se aplicam nos diversos ambientes de informação passíveis de atuação pelo bibliotecário. A mediação da informação realizada pela Biblioteconomia, enquanto disciplina científica e de prática profissional, é instituída a partir das seguintes perspectivas, conforme afirma Silva (2013):

- 1) **Mediação positivista da informação** – significa dizer que a mediação positivista da informação está preocupada com um procedimento sistemático e regulador que tem como prioridade ditar normas para o acesso à informação, seja no âmbito da organização/representação da informação, seja no âmbito da proposição dos serviços que devem ser

oferecidos. Essa mediação positivista da informação incide sobre a perspectiva de conceber o controle, previsibilidade e certeza da informação a ser utilizada pelo usuário da informação, sem considerar de forma mais ampla seus contextos históricos, cognitivos e sociais;

- 2) **Mediação funcionalista da informação** – busca perceber as diversas possibilidades funcionais do ambiente de informação, como pessoal, acervo, serviços, uso das tecnologias e as relações entre si para o efetivo funcionamento de suas atividades; atenta para a definição das funções do ambiente de informação e a satisfação das necessidades de informação do usuário; pensa o ambiente de informação como um todo e suas partes de modo interdependente; prima pela noção de integração, permanência e estabilidade; atenta de forma vital para os processos de gestão, planejamento e avaliação do ambiente de informação como fator de funcionamento; prima pela satisfação das necessidades de informação desde as mais básicas até as mais complexas; busca constituir uma efetiva prática dos sistemas de recuperação de informação e suas funções para uso adequado e proveitoso do usuário;
- 3) **Mediação crítica da informação** – preconiza a superação da ideia de dominação ideológica e cultural, promovendo ao usuário a oportunidade de participar do processo mediacional e escolher o que pretende utilizar e constituindo liberdade para apropriação da informação, sendo necessário promover amplo acesso à informação contemplando os chamados não-usuários, pois o acesso à informação restrito em ambientes de informação a uma minoria da população engendra subsídios de dominação e monopólio informacional;
- 4) **Mediações construtivista da informação** – o desenvolvimento de bibliotecas infantis e escolares é condição *sine qua non* para as proposições de uma mediação construtivista da informação, pois, se desde

criança o sujeito tem a oportunidade de lidar com ambientes de informação, é possível que produza mais subsídios para o aprendizado; a mediação construtivista da informação deve incentivar estratégias para o letramento informacional dos usuários que corresponde ao processo de desenvolvimento de competências para localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento, visando a tomada de decisão e a resolução de problemas; deve primar pelo incentivo à pesquisa, pois é um dos procedimentos mais eficientes e eficazes para a transformação de um conhecimento elementar para um conhecimento superior; incentivar o usuário a desenvolver seus próprios questionamentos e descobertas;

- 5) **Mediação sociointeracionista da informação** – estimular no usuário da informação o entendimento sobre sua história e sua cultura; incentivar a leitura em suportes e assuntos diversos (a leitura está além dos livros e além da literatura, já que o lúdico se manifesta nas mais diversas práticas do cotidiano dos usuários que envolvem saúde, educação, entretenimento, relações humanas, trabalho, esporte, entre outros), visando estimular a sua prática histórico-cultural; incentivar uma relação saudável entre os usuários da informação, alertando para possibilidades de apropriação e aprendizado de forma individual e coletiva, pois as relações sociais (e não o individualismo) engendram subsídios para um aprendizado mais efetivo e humano; visualizar na pesquisa um fundamento que favorece a formação de uma função psicológica superior, consciente de suas necessidades individuais e na contribuição para satisfação de necessidades coletivas; solicitar sugestões aos usuários da informação sobre quais práticas e serviços podem (ou devem) ser oferecidos, com vistas a aprimorar e tornar o processo mediacional mais coletivo e plural; valorizar o usuário como sendo ponto central da mediação, pois a base das

atividades mediacionais está naquilo que o usuário potencializa e em suas interações com o ambiente de informação, haja vista que o ambiente de informação deve não somente ser uma 'instituição falante', mas também uma 'instituição ouvinte' e aberta a novas ideias.

A mediação da informação é múltipla e plural agindo de diversas formas, conforme a concepção ética, ideológica, normativa e cultural dos sujeitos envolvidos, em especial, os bibliotecários e equipe, assim como a comunidade de usuários da informação.

O quarto aspecto é de relevância peculiar em virtude de definir os processos de análise, implementação/execução e decisão das práticas informacionais, seja num contexto micro (empresas, indústrias, bancos, escolas, universidades, hospitais, setor jurídico etc. que possibilitem práticas biblioteconômicas), seja num contexto macro (políticas públicas de informação que definirão práticas de informação nas esferas federal, estadual e municipal).

É condição prioritária que a Biblioteconomia como área social esteja ciente e consistente na representação acadêmica, profissional e político-institucional das decisões micro e macro que são tomadas para o desenvolvimento das práticas sociais de informação. E quais seriam essas práticas? É possível indicar práticas, tais como: política nacional de bibliotecas contemplando a diversidade informacional como bibliotecas públicas, escolares, universitárias, especializadas etc.; política e movimento para o livre acesso à informação; políticas para inclusão digital; políticas para estímulo à leitura, pesquisa e cultura; políticas de fomento ao letramento informacional; políticas de cooperação científica entre sujeitos e grupos institucionais de estudantes, professores, pesquisadores e comunidade acadêmico-científica no geral; políticas para acesso a materiais bibliográficos como livros, artigos, revistas, *sites*, bases de dados, repositórios institucionais; políticas voltadas para o acesso à escola e à universidade pública.

O campo biblioteconômico-informacional possui uma vasta potencialidade de atuação social no contexto das políticas de informação que estão associadas à dinâmica educativa, cultural, tecnológica e científica, indicando que a atuação social da

Biblioteconomia não é de um setor específico ou singular, mas de uma intercorrência genérica e múltipla de setores.

O quinto aspecto prima pelo caráter pragmático da Biblioteconomia em propor um conjunto de serviços e produtos de informação que preconizem acesso à informação em larga escala.

Entre os serviços de informação é interessante destacar: serviço de referência e informação (incluindo o serviço de referência virtual), serviço de informação utilitária, serviço de alerta, Disseminação Seletiva da Informação (DSI), ação cultural, entre outros. De acordo com Silva (2014) os serviços de informação supramencionados possuem uma dimensão social fincada nas seguintes categorias: família, trabalho, lazer, individuação (entendida como a conjunção de relações heterogêneas entre sujeitos e entre sujeito e meio com vistas ao reconhecimento das necessidades e satisfação dos sujeitos. É uma condensação dos três primeiros aspectos porque reflete a construção de procedimentos interacionais para produção da informação).

Quanto aos produtos de informação, delimitam-se: guias, manuais, índices/indicadores, *blogs/sites/repositórios*, aplicativos, boletins, banco de dados, base de dados, entre outros. Segundo Borges e Sousa (2003), a construção de produtos de informação deve considerar a elaboração de um projeto que contemple aspectos como a caracterização do produto, justificativa, objetivo, metodologia, cronograma de atividades, equipe, orçamento e custo do projeto.

O sexto aspecto exerce um papel pragmático no sentido de perceber como as tecnologias, especialmente digitais, impactam no cotidiano informacional dos sujeitos. A atuação social da Biblioteconomia depende de maneira exponencial das tecnologias digitais em virtude dos fatores que seguem: maior alcance no acesso à informação; acesso multitemporal (em vários horários/momentos do dia, semana, mês, ano...), aplicabilidade nos diversos tipos de ambientes de informação; dinamização dos registros do conhecimento; possibilidade espaço-temporal mais dinâmica de interação entre os sujeitos (profissionais e usuários em ambientes de informação); perspectivas de interação virtual sobre cultura local, regional, nacional e global; formação de grupos virtuais (fóruns) para

promover acesso geral e específico entre sujeitos da informação; fenômeno de facilitação do aprendizado, construção do conhecimento e geração de processos comunicacionais em instituições educacionais, culturais, saúde, segurança, meio ambiente, jurídica etc.; fomento ao desenvolvimento do alcance da informação científica e tecnológica; expansão do acesso às ações políticas de informação; redimensionamento espaço-temporal das práticas de mediação da informação; fomento à construção de novos serviços e produtos de informação; instrumentos de partilha, preservação e privacidade da informação, conforme necessidades e demandas estabelecidas.

Desse modo, os seis aspectos indicados favorecem múltiplas perspectivas de atuação social da Biblioteconomia, contemplando os desideratos acadêmico-científicos, profissionais e político-institucionais. O quadro abaixo denota sobre como os seis aspectos identificados podem contribuir para atuação social da Biblioteconomia no contexto da prática humana, acadêmica, política e profissional.

Quadro 1: Perspectivas de atuação social da Biblioteconomia.

Aspectos	Práticas Sociais
Estímulo ao livre acesso, democratização e partilha da informação (construção sócio epistemológica da informação)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construir a informação com o usuário e não apenas para o usuário; ▪ Superação do modelo emissor/receptor para um modelo mais plural que envolve sujeito/autor, sujeito/mediador e sujeito/usuário; ▪ Compreender as demandas históricas (mediatas e imediatas) da comunidade de usuários; ▪ Compreender a transação da informação como fenômeno dialógico-interacionista; ▪ Dimensionar o conflito na produção da informação como oportunidade para construção do conhecimento; ▪ Valorização da autonomia dos usuários na produção da informação; ▪ Valorização de ambientes de informação historicamente marginalizados pelo Estado como bibliotecas escolares, públicas, comunitárias e prisionais.

<p>Foco nos sujeitos da informação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização continuada de estudos de usuários; ▪ Formação e desenvolvimento de coleções construída com base no diálogo com os usuários da informação; ▪ Elaboração dos serviços e produtos de informação com base nos diálogos com a comunidade de usuários; ▪ Uso das tecnologias digitais para favorecer o diálogo entre a comunidade de usuários; ▪ Prática continuada na educação de usuários; ▪ Valorização de sujeitos historicamente marginalizados por preconceitos de raça, credo, perfil socioeconômico, escolaridade etc.
<p>Mediação da informação agregada à mediação da leitura e mediação cultural</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Práticas de fomento à leitura, pesquisa e cultura numa perspectiva interacionista, reconhecendo a pluralidade de demandas da comunidade de usuários; ▪ Uso das tecnologias digitais como computadores e celulares para dinamização das práticas mediacionais; ▪ Compreender a mediação da informação não como uma simples ação, mas como um programa de práticas construtivas de intervenção e interferências junto à comunidade; ▪ Compreender a mediação da informação como atividade técnica, pedagógica e institucional; ▪ A mediação da informação deve ser realizada em qualquer ambiente de informação independente de hierarquias, estruturas, tipologias etc.;
<p>Políticas de informação (políticas públicas e privadas de informação; programas, projetos, eventos, cursos vinculados e compreendidos como ações de informação)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atuação dos órgãos de classe na composição de políticas públicas e privadas de informação ▪ Criação de programas, projetos, eventos e cursos pelas universidades e órgãos de classe no que se refere aos diversos assuntos/temáticas do campo biblioteconômico-informacional, bem como aos diversos assuntos de interesse geral da sociedade; ▪ Aplicação e dinamização das políticas de informação científica e tecnológica em empresas, universidades e setores da sociedade civil; ▪ Estratégias para inclusão digital, tanto por meio da elaboração de políticas públicas, quanto na atuação cotidiana do bibliotecário em ambientes de informação;
<p>Proposição/criação/</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proposição de serviços de referência, tais como auxílio bibliográfico e provisão documental,

<p>elaboração/execução de serviços e produtos de informação</p>	<p>disseminação seletiva da informação por assunto, área de conhecimento, gênero, crença etc. e serviço de informação utilitária como saúde (informações sobre saúde pública, higiene, prevenção de doenças, exercícios físicos, além de informações sobre hospitais públicos, particulares, postos de saúde, ambulâncias, farmácia popular, farmácias particulares, laboratórios, SUS, clínicas, unidades sanitárias, academias populares, academias particulares etc.); cultura e lazer (agenda cultural, calendário de eventos, cinemas, teatros, museus, centros e espaços culturais, salas de exposições, galerias de arte, estádios, órgãos ligados ao esporte); utilidade pública (assistência social ao menor, à mulher, ao idoso etc., associações, assistência legal, juizados, tribunais, prisões, serviço de assistência gratuita, projetos públicos, serviços públicos de pagamento como gás, luz, água, telefone, etc., sindicatos, como tirar documentos de identidade, CPF, título de eleitor e outros, segurança, telefones úteis como bombeiros, emergências, polícia, imprensa local); trabalho e emprego (agências de emprego e estágios, oportunidades de empregos, cursos e eventos de qualificação profissional etc.), além de outros assuntos referentes à realidade cotidiana dos usuários.</p>
<p>Criação, dinamização e uso das tecnologias nas práticas informacionais de cunho educacional, cultural, ambiental etc.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de bases de dados de acesso livre; ▪ Criação de repositórios de acesso livre; ▪ Valorização dos periódicos com livre acesso à informação; ▪ Uso dinâmico e dialógico das redes sociais e ferramentas da <i>Web</i>; ▪ Aplicar/executar a tecnologia digital como fenômeno colaborativo da produção da informação; ▪ Aplicação das tecnologias digitais nos ambientes de informação de cunho educacional-cultural e de outras ordens como saúde, meio ambiente etc.

Fonte: Elaborado pelo autor – 2018.

Vale ressaltar que os aspectos e práticas sociais delimitados no quadro expõem um conjunto de atuações sociais da Biblioteconomia, com a influência de diversas correntes da Teoria Social como contratualismo, positivismo, pragmatismo, funcionalismo, estruturalismo, construtivismo e interacionismo.

O primeiro aspecto possui uma conotação sócio epistemológica; o segundo aspecto possui uma conotação sócio humana; o terceiro aspecto possui uma conotação sócio pedagógica; o quarto aspecto possui uma conotação sócio-política; o quinto aspecto possui uma conotação sócio pragmática; e o sexto aspecto possui uma conotação sociotécnica.

No entanto, essas conotações dialogam entre si no sentido de que podem se estabelecer de maneira mútua e transversal. Por exemplo, o primeiro e segundo aspectos dialogam no caráter epistemológico-humano de perceber a prática biblioteconômico-informacional. O terceiro e quarto aspectos dialogam na dimensão pedagógico-política da prática biblioteconômico-informacional. O quinto e sexto aspectos dialogam na dimensão técnico-pragmática da prática biblioteconômico-informacional.

Em verdade, a Biblioteconomia possui um vasto campo de atuação social que varia desde o fenômeno sócio epistemológico até o fenômeno sócio técnico da informação, potencializando o caráter crítico-criativo da área.

Os campos de atuação social da Biblioteconomia são vastos. No entanto, ainda é preciso que sejam mais preconizados na prática cotidiana. Ambientes de informação como bibliotecas escolares, públicas e comunitárias ainda carecem de uma atuação biblioteconômica especializada em nível local, regional e nacional. Esses ambientes denotam uma atuação cultural e educacional da Biblioteconomia que vem se ampliando em termos de mercado, mas ainda apresenta incipiência na prestação de serviços de informação especializados, assim como falta uma construção gestora de informação.

Parte considerável dessa grande potencialidade de atuação social biblioteconômica, concomitante à incipiência prática da atuação, está relacionada aos seis aspectos mencionados neste texto.

O primeiro e segundo aspectos definem as **diretrizes** que norteiam a atuação social da Biblioteconomia como um conjunto orientativo de concepções e práticas sócio informacionais. Neste aspecto há um redimensionamento da percepção conceitual de Biblioteconomia e, também, de biblioteca. Esta última vista

comumente vinculada a salvaguarda de acervos se amplia para a constituição de um ambiente de informação pautado na partilha da informação através do foco nos sujeitos. Logo, a biblioteca é um ambiente que gerencia, organiza e medeia informação com base em uma construção interacional junto à comunidade de usuários.

O terceiro e quarto aspectos favorecem um viés **político-pedagógico** de atuação social da Biblioteconomia colocando em prática o caráter da interação e partilha da informação. É na perspectiva das políticas e da mediação da informação que a Biblioteconomia dinamiza estrategicamente seu viés social, estabelecendo uma espécie de *locus* humanístico-informacional.

O quinto e sexto aspectos avançam para um viés **técnico-pragmático** de atuação social da Biblioteconomia. Através da produção de serviços/produtos de informação, bem como na criação/dinamização/uso de tecnologias, precipuamente digitais, é possível promover/oferecer elementos mais concretos para os sujeitos da informação (em caráter particular os sujeitos usuários).

Portanto, as perspectivas de atuação social da Biblioteconomia, além de receberem grandes influências da Teoria Social, possuem o triplo desiderato da diretriz sócio epistemológica (partilha da informação e foco nos sujeitos da informação), da conduta sócio-político-pedagógica (mediação e políticas de informação) e da aplicação sócio-técnico-pragmática (serviços/produtos e tecnologias de informação).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Biblioteca pública**: ambiguidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário. São Paulo: APB, 1995. (Ensaio APB, n.15).

_____. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis; APB, 1997.

BERTALANFFY, L. V. Teoria Geral dos Sistemas. In: BIRNBAUM, P.; CHAZEL, F. **Teoria sociológica**. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1977.

BORGES, M. E. N.; SOUSA, M. C. V. Serviços e produtos de informação para empresas: um desafio estratégico para os profissionais de informação. In: PAIM, I. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Cap. 7; p.77-83.

CARAÇA, J. **Do saber ao fazer: porque organizar a ciência**. Lisboa: Gradiva, 1993.

DEWEY, J. **Pragmatismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

JAMES, W. **Pragmatismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1977. (Os Pensadores)

_____. **Pragmatismo e outros textos**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MERTON, R. K. **Social theory and social structure**. Illinois: Glencoe, 1957.

PARSONS, T. Um esboço do sistema social. In: BIRNBAUM, P.; CHAZEL, F. **Teoria sociológica**. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1977.

PEIRCE, S. C. **Escritos coligidos**. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)

_____. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, J. L. C. **Múltiplas interpolações da informação no campo da Ciência da Informação no âmbito dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos**. 2014. 490f. Tese (Doutorado)

– Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação (ICI), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2014.

_____. **Múltiplas mediações da informação.** 2013. Disponível em: <<http://biblioo.info/multiplas-mediacoes-da-informacao/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SILVA, J. L. C.; GOMES, H. F. O conceito de informação pelo viés da alteridade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CAPÍTULO 2

RESPONSABILIDADE SOCIAL BIBLIOTECÁRIA (RSB): O QUE SIGNIFICA EM TEMPOS DE RUPTURAS DEMOCRÁTICAS?

Marielle Barros de Moraes

1 INTRODUÇÃO

As páginas que se seguem, e que se apresentam aqui à guisa de introdução, são frutos de muitas observações e discussões praticadas no ambiente universitário: em salas de aula, como membro do Centro Acadêmico de Biblioteconomia, do Diretório Central dos Estudantes e, depois, nos vários congressos dos quais participei, onde sempre estava às voltas discutindo o papel das universidades, o papel político do bibliotecário e, principalmente, o modelo de formação presente nos cursos de Biblioteconomia. Essas discussões também foram realizadas em alguns trabalhos apresentados sobre a Responsabilidade Social na formação e na atuação dos bibliotecários brasileiros e mexicanos, bem como em reuniões de associações, em periódicos científicos e em outros espaços menos formais, como os diálogos entre amigos. Daí o tema da responsabilidade social apresentar-se como uma das minhas agendas de pesquisa desde 2011, quando estava no curso de mestrado.

O tema da responsabilidade social torna-se cada vez mais pauta do dia não apenas na área da administração de empresas, mas em várias outras áreas do conhecimento, principalmente no campo da educação, eleito pelas investidas neoconservadoras como alvo de ataques mais constantes atualmente, onde quem está passando a decidir o futuro da educação brasileira não são os profissionais mais habilitados para fazê-lo, mas sim os políticos e os grupos neoconservadores surgidos com a pretensão de promover cada vez mais a sua agenda no Brasil, sem a participação social e, muitas vezes, por meio de Medidas Provisórias (MP) no âmbito do governo.

Atualmente, há dois casos no Brasil que exemplificam essas investidas neoconservadoras no campo da educação. O primeiro refere-se ao Programa Escola Sem Partido, o qual, no momento, trata-se de um anteprojeto de lei federal, e visa à aprovação de uma lei que se diga “contra o abuso da liberdade de ensinar”, programa este proposto no Ano de 2015 e que visa a incluir algumas cláusulas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dentre as cláusulas que o referido Programa busca inserir na LDB, há uma que afirma que a educação nacional atenderá aos princípios da liberdade de aprender e ensinar. No entanto, logo em seguida, de forma contraditória, insere no Art. 3º que

O poder público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, **sendo vedada**, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero (PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO, 2015, grifo nosso).

Na realidade, esse texto nos faz perceber que a liberdade de aprender e ensinar, inserida no Art. 2º do referido anteprojeto de lei, é contradita logo no Artigo 3º, demonstrando, claramente, a censura que poderá ocorrer caso o professor passe a mencionar alguns temas em sala de aula. Este fato somente ocorreu na história brasileira em períodos de exceção, como a ditadura militar. Além disso, a censura é explicitamente afirmada no texto de um anteprojeto de lei municipal (o qual foi elaborado pelos membros do

grupo que advogam pelo Programa Escola Sem Partido³, para servir de base para a elaboração de leis municipais) do programa, ao afirmar que:

[...] liberdade de ensinar - assegurada pelo art. 206, II, da Constituição Federal - não se confunde com liberdade de expressão; não existe liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente, sob pena de ser anulada a liberdade de consciência e de crença dos estudantes que formam, em sala de aula, uma audiência cativa (PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO, 2015).

No entanto, as investidas neoconservadoras não pararam no Ano de 2015, período do auge do pedido de impedimento do cargo da então Presidenta da República⁴. Quando da entrada no poder do atual Presidente da República, no período pós-ruptura democrática, as ofensivas em relação à escola e às instituições formativas não pararam, chegando a ser lançada uma MP para renovação do ensino médio, que “[...] acaba com a obrigatoriedade de disciplinas como artes, educação física, filosofia e sociologia nas escolas” (AGÊNCIA SENADO, 2016). A MP 746/2016 deixa a critério das escolas e redes de ensino incluir essas disciplinas, no entanto, lança determinada proposta para aprovação do Congresso Nacional sem nenhuma discussão com a sociedade civil, nem mesmo com os educadores, pais e alunos (BRASIL, 2016).

³ Em relação à aprovação do projeto, até o momento desta pesquisa (novembro/2017), foram identificadas 17 cidades brasileiras onde o programa fora aprovado nas câmaras de vereadores, dentre elas: Arapongas (PR), Bela Vista (MS), Bom Despacho (MG), Crato (CE), Criciúma (SC), Francisco Dantas (RN), Governador Celso Ramos (SC), Jacobina (BA), Jataí (GO), Jundiá (SP), Lorena (SP), Pancas (ES), Pedreiras (SP), Santa Cruz do Monte Castelo (PR), São José do Rio Preto (SP), Várzea Paulista (SP) e Vassouras (RJ). E vale mencionar que, de acordo com a página da internet do referido programa, este projeto encontra-se em tramitação em outras 68 cidades no Brasil.

⁴ Cabe mencionar que o impedimento (afastamento de um presidente por motivos de crimes contra o País) da Presidenta da República, Dilma Rousseff, deu-se por motivos políticos e não pelo fato de a mesma ter cometido crime. Em sendo assim, a mesma não ficou inabilitada a exercer cargo público após a sua destituição, como prevê a Constituição Federal Brasileira, em casos de impedimentos por crime.

Foi, portanto, aprovada no Senado Federal no dia 8/02/2017, com 43 votos a favor e 13 contra e seguiu para sanção presidencial, tendo como algumas de suas principais mudanças a previsão de que os docentes de *notório saber* podem atuar no ensino técnico e profissional, bem como os profissionais graduados em outras áreas, mediante curso de formação pedagógica e professores formados não só em universidades e institutos superiores, mas em “faculdades isoladas”, tendo se transformado na Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017).

Nesse mesmo cenário educacional, encontram-se os bibliotecários, profissionais da informação e da cultura, os quais buscam adentrar os terrenos das escolas e atuar junto aos professores possibilitando acesso à informação, à cultura e alfabetizando os alunos no que concerne ao mundo informacional. Para alcançar tal intento, esses profissionais conseguiram a aprovação da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, determinando em seu Art. 3º que a mesma seja efetivada em dez anos, respeitada a profissão de bibliotecário. Conforme é sabido, em tempos anteriores de períodos de exceção, além de terem proibido no interior das escolas as disciplinas de história, filosofia e sociologia, um dos alvos também foram os acervos das bibliotecas, sendo livros e materiais informativos de determinadas correntes ideológicas censurados, bem como os profissionais da área. Somado a este fato, há também a MP 746/2016 que insere a figura do notório saber na sala de aula, do que se indaga: o que ocorrerá com os bibliotecários? Ou seja, os profissionais de notório saber numa determinada área poderão dar aulas no ensino médio, por que profissionais de “notório saber” não passariam a ter o precedente de atuar em bibliotecas escolares públicas e privadas, uma vez que já se pratica no Brasil a figura do professor “readaptado” atuando na biblioteca da escola?

A partir desse cenário esboçado, no qual as universidades, os cursos de Biblioteconomia e a atuação dos bibliotecários estão inseridos, e que se encontram no centro do debate contemporâneo, surge a seguinte pergunta: qual a Responsabilidade Social Bibliotecária diante de contextos de rupturas democráticas? Esse é

o fio condutor de nossas discussões, ou seja, buscar, em primeiro lugar, compreender o que se fala a respeito do tema da Responsabilidade Social na literatura especializada, sua gênese e aplicações para, em seguida, refletir sobre e buscar delinear qual é a sua essência.

2 O CONCEITO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL EM PAUTA

O uso do conceito de responsabilidade social no meio empresarial não é recente, haja vista possuir suas raízes no período que se denomina de revolução industrial, sendo que nos Estados Unidos e na Europa, a ética e a responsabilidade social empresarial (RSE) eram aceitas como doutrina até o Século XIX. Isso porque até esse período o direito de conduzir negócios de forma corporativa era prerrogativa do Estado e não um interesse econômico da iniciativa privada. Conforme Ashley (2000, p.41), no Ano de 1919, a ética, a responsabilidade e a discricionariedade dos dirigentes das empresas abertas vieram a público somente com o julgamento do caso *Dodge versus Ford*, nos Estados Unidos. Tal caso tratava-se da competência de Henry Ford, presidente e acionista majoritário da empresa, para tomar decisões que contrariavam os interesses econômicos dos acionistas John e Horace Dodge.

Ocorre que Ford decidiu não distribuir parte dos dividendos da empresa com os acionistas, preferindo investir na capacidade de produção, aumento de salários e fundo de reserva para a redução esperada de receitas em função do corte nos preços dos carros. Na ocasião, a Suprema Corte de Michigan foi favorável aos Dodges, justificando que a corporação existe para benefício dos acionistas.

Vários anos depois, nos idos de 1980, a reflexão sobre a ética nos negócios deixa de ser assunto somente do âmbito das empresas e adentra os muros das academias, inclusive, sendo aberto em *Wall Street*, sob a direção dos padres jesuítas, um centro de reflexão moral para os banqueiros e bolsistas católicos e, nesse contexto, a Universidade de Harvard recebe uma doação de 23 milhões de dólares do presidente da *Securities and Exchanges Commission* (SEC) para financiar pesquisas acerca da RSE. Diante desse cenário, a partir

de 1988 a ética nos negócios passa a ser matéria obrigatória nos cursos de administração de empresas e começa a proliferar nesses cursos em todo o mundo a temática da ética e da responsabilidade social. Assim, se começa a discutir, no meio empresarial e acadêmico, a importância da RSE.

Autores, a exemplo de Tenório (2006), costumam dividir as fases de desenvolvimento do conceito de RSE em duas. A primeira, denominada de *visão clássica da responsabilidade social empresarial*, incorporava os princípios do liberalismo econômico. Nesta visão, o Estado se responsabilizaria pelas ações sociais, promoção da concorrência e pela proteção da propriedade. Por sua vez, as empresas deveriam buscar o máximo lucro, a geração de empregos e o pagamento de impostos, o que já as isentaria de quaisquer coisas a mais, uma vez que, com essas ações, já teriam exercido a sua função social. Assim, a responsabilidade social clássica condenava até mesmo a prática de ações sociais pelas empresas, pois com essas ações a sociedade não iria se desenvolver. Na segunda fase, que pode ser denominada de *visão contemporânea da responsabilidade social empresarial*, passa-se a ter o entendimento de que as empresas estão inseridas nas tramas sociais, cada vez mais complexas, e as atividades das empresas influenciam e impactam as comunidades e sociedades. Assim, a visão de que as empresas têm por responsabilidade social apenas pagar bem os funcionários e gerar lucro para os seus acionistas não é mais aceita na sociedade.

No entanto, a partir da Década de 1980, com o neoconservadorismo e a globalização, há a transformação do conceito de RSE, revestindo-se de argumentos em favor do mercado. A esta fase que, no contexto desta discussão afirmaremos ser a terceira, denominaremos de *visão neoconservadora* da RSE, na qual o que predomina é o interesse do empresariado, muitas vezes esquecendo-se de princípios como o desenvolvimento regional, a preservação do meio ambiente, os direitos trabalhistas etc., e com o aval do Estado para a sua efetivação, ou seja, são as empresas que, para atuar em tempos de crise e de mudanças do capital, passam a deixar de lado a responsabilidade que elas devem ter com o meio ambiente e a sociedade e passam a buscar somente o lucro como forma de sair de suas crises. É o que ocorre, por exemplo, no Brasil

atual, pois as empresas e indústrias passam a dismantelar a organização dos trabalhadores e a alterar a legislação trabalhista e a previdência social⁵ em seu próprio benefício e prejudicando o bem-estar social dos trabalhadores, que passam cada vez mais a ter menos direitos.

No Brasil, o conceito de RSE é bastante recente, tendo surgido as primeiras discussões em meados da Década de 1970, e como protagonista a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) - Brasil, cujo objetivo inicial era promover o debate sobre o balanço social, o qual surgiu por demanda da sociedade, pois esta queria saber dos impactos das ações das empresas em relação à sociedade, ao meio ambiente e aos trabalhadores. Assim, o balanço social

É um instrumento de informação da empresa para a sociedade, por meio do qual a justificativa para sua existência deve ser explicitada. Em síntese, esta justificativa deve provar que o seu custo-benefício é positivo, porque agrega valor à economia e à sociedade, porque respeita os direitos humanos de seus colaboradores e, ainda, desenvolve todo o seu processo operacional sem agredir o meio ambiente (RIBEIRO; LISBOA, 1999 *apud* TENÓRIO, 2006, p.37-38).

Foi na busca de uma melhor e mais responsável atuação das empresas no Brasil que, conforme Ashley (2000), surgiram entidades como o Instituto Ethos; Instituto de Cidadania Empresarial (ICE); Conselho de Cidadania Empresarial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); o Núcleo de Ação Social (NAS) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e a Associação de Empresários pela Cidadania (CIVES), além da ADCE-Brasil e da Fundação de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES).

⁵ A reforma trabalhista foi aprovada em julho de 2017 e a reforma da previdência teve a sua admissibilidade aprovada em dezembro de 2016 e, até a elaboração deste capítulo não fora aprovada.

No entanto, com as novas investidas conservadoras no Brasil, tanto no plano político, quanto econômico, as ações socialmente responsáveis das empresas são deixadas de lado para, mais uma vez, buscar somente os lucros sem importar o meio ambiente⁶, nem mesmo o ser humano, o que no contexto brasileiro torna-se cada vez mais um projeto. Por que realizamos tal afirmativa? Primeiramente, porque o conservadorismo adentrou não apenas a esfera política e econômica, mas a sociedade brasileira está cada vez mais conservadora na esfera social, inclusive com alguns grupos sociais demandando a neoinvestida conservadora no âmbito das escolas e universidades, a exemplo do que explanamos acima com o Projeto Escola Sem Partido, que surgiu de determinados grupos sociais, cujas ideias se ligam ao neoliberalismo econômico.

Numa sociedade, cuja formação escolar e universitária não estejam presentes elementos que propiciem um posicionamento mais crítico e participativo do sujeito na sociedade, homens e mulheres passam a aceitar passivamente essas investidas. Sem disciplinas de cunho social e humanístico na formação de crianças, adolescentes e adultos, as instituições educativas passam a formar mão-de-obra dócil para o mercado de trabalho tal qual ele está posto. E aqui, a universidade, como ambiente que educa profissionais para o mundo do trabalho, e para além do mercado tal qual ele está posto, tem um papel social de destaque na transformação da sociedade. As universidades já estão conscientes do papel de formação de profissionais de alto nível, com sentido de responsabilidade social, pois não é à toa que ela promove seminários, cursos, disciplinas, dentre outros espaços formativos, onde as temáticas da ética e da responsabilidade social estão presentes.

No entanto, ainda não é suficiente para transformar o estado de coisas que se apresenta na sociedade contemporânea. São necessários cada vez mais debates, encontros, transformações curriculares para inserir as temáticas da ética e da responsabilidade social em todas as disciplinas do currículo, mesmo que de forma

⁶ A este respeito é importante lembrar o desastre ocasionado por uma empresa mineradora no ano de 2016 na cidade de Mariana, no estado de Minas Gerais.

transversal, mas também, como disciplinas isoladas e como projetos de pesquisa e extensão. O que se necessita é de profissionais que verdadeiramente busquem transformar a sociedade em prol da justiça social, da igualdade, da transparência, da ética e não apenas de burocratas que queiram manter o *status quo* vigente. Ou seja, o Brasil necessita cada vez mais de uma formação crítica, na busca de uma consciência social, ambiental e financeira, o que possibilitaria a transformação dos casos generalizados de corrupção.

Para tanto, a formação dos profissionais necessita de ser repensada, bem como a sua atuação nos mais diversos espaços. No caso da Biblioteconomia, em pesquisas já realizadas por Moraes e Lucas (2012) e Moraes e Sánchez Espinoza (2012), os resultados sempre indicam a necessidade de haver uma discussão acerca da responsabilidade social do bibliotecário (RSB) diante de uma sociedade cada vez mais midiaticizada, onde os mediadores, ao mediar mensagens, informações, também se tornam construtores da realidade. E, é nesse contexto, de uma sociedade em que a democracia é exceção e não regra, onde as informações que são mediadas possuem vieses por parte da mídia, onde os sujeitos muitas vezes recebem as informações por meio de redes sociais e as tomam como verdade, sem conferir a fonte, ou sem analisar mais profundamente as informações, que o papel dos mediadores, dentre eles, o bibliotecário, torna-se mais importante. E, aqui, retomamos a indagação anterior: qual a responsabilidade social do bibliotecário diante dos contextos de rupturas democráticas? Qual a responsabilidade social do bibliotecário onde as ditaduras são mais sutis e singelas e assumem ares de democracia?

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL BIBLIOTECÁRIA: DELINEANDO UM CONCEITO

A discussão acerca da RSB não é recente. Ela surge em concomitância com as discussões acerca da RSE, ou seja, por volta da Década de 1950. Em nossas primeiras buscas acerca da responsabilidade social do bibliotecário encontramos Broadfield (1949 *apud* CYSNE, 1993, p.30), para quem “[...] a responsabilidade social do bibliotecário resulta em que o acesso à informação não

deve ser obstaculizado nem pela sociedade, nem pela religião, muito menos pelo Estado” e – acrescentaríamos – nem mesmo pelo bibliotecário. Em outras palavras, a RSB refere-se a que o profissional deve tratar a informação com vistas a disponibilizá-la, tendo como princípios fundamentais a ética, a responsabilidade social e a democracia, uma vez que este profissional, por ter como matéria-prima de trabalho a informação, e por sua ferramenta de trabalho serem as técnicas e tecnologias de tratamento de informação, também denominadas de linguagens documentárias (catalogação, indexação, classificação), a informação pode ser disponibilizada ou ocultada dentro dos ambientes de mediação de informação. Assim, conforme o avanço das discussões acerca da RSB, podemos classificá-las em três tipos: visão tradicional, visão crítica e visão neoconservadora.

Se a discussão não é recente, a prática da responsabilidade social o é menos ainda, haja vista que, historicamente, a RSB estava voltada aos cuidados do acervo e, conforme Du Mont (1991, p.24), “[...] os bibliotecários viam que sua maior responsabilidade estava na coleção; cuidar dos materiais que estavam no edifício da biblioteca”. Esta, portanto, é uma visão instrumental da RSB, pois o profissional a percebe apenas como o fazer bem o trabalho tradicional do bibliotecário. Na realidade, podemos classificá-la como *visão tradicional de responsabilidade social bibliotecária*, onde o trabalho do bibliotecário é visto como um fazer como qualquer outro dentro do rol das profissões e deveriam, os bibliotecários, agir como se age numa fábrica. A saber, nesta visão, os bibliotecários deveriam apenas trabalhar em prol de que todo o acervo estivesse organizado e que os materiais de informação pudessem ser encontrados da forma mais eficiente possível e, para isso, as linguagens documentárias tradicionais deveriam ser tomadas como a única forma possível de organização do acervo.

Assim, os princípios de gestão do ambiente de informação deveriam ser pautados pela administração científica de Taylor e os bibliotecários deveriam ser profissionais bem treinados para o manejo dos materiais documentários, bem como planejar e elaborar instrumentos de medição para verificar se os materiais de informação estavam sendo bem usados e os catálogos em ordem.

Não por acaso, os currículos de alguns cursos de Biblioteconomia enfatizam a administração científica, nas disciplinas de administração de bibliotecas, ou similares, conforme pesquisa de Moraes (2007). Essa visão permaneceu na prática dos bibliotecários e no imaginário popular durante muito tempo e continua atualmente, quando esse profissional acredita que pode “fazer bem” seu trabalho, sem interferências ideológicas, ou seja, fazer do seu local de trabalho uma espécie de “biblioteca sem partido”.

Pelo que encontramos nos currículos de formação dos bibliotecários, por meio da análise de conteúdo dos projetos político-pedagógicos e das ementas de disciplinas, é que a visão de uma atuação mais crítica dos bibliotecários veio ocorrer, pelo menos no Brasil, a partir da implementação do currículo mínimo de 1988, onde poderiam ser encontradas disciplinas voltadas, mesmo que bastante timidamente, a uma reflexão acerca do contexto sócio-político e econômico (MORAES, 2007) da época. No entanto, não foi e continua não sendo suficiente para uma formação mais crítica e participativa dos profissionais da informação no âmbito da sociedade, o que ocorre até a atualidade. Por exemplo, disciplinas de filosofia, sociologia e política quando são inseridas nos currículos, os professores, geralmente de outros departamentos, que vão lecionar essas disciplinas, dificilmente fazem a transposição dos conhecimentos dessas disciplinas para o contexto da Biblioteconomia e da atuação dos bibliotecários e estes, ainda, não conseguem tornar *práxis* os conhecimentos advindos de tais disciplinas, como nos indicam os diversos estudos de Souza (1990, 2009) e o estudo de Cysne (1993).

Hodiernamente, o bibliotecário tem sua prática pautada na preocupação com o indivíduo ou com o grupo e com suas necessidades de informação. A população, ainda, é carente do acesso a bens e serviços essenciais e a mediação da informação seria uma das maneiras de sanar tal problemática. Portanto, a RSB deixa *pari passu* de ser centrada apenas na organização do acervo para dar conta dos processos de mediação da informação, e o objeto de preocupações da Biblioteconomia, conforme Cysne (1993, p.53, grifo nosso), deixa de ser somente a “[...] organização de documentos com vistas à sua preservação, e se desloca para a

difusão da informação. *O objeto da Biblioteconomia deixa de ser o documento para ser a informação*". E é esta postura, a de um bibliotecário mais crítico e consciente de que seu trabalho envolve algo muito além da organização e administração dos materiais de informação; de que, na realidade, ele é um mediador, um educador do acesso e do uso da informação, que surge o que denominamos de *visão crítica da responsabilidade social bibliotecária*. De acordo com essa visão, o que primeiro se coloca em suspensão é a visão clássica, ou seja, a de que a RSB se refere a apenas aos cuidados do acervo e insere o bibliotecário como um gestor do acervo documental. No entanto, a visão crítica da RSB faz perceber que o bibliotecário e as bibliotecas estão inseridos na sociedade e ela deve influenciar essa sociedade e ter um impacto positivo na sua atuação e não de neutralidade, passando a ser esse profissional um mediador e não apenas um ordenador documental.

A partir da visão crítica da RSB, o bibliotecário não é apenas o organizador do acervo documental e um entregador de materiais informativos, como na visão clássica. Ele passa a ser um agente de transformação social e passa a fazer diferença nos locais onde ele atua, independente da comunidade na qual este profissional está inserido. O profissional com essa postura crítica diante do mundo passa a ser mais dialógico, ou seja, tem no diálogo com os outros usuários o seu trabalho. É um profissional ativo e crítico diante do mundo e que transforma a realidade da comunidade na qual está inserido, pois percebe que sua atuação não é e não tem como ser neutra. Ele passa, antes de tudo, a ser um mediador de informações e coparticipe na construção e reconstrução do conhecimento dos sujeitos.

No que concerne à atuação do bibliotecário como mediador de informações, Wassenman (1972 *apud* CYSNE, 1993, p.47) afirma que esse papel de mediador depende de uma ação política do profissional, que tanto pode ser em direção à transformação social, como à reprodução da situação vigente. Portanto, de intermediário da informação, passando a gestor de conhecimento, mediador informacional e pedagógico, aos poucos o bibliotecário incorpora uma nova posição, atuando como líder e agente educacional de transformação (DUDZIAK, 2007, p. 90), o que corrobora com a

afirmação de Cysne (1993) de que a Biblioteconomia tem uma dimensão não apenas social, mas, sobretudo, educativa.

Mesmo que os autores que trouxemos ao diálogo tenham afirmado que o papel do bibliotecário é mediar informação com sentido de responsabilidade social, eles não delinearam qual seria esse papel. Quem mais nos levou a um possível delineamento das ações de mediação do bibliotecário de forma socialmente responsável foi Danton, um aluno da Escola de Chicago, para quem a responsabilidade social do bibliotecário deve ser derivada dos ideais presentes na sociedade na qual ele está inserido. Nessa mesma linha, encontra-se Egan (1955 *apud* CYSNE, 1993, p.28) a qual afirma que o bibliotecário tem sua responsabilidade social pautada na facilitação do tráfego do fluxo de informação. Portanto, as atividades de mediação do bibliotecário não são definidas pelo próprio profissional, mas sim, pela comunidade na qual ele está inserido profissionalmente e acrescentamos: desde que esses ideais de sociedade visem à democracia, à inclusão dos sujeitos na sociedade, ao diálogo.

Diante das discussões acerca da RSB, podemos começar a ter um fio condutor de nossas ideias acerca de quais seriam as suas ações de mediador de informações e de cultura. O bibliotecário, diante do novo contexto informacional, atua na regulação do fluxo de informações presentes na sociedade, de forma a mapear os pontos de utilização da informação, identificando onde há falta de informação e onde há excessos. Analisando as informações, seus tipos e formatos, ele fabrica produtos informacionais para a sociedade e organizações, tendo em vista a utilização das informações objetivando o livre fluxo, o que nunca pode ser obstaculizado pelo bibliotecário, nem pelo Estado. É nesse sentido que Vergueiro (1988 *apud* CYSNE, 1993, p.41) afirma que o papel do bibliotecário é aumentar o uso e a satisfação das necessidades de informação de determinada camada social, utilizando as mais sofisticadas técnicas e os meios mais avançados de armazenagem e recuperação.

Podemos perceber que a literatura acerca da RSB não é recente, porém, ainda é escassa e não delimitou, de fato, qual é esse papel socialmente responsável do bibliotecário. Se for consenso que

esse papel é o de organizador e mediador de informações, ainda não se tem definido de que mediação se fala. Porém, visualizamos, no contexto deste capítulo, que um dos papéis do bibliotecário, em qualquer ambiente informacional, enquanto mediador, é ser o filtro entre o volume informacional e o usuário, conforme evidenciou Ortega y Gasset (1967). Sanches (2013, p.110) amplia essa visão afirmando que o trabalho do profissional da informação⁷, por sua própria natureza, é social, pois disponibilizar informação e conhecimento auxilia no desenvolvimento da sociedade. Portanto, para o autor, “[...] a responsabilidade social do profissional da informação, está baseada nas necessidades informacionais das pessoas”, ideias já contidas em Egan (1955 *apud* CYSNE, 1993).

Por fim, encontra-se a *visão neoconservadora da responsabilidade social bibliotecária*, onde há um retorno ao passado de perceber que a atuação do bibliotecário deve se restringir a fornecer a informação que o usuário demandar sem interferências sociais, políticas, econômicas, religiosas etc. Ou seja, é a volta da tão aclamada neutralidade do trabalho do bibliotecário, onde a própria formação lança currículos em que as questões da responsabilidade social, da ética e disciplinas como filosofia, sociologia se encontram inseridas nesses currículos em nível de Brasil, conforme evidenciam as discussões de Moraes e Sánchez Espinoza (2012), no entanto, ainda de forma bastante incipiente.

Em suma, compreendemos a RSB como um conjunto de ações realizadas pelos bibliotecários no sentido de buscar metas que sejam boas para a instituição na qual ele atua e para a sociedade onde essa instituição está inserida, atuando em conjunto com ela. Desta feita, a utilização de linguagens documentárias para organização do acervo que consigam dialogar com a linguagem comum da comunidade, estruturadas em *Folksonomias*, *Tags* e outras, numa simbiose com as linguagens documentárias

⁷ No contexto deste capítulo, Profissional da Informação é aquele profissional que tem por matéria-prima de trabalho a informação em sua forma material e imaterial. Assim, arquivistas, bibliotecários, museólogos, jornalistas, publicitários, dentre outros profissionais são considerados como profissionais da informação. No entanto, ao falar de profissional da informação, estamos nos referindo especificamente ao bibliotecário neste momento.

tradicionais, seria um primeiro aspecto do repensar a RSB. Além da questão da organização do acervo, há aquela que se refere às formas de mediação das informações, pois se a RSB tradicional tinha como pressuposto que fornecer o material de informação demandado pelo usuário já cumpria com o papel social do bibliotecário; na atualidade, esse papel se torna muito mais complexo, pois é uma ação socialmente responsável que o bibliotecário aja como um educador informacional no sentido de ensinar os usuários a buscar e usar as informações, a partir de fontes confiáveis para satisfazer suas necessidades informacionais e assim exercer a sua cidadania.

Dessa maneira, a RSB está estritamente ligada a ações que visem à democratização do acesso aos conhecimentos e à busca de efetivação da democracia nas sociedades, pois a razão de ser das bibliotecas na contemporaneidade, que é possibilitar o acesso às informações de forma cada vez mais equitativa, só é possível em sociedades democráticas, uma vez que em períodos de exceção bibliotecas, arquivos, museus e outros espaços que tenha por insumo básico a informação e a cultura são os primeiros a serem perseguidos. Desta feita, a RSB também se refere à contínua busca de construção e de reconstrução da democracia nas sociedades, tendo como princípio básico a democratização dos saberes e a ética, pautando todas as ações dos bibliotecários, uma vez que, sendo a informação fonte também de poder, dependendo da forma como a informação é manipulada ela poderá ficar acessível ou não a determinados grupos sociais em detrimento de outros. Daí a necessidade cada vez mais urgente do ensino da Responsabilidade Social Bibliotecária nas Escolas de Biblioteconomia, bem como de disciplinas voltadas para a formação política, uma vez que, ambas, são complementares.

4 RSB E A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Como vimos, estados de exceção não comportam direito à informação, o direito de produzir informações e muito menos o direito de exigir prestação de contas dos atos dos governantes. E não suportam, também, a discussão acadêmica desses direitos, o que hoje está diferente (LIMA; CORDEIRO; GOMES, 2014, p.59).

Conforme estamos discutindo até o presente momento, o trabalho do bibliotecário tendo como essência o acesso e não apenas a guarda de documentos e informações, tem um compromisso intrínseco com a democratização das sociedades, inclusive como mecanismo de sobrevivência, enquanto profissão socialmente responsável. Por qual motivo? Em primeiro lugar, porque as bibliotecas (mas também arquivos e museus) são espaços privilegiados para a construção, a reconstrução, o uso e o reuso de informações e essa construção e uso só podem ser realizadas em sua plenitude quando existe um livre fluxo de informações nas sociedades, ou pelo menos, quando a produção de conhecimentos não é perseguida, como é típico de estados de exceção. Em segundo lugar, porque a existência mesma de bibliotecas, em sua plenitude, tomando como princípio básico a democratização do conhecimento, só pode existir em sociedades que sejam plenamente democráticas ou que, pelo menos, tenham a busca permanente de democratização como um de seus objetivos.

Nunca é demais relembrar o caso relatado no livro *Une republique documentaire*, de Gautier-Gentès (2004), onde o autor narra que nos Anos de 1996 e 1997 a inspeção geral de bibliotecas inspecionava bibliotecas municipais dos municípios de Orange e Marignane e constataram que os governantes dessas cidades, os quais eram de extrema direita, impuseram às suas respectivas bibliotecas públicas a aquisição de publicações favoráveis à sua ideologia, ao passo que dificultavam a aquisição de publicações originárias ou sobressaíam censuradas em relação a outras ideologias. Este fato gerou reação por parte dos bibliotecários locais, para os quais a biblioteca é o lugar onde se reforça o consenso social e, por consequência, os extremismos não têm lugar aí, o que reacendeu o debate sobre censura. Dando a biblioteca lugar a obras que tratem de teses extremistas, não estaria favorecendo a propagação de tais teses? O autor argumenta que a democracia estaria em desvantagem caso essas obras fossem retiradas das bibliotecas e que estas deveriam dispor de mecanismos de salvaguarda do pluralismo de opiniões. Como? Em primeiro lugar, não dar espaço a sub-representação de qualquer corrente de pensamento que seja e, também, definindo a biblioteca como

espaço de contra poder, onde haja a reflexão crítica, e onde a biblioteca dê espaço às publicações de todas as ideologias. E para que a democracia seja realizada ainda mais plenamente, o autor cita a necessidade de se fazer um uso pedagógico das publicações, o que pressupõe a presença de profissionais habilitados a educar informacionalmente os usuários.

Continuando a discussão em relação à biblioteca pública (aproveitando o caso das bibliotecas supracitadas), esta necessita ser ressignificada a fim de torná-la um verdadeiro centro provedor de informações para a sociedade, objetivando auxiliar os sujeitos a exercerem a sua cidadania. Um dos mecanismos que favoreceriam essa atuação da biblioteca pública no contexto brasileiro é a Lei 12.527/2011, mais conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI). Esta Lei visa “[...] garantir o direito de acesso à informação, compreendido como pressuposto do exercício da participação cidadã, a partir da instituição de instrumentos de publicização da gestão estatal” (ANDRADE; CARDOSO, 2014, p.108). No entanto, muito embora uma determinada parcela da população tenha acesso a dispositivos móveis e a rede de Internet, este acesso ainda não é totalmente democratizado, ora porque o acesso à rede ainda não é possibilitado, ora aos dispositivos; e se essa democratização do acesso à informação se referir à conectividade, essa democratização torna-se ainda mais deficiente, o que dificulta o cidadão a acessar diretamente as informações para o exercício de sua cidadania.

Dessa maneira, as bibliotecas, mas, sobretudo, as primeiras bibliotecas públicas, as quais datam do Século XIX, têm uma história ligada ao processo de democratização das sociedades e, nos Estados Unidos, a expectativa de sua criação era a de que elas viessem a contribuir com a sustentação do projeto de democracia nesse País (MUELLER 1984 *apud* CYSNE, 1993, p.24). No entanto, a biblioteca pública brasileira da forma como ela se encontra hoje, não oferece esse tipo de serviço, não atinge a maior parte da população que não vê na biblioteca um local para consultar acerca dos seus direitos e deveres como cidadãos. Assim, a biblioteca pública, em conjunto com arquivos públicos, deve buscar propiciar cada vez mais o acesso à informação para os cidadãos, utilizando o dispositivo da LAI para benefício da sociedade. A biblioteca pública poderia estar auxiliando

os cidadãos em suas questões de cidadania, como trabalhar em programas de alfabetização informacional para auxiliar os cidadãos, por exemplo, com a documentação para a retirada de documentos civis, de como elaborar o imposto de renda, onde obter benefícios sociais como: bolsa família, seguro desemprego etc., e, inclusive, de como lutar para que esses direitos não lhes sejam retirados.

Investir na alfabetização informacional de jovens e adultos nas bibliotecas públicas, escolares e universitárias (por meio de projetos de extensão), a fim de que os sujeitos saibam como encontrar as informações que necessitam, mas, sobretudo, ter criticidade nas informações que eles acessarem, para não tomarem todas como verdade. Dentre os programas de competência informacional, também levar palestras, conferências, cursos, sobre governo, sociedade civil, direitos e deveres do cidadão etc. para a comunidade na qual a biblioteca está inserida, inclusive, chamando os debates políticos para dentro da biblioteca pública e não apenas que os cidadãos participem dos debates televisionados sem falar aos políticos as suas verdadeiras impressões sobre seus projetos, propiciando um espaço para o exercício da democracia dentro da biblioteca.

Para tanto, a biblioteca que está inserida na comunidade, pública, escolar, universitária pode ser um espaço privilegiado, não de controle e vigilância de informações, mas sim, da liberdade, do pluralismo, de encontros, de debates e de constante aprendizado no que concerne ao uso e reuso de informações como um dos mecanismos que auxiliará os sujeitos no exercício da sua cidadania e na constante construção da democracia nas sociedades. Nesse tipo de biblioteca e mesmo de escola não há lugar para programas que visem à neutralidade da educação, porque ela, em sua essência, não é neutra, conforme explica Freire (2001, p.21):

Não pode haver caminho mais ético, mais verdadeiramente democrático do que testemunhar aos educandos como pensamos, as razões por que pensamos desta ou daquela forma, os nossos sonhos, os sonhos porque brigamos, mas, ao mesmo tempo, dando-lhes provas concretas, irrefutáveis, de que respeitamos suas opções em oposição às

nossas. Não haveria exercício ético-democrático, nem sequer se poderia falar em respeito do educador ao pensamento diferente do educando se a educação fosse neutra – vale dizer, se não houvesse ideologias, política, classes sociais.

As ideias de Paulo Freire sobre a importância da democracia na escola e na sociedade já estavam contidas em Kilpatrick (1942, p.7) para quem

Não é de admirar, portanto, que tantos cidadãos se mostrem indiferentes para com o bem público, pois se lhes ensinou a não ligarem o pensamento à ação. Esta situação é antidemocrática, ou pior, é imoral e é trágica. Não é possível esperar que a criança penetre o verdadeiro sentido da democracia, se não se consegue antes de tudo vivê-la.

Contrariamente à democracia, à liberdade de expressão e ao acesso à informação, no caso brasileiro, um dos períodos de maior cerceamento das liberdades foi o da ditadura militar, instaurada após o golpe de 1964. Alves (*apud* LIMA; CORDEIRO; GOMES, 2014, p.72) afirma que os procedimentos adotados pelos governos militares constitutivos do aparato coercitivo eram:

- 1) Da instauração de comissões, em todos os órgãos públicos, encarregadas de realizar inquéritos policiais e militares (IPM) que resultavam em expurgos de funcionários e prisões;
- 2) Das cassações de parlamentares, bem como de prefeitos e governadores;
- 3) Dos expurgos nas forças armadas e
- 4) Do controle intenso dos movimentos políticos e sociais e de indivíduos considerados subversivos. No entanto, mesmo montado anteriormente ao golpe, o aparato informacional se consolidou após o AI-5, onde uma ampla rede de espionagem e produção de informação e de contrainformação, liderada pelo Sistema Nacional de

Informação (SISNI), cujo principal órgão era o Serviço Nacional de Informação (SNI).

- 5) Assim, uma das graves consequências associadas à atuação da comunidade de informação, além do exílio, das torturas e das prisões, foi a perseguição e o comprometimento da vida de milhares de cidadãos, o que reflete até os dias atuais na sociedade brasileira. Atualmente, no Brasil, a LAI também é um instrumento que possibilita o fortalecimento de uma sociedade democrática, uma vez que favorece a que o cidadão seja cada vez mais participativo na sociedade e, por meio das informações que ele pode acessar, de forma mais facilitada, tanto ele poderá demandar determinadas ações do agente público, quanto ele mesmo poderá questionar as ações desse agente.

Para a concretização da democracia brasileira, para que ela se torne cada vez mais consolidada, a escola, a biblioteca, o arquivo e o museu possuem um papel ímpar, pois essas instituições têm por matéria-prima de trabalho a cultura que se faz informação e conhecimento e vice-versa. Professores, arquivistas, bibliotecários e museólogos devem cada vez mais trabalhar em conjunto, para que os alunos sejam competentes no uso desses dispositivos informacionais, tanto em sua forma física, quanto eletrônica (haja vista já se encontrarem alguns acervos desses ambientes disponíveis na rede) e tornar a escola um ambiente possibilitador também das várias formas de acesso à informação e, por extensão, da democracia. Por qual motivo? Em primeiro lugar, porque a democracia pressupõe o livre fluxo de informações, a liberdade de aprender e de ensinar, a livre manifestação do pensamento, do pleno exercício dos direitos e na mesma proporção dos deveres. O direito e o dever de respeitar e ser respeitado, de saber conviver com o outro, de respeitar a diversidade de culturas, incluindo crenças, filiações, modos de ser etc., que é, ou pelo menos deveria ser discutido em todas as disciplinas escolares de forma transversal, mas que encontra terreno fértil em disciplinas como história, sociologia, filosofia, literatura e outras, ou seja, nas palavras de Paulo Freire:

Não se faz nem se vive a substantividade democrática sem o pleno exercício deste direito que envolve a virtude da tolerância. Talvez as Cidades pudessem estimular as suas instituições pedagógicas, culturais, científicas, artísticas, religiosas, políticas, financeiras, de pesquisa para que, empenhando-se em campanhas com este objetivo, desafiassem as crianças, os adolescentes, os jovens a pensar e a discutir o direito de ser diferente sem que isto signifique correr o risco de ser discriminado, punido ou, pior ainda, banido da vida [...]. Que estranha maneira é essa de fazer História, de ensinar Democracia, espancando os diferentes para, em nome da Democracia, continuar gozando da liberdade de espancar! (FREIRE, 2001, p.14; 19).

É a partir dessa ideia que Paulo Freire afirma que é impossível ensinar para o exercício pleno da cidadania se o educador não vivencia a sua cidadania, é impossível ensinar a democracia em sala de aula se ele não tem a prática da democracia. Daí, que o educador para ensinar precisa ter a *práxis*, precisa ensinar a tolerância porque ele mesmo é tolerante. O mesmo vale para os profissionais da informação: não há como advogar pelo amplo acesso à informação nas sociedades se esse profissional não tem o acesso por ideal e continua atuando como um guardador e protetor de informações.

É necessária cada vez mais uma educação para os profissionais da informação que tenha como princípios básicos a ética e a responsabilidade social, sem as quais a efetivação de uma verdadeira e plena democracia continuará sendo apenas perspectivas de futuro, ou não, no Brasil contemporâneo. Por qual motivo? Principalmente, porque a maior parcela da população brasileira não é educada informacionalmente a ponto de saber analisar as fontes de informações e classificar as que são confiáveis e quais não são, isso tanto nos formatos tradicionais, quanto nos que se encontram na rede. Informações falsas veiculadas são, muitas vezes, tomadas como verdade e se espalham rapidamente na rede,

ocasionando uma “guerra informacional”, onde não há mais como corrigir essa informação. E tomar essas informações como verdade, repassar, é um terreno fértil para a instalação do fascismo nas sociedades.

Diante desse contexto, a biblioteca pública, escolar, comunitária, universitária, de instituições públicas deverão trabalhar em consonância com arquivos e museus das cidades a fim de usar todo o seu aparato não apenas para possibilitar o acesso às informações de interesses dos cidadãos, seja que tipo de informação for, claro que respeitando-se as classificações de sigilo, mas que antes de tudo o “acesso seja a regra”, conforme um dos artigos da LAI. Esse dispositivo, aliado à universalização e ressignificação de bibliotecas públicas e escolares no Brasil, com programas de alfabetização informacional, é um terreno fértil para a verdadeira construção da democracia brasileira, ainda tão frágil.

Repetidas vezes, os movimentos sociais em rede de todo o mundo têm exigido uma nova forma de democracia, não necessariamente identificando seus procedimentos, mas explorando seus princípios em sua própria prática. Os movimentos sociais, assim como a opinião pública em geral, coincidem em denunciar o escárnio a que são submetidos os ideais democráticos na maior parte do mundo. E assim, das profundezas do desespero, por toda parte, surgiram um sonho e um projeto: reinventar a democracia, encontrar maneiras que possibilitem aos seres humanos administrar coletivamente suas vidas [...]. Esses movimentos sociais em rede são novos tipos de movimento democrático [...] (CASTELLS, 2013).

As ditaduras ensinam que o acesso à informação é privilégio do governo e, muitas vezes, é usado para censura, perseguição, assassinatos, e outras ações típicas de estados de exceção. Em estados democráticos, o acesso à informação deve ser regra e o sigilo exceção, conforme a LAI. Todavia, não é apenas a liberdade de acesso à informação que deve pautar uma democracia, mas também

as liberdades individuais, a liberdade de aprender e de ensinar, a liberdade de expressar ideias, e, sobretudo, de escutar as ideias dos outros, mesmo que em oposição às nossas, ou seja, de liberdade em todos os aspectos da vida humana e social.

A biblioteca, bem como outros espaços de educação, de informação e de cultura, são espaços privilegiados para a construção da democracia, pois têm por matéria-prima de trabalho objetos culturais e a informação, que também é cultura. Podemos ampliar a ideia e afirmar que arquivos, bibliotecas, museus e escolas são espaços privilegiados de informação e de cultura, e, por isso, não deveriam atuar isolados entre si na sociedade, a fim de garantir uma atuação mais plural e uma aprendizagem em que a busca pelo conhecimento, a sua construção e reconstrução sejam a tônica desses espaços.

Se a biblioteca é um espaço privilegiado de construção e de vivência da democracia ela mesma necessita vivenciar essa democracia, ou seja, tornando o acesso a regra e não a exceção. Como? Em primeiro lugar, tornando a biblioteca um espaço onde a burocracia seja a exceção, pois facilitar o acesso à informação é o princípio maior da biblioteca. Um espaço que seja dialógico, que privilegie a fala, a discussão, o encontro, a pluralidade de ideias, e não o lugar da censura, do silêncio, da anti-democracia.

A biblioteca, para se tornar um espaço construtor da democracia, com usuários que busquem o ideal da democracia em sua vida, seus gestores, os bibliotecários, eles mesmos, deverão ter a democracia como sua *práxis*, como ideal também e vivenciá-la e construí-la já nos espaços das bibliotecas, tornando a democracia não apenas um discurso do profissional, mas, sobretudo, uma prática que ele vivencia em sua profissão. Para tanto, a biblioteca deve ser um local que incentive a participação social, que incentive a participação política, que eduque e incentive os usuários a serem cidadãos, críticos, ativos e participativos na sociedade, por meio de programas de alfabetização informacional.

O bibliotecário, diante do contexto de construção de uma sociedade democrática, deve estar ao lado dos educadores (em qualquer nível de ensino) e entrar na luta com eles por melhores salários, melhores condições de trabalho e maior reconhecimento

social. Se a RSB é propiciar o acesso à informação sem nenhum tipo de obstáculo, nem por opções religiosas, nem partidárias, nem apartidárias etc., quando se põe em pauta projetos que visam cercear a liberdade de expressão dos professores em sala de aula, os bibliotecários também deveriam estar inseridos nessa luta junto com os professores, para impedir que o fluxo livre de informações seja interrompido nas salas de aulas e, conseqüentemente, nas bibliotecas escolares e públicas. Os bibliotecários, também em sua atuação em setores como bibliotecas empresariais, devem estar atentos que sua responsabilidade perpassa a responsabilidade social empresarial, mas uma RSE que seja crítica, ou seja, não aquela que escamoteia as suas reais conseqüências para a sociedade.

Para que haja uma mudança na atuação dos bibliotecários em prol da verdadeira responsabilidade social e ambiental, bem como uma RSB, os cursos de graduação em Biblioteconomia e, por extensão, da área da informação, devem inserir em seus planos de estudos, como disciplina isolada, mas, sobretudo, como conhecimentos transversais, a teoria e a prática da responsabilidade social, em disciplinas, em projetos de pesquisa e em projetos de extensão, como maneira de educar bibliotecários para atuação em uma sociedade que deve cada vez mais buscar a democratização, como a brasileira. Portanto, sendo a RSB a democratização do acesso à informação, tomando os programas de alfabetização informacional como metodologia para tal fim, não há como não buscar inserir a pluralidade de pensamento, ações na sociedade e a participação política como *práxis* do bibliotecário⁸.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Congresso aguarda MP do novo ensino médio anunciada nesta quinta pelo governo**. 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/22/congresso-aguarda-mp-do-novo-ensino-medio-anunciada-nesta-quinta-pelo-governo>>. Acesso em: 23 set. 2016.

⁸ Acerca da discussão sobre a formação e participação política do bibliotecário cf. Spudeit, Moraes e Correa (2016).

ANDRADE, C. C. de; CARDOSO, A. M. P. O acesso à informação pública no Brasil: a Lei 12.527, de 2011 e as práticas sociais. In: MOURA, M. A. (Org.). **A construção social do acesso à informação pública no Brasil: contexto, historicidade e repercussões**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014. p.107-126.

ASHLEY, P. A. A mudança histórica do conceito de responsabilidade social empresarial. In: _____ (Org.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2000. Cap.3; p.40-58. (Prêmio Troféu Cultura Econômica)

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 23 dezembro 1996.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 18 nov. 2011. Edição extra.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 16 fev. 2017.

_____. Medida Provisória nº 746, de 2016. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 20 nov. 2016.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CYSNE, F. P. **Biblioteconomia**: dimensão social e educativa. Fortaleza: EDUFC, 1993.

DUDZIAK, E. A. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.1, n.1, p.88-98, jun. 2007. Disponível em:
<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1396/878>>. Acesso em 20 nov. 2016.

DUMONT, R. R. Ethics in librarianship: A management model. **Library Trends**, v.40, n.2, p.201-215, Fall 1991.

FREIRE, P. **Política e educação**: ensaios. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23)

GAUTIER-GENTÈS, J.-L. **Une republique documentaire**: Lettre ouverte à une jeune bibliothécaire et autres textes. Paris: Bibliothèque publique d'information/Centre Pompidou, 2004.

KILPATRICK, W. H. A democracia e o respeito da personalidade. In: DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO INTELECTUAL DA UNIÃO PANAMERICANA. **Democracia e educação**. Washington: União Panamericana, 1942. p.1-12.

LIMA, M. H. T. de F.; CORDEIRO, H. C. D.; GOMES, C. A. de S. Antecedentes e perspectivas o direito à informação no Brasil: a Lei de Acesso à Informação como marco divisor. In: MOURA, M. A. (Org.). **A construção social do acesso à informação pública no**

Brasil: contexto, historicidade e repercussões. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014. p.47-70.

MORAES, M. B. de. **A formação do bibliotecário na UFC à luz do neoliberalismo:** ser ou não ser! Fortaleza, 2007. Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2007.

MORAES, M. B. de; LUCAS, E. de O. Responsabilidade social na formação do bibliotecário brasileiro. **Em Questão**, Porto Alegre, v.18, n.109-124, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/24107/19763>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

MORAES, M. B. de; SÁNCHEZ ESPINOZA, A. Educación del profesional de la Información/bibliotecario en Brasil y México: la responsabilidad social em cuestión en la Sociedad de la Información. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE BIOÉTICA, 5., Toluca, 2012. **Memorias de Ponencias...** Toluca: Universidad Autónoma del Estado de México, 2012. 1 CD-ROM.

ORTEGA Y GASSET, J. **Misión del bibliotecario.** 2.ed. Madrid: Revista de Occidente, 1967. 83p.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. **Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar.** 2015. Disponível em: <<http://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em 20 ago. 2016.

SANCHES, R. R. Responsabilidade social do profissional da informação em uma sociedade democrática: do monopólio do conhecimento à liberdade de informação. In: CASTRO FILHO, C. M. de. **Olhares sobre a atuação do profissional da informação.** São Paulo: Todas as Musas, 2013. Cap.5; p.103-119.

SOUZA, F. das C. de. **O ensino de Biblioteconomia no contexto brasileiro.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

SPUDEIT, D. F. A. de O.; MORAES, M. B. de; CORREA, E. D. Formação política do bibliotecário no Brasil. **REBECIN**: Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, v.3, n.1, p.24-46, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin/article/view/37/pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Responsabilidade social empresarial**: teoria e prática. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. (Coleção FGV Prática)

CAPÍTULO 3

A BIBLIOTECONOMIA COMO CIÊNCIA SOCIAL

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus

1 INTRODUÇÃO

A multiplicidade de teorias geradas pelo campo das Ciências Sociais e Humanas constitui o cerne de sua distinção em relação às outras ciências e um modo de evitar o dogmatismo alimentado pelo apego único a um esquema de pensamento (GIDDENS, 2005). Segundo Gil (2011), essa variedade de correntes teóricas das Ciências Sociais decorre, sobretudo, da complexidade de seu objeto – o ser social. E é essa variedade de olhares para os fenômenos que possibilita a compreensão dos discursos da Biblioteconomia sob vários ângulos e segundo o olhar próprio do campo das Ciências Sociais e Humanas, em que ela se insere como modalidade específica do pensamento científico (ARAÚJO, 2013).

Compartilha-se dessa visão da Biblioteconomia como ciência social e humana, porque ela se volta às categorias interpretativas e de compreensão do ser humano, dos indivíduos que assumem comumente a designação de usuários – nomeados também de leitores e, mais recentemente, de atores ou interagentes (LANKES, 2011). Sujeitos ou usuários da informação, das fontes de informação, dos serviços das “instituições de cultura”, dos “equipamentos culturais”, onde são realizadas ações de mediação, apropriação cultural e simbólica (ALMEIDA JÚNIOR, 2009; DAVALLON, 2007). Usuários ativos que se apropriam, transformam, comunicam e criam significados, informações e conhecimentos localizados em um espaço-tempo histórico, trazendo marcas temporais, culturais e sociais de outros sujeitos, também, envolvidos nos processos que conformam a sociedade, numa dupla fundação, de ato fundador e fundação. Conforme esclarece Chauí (2013, p.28) “[...] a sociedade é condição e efeito da ação que a institui”.

Ademais, é possível dizer que a Biblioteconomia se volta à apreensão da inter-relação entre os indivíduos/atores da dimensão

informacional em diversos âmbitos, em “diferentes mundos da informação”: profissional, pessoal, acadêmico, lazer, entre outros, e, agem, segundo intenções de “in-formar” e de “se in-formar”. Segundo Araújo (2014), in-formar é da ordem de “dar forma a”, da produção de registros materiais do conhecimento e, se in-formar, seria a utilização, a apropriação desses registros. Assim, a Biblioteconomia está voltada à compreensão da “informação” dos fenômenos informacionais, os quais são acionados pelos seres humanos (agentes de interação), congregando os diferentes mundos da informação em contextos e realidades sociais específicas dentro de uma “realidade socialmente construída” (BERGER; LUCKMANN, 1996). Diante disso, acredita-se que a busca de um diálogo da Biblioteconomia com as Ciências Sociais e Humanas é de extrema importância para esse campo, cujos fundamentos derivam justamente das Ciências Sociais e Humanas.

Neste texto, de modo *en passant*, apresenta-se o ponto de vista de nove autores de livros de epistemologia ou fundamentos teóricos da Biblioteconomia, sendo três dos Estados Unidos da América, três do México e três do Brasil. Contudo, apesar da extensão do tema, pois a Biblioteconomia convoca outros conceitos como, por exemplo, biblioteca, bibliotecário, usuário, informação, documento, conhecimento, entre outros, o foco, neste momento, está concentrado na demonstração dos entendimentos acerca da Biblioteconomia como campo científico (BOURDIEU, 2002). A discussão dos outros elementos também trabalhados pelos autores selecionados intencionalmente, a saber: Butler (1971); Shera (1990); Lankes (2015) (Estados Unidos da América); Brown César (2000); Rendón Rojas (2005); Alfaro López (2010) (México); Milanese (1986); Almeida Júnior (1997); e Fonseca (2007) (Brasil) pode ser conferida na tese intitulada “Saberes científicos da Biblioteconomia em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas”, defendida no programa de pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Em seguida, os discursos sobre a Biblioteconomia são correlacionados às correntes das Ciências Sociais e Humanas, definidas em três: “ordenamento do social”; “contradições do

social” e, “construção do social” (LALLEMENT, 2008)⁹. A Biblioteconomia sendo um campo científico está inserida dentro da categoria maior das Ciências Sociais e Humanas, o que possibilita e reforça tal enlace; mesmo que, num primeiro momento, este social estivesse em função de uma ordem, da apreensão de um todo, em vez de fazer prevalecer o indivíduo e suas ações, conforme ocorre posteriormente com as abordagens alternativas (interacionistas), que se contrapõem às abordagens tradicionais (holísticas). A questão central que se busca defender é a de que a Biblioteconomia é uma ciência social e, portanto, acompanha as mudanças e os

⁹ **Ordenamento do social:** a realidade é externa ao sujeito, sendo apreendida por meio da observação ou métodos empíricos, cuja influência deriva das ciências Naturais e Exatas. Prevalece a ideia de progresso, evolução e acumulação do conhecimento. Centralidade na coletividade, na ordem, e não no sujeito, nas leis gerais e não em fenômenos isolados, ênfase na totalidade. Cientistas devem se livrar das pré-noções, valores e das ideias do senso comum; a ciência é pautada por um método científico que regula as atividades, ideia de neutralidade, imparcialidade e objetividade. Vertentes de pensamento: Positivismo, Funcionalismo, Neofuncionalismo, Teoria dos Sistemas, Estruturalismo.

⁹ **Contradição do social:** compreensão da realidade e da sociedade por meio dos modos e força de produção, que são históricas e totalizantes. Os interesses das classes sociais são desvelados, expondo questões como contradição, conflito e ideologia. Enfoque na estrutura para análise das relações sociais e da sociedade capitalista. A importância da *práxis*, da ação e da teoria em conjunto é colocada em foco. É retomado também o questionamento da alienação e a superação/libertação do homem. Com a Escola de Frankfurt, entra em cena o debate acerca da indústria cultural e seus efeitos, a cultura de massa, a ação à emancipação, pensamento e comportamento crítico. Vertentes de pensamento: Marxismo, Neomarxismo, Teoria Crítica, Escola de Frankfurt.

⁹ **Construção do social:** a realidade é construída pelos sujeitos que estão em interação, não é possível apreender em sua totalidade, o foco se desloca do macrosocial para o microssocial. A apreensão da realidade ocorre por meio da compreensão, descrição e interpretação. Ação social é vista como carregada de subjetividade, por isso não se chega à objetividade e à neutralidade da ciência e do cientista, que é carregado de seus sentimentos, valores e escolhas. Conhecimento é visto a partir de pontos de vista específicos (individualismo metodológico). Sujeito e objeto não estão separados, o sujeito é compreendido a partir de sua consciência e intencionalidade. Vertentes de pensamento: Fenomenologia, Etnometodologia, Interacionismo Simbólico, Construtivismo, Hermenêutica, Pós-estruturalismo.

enfoques dados pelas correntes sociais, passando, assim, inicialmente, pelas influências do positivismo e se libertando com a construção de um saber e epistemologia própria. Com o desenvolvimento das Ciências Sociais e da Biblioteconomia, foi possível, então, a “desnaturalização” do que é tido como natural, objetivo, pronto e verdadeiro; indivíduos e sociedades são construções discursivas e imbricadas pelas relações socioculturais, relações de poder e de conflito, que fundam as práticas sociais e informacionais, as quais podem ser vistas de diversos ângulos ou “olhares sociológicos”, em um franco processo de intersubjetividade das ações individuais e coletivas dos seres humanos e sociais.

A correspondência entre a Biblioteconomia e a sociedade está associada, inclusive, desde a origem do campo empírico, guiado pela necessidade prática ou utilitária e cognitiva, passando pela necessidade científica e a sua constituição como campo científico no Século XIX. Nessa direção, Delgado López-Cózar (2002) mostra conceitos fundamentais que se conectam: necessidade – função/prática/profissão – ensino/educação – ciência, promovendo, portanto, a substituição do paradigma profissional (fazer/aplicar) pelo científico (conhecer/investigar). Ressalta-se que a origem das bibliotecas ainda na Antiguidade, também corresponde a uma necessidade, cumprindo, assim, uma função social (ainda que excludente), pois se tornou imprescindível para as relações sociais a materialização, organização e armazenamento dos conhecimentos que antes eram exclusivamente da ordem da memória e da comunicação oral. Dessa maneira, instituições e campo científico devem, em conjunto, e de maneira dinâmica, atender aos anseios da sociedade, buscando responder, compreender e explicar o mundo e os fenômenos informacionais dos quais se ocupam e sob os quais a Biblioteconomia lança seu “olhar biblioteconômico”.

2 COMPREENSÕES ACERCA DA BIBLIOTECONOMIA

O desenvolvimento ao longo dos séculos devido à associação entre bibliotecas e Biblioteconomia, passando pela constituição no Século XIX como um campo científico, culmina no Século XX, na sistematização da produção teórica específica e de um plano de

pesquisa inicialmente marcado pela Escola de Chicago, o que sinaliza também uma mudança de um paradigma profissional para um paradigma científico (LÓPEZ-CÓZAR, 2002). Dentre muitos autores vinculados àquela Escola está Pierce Butler (1971) que compreende a Biblioteconomia como um campo do conhecimento que interpreta os fenômenos da vida social de modo objetivo, seguindo o estudo e o rigor científico. A busca pela relação causal entre os acontecimentos deve ser feita e, na impossibilidade desta causa, o autor defende que deve ser determinada pela via quantitativa. A acumulação de conhecimentos científicos possibilitaria a generalização da ciência das bibliotecas e não o estudo individual e isolado dos processos, de modo subjetivo, mas sim das funções. Para que esse deslocamento ocorra, o autor advoga a favor dos métodos científicos (observação, experiência e avaliação), assim “[...] com o desenvolvimento da ciência da Biblioteconomia teremos um dia conhecimentos definitivos sobre questões para as quais atualmente temos de usar a opinião subjetiva” (BUTLER, 1971, p.XVIII).

Além da busca de uma construção científica com base nos rigores da ciência moderna, Butler (1971) atribui centralidade aos registros gráficos para o bem-estar social e benefício da organização da biblioteca. Outro autor que dá importância ao registro gráfico é Shera (1990), também filiado à Escola de Chicago. Para ele, a Biblioteconomia tem como objetivo permitir o máximo de eficiência e utilidade social dos registros gráficos humanos, voltando-se também à compreensão do conhecimento de modo mais amplo na sociedade e no âmbito individual. Essa otimização dos registros gráficos se relaciona com o ato de mediação entre o homem, seja individual ou coletivamente e seus registros gráficos, o que leva ao paradigma da Biblioteconomia como o progresso total de comunicações na sociedade. O aporte para se pensar o homem dentro do processo de comunicação e sua relação com o conhecimento é a epistemologia social, desenvolvida também em outros textos em parceria com Margaret Egan. Embora os registros gráficos ganhem destaque na construção de seu pensamento, a comunicação assume também figura central, ao lado da ciência da comunicação, levando à compreensão de que a base do sistema é a comunicação da informação.

Ademais, para que a Biblioteconomia cumpra seu objetivo, Shera (1990) acrescenta que é importante um corpo de materiais (coleção de registros gráficos para uso eficiente) e outro de habilidades ou capacidades (selecionar, organizar, disseminar de uma maneira que satisfaça as necessidades sociais contemporâneas), cumprindo, assim, a sua finalidade de “servir à cultura”, amparado na tríade aquisição, organização e disseminação (SHERA, 1990). Na direção da busca pela satisfação das necessidades sociais, Brown César (2000) fala que a Biblioteconomia vem desse processo, de uma necessidade de “organizar bibliotecas”; ela não estuda o livro em si mesmo nem a sua descrição, a “ciência da biblioteca” nasce e se desenvolve atrelada à figura da biblioteca e seus processos, ou seja, da necessidade de ser obtida uma sistematização de organização das bibliotecas.

Segundo Brown César (2000) a ciência da biblioteca, composta pela teoria da biblioteca, busca responder as complexas mudanças da sociedade e seu entorno, postas pelo advento das tecnologias, computador, internet, um mundo interativo e mediado pelo uso de máquinas. O sistema de gestão documental, em relação a outros sistemas, se configura como o elemento central da ciência das bibliotecas, composto pelos subsistemas: integração, representação, disposição e gestão, que estabelecem contato com o entorno complexo, marcado pelos usuários e bibliotecários (seres humanos) e por outros sistemas: econômico, político, social, uma clara influência da Teoria de Sistemas de Niklas Luhmann. Ademais, o autor esclarece que, por convenção, tal como os termos Biblioteconomia e Bibliotecología, Brown César (2000) adota o termo “Ciência da Biblioteca”.

Do ponto de vista voltado às coisas e fenômenos externos, está Fonseca (2007), que cita a fenomenologia, mas não aquela da filosofia e, sim, a que se refere ao sentido estrito de “[...] pura descrição daquilo que parece”. Apesar de não discutir sob essa perspectiva fenomenológica, Fonseca (2007) muda a direção da Biblioteconomia, cujo foco era o documento, a informação materializada, para o usuário, um sujeito com necessidades informacionais. Transferindo, portanto, o objeto da Biblioteconomia da informação ao usuário. Para Fonseca (2007), a Biblioteconomia

manifesta seus objetivos através dos diferentes tipos de documentos e, por conseguinte, a partir das diferentes bibliotecas, considerando que cada uma detém a sua função específica. Assim, de modo geral, a biblioteca nacional tem como objetivo: reunir, preservar, difundir a documentação bibliográfica e audiovisual produzida no território nacional; confecção de bibliografias nacionais e o depósito legal. A biblioteca pública, diferentemente, deve ser para todos e proporcionar educação, informação, cultura e lazer. Em suma, “[...] a biblioteca infantil, escolar, universitária, especializada e a nacional são peças indispensáveis numa rede bibliotecária que sirva de infraestrutura ao sistema nacional de informação” (FONSECA, 2007, p.56), cada uma com sua função específica, a qual é fruto de uma época em que o planejamento se impôs como condição *sine qua non* para o desenvolvimento (FONSECA, 2007).

Destarte, Fonseca (2007) interpreta também a Biblioteconomia dentro do quadro de uma “ciência do espírito” e da “ciência das ciências”, isto é, uma ciência dentro das Ciências Documentológicas Aplicadas. Igualmente, Rendón Rojas (2005) aborda a Biblioteconomia como uma “ciência do espírito”, proposta de Dilthey, uma ciência que estuda o homem e suas criações. O homem é visto como um ser social, assim como são as construções sociais resultantes de suas ações: documento, informação e bibliotecas e não da ordem da “ciência da natureza”, que estuda os fenômenos externos independentes do homem. Rendón Rojas (2005) acrescenta ainda que é um erro ter como paradigma aquela ciência e adotar seus métodos, pois são de naturezas diferentes. Com presença mais marcante da filosofia, Rendón Rojas (2005) aborda a biblioteconomia do ponto de vista ontológico e gnosiológico; a partir de um realismo, a realidade é externa e individual ao sujeito, e o sujeito tem a capacidade de conhecer essa realidade. Contudo, o elemento mais marcante da construção de seu pensamento é a fenomenologia hermenêutica de Martin Heidegger, a qual atribui centralidade ao sujeito, ao ser. Desse modo, o foco da Biblioteconomia recai sobre a constituição do usuário como um ser, um sujeito autêntico, que se realiza como um ser-no-mundo, um produtor e transformador da realidade.

Ainda para Rendón Rojas (2005), o sistema de informação documental tem como finalidade satisfazer as necessidades de informação documental dos usuários por meio do acesso aos documentos, possibilitando, com isso, acesso ao mundo da informação. Ao discorrer sobre a Teoria da Informação Sintática, Teoria da Informação Semântica e da Informação Pragmática, o autor elege esta última teoria como central, pois subsidia a análise da informação em interação com o usuário e com o contexto; enquanto aquelas duas primeiras teorias concentram-se apenas nos signos e nos significados das mensagens. Em síntese, para Rendón Rojas (2005, p. 179) “[...] a Biblioteconomia proporciona os elementos necessários para integrar um projeto existencial de vida, para que o homem chegue ao ser autêntico, para evitar a alienação do espírito humano e para existência mesma do sujeito”.

Para além das funções das bibliotecas centradas em suas ferramentas, processos de organização, acervos ou artefatos, a Biblioteconomia é vista por Lankes (2015) como campo do conhecimento voltado aos processos de aprendizagem dos membros da comunidade, tendo como base a Teoria Construtivista. O conhecimento é o elemento central de uma “nova Biblioteconomia”, que se volta às capacidades individuais dos membros da sociedade de criar conhecimentos e fortalecerem as comunidades com base nos processos de aprendizagem. Lankes (2015) expõe, claramente, a necessidade do fortalecimento de conceitos e teorias como algo indispensável à Biblioteconomia, pois segundo ele, a ciência da biblioteca na sua forma atual não é rica em teoria forte, e que a teoria existente gira em torno de abordagens empíricas e funcionais. Sendo assim, a Biblioteconomia deve voltar-se ao comportamento e aos efeitos dos serviços sobre o indivíduo; categorias como conhecimento e aprendizagem são a tônica da Biblioteconomia e não os elementos materiais como, por exemplo, livros e bibliotecas.

Milanesi (1986), apesar de concentrar na ordem, pontua que esta atividade serve à desestabilização dessa mesma ordem e não a ordem por si mesma. Para tanto, o autor define a Biblioteconomia como o estudo científico dessa ordem e seus desdobramentos. Esse foco na organização das informações visa tornar acessível ao público

e não à organização pela organização, no sentido de a biblioteca ser do bibliotecário que, segundo Fonseca (2007), seria um “erro biblioteconomizante”. Uma biblioteca deve ser construída a partir da diversidade de discursos, conteúdos e registros de informação, pois, por outro lado, “[...] uma sequência de livros iguais não formaria uma biblioteca, pois não seria possível ordená-los. A mudança de lugar em nada alteraria a ordem. Não é possível ordenar quando não há uma diversidade das partes” (MILANESI, 1986, p.33). Para a biblioteca cumprir seu papel, ela deve se assumir como um “centro de informação”, um espaço para elaboração de um discurso próprio do sujeito, de pesquisas sem limites, de convivência e afeto, composta por diferentes formatos e suportes de informação.

Para Almeida Júnior (1997), o cerne da Biblioteconomia concentra-se também mais no segundo momento, na disseminação, recuperação e uso da informação e menos na técnica, sendo a prioridade de seu discurso “[...] o acesso à informação, ou melhor, a determinadas informações, de tal forma que elas possam provocar alterações ou mudanças naquela pessoa – mesmo que indiretas ou superficiais – passa a ser, parece-nos, o objetivo prioritário de nosso trabalho” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p.125). Logo, para que a Biblioteconomia cumpra sua função social é necessária uma “teologia da libertação”, a consolidação de outra Biblioteconomia que se volte ao povo, para todos, sobretudo, para os “carentes de informação”, os quais possam fazer uso da informação e reivindicar seus direitos, aumentar a consciência social e política para transformar a estrutura social. A Biblioteconomia, segundo este autor, assume a denominação de uma “Biblioteconomia guerrilheira, subversiva, revolucionária”, que subverta a ordem, que de fato seja instrumento transformador, aproximando-se do povo, dos oprimidos, dos interesses populares, com o intuito de que possam se reconhecer como cidadãos (ALMEIDA JÚNIOR, 1997).

Alfaro López (2010) assinala de modo contundente que a Biblioteconomia precisa avançar a partir de uma epistemologia própria – a da Biblioteconomia – fundada na construção de problemas, conceitos e teorias. A Biblioteconomia, a fim de avançar nessa fase de constituição científica e autônoma, deve deixar de lado a epistemologia positivista, orientada funcionalmente e por

técnicas, que predominou desde o nascimento das bibliotecas públicas, com uma “vontade de serviço” no Século XIX. A biblioteca nesse processo de constituição do campo tem sido vista como o principal obstáculo, devido ao acúmulo de conhecimentos fechados em si mesmos. Assim, dada as transformações sociais, a partir do Século XX, imersa em uma sociedade da informação e devido ao aumento das complexidades tecnológicas, esse modelo fundado no empírico e na técnica não cumpre mais as demandas reais de um contexto devendo a Biblioteconomia se fortalecer por meio de constantes investigações, levantamentos de problemas e divulgação de seus conhecimentos, sendo amparada pela epistemologia construtivista e pelo “novo espírito científico”, como escreveu Gaston Bachelard.

3 BIBLIOTECONOMIA E AS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

As classificações são arbitrárias e acabam reduzindo a complexidade de um todo maior, contudo, para uma apreensão sintética ou que se pretenda ser mais didática, é necessário tal enquadramento. Por isso, mesmo sabendo dos riscos ocorridos ao realizar tal operação, espera-se que tal ação seja mais benéfica do que seu contrário. Assim, a partir das visões sobre a Biblioteconomia, buscou-se relacionar tais saberes às correntes das Ciências Sociais e Humanas, definidas como: “ordenamento do social”, “contradições do social” e “construção do social”, em que cada uma privilegia o modo particular de olhar para os fenômenos sociais. A leitura, na íntegra, dos discursos nos livros selecionados possibilitou a compreensão de que as ideias não estão exclusivamente encaixadas numa ou outra vertente de pensamento; às vezes, os pensamentos perpassam uma ou mais correntes teóricas, mas é possível tratar os discursos a partir de seus extratos, como a categoria ora selecionada “Biblioteconomia”, ressaltando as características que se sobressaem e que propiciam tal conexão.

A Biblioteconomia, a partir desses enquadramentos revela que na linha de um pensamento voltado ao **ordenamento do social** está Butler (1971), para quem a realidade parece ser vista como algo externo e tendo o desenvolvimento da Biblioteconomia marcado

pelo método científico, rigoroso e objetivo, buscando leis gerais, tal qual é estabelecido pelo positivismo em seguir a rota das Ciências Exatas e Naturais. Para Shera (1990), a centralidade conferida aos registros gráficos deve ser em benefício da sociedade na manutenção da ordem, assim como a visão da biblioteca como uma “instituição social bem definida”, capaz de manter a coesão social. O funcionalismo se revela a partir das funções de cada biblioteca, as quais variam segundo as necessidades das diferentes sociedades, pois as funções são determinadas pelo próprio homem, não sendo naturais, de acordo com o que apresentou Durkheim (no livro “Da divisão do trabalho social”, publicado em 1893) ao abordar as funções sociais do trabalho na sociedade, uma pautada na “solidariedade mecânica” e outra na “solidariedade orgânica”.

Fonseca (2007) embora atribua ao usuário um protagonismo ao nomear a “assembleia de usuários” como objeto de estudo da Biblioteconomia, o foco concentra-se nas funções e na importância de cada uma das bibliotecas no que tange à administração e aos serviços voltados aos usuários, segundo os seus perfis. Brown César (2000), também sob um viés centrado no funcionalismo, destaca a importância dos sistemas, em especial, do sistema de gestão documental, o qual é composto de subsistemas com funções específicas: integração, representação e disposição; seguindo também uma vertente funcionalista. A função dos sistemas de gestão documental é a “conformação dos sistemas de documentos”, os quais são meios de difusão e interação com o usuário. A informação documental é o objeto de trabalho do bibliotecário, pois apenas o termo “informação” não é visto como ente objetivado, mas da ordem do fenômeno (BROWN CÉSAR, 2000).

Por outro lado, radicalmente diferente, direcionado à **contradição do social**, destacam-se dois autores: Milanese (1986) e Almeida Júnior (1997), os quais questionam a biblioteca e a manutenção da ordem a serviço de uma minoria. Tais autores colocam, definitivamente, em cena a sociedade e os problemas sociais causados pelos diferentes interesses das classes sociais. Nesse contexto, de um pensamento marxista e crítico, a Biblioteconomia tem o papel de desvelar as estruturas ideológicas por detrás das instituições, não devendo a biblioteca servir como

“aparelho ideológico do estado”, termo althusseriano. A biblioteca, para ambos os autores, não deve e não pode contribuir para essa dicotomia que opera a sociedade capitalista, entre aqueles que têm acesso de um lado e os que não têm de outro (tanto de informação quanto das tecnologias de informação e comunicação). A informação passa a ser vista como instrumento de poder, possibilitando ao usuário o questionamento da realidade e de mudanças. Tais autores assinalam o papel da biblioteca como uma instituição social, devendo, portanto, estar a serviço de todos os usuários e não apenas de uma elite que detém o poder e o controle do discurso dominante.

Em relação à **construção do social**, o deslocamento ocorre das estruturas e dos sistemas, isto é, de uma perspectiva macrossociológica para os sujeitos e suas ações, trazendo à discussão diversas teorias microssociológicas ao entendimento e interpretação do sujeito e do mundo social. Nessa direção, Lankes (2015) convoca o modelo cognitivo e o construtivismo ao atribuir centralidade ao usuário, tendo em vista que é ele o sujeito criador do conhecimento e participante ativo do processo de aprendizagem. A relação constante com a sociedade se revela no conceito de cidadania e de ética; o bibliotecário não é alheio ao contexto em que se insere, ele é também responsável pelo desenvolvimento de sua comunidade e pela criação do conhecimento. Assim como já haviam evidenciado Milanesi (1986) e Almeida Júnior (1997), as bibliotecas devem promover a produção de registros do conhecimento local, fruto da comunidade, criando memórias locais e “acervos vivos”, demonstrando o quanto as comunidades são ricas e multifacetadas (LANKES, 2015).

Para Rendón Rojas (2005), tendo como influência a hermenêutica, o usuário é um sujeito em processo de “vir a ser” que, por meio do acesso ao mundo da informação e sistema de gestão documental, chega à sua existência autêntica e à satisfação de suas necessidades ontológicas, permitindo, a partir do uso de documentos, a desobjetivação da palavra escrita e autoconhecimento do espírito humano. Contudo, para Heidegger, a concepção da existência humana está relacionada com o fim do homem, com a sua morte, pois não há fundamentação para sua

existência. A falta de fundamentação lógica de sua existência finalmente chega a seu fim na forma da morte, um “ser-para-a-morte”. Apesar disso, Rendón Rojas (2005) segue em defesa da constituição do ser, acrescentando que, quando um usuário busca informação ele não faz para “encher um vazio”, mas sim em um sentido metafórico, “encher-se a si mesmo”.

Alfaro López (2010) se detém na construção da cientificidade da Biblioteconomia, partindo da epistemologia construtivista em oposição à positivista; chama a atenção para a importância das perguntas e respostas postas pelo campo e sua divulgação na sociedade, a fim de manter em movimento e em dinamicidade o conhecimento. A realidade não é um dado, nem se atém aos fatos empíricos ou na ordem do concreto, a realidade se mostra diante dos problemas que são colocados, é necessário tecer perguntas. E são essas perguntas que constituem, segundo Alfaro López (2010), no guia da ação à investigação e para a definição da racionalidade da Biblioteconomia. Ainda para a compreensão da realidade, o autor traz a Teoria da Representação Social, de Jean Claude-Abrieu, que congrega sujeito e objeto, não estabelecendo distinção entre mundo exterior e mundo interior do indivíduo, sendo o objeto prolongamento do comportamento, atividade e normas do sujeito, objetos existem em razão das ações e relações humanas. E as representações (sistemas de interpretação) constituem, por sua vez, um guia para a ação de indivíduos e para a construção social da realidade.

Conforme se buscou demonstrar, há várias compreensões acerca da Biblioteconomia e delas é possível depreender as suas relações com as Ciências Sociais e Humanas. A sua inserção como ciência social está no cerne de sua constituição, já que a Biblioteconomia é social desde a sua origem, embora o compromisso com o social tenha tido vários enfoques; o que houve foi um apagamento do indivíduo em prol das estruturas, centro das abordagens macrossociológicas. Outra questão que se revela é a do social, que em um primeiro momento estava voltada à manutenção da ordem, o que não vai ao encontro das especificidades do indivíduo, é como se ficasse na superfície dos problemas sociais, escamoteando uma realidade a favor da ideologia das classes sociais

dominantes. A Biblioteconomia social, como se busca em sua complexidade, é aquela dirigida ao desenvolvimento do sujeito e da sociedade onde se inserem, requerendo ações que extrapolem a organização e tratamento do acervo, tais como a necessidade de comunicá-lo, ser manuseado, lido, apropriado, em diversos formatos e suportes, fazendo jus à dimensão social e democrática das bibliotecas. A multiplicidade e a desestabilidade se tornam palavras de ordem; a relação da comunicação e do sistema não é unidirecional, mas multidimensional. Uma Biblioteconomia social que dê conta de desvelar os conflitos, os interesses e minimizá-los, ou melhor, fazer com que diminuam as desigualdades entre os que têm acesso e os que não têm acesso aos espaços e à informação.

Uma Biblioteconomia realizada por profissionais conscientes de suas ações, dotadas de intencionalidades e de efeitos de poder, bibliotecários que não se coloquem como neutros, imparciais ou objetivos. É necessário expor as direções das ações, o questionamento; o pensamento crítico é essencial para não cair no discurso vazio da totalidade, pois a biblioteca não consegue atender a todos, mas o que é o todo ou quem são todos, afinal? Perguntas são fundamentais ao desenvolvimento e compromisso crítico aliado à responsabilidade social e à ética. Ações que sejam relacionadas com o pensamento teórico, conformando à *práxis* (prática aliada à teoria); ações socialmente responsáveis de cada um e afinadas a uma Biblioteconomia social desenvolvida com e para o social. Não mais a imagem da biblioteca como depósito, detentora de um saber registrado, mas a biblioteca como um espaço de utopia, de fantasia, de lazer, de imaginação, de trocas simbólicas, de construção e também de desconstrução. A biblioteca menos como espaço concreto e mais como experiência, labirinto ou caminho para outros saberes, uma imagem dinâmica em que usuários mergulhem nas fendas e espaços entre os textos/discursos, formando conexões e descobertas muito mais profundas que, simplesmente, a busca de fatos específicos (RADFORD, 1992).

Sendo assim, cumpre salientar que esse movimento de compreensão da Biblioteconomia a partir daqueles autores/livros, que nos possibilitam afirmar qual Biblioteconomia almeja-se cotidianamente: é aquela que toma para si o protagonismo de suas

ações, que questiona ou desestabiliza a ordem e assume um compromisso com um mundo melhor, seja a partir do desvelamento das contradições do social, seja a partir da construção do social. São estas duas abordagens amparadas por olhares diferenciados, que torna possível uma Biblioteconomia progressista, ativista, militante, radical, anarquista, crítica, em síntese, uma Biblioteconomia social que, de fato, seja para a sociedade e com a sociedade (CIVALLERO, 2013), bem como potencialize e atualize a sua interlocução como ciência social e humana. Uma Biblioteconomia não mais tida como “tradicional”, “convencional” ou mesmo uma “Biblioteconomia burguesa”, que se reduz aos procedimentos técnicos, à aplicação de normas, a um conformismo com a ordem, compromisso com a rotina e ocultamento dos problemas sociais, uma prática que busca o favorecimento e a manutenção de uma elite detentora dos meios de produção e intelectuais (TELLO, 2009). Portanto, urge constante efetivação da Biblioteconomia e das práticas biblioteconômicas em diálogo com a sociedade e os indivíduos, fazendo jus à sua inserção dentro das Ciências Sociais e Humanas.

REFERÊNCIAS

ALFARO LÓPEZ, H. G. **Estudios epistemológicos de Bibliotecología**. México: UNAM/Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2010. 133p.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997. 129p.

_____. Mediação da informação e múltiplas linguagens.

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009.

ARAÚJO, C. A. Á. Correntes teóricas da Biblioteconomia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.9, p.41-58, 2013. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/247/250>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível.** Brasília: Briquet de Lemos; São Paulo: ABRAINFO, 2014.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. **A sociologia de Pierre Bourdieu.** São Paulo: Olhos d'Água, 2002. Cap.2; p.112-143.

BROWN CÉSAR, J. **Elementos para uma teoria bibliotecária.** México: Escuela Nacional de Biblioteconomía y Archivonomía, 2000.

BUTLER, P. **Introdução à Ciência da Biblioteconomia.** Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

CHAUÍ, M. de S. **O ser humano é um ser social.** São Paulo: Martins Fontes, 2013. 149p.

CIVALLERO, E. Aproximación a la bibliotecología progresista. **El Profesional de la Información**, Barcelona, v.22, n.2, mar./abr., 2013. Disponível em: <<http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2013/marzo/10.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**, Porto, n.4, 2007.

FEYERABEND, P. K. **Contra o método.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

FONSECA, E. N. da. **Introdução à Biblioteconomia.** 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007. 152p.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, A. C. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 2011.

LALLEMENT, M. **História das ideias sociológicas**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 2v.

LANKES, D. **The atlas of new librarianship**. Cambridge (Mass): MIT Press, 2011.

_____. **Esperem mais**: exigindo melhores bibliotecas para o mundo complexo de hoje. 2015. Disponível em: <<https://davidlankes.org/new-librarianship/expect-more-demanding-better-libraries-for-todays-complex-world/1-the-arab-spring-expect-the-exceptional/>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

LÓPEZ-CÓZAR, E. D. **La investigación en Biblioteconomía y Documentación**. Gijón: Tréa, 2002.

MILANESI, L. A. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986. 261p.

RADFORD, G. P. Positivism, Foucault, and the fantasia of the library: Conceptions of knowledge and the modern library experience. **Library Quarterly**, Chicago, v.62, n.4, p.408-424, 1992.

RENDÓN ROJAS, M. Á. **Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología**. 2.ed. México: UNAM/Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. 183p.

SHERA, J. H. **Los fundamentos de la educación bibliotecológica**. México: UNAM/Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 1990. 520p.

TELLO, F. M. **Bibliotecología social y política I**. Disponível em: <www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=440>. Acesso em: 26 set. 2016.

CAPÍTULO 4

POLÍTICAS CULTURAIS PARA O LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS NO BRASIL: PANORAMA HISTÓRICO E ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS EM PERNAMBUCO

Gilvanedja Ferreira Mendes da Silva

1 INTRODUÇÃO

O pensador Nelson Werneck Sodré afirma que o Brasil passou abruptamente de um estágio de oralidade para a cultura do audiovisual, já em meados do Século XX, quando a indústria cultural se fez presente e até hoje permanece entre nós, sem que houvesse efetiva mediação dos livros e materiais de leitura junto à maioria da população, se restringindo a pequenos e localizados grupos sociais. As consequências disso podem ser sentidas até hoje, não só no âmbito da cultura e da educação, mas também em nossa economia, em nossas práticas políticas e em nossa capacidade de desenvolvimento.

De acordo com os dados levantados por pesquisas como o Mapa do Analfabetismo no Brasil (Inep¹⁰/MEC¹¹), Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE¹²), Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), Retratos da Leitura no Brasil (Instituto Pró-Livro), o Brasil, ainda, apresenta índices de alfabetização e de consumo de livros muito baixos e, com isso, uma das consequências é o enorme déficit no que se diz respeito às práticas leitoras dos textos escritos se compararmos com parâmetros de países mais ricos e desenvolvidos e até com alguns dos países em desenvolvimento da América Latina e da Ásia.

¹⁰ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

¹¹ Ministério da Educação (MEC).

¹² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Somente nos últimos doze anos, especificamente no governo Lula, é que o Brasil passou por significativa transformação no âmbito das políticas culturais implementadas pelo Ministério da Cultura (MinC), especialmente nos primeiros três anos de gestão do então ministro Gilberto Gil.

Com a adoção de um conceito ampliado de cultura, estruturado em três dimensões, simbólica, cidadã e econômica, o MinC desenvolveu o processo de implantação do Sistema e do Plano Nacional de Cultura (SNC e PNC) com a formação do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) (REIS, 2008). Nesse processo também surgiram as Câmaras Setoriais que foram incorporadas ao CNPC, promovendo a participação de diversos segmentos da sociedade na elaboração de políticas públicas destinadas à cadeia produtiva e criativa de diversas áreas culturais como as de áudio visual, dança, teatro, circo e a do livro e leitura (MORAES JÚNIOR, 2010).

Sendo assim, o presente trabalho objetivou traçar um breve histórico, destacando os avanços e os desafios das políticas culturais para o livro e leitura no Brasil, que tiveram início nos Anos 1930, no governo de Getúlio Vargas, com a instalação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937; enfrentando nos Anos 1970 o forte controle da censura e da repressão política até chegar no período de 1985 a 2002 em que a presença do Estado na elaboração de políticas e no financiamento da área da cultura foi sendo gradativamente reduzida, predominando as leis de incentivo que retiravam o governo do cenário decisório, e que só com o governo Lula, um novo esforço foi empreendido para recompor e ampliar a institucionalidade da área da cultura (CALABRE, 2009). Além disso, apresenta a experiência do estado de Pernambuco na construção de uma política pública de estado para o setor LLLB¹³.

2 CONTEXTO HISTÓRICO: DA ERA VARGAS À NOVA REPÚBLICA

Ao falar de políticas culturais, mesmo com todas as discussões e questões teóricas sobre o conceito de *cultura*, a maior

¹³ Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas.

parte dos estudiosos (Teixeira Coelho, Garcia Canclini, Nivón Bolán, entre outros) concorda que se trata de

[...] um conjunto de ações elaboradas e implementadas de maneira articulada pelos poderes públicos, pelas instituições civis, pelas entidades privadas, pelos grupos comunitários dentro do campo do desenvolvimento do simbólico, visando a satisfazer as necessidades culturais do conjunto da população (CALABRE, 2009, p.12).

No Brasil, segundo Calabre (2009), os estudos na área das políticas culturais são bem recentes e dispersos, concentrados em diversas áreas do conhecimento como ciência política, sociologia, direito, economia etc. Têm como um dos trabalhos pioneiros o *“Estado e cultura no Brasil”*, organizado por Sérgio Miceli (1984).

Traçando uma breve trajetória das políticas públicas de cultura no Brasil, os Anos 1930 são o ponto de partida, já que foi o período pelo qual o País passou por uma série de transformações políticas, econômicas, urbanas, administrativas etc. A urbanização crescente, o aumento da produção industrial, a conquista e consolidação de uma série de direitos trabalhistas são alguns exemplos desse período.

No primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), houve um grupo de ações articuladas no campo da cultura que tomaram forma de políticas culturais, como a criação do Ministério de Educação e Saúde (MES), chefiado por Francisco Campos até 1934, onde em seu organograma instalou-se o Departamento Nacional de Ensino, ficando as bibliotecas, os museus e as escolas de arte subordinados a este departamento, que em 1935, foi transformado em Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo, no âmbito municipal, tornando-se a primeira experiência efetiva de gestão pública implementada no País no campo da cultura.

No período de 1935 a 1938, na gestão de Mário de Andrade, o Departamento de Cultura contava com três divisões, dentre elas, a Divisão de Bibliotecas que, sob a direção do Bibliotecário Rubens Borba de Moraes, era responsável pelas bibliotecas municipais, a biblioteca infantil, a biblioteca brasileira e as bibliotecas circulantes.

Nesse período, realizou investimentos na qualificação dos profissionais, tendo sido criado um curso para a formação de bibliotecários, a criação de novas bibliotecas, atualização dos acervos das já existentes, além da ocorrência de concursos públicos de literatura, inclusive com publicações como forma de premiação e estímulo da produção local.

Segundo Calabre (2009), em dezembro de 1937, através do Decreto-Lei nº 93, foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), momento bastante significativo na história das bibliotecas públicas brasileiras, pois o INL

[...] teve a finalidade de propiciar meios para a produção, o aprimoramento de livros e a melhoria dos serviços bibliotecários, priorizando a instalação de bibliotecas públicas em todo o País, e representou uma resposta do governo federal aos intelectuais que criticavam a falta de uma política cultural, fato esse aflorado na Semana de Arte Moderna, em 1922 (BRAGA, 2004, p.31).

Contudo, a atuação do INL não aconteceu de acordo com sua concepção filosófica; e “[...] o que se presenciou foi uma desenfreada distribuição de livros, cujos benefícios se estendiam mais para as editoras do que para as prefeituras, chegando ao extremo de se estabelecer como critério para as doações, a compra de livros por parte das prefeituras” (MILANESI, 1986, p. 94). Mesmo assim, não se pode deixar de destacar que as grandes contribuições do INL foram “[...] a incorporação das bibliotecas públicas à agenda governamental, o crescimento dos acervos e o apoio ao desenvolvimento da Biblioteconomia no país” (BRAGA, 2004, p.31).

De acordo com Oliveira (1994), entre 1938 e 1939 Augusto Meyer elaborou dois projetos pioneiros: a criação de 25 bibliotecas populares no Distrito Federal (sediado na época no Rio de Janeiro), que funcionariam através do sistema de associados e teriam os acervos construídos a partir do interesse local, onde se pode perceber a intenção de envolver a comunidade local nas atividades e na formação do acervo das instituições.

O segundo projeto se referia à:

[...] criação de bibliotecas centrais regionais, que deveriam ser implantadas em Recife, Salvador, Belém, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, dirigidas por bibliotecários diplomados pela Biblioteca Nacional e que teriam entre suas tarefas principais a coordenação das pequenas bibliotecas públicas sob a sua jurisdição (CALABRE, 2009, p.41).

Esse já era um embrião do atual Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), composto por um conjunto de sistemas estaduais em cada unidade da federação, cuja principal função é coordenar e dar apoio às bibliotecas municipais existentes nos 26 estados e no Distrito Federal. Diante de motivos políticos e conjunturais, nenhuma das iniciativas foi implementada.

Após a 2ª Guerra Mundial, período entre 1946 e 1960, o País vivia um processo de aceleração da produção industrial e do desenvolvimento urbano, da consolidação dos meios de comunicação de massa – do rádio e da TV, contudo, no campo da cultura, houve uma fraca presença e atuação do Estado, em que a maior parte das ações se restringia a dar continuidade à parte das ações instituídas no governo Vargas, em que as ações planejadas e continuadas, com base em planos anuais, estiveram mais no campo das regulamentações do que das efetivações.

Em 1953 a área de Saúde ganhou um ministério próprio e, então, foi criado o Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio do Decreto nº 34.078, de 6 de outubro de 1953. Contudo, poucas atividades de iniciativa do MEC foram lançadas nesse período marcado por um processo de significativo investimento privado nas atividades culturais ligadas à indústria cultural.

Segundo Calabre (2009), o início da Década de 1960 carregava promessas de mudanças profundas, tanto na política como nos campos das linguagens artísticas e práticas culturais, tendo a cultura de massa, por meio do rádio e da televisão, invadido os lares da população da época, transformando hábitos cotidianos; a forte presença do cinema hollywoodiano sendo consumido; na música, o *rock and roll* e a bossa nova; no mercado editorial, as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*.

Entre as Décadas de 1960 e 1970, ainda de acordo com Calabre (2009), as questões da cultura ganharam maior importância dentro da área do planejamento público, passando a ser incluídas no rol daquelas ligadas à problemática do desenvolvimento. Um exemplo disso foi a promulgação do Decreto nº 50.293, de 23 de fevereiro de 1961, durante o governo de Jânio Quadros, que criava o Conselho Nacional de Cultura (CNC) diretamente subordinado à Presidência da República para maior controle sobre as políticas públicas, que não tinha ligação com o então Conselho criado em 1938.

Com vistas ao desenvolvimento das bibliotecas públicas brasileiras, algumas medidas foram tomadas, como a criação do Serviço Nacional de Bibliotecas, em 1961, um projeto que não vingou e, sete anos depois, foi incorporado ao INL, passando a coordenar a política nacional de bibliotecas públicas. Nessa época, segundo Braga (2004), foram firmados ‘convênios’ com as prefeituras para o desenvolvimento de um trabalho em parceria para manutenção de bibliotecas públicas.

A questão da falta de verbas para a cultura sempre foi um fator que esteve presente durante a trajetória das políticas culturais no Brasil, seja dentro dos ministérios e secretarias para a execução de ações, seja para a manutenção das instituições culturais públicas, do patrimônio histórico e artístico nacional.

Em uma série de ensaios jornalísticos, o jornalista Franklin de Oliveira, na época, do jornal *O Globo*, traz denúncias sobre uma série de problemas vividos pela Biblioteca Nacional que colocava em risco tanto a preciosidade do acervo quanto a sobrevivência da própria instituição, diante da falta de atualização do acervo e das técnicas de tratamento bibliográfico.

Contudo, embora o discurso do governo fosse da escassez de verbas orçamentárias, o dinheiro existia, o que não se contemplava, de fato, eram as necessidades e especificidades dos setores culturais, ou seja, não era interesse aplicar verbas na cultura. Não só o setor do livro, leitura e bibliotecas se ressentia da ausência de investimento do Estado, outros setores da cultura também, principalmente entre 1955 e 1965, período da política desenvolvimentista da gestão do governo do presidente Juscelino

Kubitscheck, que estabeleceu outras prioridades de aplicação de recursos para o País.

Ainda, de acordo com Calabre (2009), durante o governo instaurado pelo golpe militar de 1964, percebeu-se desde os primeiros tempos uma preocupação com o campo da cultura, tanto dos mecanismos de censura quanto de preocupação com o abandono do patrimônio e das instituições nacionais. Diante disso, em meados de 1966 foi formada uma comissão para reformular a política cultural do País e criar um Conselho Federal de Cultura (CFC) nos moldes do Conselho Federal de Educação (CFE), alegando-se que o CNC existente se limitava a realizar ações pontuais de pouca abrangência.

Sendo assim, em 24 de novembro de 1966, por meio do Decreto-Lei nº74, foi criado o CFC com 24 membros nomeados diretamente pelo presidente da República e nomes como Gilberto Freyre, Ariano Suassuna, João Guimarães Rosa, Pedro Calmon fizeram parte do órgão. Dividido em quatro Comissões – Artes, Letras, Ciências Humanas e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – tinha como obrigação formular a política cultural nacional.

A recuperação da Biblioteca Nacional foi uma das primeiras tarefas consideradas prioritárias pelo CFC, com o objetivo de

Fortalecer tais instituições e fornecer efetivo alcance nacional, possibilitando que, modernizadas, se tornassem coordenadoras do processo de crescimento de instituições congêneres, agindo assim com órgãos centralizadores e de normatização em suas respectivas áreas (CALABRE, 2009, p.69).

Foi o caso das bibliotecas, com a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas, por exemplo. De acordo com Calabre (2009), na Década de 1970 o País foi marcado por um processo de crescimento econômico, com a modernização das estruturas do Estado que ocorreu sob forte controle da censura e da repressão política. De acordo com Ridenti (2003), foi um momento próspero em empreendimentos privados, dentre eles, no campo do mercado editorial que se desencadeou por meio de uma série de publicações

em fascículos dos mais variados assuntos. Calabre (2009) esclarece que

[...] o CFC tentou aprovar por anos seguidos o Plano Nacional de Cultura, pois considerava este como a única forma de garantir os recursos financeiros necessários para a implementação das políticas setoriais de longo prazo. O projeto era criar um fundo similar ao existente na área da educação [...] (CALABRE, 2009, p.72).

Quando o Ministro Jarbas Passarinho assumiu o Ministério da Educação e Cultura, em janeiro de 1973, solicitou ao CFC que elaborasse diretrizes para uma política nacional de cultura, já que a proposta da gestão anterior de criação de um sistema de execução do PNC tinha se tornado inviável. Sendo assim,

[...] em lugar de planos, deveriam ser preparadas diretrizes para as políticas públicas de cultura que, após serem submetidas à apreciação do presidente da República, deveriam ser desdobradas pelo Departamento de Assuntos Culturais em planos, programas, projetos e políticas (CALABRE, 2009, p.77).

Em março de 1973, o CFC entregou ao Ministro Jarbas Passarinho um documento denominado “Diretrizes para uma política nacional de Cultura”, um dos subsídios para a elaboração da Política Nacional de Cultura, lançada em 1975.

Calabre (2009) explica que a partir de 1974, na gestão do Presidente Ernesto Geisel e do Ministro de Educação e Cultura, Ney Braga, a área de cultura passou por uma série de reformulações. Em palestra sobre a política educacional e cultural do Brasil, proferida em agosto de 1974, na Escola Superior de Guerra, o ministro assegurava que, daquele momento em diante o Plano de Ação Cultural (PAC), instituído na gestão do ministro Jarbas Passarinho (1969-1973), estaria

[...] centrado em diretrizes bem fundamentadas e que a política cultural do MEC giraria em torno de três atitudes

fundamentais: difusão das manifestações do âmbito da cultura; incentivo à criatividade artística brasileira e preservação e defesa dos bens culturais (CALABRE, 2009, p.78).

Para Sérgio Miceli¹⁴ (1984), o Ministro Ney Braga conseguiu

[...] inserir o domínio da cultura entre as metas da política de desenvolvimento social do governo Geisel. Foi a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área da cultura [...] (MICELI, 1984, p.75 *apud* CALABRE, 2009, p.79).

Sendo assim, elaborada em 1975 e lançada em 1976, a Política Nacional de Cultura (PNC) foi, segundo Botelho (2003), o grande divisor de águas entre o período anterior, de completa ausência de políticas, promovendo a reorganização das instituições num organograma da área que sedimentou o apoio federal à cultura até a Década de 1990.

Em julho de 1976, por convocação do MEC, ocorreu, em Salvador, o Encontro de Secretários de Cultura, no qual participaram o CFC, os Conselhos Estaduais de Cultura, as Secretarias de Cultura e de Educação e Cultura, universidades, fundações e outras entidades culturais, tendo como tema geral “Sistema Nacional de Cultura”, no qual ficaram demonstradas as preocupações com a elaboração de políticas para a área de cultura. Nesse período, dentre as ações realizadas, tem-se a produção de relatórios para a tentativa do estabelecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas.

De acordo com Ferreira (2006), o processo de redemocratização vivenciado pelos brasileiros a partir dos Anos 1980 trouxe profundas mudanças. Houve tentativas de diversos segmentos e grupos organizados da sociedade civil que participaram intensamente, incorporando suas reivindicações e pressionando por políticas públicas mais imediatas e intervencionistas, com o objetivo de encontrar novos caminhos após longo período da ditadura militar.

¹⁴ MICELI, S. (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

Ainda segundo Ferreira (2006), dentre esses grupos destacaram-se aqueles voltados para a área de cultura que buscavam estabelecer novos padrões musicais, novas formas de fazer teatro, dança, trazer para o cenário a cultura popular. Também se discutiam

[...] novos padrões para as bibliotecas, para os museus e para os arquivos como espaços privilegiados para a preservação da memória social e difusão de valores culturais que pudessem estar a serviço da coletividade, cumprindo seu verdadeiro papel de espaço público a serviço de todos os cidadãos (FERREIRA, 2006, p.114).

Ferreira (2006, p.114) afirma que a participação das diversas organizações de cultura foi, sem dúvida, importante na indicação de propostas que contribuíram para formulação e implementação de políticas públicas, “[...] as quais deram ao Estado subsídios para elaboração de planos e metas que, em algumas áreas, foram importantes no sentido de garantirem direitos e ampliar consciências”.

Esse processo de mobilização estimulou a reorganização de categorias de profissionais, dentre as quais a de bibliotecários que, em diferentes estados, passaram a pensar novos modelos de gestão para as bibliotecas públicas, incluindo temas como práticas democráticas de incentivo à leitura, ação cultural em bibliotecas públicas, estratégias de atuação para que as bibliotecas se tornassem canais de intermediação entre a sociedade e a informação. Assim, as bibliotecas públicas começam a adotar modelos mais democráticos de gestão, estimuladas pela formação de novos bibliotecários egressos dos cursos de Biblioteconomia das universidades federais de todo o País.

O processo de fortalecimento e institucionalização no campo da cultura que vinha ocorrendo em vários âmbitos da federação contribuiu para a criação de um Fórum Nacional de Secretários de Cultura, com caráter permanente, função consultiva e de recomendação em que, entre novembro de 1983 e março de 1985, foram realizadas seis reuniões e dentre as recomendações

mais presentes estavam a maior participação da cultura nos orçamentos (dentro do próprio MEC, dos níveis estadual e municipal) e a criação de um fundo federal de cultura (Fundo Federal de Desenvolvimento da Cultura).

Uma das posições defendidas pelo Fórum de Secretários de Cultura, segundo Calabre (2009), era a criação do Ministério da Cultura, também muito debatida e defendida pelo Conselho Federal de Cultura na Década de 1970, que também incentivava os estados e municípios a criarem estruturas autônomas.

Com a Nova República – que elegeu de forma indireta Tancredo Neves, falecido antes de assumir o cargo –, assume José Sarney, por meio do Decreto nº 91.144, em 15 de março de 1985, e cria o Ministério da Cultura, justificando que sua criação se devia ao fato de que os assuntos da cultura nunca haviam sido objeto de uma política consistente, já que as atenções se voltavam para a área da educação e que “[...] diante do grau de desenvolvimento do país era inadmissível que o mesmo não contasse com uma política nacional de cultura” (CALABRE, 2009, p. 100).

Celso Furtado, em 1986, assumiu o Ministério da Cultura e foi considerado o primeiro ministro que buscou, efetivamente, promover a estruturação necessária para o funcionamento do MinC. Dentre elas a desvinculação da Biblioteca Nacional e do INL da Fundação Pró-Memória, surgindo a Fundação Nacional Pró-Leitura.

Conforme Calabre (2009), com a falta de recursos orçamentários para investimentos e para o fomento à produção cultural em seu conjunto era um problema que se arrastava dentro da gestão, foi aprovada a Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, concedendo benefícios fiscais na área do imposto de renda para operações de caráter cultural ou artístico, benefícios esses, conhecidos como Lei Sarney, já que ele, desde quando foi deputado federal, buscava aprovar uma modalidade de incentivo à cultura.

Contudo, em todo o período que a Lei Sarney esteve vigente, ela foi alvo de inúmeras críticas diante da falta de transparência na aplicação dos recursos e por privilegiar alguns grupos de empresas cadastradas. Além disso, durante o período de gestão do presidente Sarney, foi grande a instabilidade política dentro do MinC, ocasionando a descontinuidade de projetos e pesquisa.

3 DOS ANOS SARNEY À FHC: O PREDOMÍNIO DAS LEIS DE INCENTIVO E A PRESENÇA REDUZIDA DO ESTADO NO CAMPO DA CULTURA

No período de 1985 a 2002, de acordo com Calabre (2009), a presença do Estado na elaboração de políticas e no financiamento da área da cultura foi sendo gradativamente reduzida, em que predominaram as leis de incentivo e da retirada do governo do cenário decisório. Em 1988, o País promulgou uma nova Constituição, na qual, por meio do Artigo 215, ficava estabelecido que o Estado garantiria “[...] a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988). Contudo,

[...] apesar de garantidos constitucionalmente há mais de vinte anos, as regulamentações específicas, estabelecendo as maneiras pelas quais o pleno exercício e direito de manifestação e acesso às fontes da cultura se efetivariam, não foram elaboradas. A nova Constituição garantiu maior autonomia para os municípios, que gradativamente passaram a deter um papel fundamental dentro do processo de gestão de políticas públicas de cultura (CALABRE, 2009, p.105).

O início da Década de 1990, nas palavras de Calabre (2009, p.107), sofreu “[...] um grande baque na área cultural”. Em 12 de abril de 1990, o Presidente Fernando Collor de Mello promulgou as Leis nº 8.028 e nº 8.029, a primeira transformando o MinC em secretaria e a segunda extinguindo uma série de entidades da administração pública, na qual a cultura foi duramente atingida. Instituições como a Fundação Nacional de Arte (Funarte), a Fundação Nacional Pró-Leitura deixaram de existir, sendo as atividades desta última, por exemplo, incorporada à Biblioteca Nacional.

No Governo Collor, com a extinção do Instituto Nacional do Livro (INL), as bibliotecas perdem uma das suas referências, já que o INL vinha reformulando sua filosofia de trabalho para adequar-se às novas demandas e anseios daqueles que pensavam as bibliotecas públicas a partir do princípio de que devem garantir o acesso à informação a todas as camadas sociais.

No período de março de 1991 a outubro de 1992, a Secretaria de Cultura teve Sérgio Paulo Rouanet, um intelectual com maior sensibilidade para as questões culturais que seu antecessor, Ipojuca Pontes. Foi nesse momento que, em substituição à Lei Sarney, foi promulgada a Lei que instituiu o Programa Nacional de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991), ou também conhecida como Lei Rouanet, que buscava corrigir problemas e distorções apresentados pela legislação anterior.

Segundo Calabre (2009), nos primeiros anos de implantação da Lei Rouanet, estudos da Fundação João Pinheiro indicavam que, entre 1985 e 1992, os estados tiveram gastos crescentes com a cultura, enquanto no governo federal ocorreu o oposto e, em 1992, chegando ao índice mais baixo de investimento em todo o período de existência do MinC. Contudo, mesmo com essas dificuldades iniciais, a Lei Rouanet gerou um novo impulso às produções culturais, sendo o patrocínio o mecanismo mais utilizado. Inclusive, o MinC ao se estruturar em torno da lei de incentivos, fez desse recurso quase que exclusivamente a única fonte de financiamento para a cultura.

Em 19 de novembro de 1992, no governo do Presidente Itamar Franco, por meio da Lei nº 8.490, o Ministério da Cultura foi recriado e nomeado o ministro Antônio Houaiss. Nesse período houve a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito federal, vinculado ao Ministério da Cultura, cujo principal objetivo foi o fortalecimento das bibliotecas públicas por meio da “[...] implantação de um processo sistêmico baseado em ações voltadas para a interação e integração dessas bibliotecas em âmbito nacional” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2006).

Para isso, criou-se em cada estado brasileiro um Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas com o objetivo de apoiar a implantação e dinamizar de bibliotecas em todos os municípios,

além da capacitação de auxiliares de biblioteca que se responsabilizariam em coordenar as ações das bibliotecas nesses municípios. Atualmente, de acordo com Machado (2010), é de responsabilidade do SNBP o desenvolvimento das seguintes ações: programa Livro Aberto, que propõe implantar bibliotecas em municípios que não as possuem e a revitalizar as já existentes; cadastro de bibliotecas públicas; capacitação e seminários; e assessoria técnica para as bibliotecas que fazem parte do sistema.

Ainda em 1992, houve o lançamento do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), pelo Governo Federal, que surge como uma ação do Ministério da Cultura voltada à formação de leitores e que, segundo Machado (2010), por meio de seus comitês regionais, desenvolve ações em parceria com as secretarias estaduais e municipais de cultura e educação pelo País. Em sua sede, no Rio de Janeiro, também são oferecidos cursos de formação, palestra, entre outras atividades de incentivo à leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura da rede pública.

Em 1993, ocorreu em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Cultura, organizada pela sociedade civil a partir de uma ONG chamada Cult, cuja intenção era criar um foro permanente de discussão sobre arte, cultura e políticas culturais, com reuniões anuais, porém a organização não se efetivou. Apesar disso, “[...] o evento foi um marco no processo de construção de uma prática de mobilização mais permanente dos artistas, produtores e do conjunto da sociedade civil em torno das questões culturais” (CALABRE, 2009, p. 113).

Ainda nesse ano, houve a criação do programa ‘Uma Biblioteca em cada Município’, cujo objetivo era implantar bibliotecas pelo País, distribuindo estantes, livros e oferecendo capacitação para a gestão dessas bibliotecas. Segundo Machado (2010, p.100), “[...] um típico exemplo de política elaborada no estilo tradicional, ou seja, universalista, centralizada e tecnocrática”. Ainda vale destacar que nesse período, o Ministério da Reforma Agrária, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, lançou o projeto ‘Arca das Letras’, cujo objetivo foi criar bibliotecas rurais e formar agentes de leitura locais para atuar nesses espaços.

Em janeiro de 1995, com a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, assumiu o MinC Francisco Welfort, que se manteve no cargo até 2002. Em sua gestão,

As discussões e propostas de implantação e de elaboração de políticas de cultura praticamente desapareceram da prática governamental, sendo um período dedicado ao aprimoramento das leis de incentivo, alinhado à política neoliberal implantada pelo presidente Fernando Henrique, cujo principal exemplo foi a política de privatização das empresas estatais das mais diversas áreas (CALABRE, 2009, p.114).

Com a alteração do Artigo 18 da Lei Rouanet, alguns segmentos artísticos passaram a contar com o abatimento integral de investimento sobre o imposto de renda devido, sendo um deles, os livros de valor artístico, literário ou humanístico; doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinemateca, bem como o treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos.

De acordo com as informações extraídas da legislação cultural brasileira até o Ano de 1997 e de demais dados do *site* do MinC, de acordo com Calabre (2009), verificou-se que praticamente um terço da legislação cultural promulgada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi direcionada às questões de lei de incentivo, deixando-se de se elaborar propostas, planos ou diretrizes de gestão pública para o campo da cultura.

4 A ERA LULA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS PARA BIBLIOTECAS

Foi com o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006) que um novo esforço foi empreendido para recompor e ampliar a institucionalidade da área da cultura, que havia sido perdida nas décadas anteriores. Machado afirma que

O discurso político sempre defendeu e ressaltou a importância das bibliotecas

públicas, mas na prática pouco foi feito para apoiar efetivamente estas instituições. A herança histórica brasileira de desigualdades favoreceu o processo de desmonte do Estado, do serviço público e das instituições ligadas a ele, tais como as bibliotecas públicas. Em relação às políticas públicas, os governos, por décadas seguidas, tomaram decisões com base em um viés conservador e elitista, o que levou à uniformização de propostas, as quais eram enquadradas em formatos genéricos que facilitavam o tratamento administrativo (MACHADO, 2010, p.95).

Somente a partir de 2003 percebe-se algumas mudanças no sentido de ampliar o diálogo e a participação da sociedade no que se refere às políticas públicas nacionais para bibliotecas. Com a posse do Ministro Gilberto Gil, em 2003, na primeira gestão do presidente Lula, foram iniciados os trabalhos de reformulação do Ministério visando dar mais agilidade política ao mesmo, já que a estrutura herdada estava centrada no modelo de financiamento via Lei Rouanet, com uma série de superposições entre as instituições vinculadas.

O Ministério da Cultura, juntamente com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), vem, desde 2004, por meio de várias ações, como, por exemplo, o ‘Programa Livro Aberto’ – ação que por meio do estabelecimento de um contrato de comodato entre a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e a prefeitura beneficiada – buscando garantir a entrega de um conjunto de equipamentos tecnológicos, mobiliário e acervo, realizando um grande movimento a favor da ampliação do número de bibliotecas públicas no País, assim como a modernização de bibliotecas já existentes.

Com o intuito de servir como uma estratégia para articular o conjunto de ações realizadas pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil organizada, o governo federal cria o ‘Programa Fome de Livro’, que em sintonia com o ‘Plan Ibero-americano de Lectura’, estabelece o Ano de 2005 como o ano do livro e da leitura e institui a marca VIVALEITURA.

De acordo com Machado (2010), em decorrência dessa ação surgiu, capitaneado pelo MinC, o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), com a intenção de se constituir numa política de Estado para a área de bibliotecas. E que, para viabilizar a elaboração e implementação de políticas públicas para a área, iniciou um processo de articulação dos inúmeros projetos, programas, ações e atividades em geral ligadas ao livro, à leitura, à literatura e à biblioteca. O SNBP participou da construção do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), integrando o Eixo 1 – democratização do acesso, seguindo, assim, as suas diretrizes e estimulando a criação de Planos Estaduais e Municipais do Livro, Leitura e Bibliotecas, de acordo com os parâmetros traçados pelo PNLL.

Nos objetivos do PNLL, conforme afirma Machado (2010), pode-se constatar a disposição do Estado em reorganizar essa situação, no sentido de articular ações até então dispersas e fragmentadas.

[...] criar condições e apontar diretrizes para a execução de políticas, programas, projetos e ações continuadas por parte de diferentes esferas de governo e também por parte das múltiplas organizações da sociedade civil [...] (PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA, 2006).

De acordo com Machado (2010, p.103), nunca no País tinha ocorrido um processo semelhante, pois esse processo foi marcado pela intensa participação da sociedade civil, “[...] por meio de inúmeras reuniões regionais e nacionais para discussão e formulação dessa nova política nacional para o livro e a leitura, além das constituições dos representantes e conselhos regionais”. Para isso, criou-se a Câmara Setorial do Livro e da Leitura (CSLL), com o intuito de reunir e representar os diversos setores – governo (federal, estadual e municipal), universidades, professores, bibliotecários, escritores, ONGs e empresas privadas – que tivessem envolvimento com o assunto.

Dando continuidade às ações implementadas pelo governo federal, em 2007, por meio do decreto federal nº 6.226, o presidente Lula instituiu o ‘Programa Mais Cultura’, que ampliou o conceito dos

Pontos de Cultura (ação do Programa Cultura Viva) e criou os *Pontos de Leitura* que, enquanto polo de articulação local

Incorporaram as experiências das bibliotecas comunitárias, ou seja, aqueles espaços de leitura criados por pessoas ou grupos de pessoas, sem vínculo direto com órgãos governamentais, que tem por objetivo ampliar o acesso de uma determinada comunidade à leitura e ao livro” e que [...] deveriam ser articulados às bibliotecas públicas municipais, [...] fortalecendo espaços públicos já constituídos, aproximando esferas que têm os mesmos ideais e que, de maneira sistêmica, terão melhores condições de enriquecer seus serviços, assim como sedimentar e multiplicar suas ações” (MACHADO, 2010, p.105).

De acordo com Machado (2010), por meio dessa linha de investimento, vários editais foram abertos para que os municípios pudessem pleitear recursos para as bibliotecas públicas do País. Em 2010, juntamente com a Diretoria do Livro, Leitura e Literatura (DLLL) do MinC, lançou o I Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais com o objetivo de identificar o perfil destes equipamentos culturais no Brasil. Desde então o SNBP vem trabalhando esses dados e validando as informações juntamente com os Sistemas Estaduais, com vistas a embasar as políticas, ações e investimentos públicos na área de bibliotecas no País.

5 O PLANO ESTADUAL DO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS EM PERNAMBUCO

Sabe-se que para construir uma sociedade letrada, é necessário, além da redução dos níveis de analfabetismo, desenvolver ações em que as práticas de letramento sejam valorizadas, promovendo o desenvolvimento social, econômico e da cidadania e transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa.

Nesse sentido, entendendo que a cultura e a educação têm um papel estratégico na formulação e execução das políticas que promovam o acesso ao livro e a formação de leitores como ações de cidadania, inclusão social e desenvolvimento humano, em 2006, quando os Ministérios da Cultura e da Educação criaram, por meio da Portaria Interministerial nº 1.442 de 10 de agosto de 2006, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), estabeleceu-se no Brasil o marco institucional para o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas como política pública.

Contudo, o PNLL somente ganhará ressonância e efetividade se estados e municípios e, também, as inúmeras instituições da sociedade abraçarem as mesmas preocupações criando as condições para que a política do livro, leitura, literatura e bibliotecas se implemente efetivamente desde o âmbito local até o nacional. Para que esse compromisso se materialize, faz-se necessário a elaboração dos Planos Estaduais e Municipais do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PELLLB e PMLLLB, respectivamente).

Entendendo que é fundamental estados e municípios instituírem políticas públicas para o setor de livro, leitura, literatura e bibliotecas (LLLB), o governo de Pernambuco, em meados de 2015, por meio de pactuação entre a Secretaria Estadual de Cultura (Secult-PE) e a Secretaria Estadual de Educação (SEE-PE), juntamente com o Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura (FPEBLLL), decidiram iniciar o processo de construção do PELLLB.

Desde então, inspirados no processo de construção do PNLL, nas experiências dos atores, tanto governamentais quanto da sociedade civil, e nas orientações trazidas pelo Guia de Elaboração dos Planos Estaduais e Municipais, cuja proposta é apresentar uma visão de planejamento sistêmico e participativo que sirva de parâmetro para nortear o início dos trabalhos a serem desenvolvidos, o governo de Pernambuco, através das secretarias estaduais de cultura e de educação, junto ao Fórum PEBLLL vem realizando escutas públicas com o setor para a construção do seu plano.

Entre 2012 e 2014, mesmo ainda não existindo um pacto formalizado para a construção do Plano, foram realizadas várias pré-

escutas itinerantes sobre a situação das bibliotecas públicas, escolares e comunitárias, por todo o estado de Pernambuco, três encontros estaduais de bibliotecas públicas e uma pré-escuta aos elos criativo e produtivo do livro, além das escutas dos fóruns setoriais, conferências de cultura e planejamento estratégico da Secult-PE.

Em maio de 2016, durante o 3º CLISERTÃO – Congresso Internacional do Livro, Leitura e Literatura no Sertão, importante evento do setor do livro, em Petrolina, que contou com a participação de escritores, editores, professores, bibliotecários, mediadores de leitura de Petrolina e municípios vizinhos, o Sertão do São Francisco, recebeu a 1ª Escuta Pública oficial do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas.

Após essa escuta, uma audiência pública, conduzida pela Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa de Pernambuco, foi realizada em 11 de maio de 2016, na qual foram apresentados alguns dados sobre o setor LLLB em Pernambuco, a metodologia a ser aplicada na construção do plano e, também, informações atuais sobre o movimento nacional em torno da construção dessa política. A audiência tornou público o processo de construção do planejamento estratégico para a política do setor do livro, leitura, literatura e bibliotecas, informou e sensibilizou a sociedade civil, os poderes executivos e legislativos municipais e estadual para participarem ativamente dessas ações.

Dando sequência ao processo de escutas públicas, em junho de 2016, o município de Abreu e Lima sediou a 2ª escuta do PELLB. Na ocasião, houve participação de todos os municípios da Região Metropolitana Norte, a saber: Itamaracá, Itapissuma, Igarassu, Paulista e Araçoiaba. Em seguida foi a vez da Região Metropolitana Sul do Recife Sul (RMR) receber a 3ª escuta, ocorrida em agosto de 2016, no município de Jaboatão dos Guararapes e que contou com a participação dos municípios de Moreno, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

As escutas visam identificar os principais problemas e potenciais do setor, além de colher propostas para a construção do referido Plano. Envolve profissionais que atuam em bibliotecas,

mediadores de leitura, escritores, designers, editoras, livreiros, sebibistas, entre outros integrantes do setor LLLLBB.

Partindo-se do entendimento de que é no município que o sujeito desenvolve plenamente sua cidadania, estabelecendo laços de pertencimento e partilhando objetivamente do processo de construção da sociedade, o principal objetivo a ser alcançado com a implementação do PELLBB será o de conquistar um lugar de destaque para a leitura, para o livro, para a literatura e as bibliotecas na agenda política e orçamentária de Estado de Pernambuco e dos seus 185 municípios, planejando ações e estabelecendo metas que garantam sua implementação e sua continuidade como política de Estado.

Embora, de acordo com Rubim (2007), a história das políticas culturais no Brasil esteja marcada por “[...] tristes tradições que podem ser condensadas em expressões como: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidades, paradoxos, impasses e desafios”, o Brasil, no início do Século XXI, é um País que já caminha sob a perspectiva de um poder político cuja base é o Estado Democrático que conta cada vez mais com a participação efetiva da sociedade civil, por intermédio de conselhos, câmaras setoriais e parcerias com organizações sociais que influem na formulação e implementação de políticas públicas estruturantes e permanentes voltadas ao livro, leitura e bibliotecas.

E para que haja êxito na implementação dessas políticas de estado tão desejadas para o setor, é preciso que se tenha planos que ultrapassem os governos e sejam uma exigência permanente da sociedade. Além disso, estado e sociedade precisam estar juntos, porque as tarefas são gigantescas e de longo prazo e somente a forte união dos dois entes que constituem a nação podem dar conta dessa missão.

Reforça-se a fala de José Castilho, ex-Secretário Executivo do PNLBB, que urge a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um País economicamente viável.

Portanto, acredita-se que somente assim é possível que as pessoas exerçam de maneira integral seus direitos, participem efetivamente na sociedade, melhorem, em amplo sentido, seus níveis educativo e cultural, fortaleçam os valores democráticos, sejam criativas, conheçam outras culturas, valores e modos de pensar de outras pessoas e tenha acesso às formas mais verticais do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas**: histórico. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.bn.br/snbp/historico.html>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Decreto nº 74, de 21 de novembro de 1966. Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 22 nov. 1966.

_____. Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007. Institui o Programa Mais Cultura. **Diário Oficial**, Brasília, 5 out. 2007.

_____. Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 13 abr. 1990.

_____. Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 13 abr. 1990.

_____. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o

Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 24 dez. 1990.

_____. Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 20 nov. 1992.

_____. Portaria Interministerial nº 1442, de 10 de agosto de 2006. Institui o Plano Nacional de Livro de Leitura – PNLL. **Diário Oficial**, Brasília, 11 ago. 2006.

BOTELHO, I. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, v.23, n.43-44, jan./dez. 2003.

BRAGA, M. de F. A. A biblioteca pública como um lugar de signos. **Infociência**, São Luis, v.4, p.21-34, 2004. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004283&dd1=1fbb0>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

CALABRE, L. **Políticas culturais no Brasil: dos Anos 1930 ao Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CONGRESSO INTERNACIONAL DO LIVRO, LEITURA E LITERATURA NO SERTÃO, 3., 2016. **Escuta Pública do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas**. Pernambuco: Universidade de Pernambuco; Secretaria de Cultura de Pernambuco, 2016.

FERREIRA, M. M. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? **Transinformação**, Campinas, v.18, n.2, p.113-122, maio/ago.,2006. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/673/653>>. Acesso em 26 jun. 2013.

MACHADO, E. C. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**.

Ribeirão Preto (SP), v.1, n.1, p.94-111, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/incid/arti%20cle/viewFile/42307/45978>>. Acesso em 26 jun. 2013.

MICELI, S. (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MILANESI, L. A. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros Passos, 94)

MORAES JÚNIOR, J. V. de. Políticas culturais do livro e leitura no Brasil: contexto, avanços e desafios. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. v.6; p.179-199.

OLIVEIRA, Z. C. P. de. **A biblioteca “fora do tempo” políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil: 1937–1989**. Tese. 220f. (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1994.

PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA. Objetivos e metas. Brasília: PNLL, 2006. Disponível em: <<http://www.pnll.gov.br/>>. Acesso em: 23 out. 2017.

REIS, P. F. dos. **Políticas culturais do governo Lula: análise do Sistema e do Plano Nacional de Cultura**. 200f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cultura, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008.

RIDENTI, M. Cultura e política: os Anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins de Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

CAPÍTULO 5
BIBLIOTECONOMIA E QUESTÃO RACIAL:
NOTAS PARA PENSAR UMA BIBLIOTECONOMIA SOCIAL
E ETNICAMENTE DIVERSA

Dandara Baçã de Jesus Lima
Francilene do Carmo Cardoso

1 INTRODUÇÃO

O mestre Cartola eternizou em sua voz que “o mundo é um moinho”, o qual pode triturar os sonhos e reduzir as ilusões ao pó, sendo também um ciclo. E não é somente na vida de Creuza Francisca dos Santos para quem o cantor escreveu tal canção que a mudança se constitui, mas em todos os processos. E a Biblioteconomia como atividade humana para humanos não foge das voltas do moinho e precisa deixar que os ciclos se formem de tal modo que pressupostos antigos deem lugar a novos.

A Ciência da Informação, para Silva (2016), é um campo do conhecimento que se constituiu pela reprodução/apropriação acrítica de teorias de outras áreas e adaptação de teorias de outras áreas. Nessa adaptação, ela também acabou por reproduzir os preconceitos dos teóricos aglutinados. Essa construção aglutinante serviu às necessidades do momento da criação, mas urge a análise e reavaliação dessa incorporação, a fim de que ela possa se adaptar aos interesses e necessidades atuais da ciência.

Geralmente, coloca-se como marco da Biblioteconomia a criação da biblioteca de Alexandria no Egito antigo. A própria biblioteca é um mito, mas junto dele está a ideologia do supremacismo branco. Elisa Larkin, analisando os mitos perniciosos do racismo assevera:

O Egito era uma nação negro-africana, fundada e criada por negros africanos. A filosofia, a arquitetura, a astronomia, a matemática e a religião gregas, consideradas as fundações da civilização ocidental, foram todas emprestadas

e/ou derivadas da ciência egípcia. Quase todos os maiores filósofos, pensadores e cientistas gregos foram treinados por negros-africanos no Egito: de Plutarco a Platão, de Pitágoras a Heródoto, os gregos tomaram conta e foram se apropriando da fama e do crédito daquele conhecimento egípcio. Este foi o primeiro passo ao individualismo acadêmico da civilização ario-europeia: os egípcios não conceberam a sabedoria humana como propriedade particular e privada, e sim como um legado coletivo. Portanto, não rotulavam suas descobertas com o nome de indivíduos. Os gregos aproveitaram-se deste fato para usurpar o legado anônimo e, através de saques e pilhagens, roubaram os arquivos e as bibliotecas alexandrinos. Uma vez conquistado pela força, esse conhecimento egípcio foi registrado, na história construída pelos gregos, como uma invenção grega (NASCIMENTO, 1981, p.28).

Tem-se disseminado a alocação da biblioteca de Alexandria dentre as realizações de Alexandre Magno, sem contabilizar esse viés exposto acima como também a evolução que a civilização egípcia já vivia muito antes da chegada daquele. Mas isso se dá de forma propositada e servindo ao supremacismo branco que se envaidece e se enriquece à custa do povo que oprime. Nesse ponto, é necessário conceituar o racismo para que possamos prosseguir a análise de como ele afeta as práticas do bibliotecário. Para Nascimento (1981), o racismo é a “[...] interrupção violenta, a destruição e a distorção histórica da sociedade, cultura, aspirações e realizações humanas de um povo dominado”.

Rashid El-Nadoury e J. Vercoutter (2010) apresentam o legado do Egito faraônico na coleção História Geral da África. Nesse resgate histórico do continente africano, os autores apresentam várias contribuições dos egípcios ao mundo e afirmam que eles desenvolveram um sistema de escrita hieroglífica e os instrumentos de escrita, tendo produzido extensa literatura. Essa literatura “[...] cobre todos os aspectos da vida dos egípcios, desde as teorias

religiosas até os textos literários, como narrativas, peças de teatro, poesia, diálogos e crítica” (EL-NADOURY; VERCOUTTER, 2010).

O Egito é uma nação africana negra, fértil desde seu nascimento e, por isso, seus valores e descobertas foram disseminados e conhecidos amplamente. Riad e Devisse (2010) apresentam a história da cidade de Alexandria, idealizada por Alexandre Magno e terminada somente no reinado de Ptolomeu II. Isto contradiz a informação disseminada de que Alexandre Magno seria o fundador da biblioteca de Alexandria; ele pode ter no máximo a idealizado, mas quem deu suporte para que ela fosse criada foi a cultura egípcia, que foi sustentada pelo seu povo mesmo após a dominação helênica. Riad e Devisse (2010) apresentam ainda um panorama do Museu de Alexandria do qual a biblioteca fazia parte da estrutura:

O Museu, com sua imensa biblioteca, foi sem dúvida a mais importante realização dos lágidas em Alexandria. Sua construção teve início por decisão de Ptolomeu I Sóter, a conselho de um refugiado ateniense, Demétrio de Falero. [...] Assim, os cientistas e os homens de letras viviam naquela instituição, que lhes fornecia moradia e alimentação e lhes dava condições de se dedicarem integralmente às pesquisas e aos estudos, dispensando-os de qualquer tarefa de natureza material. A organização assemelhava-se à das universidades modernas, com a diferença de que os residentes não eram solicitados para ministrar aulas. [...] No Século II da Era Cristã ainda havia quem ambicionasse o título de residente do Museu de Alexandria. [...] Demétrio de Falero aconselhara Ptolomeu Sóter a criar uma biblioteca que abrigasse toda a cultura contemporânea, através da aquisição e cópia sistemática de manuscritos. Em pouco tempo, coletaram-se mais de 200 mil volumes. A administração desse repositório cultural estava confiada a ilustres especialistas do mundo grego contemporâneo. [...] Uma outra

biblioteca, de menor importância, situada no Serapeu, abrigou 45 mil volumes. [...] Em nenhuma outra parte do mundo helenístico veio a existir uma instituição da estatura do Museu de Alexandria. A única biblioteca capaz de concorrer com a de Alexandria situava-se em Pérgamo. É, em grande medida, graças à Biblioteca de Alexandria que hoje conhecemos as tragédias de Ésquilo, as comédias de Aristófanes, as odes de Píndaro, Baquíledes e as histórias de Herótodo e de Tucídides (RIAD; DEVISSE, 2010).

Uma biblioteca sempre nasce para uma comunidade e a biblioteca de Alexandria não teria sido tão representativa se não houvesse uma comunidade que lhe desse suporte. A biblioteca sempre terá a identidade da comunidade a que serve e, por isso, a de Alexandria é tão forte e esplêndida, porque é africana, negra, egípcia. Dentre seus usuários, Riad e Devisse (2010) destacam o geógrafo Estrabão (cerca de -63 a +24), Euclides (-300 a -275), Arquimedes de Siracusa (-287 a -212), Apolônio de Perga, Teofrasto, Herófilo da Ásia Menor e Erasítrato. Optamos por não descrever a biografia destes célebres usuários para não alongarmos o texto, mas todos eles podem ser consultados nas obras citadas nas referências. Na maioria das vezes que se busca o bibliotecário da biblioteca de Alexandria, aloca-se Calímaco, mas Riad e Devisse (2010) apresentaram outro célebre bibliotecário:

Erastóstenes, o pai da geografia científica, nasceu em Cirene, por volta de -285. Em torno de -245, Ptolomeu ofereceu-lhe um posto de bibliotecário, que veio ocupar até sua morte. Seu mais notável empreendimento consistiu na tentativa de medição da circunferência da Terra, fundamentando seus cálculos na relação entre a sombra projetada no solstício do verão no relógio de sol de Alexandria e a ausência de sombra em Siena (Assuã). Concluiu que a circunferência da Terra era de 252 mil estádios (isto é 46695 km), que ultrapassa em um sétimo a circunferência real da Terra (40008

km). Erastóstenes também chegou a catalogar 675 estrelas (RIAD; DEVISSE, 2010).

Para Riad e Devisse (2010), a Biblioteca de Alexandria não chegou ao seu termo quando Júlio César incendiou os navios atracados no porto, mas sim quando o cristianismo a saqueou, levando os livros para Roma. O mito serve para reproduzir os valores da sociedade, todos eles têm um valor moral; algo que a sociedade escolheu proteger e a envolveu com o mito como forma de perpetuação e preservação. A biblioteca de Alexandria é reportada aos helenos e isso se dá porque se quer perpetuar a ocultação da criação negra. Não é incomum se ver atribuir a construção de pirâmides aos extraterrestres. Isso ocorre porque para a sociedade euro centrada é inadmissível que tais obras tenham sido negras. Para muitas pessoas, o Egito não faz parte do continente africano ou da África.

Dessa maneira, a escolha da sociedade egípcia e a biblioteca de Alexandria serviu de contraponto à discussão envolta do supremacismo europeu e seus reflexos na história das bibliotecas. A partir de então, seguiremos analisando os efeitos desse mesmo supremacismo na Biblioteconomia, passando por um breve estudo das referências utilizadas nas disciplinas do curso, considerando a diversidade etnicorracial nas bibliografias. A Biblioteconomia e a Ciência da Informação precisam discutir a informação e o conhecimento, entendendo também a diversidade dos sujeitos do processo informacional. Estudos sobre negros vêm aumentando cada vez mais na área, porém ainda é necessário dar voz a essa população e permitir que suas produções acadêmicas tenham vazão nas diferentes áreas do saber (AQUINO, 2010).

2 RACISMO E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NAS BIBLIOTECAS

Cardoso (2011) analisa algumas das consequências do racismo nas bibliotecas e afirma que “[...] a biblioteca não pode ser pensada separadamente da sociedade: ela é uma instituição social, portanto, orientada por ideologias e formas de relacionamento”. Sendo fruto e a serviço da sociedade, a biblioteca precisa repensar suas estratégias, considerar a relação étnica como fator importante

do planejamento à avaliação dos serviços. Mas o que deveria estar presente nos estudos das bibliotecas, nas discussões de formação e desenvolvimento de acervos, planejamento de bibliotecas, estudos de usuários e comunidades, simplesmente é tratado com invisibilidade, como se o racismo não existisse e não afetasse a comunidade a quem a biblioteca se destina.

O mito da democracia racial, ou seja, a visão de que o Brasil é um País cordial, onde não há racismo, mas uma vivência pacífica entre as raças, é disseminado na sociedade brasileira e afeta o cotidiano e as práticas profissionais do Profissional da Informação (PI). Todavia, essa discussão não adentra o espaço acadêmico e profissional. Isso se dá porque as bibliotecas, no Brasil, são instrumentos criados pela elite¹⁵, servindo-a de forma preponderante, com exceções, principalmente, entre as comunitárias. Ainda se faz necessário que as bibliotecas sejam instrumentos de contra hegemonia, ou seja, se voltem à mediação da informação e da leitura para aqueles setores mais oprimidos da sociedade, a partir das suas próprias histórias e memórias, preservando-as e disseminando-as, a fim de que se reconheçam situados na história (CARDOSO, 2015).

Devido ao racismo e sua capilaridade na sociedade brasileira, corremos o risco de ter redução do número de nossos usuários, devido a execuções extrajudiciais por oficiais do Estado ou pela violência. Os dados do Atlas da Violência de 2016 apresentam que “[...] pretos e pardos possuem 147% mais de chances de ser vitimados por homicídios em relação a indivíduos brancos, amarelos e indígenas”. A invisibilidade das necessidades dos usuários foi exemplificada por Vergueiro (1989) que, ao descrever o processo de desenvolvimento de coleções, narra a história de uma exibição de filme cinematográfico a nativos africanos que não conseguiam ver a tela inteira, tendendo a fixar a atenção apenas numa parte da mesma. Esse estranhamento com a projeção cinematográfica ilustra a falta de familiaridade do PI com as temáticas sociais, o qual, semelhantemente aos nativos, visualiza parcialmente a comunidade para quem destina suas atividades ou vê, de forma nublada, como

¹⁵ Para maiores detalhes ver Rabelo (1987) e Gomes (1982).

se os conflitos raciais fossem questões extramuros que não afetam sua atividade profissional.

O racismo é uma ideologia de dominação¹⁶, tendo conteúdo étnico, ideológico e político, profundamente enraizada em nossa cultura e, ignorar a sua presença, repercute também no desconhecimento dos usuários. Uma biblioteca que perde usuários para a violência racial precisa estar inserida na comunidade como um elemento transformador.

Mas não há como negar que, em todas as estatísticas oficiais¹⁷, o negro sempre é o representado nos dados negativos. A biblioteca, para essa parcela da população, precisa se tornar mais que um mero depósito de informações organizado. A biblioteca é um instrumento de luta e empoderamento da população e precisa ser lugar de afirmação das culturas de todos os povos/etnias para sua autoafirmação. Todavia, não se pode esperar que a biblioteca se torne aquilo que seus usuários precisam que ela seja, vidas se perdem enquanto não acontece essa mudança e, segundo o que consta no Atlas da Violência de 2016, “[...] as chances de um indivíduo com até sete anos de estudo sofrer homicídio no Brasil são 15,9 vezes maiores do que as de alguém que ingressou no ensino superior, o que demonstra que a educação é um verdadeiro escudo contra os homicídios” (INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E APLICADAS, 2016).

Essa visão de biblioteca como espaço de acesso e apropriação do conhecimento é corroborada por Silva (2016) que afirma ser dever dos centros de informação:

[...] deslocar a ideia de informação do simples processo transmissivo de sinais para o processo dialógico de sócio construção, de modo que a informação não seja uma simples redução de incertezas, mas ao contrário, é um fenômeno

¹⁶ Para maiores detalhes sobre o debate do Racismo como ideologia de dominação ver Moura (1994).

¹⁷ Apenas para citar algumas fontes: Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER), coordenado pelo Prof. Marcelo (UFRJ), *site*: <<http://www.laeser.ie.ufrj.br>>; Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), *site*: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>.

que questiona certezas na construção de novos conhecimentos, assim como a informação só é efetivamente gestada quando do uso, apreensão e apropriação do receptor/usuário. (SILVA, 2016).

Como é possível observar na passagem acima, a biblioteca é uma das ferramentas da educação e pode se colocar ao lado do usuário, dando-lhe mais que informação organizada. Também deve se considerar que não é uma obrigação exclusiva da Biblioteconomia ou uma missão redentora ao PI tornar as unidades de informação diversas em termos etnicorraciais. Há outros agentes da leitura e da informação que podem e devem agir para diminuir as deformidades deste acesso. A biblioteca tem potencialidades que ainda não foram usadas por desconhecimento ou inércia. A informação é o elemento que faz com que as pessoas recuperem a autoestima, enriqueçam-se com a história de seus antepassados e se empoderem.

A produção bibliográfica é também um elemento de representatividade; ler outros autores de sua etnia é importante para se visualizar a possibilidade de ocupação desse espaço. A representatividade torna alcançáveis coisas que pessoas vitimizadas pelo racismo não conseguem vislumbrar. Pela representatividade se forma uma projeção a partir de um indivíduo com histórico e desafios semelhantes. E sobre a sua importância discorreremos no próximo tópico.

3 REPRESENTATIVIDADE E AUTORES NEGROS/AS NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A pesquisa 'Retratos da leitura no Brasil', de 2015, do Instituto Pró-Livro não fez recorte racial do perfil dos leitores, apesar de ter considerado vários aspectos socioeconômicos. Um ponto relevante a ser observado é que, dentre os livros que estavam sendo lidos no momento da pesquisa, nenhum dos autores é negro, embora Machado de Assis tenha sido citado dentre os que foram lidos por último. Dom Casmurro, uma das principais obras de Machado, é a sétima mais citada entre os mais marcantes. Dentre os escritores de que o público mais gosta, dois são negros: Machado de

Assis e Jorge Amado. Esses autores também se repetem entre os mais conhecidos. O recorte racial para os autores e obras citadas na pesquisa transparece uma das consequências do racismo, que retira a oportunidade de autores negros serem lidos e conhecidos.

No âmbito acadêmico, essa perspectiva pode ser analisada pelos autores que são citados na bibliografia básica das disciplinas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Utilizando-se o Google Imagens, para visualizar o fenótipo dos autores, buscou-se a análise da diversidade racial nas bibliografias e nos autores das editoras. É preciso salientar que o critério utilizado para atribuir aos autores pesquisados o fenótipo de branco ou negro serviu diretamente das convicções pessoais da autora, com base nos estudos sobre o que é ser negro no Brasil, não da auto declaração dos autores, conforme propõe o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Brasil (IBGE).

Fazendo uma busca aleatória na bibliografia básica disponibilizada no sistema Matrícula Web na Universidade de Brasília, percebeu-se que na disciplina Controle Bibliográfico há 16 (dezesesseis) autores mencionados entre as obras que datam desde os Anos 1940, sendo que, dentre esses autores, somente 4 (quatro) não puderam ser localizados no Google imagens e 12 (doze) têm o fenótipo branco. De tal dado, tirar-se-ia diversas análises, mas é notório que no espaço temporal e espacial da bibliografia da disciplina há bibliotecários negros, com conhecimento e experiência na produção de materiais que podem ser utilizados como bibliografia básica.

Ao buscar no *site* do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Rondônia, a bibliografia da disciplina Introdução ao Tratamento Temático da Informação, menciona 6 (seis) autores, sendo que 1 (uma) autora não foi encontrada na busca do Google e os outros 5 (cinco) são todos brancos. No caso da disciplina Introdução à Biblioteconomia do Instituto Federal de Porto Alegre, todos os autores mencionados na bibliografia básica e complementar são brancos.

Ao utilizar o critério fenótipo entre os livros do segmento de Biblioteconomia da Editora Briquet de Lemos, apareceram 28 (vinte e oito) autores, 4 (quatro) deles não foram encontrados no Google

imagens e somente 2 (dois) autores - Valeria Gauz e Ranganathan - não têm o fenótipo branco no resultado de suas imagens no *site* referido. A partir dessa constatação, pode questionar-se quais são os critérios de eleição de um livro para ser publicado, e por que essa escolha não representa a diversidade etnicorracial existente na sociedade brasileira?

Utilizando o mesmo padrão, realizamos busca na editora Thesaurus, obtendo-se o seguinte perfil: 91 (noventa e um) autores de Biblioteconomia e Ciência da Informação nominalmente identificados; 16 (dezesseis) autores não recuperados; 7 (sete) autores negros ou com tez mais escura; 1 (um) oriental e 67 (sessenta e sete) com o fenótipo branco. A editora apresenta lista dos títulos mais vendidos, sendo que neste recorte a diversidade racial pode ser vista, pois 2 (dois) autores não têm o fenótipo predominantemente branco, 1 (um) autor não foi identificado e 3 (três) são brancos.

Diante dos resultados obtidos nas buscas, percebe-se que há uma diferença entre autores negros e não negros em diferentes faculdades, de diferentes regiões geográficas e com datas diversas de publicação das obras e da atualização dos currículos. Esta análise da diversidade racial entre os autores não questiona a qualidade daqueles que publicam nas editoras e são mencionados nas bibliografias básicas, mas enfoca na representatividade. A representatividade pode ser definida como “[...] representar politicamente os interesses de determinado grupo, classe social ou de um povo”. Pela definição da palavra não caberia a representatividade entre os autores da Biblioteconomia, pois este termo detém uma abrangência maior que sua definição.

Para quem sempre teve acesso e se viu representado nos comerciais, novelas, músicas, futebol etc., talvez não consiga entender o que se busca ao reivindicar representatividade na Biblioteconomia. Mas Pilar (2015) pode dar um pouco de luz do porquê se reivindicar que todos os espaços da sociedade representem a pluralidade étnica do País: “Porque se você encontrar uma pessoa com o tom da sua pele em um papel de destaque, que não seja figurante, que não sirva só para dizer que não há pessoas

de cor em uma produção, *você se sentirá motivado a assumir o que você é*” (PILAR, 2015, grifo nosso).

Nesse sentido, o debate da representatividade se torna relevante na Biblioteconomia, na Ciência da Informação e nas Ciências Sociais. E este espectro não se volta somente ao usuário, para quem está fora, mas para o próprio PI, que também precisa se sentir representado pelos autores e pelas diferentes formas de compreender a informação. Há diversas outras matrizes étnicas e culturais que contribuíram para a formação da nossa área e nosso olhar da informação e que, também, são negligenciadas pelo modelo copiado, mas não adaptado à diversidade cultural dos locais onde foram implantados.

Outros povos que integram a formação cultural brasileira são: quilombolas, ciganos, povos e comunidades de terreiro, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo e fecho de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, pomeranos, extrativistas, povos indígenas e comunidades do cerrado. Essas pessoas deviam estar representadas na atividade do PI, mas não se percebe, na prática profissional e nos ditames teóricos, que a diversidade do povo brasileiro está reproduzida.

Silva (2016) evidencia outro fator a ser considerado na análise da produção bibliográfica em Biblioteconomia. Este autor considera que há escassez de subsídios bibliográficos mais densos e críticos-criativos. Essa escassez de produção pode ser analisada de vários prismas, até mesmo sobre o do histórico da profissão que é mais voltado à prática que ao desenvolvimento de teorias. Mas, mesmo com todas as análises possíveis dessa carência, é preciso ainda discutir o porquê da Biblioteconomia, na Ciência da Informação continuarem a reproduzir a invisibilidade do negro que perdura na sociedade.

Para os limites de um capítulo de livro, esse texto pode ter avançado em discussões que o ultrapassam. Vários dos pontos apresentados estariam mais bem-dispostos em pesquisas de longo prazo, com tempo para estudo e maior recorte espacial e variáveis

definidas. Mas, a área é silente e inerte a essas questões da representatividade e é perda de tempo ficar esperando para que se crie visibilidade. Elisa Larkin, em 1981, já havia assinalado que o negro precisa criar suas próprias instituições, já que, para essa autora, seria melhor assim, ao invés de enfrentar o racismo na sociedade racista. O dominador simplesmente não “[...] entregará seu controle motivado pela força moral dos apelos integracionistas” (NASCIMENTO, 1981).

As demandas de informação não são simplesmente uma reivindicação, mas um direito que não nos será dado pelos que detêm o poder, e o negro já percebeu a quem serve as instituições e já procura criar seus próprios *griots*¹⁸. Há mais bibliotecas virtuais e conteúdos em PDF para acesso a informações de interesse da comunidade negra do que bibliotecas com esse conteúdo impresso ou eletrônico. Mas a falta de acervo não impede que a comunidade negra tenha acesso à informação de que necessita. É farto o uso das redes sociais para compartilhamento de informações e de conhecimento acadêmico e científico com potencial de desconstrução do racismo. Não foi preciso que nenhuma instituição desse espaço para que o negro buscasse a informação. Esta é uma necessidade humana e se a instituição não fornece, alcança-se por outros meios. Entretanto, a parcela da população negra que pode utilizar outros meios de acesso à informação não representa a totalidade, que ainda enfrenta dificuldades de acesso e que estão nos estratos menos favorecidos economicamente.

Após tantas gerações de invisibilidade, pode ocorrer o total distanciamento das unidades de informação, uma espécie de desistência por reivindicar esse espaço. Como dito anteriormente, a comunidade negra já criou diversos dispositivos para disseminar informação e não depende de um público que tem acesso às bibliotecas para se empoderar. Diante da desistência, cabe ao profissional da informação e suas ciências a escolha de continuar a ignorar a diversidade racial ou fazê-la entrar como elemento importante da sociedade em que está imersa.

¹⁸ São os indivíduos com o compromisso de preservar e transmitir histórias, fatos históricos, conhecimentos e as canções de seu povo na África. Fonte: Hampté Bá (1980).

REFERÊNCIAS

AQUINO, M. de A. Entre a informação e o conhecimento, imbricam-se tensas relações para inclusão social de negros/as na sociedade contemporânea. **Inclusão Social**, Brasília, v.4, n.1, p.45-51, jul./dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre. **Projeto pedagógico do curso técnico em Biblioteconomia**. Porto Alegre: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.poa.ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2009/05/projeto_pedagogico_Biblioteconomia.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

CARDOSO, F. do C. **A biblioteca Pública na (re)construção da identidade negra**: um estudo na biblioteca infanto-juvenil “Viriato Corrêa”. 2011. 105f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2011.

_____. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015.

EL-NADOURY, R.; VERCOUTTER, J. O legado do Egito faraônico. In: MOKHTAR, G. (Ed.). **História geral da África, II: África Antiga**. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010. p.119-159.

GOMES, S. de C. **Biblioteca e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira, 1982.

HAMPTÉ BÁ, H. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (Org.). **História da África**. São Paulo: Ática, 1980. v.1; cap.8; p.167-206.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2016**. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2017.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Instituto Pró-livro, 2016. Disponível em: <<http://www.publishnews.com.br/estaticos/uploads/2016/05/zPurbYyLtHcyykd8onwpYk7qz6lopAWUYdDIHbLRaKy1FQWdCNf64T4VI OIZAP7BUJAxYsxbY73VaWp.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MOURA, C. O racismo como arma ideológica da dominação. 1994. Disponível em: <http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/70_O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_o_Clovis_Moura_.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2017.

NASCIMENTO, E. L. **Pan-africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra**. Petrópolis: Vozes, 1981.

PILAR, O. **Papo sério: representatividade importa**. São Paulo: Geledés: Instituto da Mulher Negra, 2015.

RABELLO, O. C. P. Da biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.16, n.1, p.19-42, mar. 1987.

REPRESENTATIVIDADE. In: SIGNIFICADOS. S.l.p.: Significados, 201-[?]. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/representatividade/>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

RIAD, H.; DEVISSE, J. O Egito na época helenística. In: MOKHTAR, G. (Ed.). **História geral da África, II: África Antiga**. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010. p.160-189.

SILVA, J. L. C. **Tópicos em Biblioteconomia e Ciência da Informação**: epistemologia, política e educação. Rio de Janeiro: Agência Biblioo, 2016.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Faculdade de Ciência da Informação. **Controle bibliográfico**. Brasília: UnB, 2010. Disponível em: <https://www.matriculaweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina_pop.aspx?cod=182541>. Acesso em: 13 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Departamento de Ciência da Informação. **Ementário das disciplinas**. Porto Velho: UNIR, 2016. Disponível em: <http://www.Biblioteconomia.unir.br/portal/?page_id=80>. Acesso em: 14 jul. 2017.

VERGUEIRO, W. de C. S. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis/APB, 1989. (Coleção Palavra-chave, 1). Disponível em: <http://abecin.org.br/data/documents/VERGUEIRO_Desenvolvimento_de_colecoes.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

CAPÍTULO 6
AS BIBLIOTECAS E A PROMOÇÃO DE IGUALDADE
ÉTNICORRACIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DAS LEIS
10.639/2003 E 11.645/2008

Vanessa Florargen de Andrade Cardoso
Graziela dos Santos Lima

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma reflexão acerca das atividades e práticas na Biblioteconomia, que envolve aspectos dos profissionais da informação que atuam em bibliotecas escolares e bibliotecas públicas e as normativas vigentes que congregam as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Sabemos que nesses espaços há diversidades de estudantes com diferentes vivências, formadas por fatores externos. O mesmo ocorre na sociedade brasileira, marcada por “[...] desigualdades e discriminações, especificamente contra populações de origem africana e indígena, impedindo seu pleno desenvolvimento econômico, político e social” (SIMÃO; BILÉSSIMO, 2014, p.44).

Estamos na década dos afrodescendentes¹⁹, que vai de 2015 a 2024, e esse período, segundo as Organizações das Nações Unidas (ONU), é uma oportunidade para refletir e propor medidas para a superação do racismo de modo a promover a inclusão e a igualdade racial. Como a escola e a biblioteca são espaços sociais, propor

¹⁹ A Década Internacional de Afrodescendentes foi proclamada pela resolução 68/237 da Assembleia Geral da ONU e será observada entre 2015 e 2024, proporcionando uma estrutura sólida para as Nações Unidas, os Estados-membros, a sociedade civil e todos os outros atores relevantes para tomar medidas eficazes para a implementação do programa de atividades no espírito de reconhecimento, justiça e desenvolvimento. Destaca a importante contribuição dada pelas e pelos afrodescendentes para nossas sociedades e propondo medidas concretas para promover a sua plena inclusão, o combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

medidas para superação do racismo ainda é algo desafiador nesses lugares, devido à estrutura racial e hierarquizada na qual nos encontramos, porém, não é impossível.

O bibliotecário tem o papel social, em meio a tantas tecnologias/atribuições, de agir de acordo com as necessidades dos usuários da informação e em comum acordo com as leis, bem como para a construção e o fortalecimento de identidades de gênero e etnicorracial. Como resultado de muitas lutas e reivindicações dos movimentos sociais, as leis possibilitam que as temáticas africanas, afro-brasileiras e indígenas sejam aplicadas em diferentes níveis educacionais e em diferentes setores de modo a contribuir para a eliminação do racismo e das práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano.

Com o intuito de verificar as práticas biblioteconômicas relacionadas ao desenvolvimento e formação de coleções associadas à aplicação das leis, o artigo pretende: 1) relatar a biblioteca pública e a biblioteca escolar como disseminadoras da memória das populações de origem africanas e indígenas e colaborar na importante missão da construção de identidade dessa população majoritariamente discriminada; 2) refletir sobre as atividades da formação e desenvolvimento de coleções na contribuição e seleção de fontes relacionadas à temática; 3) considerar as bibliotecas como aliadas na promoção de igualdades raciais de modo a ampliar a percepção de comprometimento social das bibliotecas e tornar perceptível, independentemente do tipo de biblioteca, que sempre será possível encontrar fontes informacionais que disponibilizam informações ao público negro e indígena e 4) refletir o propósito das Leis 10.639/2003, 11.645/2008 e 12.244/2010 nas bibliotecas escolares.

2 BIBLIOTECA PÚBLICA E ESCOLAR

Em 1994, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em cooperação com a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) [Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas], publicou um manifesto sobre bibliotecas públicas que, por sua vez,

contém apontamentos importantes sobre a missão cidadã e social: deve-se partir da premissa de construção do acesso livre “[...] sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação” (IFLA/UNESCO, 1994). Após seis anos, em 2000, novamente em parceria com a IFLA, a UNESCO promulgou mais um manifesto, desta vez, contemplando a importância de outro tipo de biblioteca, as escolares, evidenciando que:

O pessoal da biblioteca escolar deve cooperar com os administradores e professores, no sentido de estabelecer política comum de desenvolvimento de coleção. A formulação dessa política deve ser baseada nos programas de ensino, nas necessidades e interesses específicos da comunidade escolar, assim como deve refletir a diversidade da sociedade fora da escola (IFLA/UNESCO, 2000).

Após dez anos do Manifesto da UNESCO sobre as bibliotecas escolares, o Congresso Brasileiro outorgou a Lei nº 12.244/2010, que consiste na legalidade das bibliotecas escolares em nossa Federação (BRASIL, 2010). Com esta lei, torna-se obrigatória a existência de uma biblioteca em todas as escolas do País, sejam elas públicas ou privadas. Dessa maneira, consideramos importante assimilar e conhecer os “parágrafos-chave” que contemplam essa legislação:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei. [...] Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares. [...] Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos

nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis n 4.084, de 30 de junho de 1962, e n 9.674, de 25 de junho de 1998 (BRASIL, 2010).

Expostos esses apontamentos e pensando na realidade brasileira, algumas contextualizações serão propostas e evidenciadas, a fim de refletir o papel social dessas bibliotecas para a sociedade da informação da nossa Federação:

A chamada sociedade da informação em um país com as disparidades culturais como o Brasil é uma árdua tarefa, que requer, acima de tudo, vontade política, de forma a viabilizar as ações da Biblioteca Pública voltadas para a sua comunidade e suas diferenças. Exige um projeto de ação agressivo e regional, tendo em vista as particularidades de cada região brasileira, mas, sobretudo, exige uma consciência geral de que é preciso acompanhar as mudanças da sociedade e que a biblioteca é parte integrante dessa evolução (BERNARDINO; SUAIKEN, 2011, p.35).

De acordo com Miranda (1978), alguns objetivos inspiram as missões das bibliotecas públicas. São elas:

- 1) Promover o idioma nacional;
- 2) Fornecer publicações oficiais;
- 3) Fornecer livros e outros materiais para o estudante;
- 4) Apoiar campanhas de alfabetização e fornecer livros adequados aos nealfabetizados;
- 5) Ser depositária do acervo da inteligência e da história local.

Dentre as cinco missões das bibliotecas públicas destacadas por Miranda (1978, p.4), ressaltaremos a importância da terceira missão:

[...] só a biblioteca pública pode dar ao estudante a oportunidade de ampliar os seus estudos, de aprofundar os seus conhecimentos

e, acima de tudo, de tornar mais individual, esclarecido e frutífero o processo compulsório de socialização do estudante e do indivíduo, processo que pouco vem promovendo a inteligência e a criatividade do aluno e do homem brasileiros.

Assimilando esses apontamentos, percebe-se que ainda que pouco diferentes, as missões de bibliotecas públicas e escolares acabam por entrelaçar aspectos em comum, como os estudantes de ensino fundamental e médio, potenciais usuários dessas unidades de informação. Uma vez que, em 1994, a UNESCO declarou a premissa corroborativa para entender que bibliotecas públicas, em seus serviços, devem, em sua política institucional, promover “base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social”, é necessário pensar o cenário das bibliotecas públicas e escolares no Brasil, bem como suas políticas institucionais e se estas, por sua vez, atendem, verdadeiramente, ao seu público de forma satisfatória, no que diz respeito à população negra predominante neste País.

Questionar as ações das bibliotecas públicas é algo que acontece em nosso campo científico, como indaga Miranda (1978). Embora ele não esteja se referindo às questões raciais, o autor apresenta uma crítica pertinente e adequada a esse tema, quando diz que “[...] a biblioteca parece querer, muitas vezes, impor um modelo de cultura estranha ao próprio habitat (portanto, alienadamente), em vez de hastear-se na dinâmica mesma dos valores culturais em germinação na comunidade” (MIRANDA, 1978, p.2). Esta cultura estranha ao próprio habitat pode ser complementada de acordo com o que propõe Cardoso (2015, p.63):

[...] problematizar a relação Estado Sociedade e a história no Brasil, examinando o particular modo de constituição e vocação da Biblioteca Pública [e escolar] como aparelho hegemônico do Estado, bem como a prática/formação dos profissionais de informação, pensando a necessidade de novas práticas que rompam silêncios e invisibilidade de memórias da população negra, possibilitada através de

atitudes contra hegemônicas, ou seja, vendo a biblioteca pública enquanto aparelho estatal que tome uma posição crítica frente à história oficial e passe a acolher a história/memória de setores populares, voltando-se para questões etnicorraciais.

A partir destes apontamentos, podemos pensar as bibliotecas públicas e escolares como espaços apropriados para difundir a memória negra e colaborar na importante missão de construção da identidade dessa população majoritariamente discriminada, afinal, o Brasil possui uma dívida social com a comunidade negra, que foi trazida à força ao País para ser escravizada, contribuindo dessa maneira, para o desenvolvimento do Brasil.

3 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

As práticas da Biblioteconomia são utilizadas desde que surgiram as primeiras bibliotecas. Neste artigo, focaremos nas atividades relacionadas ao processo de gestão de acervo, pois, é a partir deste processo que surge a possibilidade de inserção dos materiais relacionados com a temática africana, afro-brasileira e indígena. De acordo com Eduvirges (2013, p.2), “[...] na idade moderna, a única preocupação era colecionar tudo o que era produzido”, onde se tinha um acervo pequeno e voltado apenas para colecionar. Nesse sentido, as práticas relacionadas ao desenvolvimento possuíam apenas duas etapas: a seleção e a aquisição.

Com a invenção da imprensa, “[...] no Século XV, pelo Alemão Johann Gutenberg, que revolucionou a reprodução dos livros do artesanal para o industrial e comercial, isso desencadeou um grande aumento de publicações editadas e reproduzidas, o conhecimento científico passou a ser divulgado de forma mais rápida” (EDUVIRGES, 2013, p.2), modificando o panorama no desenvolvimento de coleções. A gama de conhecimentos registrados dentro das bibliotecas trouxe,

[...] dificuldade de localização de informação específica, problemas com a falta de espaços físicos nas bibliotecas, a falta de profissionais para processamento técnico do acervo e falta de orçamentos para definir os recursos necessários. Isso ocorria porque as bibliotecas não se preocupavam em selecionar os materiais que podiam compor o acervo. (EDUVIRGES, 2013, p.2).

Segundo Vergueiro (1989), em 1960 e início da Década de 1970, bibliotecários de todo o mundo voltavam à demanda das bibliotecas: um acervo coerente e as etapas necessárias a desenvolvê-lo, ou seja, buscavam-se aqui metodologias para esta ação. Exatamente nesta época surgiu o chamado Movimento para o Desenvolvimento de Coleções (VERGUEIRO, 1989), fato que desencadeou o que conhecemos hoje como desenvolvimento de coleção. Para o autor, o desenvolvimento de coleção funciona como uma,

[...] diretriz para as decisões dos bibliotecários em relação à seleção do material a ser incorporado ao acervo e à própria administração dos recursos informacionais. É ela que irá prover uma descrição do estado geral da coleção, apontar o método de trabalho para consecução dos objetivos e funcionar como elemento de argumentação do bibliotecário, dando-lhe subsídios para discussão com as autoridades superiores, tanto para a obtenção das novas aquisições como para recusa de imposições estapafúrdias (VERGUEIRO, 1989, p.25).

Para Miranda, D'Amore e Pinto (2013, p.101), o desenvolvimento de coleções “[...] implica sistematizar e criar procedimentos para seleção, aquisição, avaliação e desbastamento do acervo”. É um processo sistêmico que exige do bibliotecário um planejamento voltado para o acervo. Para tanto, é necessário conhecer os objetivos da biblioteca, conhecer o estado atual das coleções, as necessidades informacionais do usuário, e quando o

desenvolvimento de coleção é em uma biblioteca escolar, é necessário conhecer o projeto político-pedagógico da escola que possibilita a criação de política de desenvolvimento de coleções.

A seleção de materiais se constitui em uma das partes mais importantes do processo de desenvolvimento de coleções, pois “[...] são estabelecidos os critérios que comprovam a qualidade e o ajustamento para atender, a contento, as reais necessidades dos usuários” (MIRANDA; D’ AMORE; PINTO, 2013, p.103). Nesse sentido, é uma atividade minuciosa feita por pessoas integrantes da comissão da política de desenvolvimento de coleção. Minuciosa, pois se utiliza de conhecimentos prévios dos participantes para a seleção dos materiais. Contudo, a seleção deve ser feita visando os objetivos da biblioteca e o interesse dos usuários.

Biehl (2006, p.7) afirma também que é “[...] fundamental que professores e bibliotecários vislumbrem a biblioteca como uma parte componente da escola, percebendo a necessidade de um trabalho conjunto, visando à melhoria do processo de ensino-aprendizagem”. A etapa que envolve a aquisição de materiais é uma etapa administrativa que, segundo Vergueiro (1989, p.63) “[...] acontece porque o papel da aquisição, no processo, constitui-se em localizar e, posteriormente, assegurar a posse, para a biblioteca, daqueles materiais que foram definidos, pela seleção como interesse”. Pode ocorrer em modalidades seguindo os critérios de cada biblioteca escolar, como: compra, doação e permuta, que envolve orçamento e alocação de recurso diretamente disponibilizado pelo governo municipal.

A avaliação do acervo é uma etapa indispensável, pois, verifica o processo empregado para determinar a importância e a adequação do acervo de acordo com o objetivo de cada biblioteca. O desbastamento, que é a “etapa final”, consiste em um processo sistêmico, que segundo Miranda (2007, p.92), ocorre “[...] sempre devido à necessidade de um processo constante de avaliação da coleção e deve ser feito de acordo com as necessidades da Biblioteca e com julgamento da comissão de Biblioteca”.

É no desenvolvimento de coleções que são decididos os materiais que devem compor o acervo da biblioteca, seja ela, pública, escolar, universitária ou especializada. As publicações com

as temáticas africanas, afro-brasileiras e indígenas raramente aparecem nos acervos das bibliotecas públicas e escolares. Nesse sentido, há uma lacuna em relação à memória dos povos que contribuíram para o desenvolvimento do País, uma vez que suas histórias não são representadas e isso também representa o racismo estrutural que exalta uma cultura em detrimento da outra. Portanto, os critérios de seleção devem conter uma porcentagem para as fontes informacionais relacionadas às temáticas citadas, de modo que esses materiais comecem a fazer parte do acervo, contribuindo para a implementação das Leis nº 10.639/2003 e a 11.645/2008.

4 AS BIBLIOTECAS INSERIDAS NAS AÇÕES E POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE IGUALDADES RACIAIS

As bibliotecas públicas e escolares podem ser aliadas à promoção da igualdade racial, aplicando as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 na etapa de desenvolvimento de coleções, inserindo a literatura negra, indígena e literaturas que abordam a questão de gênero, incluindo também a diversidade sexual em seu acervo. Com isso, os usuários desses tipos de bibliotecas, incluindo os estudantes de ensino fundamental e médio e todos os outros perfis de usuários, terão à disposição informações que possam contribuir como complemento de conteúdo das aulas assistidas em sala, bem como na sua identidade negra e integrante da sociedade civil brasileira.

É bom frisar que só livros de literatura não abrangem todos os conteúdos relacionados à temática em questão. Estes devem estar imbricados com as formações de professores, gestores e bibliotecários de modo que estes profissionais possam compreender a diversidade existente no Brasil. Algumas das responsabilidades sociais das bibliotecas é disseminar informações e torná-las acessíveis para os usuários, através de seus acervos ou pela disponibilização de itens que possuam informações pertinentes e agregadoras aos seus usuários.

Uma das fontes de informação que a biblioteca possui é o folheto informativo, um exemplo de fonte de informação fidedigna e potencial fator de ação da promoção da igualdade racial. De acordo com o dicionário de língua portuguesa Infopédia (2016), o folheto

informativo é um livro de poucas folhas, impresso, cuja informação é de fácil leitura e entendimento, geralmente dobrado em duas ou quatro partes.

Assim, por meio do folheto informativo, de livre distribuição para os usuários, as bibliotecas podem contribuir para a conscientização e disseminação da informação para usuários, em especial para a população de origem africana. Para isso, é importante que a gerência da biblioteca entre em contato com órgãos públicos a fim de realizar parceria para beneficiar o entendimento de direitos da população negra. Tal parceria pode ser realizada com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial local, por exemplo.

Um exemplo contundente, diferente das bibliotecas apresentadas aqui, pode ser a biblioteca que tenha como perfil a área de saúde. Este tipo de biblioteca pode contribuir para a conscientização dos usuários em relação à saúde da mulher negra, quilombola e indígena, bem como para a orientação sobre direitos civis para cidadãos negros na federação brasileira. É necessário também que o(a) bibliotecário(a) atente-se à importância de registrar ao menos um exemplar de cada folheto adquirido, pois, futuramente, com estes dados, poderão ser feitos estudos de usuários a fim de verificar os conteúdos já apresentados e desenvolver um planejamento de atividades para que sejam reforçados e discutidos os assuntos presentes nestes itens.

Por fim, estes apontamentos servem para ampliar a percepção de comprometimento social das bibliotecas, e mostrar que, independentemente do tipo de biblioteca, sempre será possível encontrar fontes informacionais que disponibilizam informações ao público negro e indígena, a fim de promover a igualdade racial, afinal, informação é poder e também deve ser dado poder aos povos negros e indígenas que contribuíram essencialmente para o que hoje entendemos como Brasil.

5 QUAL O PROPÓSITO DAS LEIS Nº 10.639/2003, 11.645/2008 E 12.244/2010 NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESCOLARES?

As escolas, bem como as bibliotecas escolares, abrangem um público diversificado, logo, os sujeitos que usufruem das práticas de ensino e do acervo são sujeitos de diversas culturas. Ainda percebemos nas redes públicas de ensino que as escolas estão comprometidas, de modo geral, com projetos institucionais que supervalorizam as experiências culturais ocidentais e são pouco permeáveis às práticas culturais e às estratégias de sobrevivência dos grupos subalternos.²⁰ Assim, como acontece em sala de aula, os materiais – colocando em pauta os livros didáticos – bem como outras literaturas, baseiam-se e representam, de maneira geral, a história e a cultura eurocêntrica como sendo a única a representar a sociedade brasileira.

As práticas educacionais expressas nas escolas são decorrentes do currículo escolar. O currículo escolar, segundo Regis (2012, p.29), é “[...] uma prática social complexa, construída historicamente, vinculada às relações sociais, políticas, econômicas e culturais”. É no currículo que se define o conteúdo a ser passado como conhecimento nas redes de ensino. Nesse sentido, o currículo “[...] expressa o conflito de interesse e os valores dominantes que guiam a escolarização” (REGIS, 2012, p.31). Vislumbramos, contudo, que o conhecimento escolhido para ser inserido em sala de aula é selecionado e transmitido como se fosse universal e, ao observamos a dimensão escolar que engloba desde a elaboração do currículo até as práticas em sala de aula, incluindo os acervos da biblioteca escolar, encontramos práticas predominantemente eurocêntricas que contribuem para a construção de um paradigma hegemônico voltado para a cultura e história euro centrada.

A hegemonia do paradigma eurocêntrico se reflete nas instituições educacionais por meio de seus currículos. A cultura dominante é percebida como a cultura considerada como válida para a transmissão cultural, sendo legitimada e reafirmada pelos currículos escolares. Elas veiculam conhecimentos,

²⁰ Para maiores detalhes, cf. Mignolo (2003).

valores, normas, atitudes, como se fossem neutros (REGIS, 2012, p.31).

Os paradigmas eurocêntricos são refletidos nas imagens e representações nos materiais e falas de professores(as,) ou seja, nas relações interpessoais no cotidiano escolar que “[...] veiculam normas, valores e comportamentos preconceituosos e discriminatórios em relação à população negra, interferindo negativamente em seu desenvolvimento intelectual durante sua trajetória educacional” (REGIS, 2012, p.47). Nesse sentido, o racismo encontra-se

[...] presente nos currículos escolares, no qual a tradição eurocêntrica exclui conteúdos de valorização da história dos povos africanos e de sua trajetória de luta e resistência na diáspora. Folcloriza e subestima as expressões de sua cultura e realidade, invisibiliza sua presença e importância na sociedade passada e atual (CARDOSO, 2008, p.60).

A sociedade brasileira desenvolveu ideologias em torno da democracia racial, afirmando, muitas vezes, que não existe racismo ou práticas raciais que estabeleçam a construção do mesmo. Porém, o cotidiano e as estatísticas demonstram uma desigualdade hierarquicamente existente. Nesse sentido, com o intuito de combater o racismo e atender à pluralidade cultural e à valorização racial, principalmente no ambiente escolar, em 2003 foi sancionada a Lei nº 10.639/2003, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Tal política de ação afirmativa é fruto da luta do movimento negro que “[...] pretendia uma escola plural e com conteúdos calcados nas pluralidades étnicas e culturais brasileiras” (ROMÃO, 2014, p.31) e que há anos denuncia a exclusão da história e da cultura africana nos currículos escolares.

A Lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/Lei 9.394/96, (BRASIL, 1996) e torna obrigatório o estudo sobre a cultura e história afro-brasileira e africana nas instituições públicas e privadas de ensino, foi instituída no governo do então

recém-empossado presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que acatou as reivindicações do Movimento Negro que há muitos anos lutava para que o Estado reconhecesse o racismo à brasileira e derrubasse a ideia de democracia racial que, por muito tempo, povoou o imaginário social brasileiro (SILVA, 2012, p.104).

A Lei nº 10.639/2003, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnicorraciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana do Conselho Nacional de Educação, sinaliza para a institucionalização de uma política de diversidade cultural na educação e serve de estímulo para repensar os espaços escolares, particularmente, a biblioteca escolar. Além disso, a “[...] lei traz para dentro das escolas a discussão de temas que antes eram invisibilizados, dificultando que o sistema educacional brasileiro continuasse ignorando ou mantendo à margem essas questões” (SIMÃO, 2015, p.64).

Em 2008, a Lei nº 10.639/2003, que “[...] nasceu como lei ordinária, mas, quando sancionada tornou-se lei complementar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (ROMÃO, 2014, p.35), foi alterada pela Lei nº 11.645/2008 e incluiu a história e a cultura da população indígena em seu texto e em sua conjuntura, passando a vigorar a seguinte redação

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. [...] § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas

social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. [...] § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008).

Além das alterações citadas, em 2013 houve outra alteração, mas dessa vez na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Foi acrescido o Inciso XII ao Artigo 3º, ficando estabelecido que

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII – valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta e da legislação dos sistemas de ensino;

IX – garantia de padrão de qualidade;

XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

XII – consideração com a diversidade étnicorracial (ROMÃO, 2014, p.36).

É por meio da Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que são elaborados “[...] os planejamentos de ensino nas escolas e os critérios de avaliação de livros didáticos pelo Programa Nacional de Livros

Didáticos (PNLD). E é com base nesses documentos, ainda, que os livros didáticos aprovados pelo PNLD são orientados” (GOULARTE; MELO, 2013, p. 35). A construção das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 objetiva “[...] mostrar que os grupos étnicos – indígena e negro – assim como os europeus, exerceram influência na história brasileira, sobretudo, nas áreas social, política e econômica” (GOULARTE; MELO, 2013, p.39), o que envolve tais grupos na construção do Brasil. Por esse motivo, eles também devem ser tratados e inseridos nos currículos escolares, nas práticas escolares e no acervo das bibliotecas.

Como formadora de cidadãos e cidadãs desde os anos iniciais, a biblioteca escolar, de acordo com o projeto político-pedagógico de cada escola, tem a missão de

[...] proporcionar informação e ideias fundamentais para sermos bem-sucedidos na sociedade atual, baseados na informação e no conhecimento. [...] desenvolver nos estudantes, competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolver a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis (IFLA/UNESCO, 1994).

Em se tratando de biblioteca escolar, ainda vislumbramos decadência em relação à estrutura e ao acervo. Tal fato é decorrência da má administração e/ou gestão tanto da parte da escola quanto do profissional e até mesmo da falta de investimentos governamentais. Conforme a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, no seu Artigo 2º, o exercício da profissão do bibliotecário, em qualquer de seus ramos, será exercido, quando este for formado em Biblioteconomia com o diploma reconhecido e expedido por uma escola de nível superior em Biblioteconomia oficialmente reconhecida. O profissional bibliotecário, no artigo 6º da referida lei, deverá possuir as seguintes atribuições:

[...] a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes: a) o ensino de

Biblioteconomia; b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação; c) administração e direção de bibliotecas; d) a organização e direção dos serviços de documentação; e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência (BRASIL, 1962).

Em muitas bibliografias relacionadas ao tema biblioteca escolar e sua gestão, encontra-se uma forte preocupação com a falta de bibliotecários nas instituições de ensino, sejam públicas ou privadas, uma vez que a ausência desses profissionais dificulta as atividades inerentes à biblioteca. Além disso, em relação às próprias escolas, segundo Miranda (2005, p.16), encontramos uma “[...] esmagadora maioria sem bibliotecas escolares para dar apoio às atividades pedagógicas e recreativas”. Sobre a avaliação do MEC em 2008, referente às bibliotecas escolares, Leite *et al.* (2013) afirmam que

[...] as bibliotecas escolares públicas encontram-se numa situação crítica em questão de infraestrutura, acervo, suportes audiovisuais e informáticos e, em muitas delas, o profissional responsável por estas bibliotecas não é graduado em Biblioteconomia. Os estudos mostram ainda que há carência de profissionais bibliotecários e a ausência de concursos públicos para este cargo dificulta a utilização dos acervos e a formação de leitores nas escolas (LEITE *et al.*, 2013, p.1).

A falta de bibliotecários e de bibliotecas nas instituições de ensino fez com que bibliotecários, juntamente com o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e em parceria com os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB), elaborassem um projeto de implantação de uma rede de informação dinâmica e eficaz, visando promover maior qualidade no ensino público do País. Os conselhos

criaram um projeto de universalização das bibliotecas escolares no Brasil que foi enviado e aprovado pelo Congresso Nacional (Projeto de Lei nº 1.831/2003), que seguiu para o Senado passando a ser o Projeto de Lei da Câmara nº 324 (PLC n.324/2009). Em 2010, o então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 12.244, tratando da universalização das bibliotecas escolares prevista no projeto dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia.

A lei determina que todas as escolas possuam uma biblioteca escolar e que esta tenha bibliotecários até 2020. É um avanço com relação à escola, no que diz respeito ao suporte e ao acesso à informação ao público que dela faz parte, além dos avanços relacionados à gestão da biblioteca e em especial, do acervo, possibilitando um bom desenvolvimento.

A pesquisa bibliográfica realizada teve como intuito o levantamento científico de argumentos referentes à missão do profissional da informação, bibliotecário(a), bem como seu compromisso social e sua responsabilidade acerca dos cumprimentos de políticas afirmativas pertinentes às bibliotecas escolares e públicas.

Seguindo a premissa universal da biblioteca pública e escolar, de acordo com os objetivos do Manifesto da IFLA/UNESCO, respectivamente em 1994 e 2000, e a Lei nº 12.244/2010, o presente trabalho preocupou-se em respaldar a necessidade da existência de bibliotecas escolares que cumpram não apenas a missão do Manifesto, mas também, as leis da nossa federação em comum acordo com a necessidade informacional desses usuários. Isto posto, podemos compreender a necessidade do cumprimento das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que fazem parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Tais leis, que podem ser compreendidas como políticas afirmativas, ao incluírem o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, abrem um caminho para a diversidade e pluralidade cultural no ensino das crianças, jovens e adultos, tornando-o mais palpável à nossa realidade, composta, em sua grande maioria, por negros.

O cumprimento das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 pelas bibliotecas é importante para a discussão e difusão de conhecimentos referentes às populações de origem africana e indígena e, também, auxilia nas discussões tangentes sobre relações etnicorraciais, que são fundamentais para a identidade dos cidadãos negros e indígenas deste País. O cumprimento das leis também pode ser compreendido como o caminho para o fortalecimento da identidade racial através da cultura, do consumo da informação sobre o passado que nos foi roubado, eliminando, dessa maneira, a história do negro apenas como um ser escravizado e os estereótipos negativos relacionados ao indígena, como o de índio preguiçoso.

Estas leis possibilitam aos jovens argumentos e conhecimento acerca da raiz de sua cultura e o seu reconhecimento no espaço do saber, até então predominantemente eurocêntrico, no qual se estudava a literatura portuguesa, conformando assim, um currículo de educação básica ocidental e colonial excludente em que essas comunidades eram ignoradas.

É importante evidenciar que o cumprimento dessas leis, pelas bibliotecas, não somente é obrigatório como pode ser um diferencial na gestão de uma unidade informacional, sabendo que dificilmente se encontra a literatura negra no acervo das bibliotecas. Diferentes tipos de usuários encontram dificuldades para localizar ou identificar pensadores e pesquisadores negros dentre as prateleiras das bibliotecas públicas e escolares.

A ausência dessas literaturas no acervo de uma biblioteca pode ser compreendida como racismo institucional, uma vez que denota displicência a existência dos cidadãos negros e indígenas tornando-os, assim, invisíveis nesse espaço que deveria cumprir seu papel social de difusão da informação para todos, sem discriminação e parcialidade. Lamentavelmente as bibliotecas são conhecidas como espaço de saber elitista e com este trabalho, evidenciamos que estas, quando não cumprem as leis de políticas afirmativas exigidas em território nacional, acabam assumindo uma posição racista e indiferente em relação a essas comunidades.

Portanto, este texto é uma maneira de difundir o pensamento da Biblioteconomia social, não somente partindo do prisma da obrigatoriedade do cumprimento das leis, mas com o

objetivo de entender que foi necessário outorgar tais leis para que a história e a cultura afro-brasileira e indígena fossem assim disseminadas. O profissional da informação se omitiu por todo esse tempo diante da pluralidade cultural existente no País, disseminando, majoritariamente, as culturas e histórias ocidentais eurocêntricas. Sendo assim, é incontestável seu posicionamento racista diante da realidade e diversidade cultural existente na sociedade brasileira.

A grande maioria, se não todos, desses espaços de saber realiza ações e mediações dessas culturas apenas em datas históricas existentes em nosso calendário nacional como, por exemplo, os dias 20 de novembro (dia da consciência negra) e 19 de abril (dia do índio), e esquecem, ou não se preocupam, que a consciência racial pode ser construída com arcabouço informativo durante todo o ano letivo. A consciência racial, bem como o verdadeiro panorama da realidade indígena, deve ser constantemente abordada e aplicada na estratégia de ação informativa desses espaços. Afinal, o racismo e a indiferença acontecem todos os dias para os cidadãos dessas etnias, não somente em um ou dois dias por ano.

Portanto, as bibliotecas são importantes aliadas para a efetividade da promoção da igualdade etnicorracial, começando pela gestão de fontes informacionais, que pode ser compreendida aqui, ao menos, como implementação de títulos pertinentes aos conteúdos aplicados em sala referentes às Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, ou seja, seleção de fontes com foco na temática africana, afro-brasileira e indígena.

Entretanto, salientamos que somente a implementação desses títulos não é suficiente para alcançar o potencial dessas informações. São necessárias ações e mediações constantes sobre tais temáticas, como a realização de palestras, exposições de títulos referentes ao assunto abordado no bimestre vigente – no caso das bibliotecas escolares – contação de histórias, entre outras ações. Dessa maneira, acreditamos na possibilidade de desconstruir o estereótipo das bibliotecas como espaços de saberes predominantemente eurocêntricos e fazer delas um espaço

democrático e pluricultural atendendo, assim, a verdadeira realidade da diversidade etnicorracial existente no Brasil.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.16, n.4, p.29-41, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141399362011000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 abr. 2017.

BIEHL, A. V. **Análise do acervo de uma biblioteca escolar da rede estadual de ensino em Santa Catarina**. 2006. 43f. TCC (Graduação) – Curso de Biblioteconomia, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2006.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 10 de janeiro de 2003. Altera a Lei 9.394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Africana”. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 5 jun. 2017.

_____. Lei n° 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 5 jun. 2017.

_____. Lei n° 4.084, de 30 de junho de 1962. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 jun. 1962. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4084-30-junho-1962-353848-norma-pl.html>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

_____. Lei nº 12.244/10 de 24 de maio de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 maio 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm>. Acesso em: 5 jun. 2017.

CARDOSO, F. **O negro na biblioteca**: mediação da informação da identidade negra. São Paulo: CRV, 2015.

CARDOSO, P. de J. F. (Ed.). **Multiculturalismos e educação**: experiências de implementação da Lei 10.639/03 em Santa Catarina. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

EDUVIRGES, J. R. O processo de formação e desenvolvimento de coleções da biblioteca central da Universidade Estadual do Piauí. **Múltiplos olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.3, n.2, 2013. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2200/1411>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

_____. **Manifesto da IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. 2000. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

GOULARTE, R. da S.; MELO, K. R. de. A Lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental. **Entretextos**, Londrina (PR), v.13, n.2, p.33-54, jul./dez. 2013.

Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/16035/13888>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

INFOPÉDIA. **Folheto informativo**. Disponível em:

<<http://www.infopedia.pt/dicionarios/linguaportuguesa/folheto?express=folheto+informativo>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

LEITE, S. M. *et al.* 12.244/10: uma esperança para as bibliotecas brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013. **Anais...** Florianópolis, 2013. Disponível em:

<<http://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1253/1254>>. Acesso em: 8 set. 2017.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIRANDA, A. A missão da biblioteca pública no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.6, n.1, p.69-75, jan./jun. 1978. Disponível em:

<<http://repositorio.unb.br/handle/10482/594>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

_____. Apresentação. In: MACEDO, N. D. de (Org.). **Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual**. São Paulo: Editora SENAC; Conselho Regional de Biblioteconomia, 2005.

MIRANDA, A. C. C. Formação e desenvolvimento de coleções em biblioteca especializadas. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.17, n.1, p.87-94, jan./abr. 2007. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/463/1468>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

MIRANDA, A. C. C. de; D`AMORE, T. M.; PINTO, V. B. Gestão documental da informação jurídica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.18, n.3, p.96-110, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v18n3/07.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Década Internacional de Afrodescendentes**. 2015. Disponível em: <<http://decada-afro-onu.org/background.shtml>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

REGIS, K. **Relações etnicorraciais e currículos escolares: análise das teses e dissertações em educação**. São Luís: EDUFMA, 2012.

ROMÃO, J. M. O Movimento negro brasileiro e as diretrizes da educação nacional: a Lei Federal nº 10.639/03 é L.D.B.! In: CARDOSO, P. de J. F.; RASCKE, K. L. (Orgs.). **Formação de professores: produção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana**. Florianópolis: DIOESC, 2014.

SILVA, T. F. de O. Lei 10.639/03: por uma educação antirracismo no Brasil. **Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura**, Aracajú, v.16, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/1010/871>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

SIMÃO, M. **Políticas públicas no Século XXI: políticas museológicas e políticas de promoção de igualdade racial no Brasil**. 2015. 111f. TCC (Graduação) – Curso de Museologia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2015.

SIMÃO, M. dos S.; BILÉSSIMO, A. R. Relações raciais na escola: currículo e responsabilidades, livro didática, mídias e escola. In: CARDOSO, P. de J. F.; RASCKE, K. L. (Orgs.). **Formação de professores: produção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana**. Florianópolis: DIOESC, 2014.

VERGUEIRO, W. C. S. **Desenvolvimento de Coleções**. São Paulo: Polis: ABP, 1989. Disponível em: <http://abecin.org.br/data/documents/VERGUEIRO_Desenvolvimento_de_colecoes.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2017.

CAPÍTULO 7

A NEOLEGISLAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A APLICAÇÃO NO AMBIENTE BIBLIOTECÁRIO

Dandara Baçã de Jesus Lima

A Lei nº 13.146, de julho de 2015, instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão (LBI). A LBI é um instrumento de emancipação para retirar o caráter discriminatório, tutelar e de caridade sobre pessoas com deficiência. Essas alterações repercutem no afazer bibliotecário em diversos pontos do diploma legal. O artigo segundo da referida lei define a pessoa com deficiência como sendo

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Essa definição segue o entendimento de que a pessoa com deficiência não possui limitações devido a sua deficiência, mas as têm devido a uma sociedade que cria barreiras. Nossa sociedade é excludente e independentemente das características do sujeito. Em algum momento ele pode ser enquadrado em uma situação de exclusão, pois ninguém se encaixa nos padrões de perfeição que somos instados a alcançar. Não é a limitação ou impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que obstrui a participação plena em igualdade de condições, mas é a interação com outras variáveis, que criam as barreiras.

Os instrumentos de trabalho do bibliotecário historicamente convergem para a criação de um usuário padrão que possa direcionar as atividades da biblioteca. O estudo de usuários e de comunidade busca apurar quais são as características predominantes de determinada comunidade com vistas a orientar a formação e desenvolvimento de acervos e serviços. Só que essa

padronização acaba por subterrar as subjetividades. Naturalmente, somos diversos e, quando padronizamos, acabamos por perpetuar violências e outras formas de opressão quanto a grupos que são invisibilizados. Em estudos de comunidade para bibliotecas pública, por exemplo, buscaram-se os dados dos moradores e em segundo plano as características dos trabalhadores, como as empregadas domésticas, babás e porteiros. A biblioteca ao não incluir esses profissionais acaba por reproduzir preconceitos da sociedade em que ela está inserida, ignorando a existência desses outros sujeitos que compõem a comunidade.

Com o advento da LBI, o bibliotecário é obrigado pela legislação brasileira a considerar a inclusão no planejamento de serviços de informação. Esta consideração não se trata de mera adaptação, mas de mudanças abrangentes que devem ser realizadas sob pena de sanção penal.

O manual de fortalecimento de bibliotecas acessíveis e inclusivas do Ministério da Cultura (MinC) destaca a importância da formação de público que vai além de atender aos quesitos mínimos de acessibilidade, é preciso que as pessoas com deficiência participem das atividades da biblioteca. Para que as pessoas com deficiência se tornem usuárias das bibliotecas é preciso demonstrar por ações que aquele espaço as acolhe, não somente com rampas, mas com material, com informação. As políticas de planejamento das bibliotecas têm que considerar em todos os aspectos o acesso das pessoas com deficiência aos materiais e serviços da biblioteca.

Um grupo focal de usuários com deficiência pode ser formado na biblioteca para que o gestor possa captar desse grupo as informações para prestar um serviço de qualidade. Esse grupo pode informar também a melhor disposição do acervo, se por assunto ou por tipo de material. O gestor pode entender que o melhor para a conservação dos documentos é separar por tipo de material e colocar os livros impressos em braile, por exemplo, em uma coleção específica. No entanto, os usuários podem achar melhor que os livros estejam juntos no acervo, separados por assunto e integrado

aos outros materiais. A participação do usuário nas decisões faz com que elas sejam mais assertivas e atendam mais bem às necessidades.

A concepção de acessibilidade da lei é abrangente e impacta as unidades de informação nos pontos da: segurança, autonomia, mobiliário, tecnologia, comunicação e informação.

Em locais de grande circulação de pessoas como shoppings e supermercados, nota-se que existem cadeiras de rodas e carrinhos de bebê, mas não os vemos nas bibliotecas. Subtende-se que pessoas com deficiência não frequentarão aquele espaço e crianças também não. Dispor desses equipamentos na biblioteca é uma mudança cultural de acolhimento da diversidade. Estamos em um processo de mudanças culturais intensas, a maternidade não exclui a formação superior da mulher e, também, não exclui o pai do contato com a criança.

Os pais podem estar em atividades acadêmicas ou laborais com seus filhos e a biblioteca precisa se adequar para essa nova cultura e inserir ferramentas que facilitem o usuário com deficiência ou mobilidade reduzida. É também relevante mencionar que o fator etário também não exclui as pessoas do ambiente de biblioteca. Essas também poderão participar das atividades da biblioteca. A ABNT tem a NBR 9050 sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Seguindo esta norma, a biblioteca estará se preparando para se tornar um local de acessibilidade.

A negligência do profissional da informação em observar os ditames da lei em suas atividades e na gestão das unidades de informação pode ensejar na configuração de discriminação em razão da deficiência. O parágrafo primeiro do artigo 4º da LBI define discriminação como barreira atitudinal que impede, prejudica, distingue, restringe, exclui por ação a omissão com o dolo de prejudicar alguém ou o exercício de seus direitos, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e fornecimento de tecnologias assistivas²¹. Para elucidar melhor as ações que se enquadram como discriminação em razão da deficiência, transcrevemos a seguir a

²¹ A tecnologia assistiva segundo Sartoretto e Bersch (2017) é um termo utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão.

definição da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

Discriminação por motivo de deficiência significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável (BRASIL, 2012).

A conduta dolosa do profissional quanto às necessidades do usuário pode acarretar em 1 a 3 anos de reclusão e multa. O profissional da informação não pode alegar ignorância da legislação e nem responsabilizar o currículo acadêmico dos cursos de Biblioteconomia. O usuário com deficiência não pode ser instado a ser compreensível com a falta de conhecimento dos seus direitos de acesso. O usuário tem todo direito de nos cobrar uma postura de acessibilidade no primeiro instante que ele adentra a biblioteca. Não se trata de um favor, indulgência, solidariedade, mas de um dever do bibliotecário. A academia e os conselhos profissionais precisarão se adequar à LBI, mas como são processos mais burocráticos, o bibliotecário tem que buscar outras vias de informação para se preparar para atender o usuário com deficiência.

Existem mudanças que para nós são muito difíceis devido a culturas arraigadas como a sinalização das estantes e dos corredores. Esta é mais simples de ser alterada, mas não a da classificação nos livros. Reimprimir as etiquetas em cores e tamanho acessível para usuários com baixa visão seria uma mudança muito radical que encontraria poucos adeptos, mas que poderia beneficiar muitas pessoas. A informação foi considerada um dever no artigo 8º que tem como prestadores o Estado, a sociedade e a família, que deve ser prestado em recursos de comunicação acessíveis. É importante também mencionar o parágrafo único do artigo 26 que

assevera “[...] considera-se violência contra a pessoa com deficiência qualquer ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que lhe cause morte ou dano ou sofrimento físico ou psicológico (BRASIL, 2015)”.

O ambiente de unidades de informação reproduz a sociedade com todos os seus preconceitos, mas é dever do gestor capacitar a equipe e treinar seus funcionários para que as unidades de informação não sejam um espaço reprodutor da violência. Merece destaque o parágrafo 3º do artigo 34 sobre a restrição a práticas discriminatórias no ambiente de trabalho. A legislação incentiva o ingresso das pessoas com deficiência, tendo obrigado pela Lei nº 8.213, de 1991, que as empresas devem preencher de 2% a 5% de suas vagas por pessoas com deficiência:

I - até 200 empregados - 2%;

II - de 201 a 500 - 3%;

III - de 501 a 1.000 - 4%;

IV - de 1.001 em diante - 5%.

As bibliotecas de instituições particulares têm sido os locais preferenciais de alocação de pessoas com deficiência devido ao incentivo legal mencionado anteriormente. Cabe ao bibliotecário alocar os funcionários com deficiência de acordo com as suas potencialidades. Por exemplo, o auxiliar com baixa visão pode não ser a pessoa correta para recolocar livros nas estantes devido ao tamanho da impressão da etiqueta, mas pode estar nos guardas volumes, auxílio à pesquisa, seleção de documentos. O cadeirante pode ser alocado em setores que possibilitem seu deslocamento físico em que ele possa trabalhar de forma autônoma sem a intervenção de terceiros.

Uma gestante é uma profissional que, por um período, terá que ter suas atividades adaptadas a essa condição, sendo vedado em lei que ela esteja em locais insalubres. Devido a isso não poderá integrar as atividades de inventário, remanejamento de estantes ou higienização de acervos. É uma condição transitória que precisa de adaptação. E o gestor deve estar atento às condições transitórias e permanentes de seus colaboradores para somar as potencialidades

de sua equipe para desenvolver o melhor serviço para a comunidade que busca atender.

Os projetos de unidades de informação precisam se atentar para o artigo 55 do Estatuto que assevera que todos os projetos devem atentar ao desenho universal. Este desenho está conceituado no inciso II do § 2º do artigo 2º do Estatuto, segundo o qual é a concepção de ambientes sem a necessidade de adaptação para poderem ser usados por todos. As novas unidades deverão atender a esse pressuposto. Infelizmente o bibliotecário geralmente não participa dos projetos de unidades, mas é seu dever profissional informar que existe uma legislação que precisa ser cumprida. É também relevante analisar as disparidades econômicas das unidades de informação que também podem dificultar a inserção da cultura da acessibilidade, mas elas sozinhas não impedem atitudes de inclusão que não tem relação direta com valores econômicos, mas mudança de mentalidade.

A LBI possui um capítulo específico sobre o acesso à informação e à comunicação. Destacam-se os artigos 63 e 68. No artigo 63 está assegurada a obrigatoriedade de acessibilidade em *sites*, não sendo mais uma deliberalidade de acordo com as características do público-alvo. Neste mesmo artigo os telecentros e *lan houses* que tenham recebido recursos públicos estão obrigados a possuir equipamentos e instalações acessíveis. O que repercute nos telecentros que existem dentro de bibliotecas. O artigo 68 se volta para a produção de materiais bibliográficos que devem ser produzidos em formato acessível, inclusive publicações governamentais.

A produção científica tem buscado a internacionalização principalmente através do uso da língua inglesa, o uso de linguagem acessível e libras não tem sido uma demanda presente nos diálogos sobre esse tipo de documento. Busca-se, sobretudo, a internacionalização e a citação e não a acessibilidade. Até mesmo publicações de cunho regionalista precisam se adaptar para poder entrar nos editores científicos e aumentar suas notas. Seria interessante que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) utilizasse a acessibilidade como critério de classificação das publicações periódicas. A LBI determina que o faça,

mas certamente encontrará muitas barreiras internas para aplicação.

O ambiente acadêmico é marcado pela distinção. A informação a que todos têm acesso não tem o valor da informação privilegiada, restrita. Essa tem peso de ouro, e não é do interesse da academia se tornar acessível, faz parte do jogo de poder restringir o acesso à informação. As barreiras ao acesso à informação têm sentido sociológico devido ao fator de distinção criado na sociedade ao indivíduo e/ou grupo que detém a informação. Os processos de seleção de documentos foram modificados pelo Estatuto e devem obedecer aos seguintes parâmetros:

§ 1º Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofereçam sua produção também em formatos acessíveis.

Não basta aderir a atas de preços no serviço público, e nem atender a bibliografia dos cursos, o bibliotecário deverá estar atento para que a biblioteca seja realmente acessível. No manual de fortalecimento de bibliotecas acessíveis e inclusivas do Ministério da Cultura há a definição de biblioteca acessível:

[...] dizer que uma biblioteca é acessível e inclusiva significa afirmar que ela está preparada para atender, prestar serviços e realizar atividades para pessoas com diferentes perfis demográficos, etários, sociais, educacionais e culturais. Entender a biblioteca como espaço diverso e que pode e deve tornar sua estrutura, acervo e atividades disponíveis a todas as pessoas, é o primeiro passo nesse sentido (BRASIL, 2016).

A acessibilidade implica em mudanças nas bibliotecas que a LBI não abarca, mas que estão previstos em outros mecanismos como o Portal Aragonês de Comunicação Alternativa e Ampliada

(ARASAAC), que disponibiliza símbolos gráficos e ferramentas usados na construção de recursos na área de Comunicação Alternativa e Ampliada em língua portuguesa. Além do acesso arquitetônico à edificação é preciso uma mudança copernicana de atitudes para fazer com que aconteça uma cultura da inclusão que não são adaptações ao que já existe, mas um olhar abrangente a toda a diversidade de corpos e de formas de se estar no ambiente de biblioteca.

A cultura do acesso faz com que revisemos prioridades, o que antes era visto como supérfluo passa a ser entendido como importante. Um exemplo são os fones de ouvido. Eles são essenciais para o acesso à informação de usuários que fazem leitura de tela. Dentro de um planejamento para o usuário padrão da biblioteca talvez ele não seja tido como uma compra relevante e os valores sejam destinados a comprar um material que atenda a maioria dos usuários. Mas a cultura do acesso faz com que se pense que usuários terão acesso dificultado sem ele e de supérfluo passa a ser um item importante.

O manual de fortalecimento de bibliotecas acessíveis e inclusivas faz parte de um esforço do MinC de introduzir a cultura da inclusão nas unidades de informação. Esse manual faz parte do conjunto de atividades que compõem o projeto Acessibilidade em Bibliotecas, conduzido pela organização da sociedade civil de interesse público (OSCI) Mais Diferenças. Esta OSCIP mantém o *site* <http://acessibilidadeembibliotecas.culturadigital.br>, que agrega diversas informações relevantes sobre acessibilidade em bibliotecas. Pela experiência da organização na temática da inclusão, o *site* é uma ferramenta de referência para a cultura de inclusão nas bibliotecas.

No referido manual são expostas situações em que pequenas mudanças culturais que são muito significativas, como a contação de histórias com o auxílio de um intérprete de libras; placas de sinalização de banheiros com informação escrita em português, braile e libras; portas com maçanetas de alavanca que possibilitam o uso por pessoas com mobilidade reduzida de membros superiores. No entorno da biblioteca deve-se atentar para as faixas de pedestres, rebaixamento da calçada para travessia de pedestres,

pontos de embarque e desembarque do transporte público, vaga reservada para pessoas com deficiência em local adequado, piso tátil. O manual traz uma importante informação sobre o espaço de atendimento aos usuários:

O espaço de atendimento inicial aos usuários de uma biblioteca diz muito sobre o seu compromisso de ser um espaço para todos. Esse espaço precisa ser de fácil localização e bem sinalizado, próximo à entrada da biblioteca e possuir piso tátil. O balcão de atendimento precisa ter altura que não inviabilize o contato visual entre o funcionário da biblioteca e o usuário. Além disso, deve existir um espaço de aproximação, circulação e manobra, que possibilite boas condições de mobilidade de pessoas com diferentes tipos de deficiência (BRASIL, 2016).

Existem diversos mecanismos no Estatuto da Pessoa com Deficiência que implicam no afazer bibliotecário. Buscou-se neste texto apresentar ao profissional os pontos que talvez gerem mais impactos e mudanças no cotidiano das unidades de informação. A lei entrou em vigor em 2016, estudos futuros poderão verificar se a “lei pegou” e quais mudanças realmente aconteceram. Este texto também é limitado por ter sido escrito sem a participação de uma pessoa com deficiência. Outros textos podem contemplar sua participação para que nada seja feito por eles sem eles. Entendemos que os conceitos expostos contrastam bastante com a realidade, mas eles devem ser lidos como uma meta para todas as unidades de informação, mesmo as que não dispõem de espaço e recursos financeiros, pois a maior barreira a ser vencida é a da atitude que cria a exclusão. Essa é mais difícil de ser rompida, pois depende de uma mudança de atitude e de pensamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 25 jul. 1991. Seção 1, p.14809.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 7 jul. 2015. Seção 1, p.2.

BRASIL. Ministério da Cultura. Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Projeto Acessibilidade em Bibliotecas. **Fortalecimento de bibliotecas acessíveis e inclusivas**: manual orientador. Brasília: Mais Diferenças, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**: protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: decreto legislativo nº 186/2008: Decreto nº 6.949/2009. 4.ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. **O que é tecnologia assistiva**. S.l.p.: Assistiva: Tecnologia e Educação, 2017. Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

PARTE 2
RELATOS DE PRÁTICAS SOCIAIS

CAPÍTULO 8

DESCULPE O TRANSTORNO, PRECISO FALAR DA BIBLIOTECONOMIA SOCIAL

Cátia Rejane Lindemann

1 INTRODUÇÃO

Sempre fui fascinada pelo mundo das artes, autodidata, sem maiores conhecimentos técnicos, mas na condição de artesã registrada, fui à busca de um velho sonho: Artes Visuais. Programei-me para isso, tudo pensado, desejado e por fim lá estava eu, dentro da cientificidade das artes. Mas certa feita eu fui chamada para montar um cenário de teatro dentro de uma festividade artística na Penitenciária aqui de minha cidade. Fui, realizei meu trabalho, mas algo me chamou atenção de modo especial: os presos decorando o texto em surradas folhas, mas com tanto gosto que, confesso, eu fiquei por bastante tempo inerte os contemplando. Por simples curiosidade, indaguei como eles faziam para entender o que estavam decorando, se naquele local havia biblioteca. Para minha surpresa, ouvi que não tinha sequer livros, quanto mais biblioteca. Ali nasceu, sem que eu naquele momento soubesse o que hoje me move: Biblioteconomia Social. Sim, pois retornei para casa com aquilo na cabeça, eu me negava em conceber que a leitura não fazia parte daquela instituição penal.

Fui à busca de informações, eu precisava saber o respaldo legal das bibliotecas no cárcere e foi então que me deparei pela primeira vez com a palavra “Biblioteconomia”, área responsável pelas bibliotecas. Sem hesitar, eu não pensei duas vezes: vou trocar de curso e assim o fiz. Tão logo cheguei à sala de aula deste novo desafio, fui indagada na frente dos demais colegas sobre o que havia me levado a fazer aquela troca de área, o porquê da decisão de cursar Biblioteconomia. Eu sorri, meio sem graça, mas respondi com o peito estufado: “Vim parar aqui depois que saí da cadeia”. Gente, eu não ensaiei a resposta, foi tudo muito espontâneo, naturalmente. Mas o silêncio foi quase que mórbido, aí então entendi, pensavam

que eu era alguma ex-detenta. Expliquei tudo e por fim me desculpei pela resposta apressada. Mas ainda nos primeiros minutos de *biblio* eu já havia deixado explícito a minha maior meta naquele novo caminho: montar uma biblioteca na Penitenciária Estadual da Cidade.

No entanto, eu, ingenuamente, não fazia a menor ideia de que teria pela frente todas as portas do meu curso fechadas, quando nelas eu ia bater para pedir que me ouvissem ao menos para que acreditassem no meu sonho. Assim foi durante todo o meu primeiro ano de curso. Lembro que mesmo na condição de caloura eu utilizava a nomenclatura de *Biblioteconomia Social*, pois era o que eu acreditava estar buscando, até que um professor, diante dos demais, parou a aula e me disse: “Isso não existe, mas você aprenderá ao longo do curso e espero que sua decepção não lhe cause arrependimento por ter trocado de curso”.

Mas não desisti e tampouco havia me arrependido. Chegou então o segundo ano e no primeiro dia de aula do terceiro semestre, aula de sociologia, a professora era uma doutora com ênfase no cárcere, havia defendido sua tese justamente num dos mais violentos presídios do País: Central de Porto Alegre. Foi a primeira pessoa que me ouviu, que olhando em meus olhos disse: “Me conte sobre este seu sonho de implantar uma biblioteca na prisão”. Lembro que ela tomou um copo inteiro de café sem me interromper e quando terminei, ela pegou um papel, anotou o nome de um livro e encerrou nossa conversa afirmando: “Leia este livro – Vigiar e Punir do Michel Foucault, e só depois de ler todo, volte e me diga se ainda quer seguir em frente com este sonho”.

Corri para a biblioteca da Universidade. Eu mal conseguia crer que alguém havia finalmente me escutado falar sobre o que em verdade me levou à Biblioteconomia e mais, não era alguém do curso, mas ela dava aulas no curso, não importava... Era uma professora da academia e em menos de uma semana eu já tinha devorado o livro. Esperei ansiosa pela aula seguinte e no final, esperando timidamente na porta, eu a interpelei e cheia de gana respondi: “Li o livro e quero realizar este sonho mais do que nunca”. Estava feita a parceria. Depois de muitas rodadas de café, com

intermináveis diálogos sobre o assunto, nascia então o *Projeto Janela Literária: biblioteca no cárcere*.

Em três meses já estávamos dentro da prisão montando o espaço. Sem verba governamental, sem ajuda alguma, pois ainda tramitava a burocracia dentro da universidade, mas a gente não perdeu tempo. Eu sequer havia tido as aulas de classificação, sem noção do que era CDD ou CDU, nada. Mas buscava correr na frente, lia tudo que podia na biblioteca, na web... No curso eu sabia que não podia buscar ajuda, continuavam achando o meu sonho utopia, a palavra “cadeia” era tabu, até que uma ex-professora substituta, que já tinha saído da universidade, mas que num encontro casual, me ouviu e por fim colocou a mão em meu ombro, generosamente dizendo: “Marque o dia e a hora, vou lá na cadeia ajudar vocês na classificação e durante o processo eu vou ensinando como utilizar a CDD e a CDU”.

Foram semanas e semanas com aulas atrás das grades, dentro da prisão, dentro do espaço que seria a biblioteca, uma cela desativa no centro dos demais pavilhões. Também foi ela a primeira pessoa da nossa área que me disse: “Se você acredita na Biblioteconomia Social, então vá buscar isso na sua monografia quando chegar a hora. Mas não permita que ninguém lhe diga que isso não existe, pois na ciência tudo é possível, basta buscar, basta querer”. Compreendi então que eu ainda não tinha a cientificidade das palavras para delinear um conceito sobre Biblioteconomia Social, mas que eu já fazia uso dela em sua aplicabilidade.

E seguindo naquele caminho, já na reta final, consegui convencer o colegiado do curso para que abrissem um precedente e aprovassem outro projeto meu: realização de outra implantação de biblioteca, mas agora numa escola de periferia violenta da cidade, local em que 80% dos alunos são filhos ou parentes de apenados, os mesmos presos que frequentavam a biblioteca lá da cadeia.

O professor responsável pela coordenação dos estágios obrigatórios, por coincidência ou ironia da vida, era o mesmo que havia me dito lá traz que Biblioteconomia Social não existia. Lá estava ele diante de mim, já com um olhar diferente, afinal, a biblioteca na cadeia foi um sucesso tão grande que levou o nome do curso para os destaques de televisão, jornais e até referência junto

do Ministério da Educação. Sim, eu recebi um e-mail do próprio Ministro da Educação da época, senhor Aloizio Mercadante, me parabenizando e pela primeira vez recebendo verba do governo para a compra de material para a biblioteca.

Mas retomando, o professor me pediu: “Convença-me sobre os motivos pelos quais devo aceitar esta insanidade de começar uma biblioteca do zero e concluí-la em tempo hábil dentro dos quatro meses de estágio. Se conseguir me convencer eu lhe dou minha palavra que convenço o colegiado. Você tem uma semana para colocar no papel sua proposta de projeto, se na análise eu entender que há relevância, tanto no aspecto de formação quanto viabilidade, aí serei seu advogado junto da coordenação de curso e direção de Instituto”.

Comecei naquele mesmo dia a escrever e parti pelo princípio de que todo e qualquer curso da universidade é obrigado a seguir o regimento da instituição. Era o caminho, não tinham como ser contrários. E então coloquei:

Depois de tantos semestres, chegamos por fim ao momento que vamos exercitar o que em sala de aula nos foi dado como informação, de transformar esta informação em conhecimento, aplicando na prática nossas aptidões bibliotecárias. Mas pegar esta bagagem e levá-la ao que já está pronto nos torna nada além de personagens que pouco hão de acrescentar em uma determinada unidade de informação. Porém, se esta mesma bagagem servir para montar uma unidade de informação, começando do zero, aí não estaremos apenas crescendo valores, mas sim começando somas aonde a informação nem sequer chegou. Eis aí então a minha proposta de estágio obrigatório dentro do curso de Biblioteconomia, começar do zero uma biblioteca no Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) Dr. José Mariano de Freitas Beck e deixar no mesmo uma parcela de contribuição bibliotecária, social e acima de tudo humana. [...] Além disso, outro fator

primordial é oferecer ao graduando a experiência excepcional de aplicar a técnica do curso, ação esta que nos torna únicos enquanto profissionais da informação e acima de tudo o exercício de uma Biblioteconomia Social, ativa e participante do desenvolvimento e crescimento da comunidade que abriga nossa Universidade. Para justificar e dar respaldo nestas ponderações cita-se o próprio Regimento Universitário, diretriz máxima da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, que coloca como direito do discente devidamente matriculado na instituição:

CAPÍTULO XV

DO SEGMENTO DISCENTE:

Seção I

Dos Direitos e Deveres ART. 101

CABE AO ESTUDANTE REGULARMENTE MATRICULADO:

I. Contribuir para o crescimento, desenvolvimento e prestígio da Universidade;

II. Responsabilizar-se por sua formação plena e cidadã, participando ativamente do processo educativo; [...]

V. participar de atividades, ações, projetos e programas institucionais que visem a integrar a Universidade e a comunidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, 2009).

Atuando como agente agregador de valores e saberes dentro de uma escola de nossa comunidade, exercendo a prática profissional como peça de um projeto que visa implantar uma biblioteca nesta unidade de ensino, então fazendo jus ao buscar excelência em nossa formação profissional, de modo ativo e interativo para com as diretrizes educacionais da Universidade.

Passaram-se dois dias e o professor mandou-me chamar em sua sala, contou que no mesmo dia que recebeu minha argumentação, imprimiu e levou para a reunião com o colegiado e instituto, atuou como advogado daquela empreitada, até então, inusitada na área, mas que a resposta era “sim”. Lógico que com algumas objeções, eu teria de arrumar uma bibliotecária que fizesse a supervisão de nosso trabalho e sem ganhar nada, pois se não havia biblioteca, não havia também profissional para supervisionar e não poderia ser um docente do curso. Outra vez obtive ajuda de uma ex-professora, bibliotecária que sempre acreditou na minha militância de Biblioteconomia Social e que aceitou de pronto fazer a supervisão sem ganhar um só centavo, aliás, tirando dinheiro do próprio bolso para se deslocar até a comunidade três vezes na semana. A segunda exigência era que eu tinha de ter pelo menos mais duas pessoas neste estágio inédito. Consegui três.

Começamos do zero, tal como havia acontecido na cadeia. Mas desta vez sob pressão, pois tínhamos apenas quatro meses. Além disso, se a gente não tivesse sucesso, seria como assinar a sentença da não formatura no final do ano, já que estávamos no começo do oitavo semestre. Mas saber que nossa ação iria somar naquela unidade de ensino, na comunidade como um todo, o produto final dentro do contexto social, era o que nos movia, de tal modo que até aos sábados nós realizamos atividades na escola.

Inauguramos não uma, mas duas bibliotecas naquela escola: uma destinada aos jovens do ensino médio e outras para os pequenos, das séries iniciais. Paralelamente eu já elaborava minha monografia. O assunto? Biblioteconomia Social. Foi preciso dar respaldo científico para tudo àquilo que eu já fazia enquanto ação bibliotecária. A qualificação foi pior do que as tantas portas fechadas lá no começo do curso. Ouvi da banca que eu deveria desistir daquele tema, uma vez que segundo eles “eu não poderia adotar para uma classe toda uma expressão que só existia em minha cabeça e no meu trabalho de conclusão de curso”. Confesso-lhes que até hoje tenho essa frase anotada num papel colado a minha mesa de trabalho. Aquela menção serviu como combustível para eu seguir em frente. Hoje em dia, dentro dos percalços da área, faço a mesma coisa.

Se minha intenção era mostrar que Biblioteconomia Social estava atrelada em tudo que fiz durante a graduação e, portanto, uma realidade, para defender minha pesquisa, precisei mudar tudo. Recomeçar literalmente e assim ir em busca de conceitos, apresentar o que significava aquela nomenclatura, provando que não se tratava de mera *expressão*. Assim o fiz. Trouxe do México, Espanha e da Argentina o conceito de Biblioteconomia Social onde este já era tema de pesquisa no mestrado e no doutorado. Define-se Biblioteconomia Social como sendo uma “[...] filosofia e ação dentro da Ciência da Informação que reivindica uma Biblioteconomia crítica e comprometida socialmente, tanto na teoria como na prática” (CIVALLERO, 2013 *apud* LINDEMANN, 2014, p.42).

Ainda apoiada em ombros de gigantes, respondi de certa forma ao que a minha banca de qualificação havia grifado, enfatizado, quando me disseram: “você não pode pegar suas experiências e simplesmente dizer que é Biblioteconomia Social”. Neste sentido, explicitiei que o “[...] conhecimento é construído quando um sujeito cerca-se de partes da realidade convertidas em objetos do conhecimento para estudo, o que implica em trazer algo novo que pode vir a ser conhecido” (QUINTERO CASTRO, 2009 *apud* LINDEMANN, 2014, p.44).

Por fim, concluí a Biblioteconomia Social como “[...] preceito na interação entre bibliotecas e sociedade, tornando-se assim uma unidade de nível cognitivo em que se reconhece que só podem existir bibliotecas onde há sociedade”. Ou seja, tudo que se relaciona direta ou indiretamente às instituições de biblioteca no contexto da sociedade pode ser considerado como assunto geral ou específico. É por isso que a sociedade como um objeto de pesquisa sociológica é o tema de estudo de muitas disciplinas sociais e humanistas, e a Biblioteconomia, como ciência social, não é uma exceção a este respeito (LINDEMANN, 2014, p.46).

Assim, encerrei minha formação sem jamais me arrepender de ter largado o mundo das artes para realizar sonhos dentro da Biblioteconomia. Obtive a nota mais baixa das defesas de monografia de minha turma. Às vezes penso que passar foi a maneira mais fácil do curso livrar-se da aluna de projetos insanos,

segundo eles, e que só dava trabalho quando lhes afrontava com novos horizontes para a nossa área. Imagina, uma aluna chegar questionando todo o tecnicismo da Biblioteconomia e buscando respostas que eu mesma tive de mais tarde responder.

Tão logo que terminei o curso, percorri novos rumos para levar a Biblioteconomia Social, propiciando que com o meu conhecimento da área todos então pudessem ter acesso à informação. Lógico que “todos” é amplo demais, mas dentro do que eu podia alcançar, não hesitei. Montei espaços de leituras em hospitais (os dois únicos de minha cidade), casa para tratamento em dependência química, moradores em situação de rua, casas de prostituição e zonas rurais da cidade, além de continuar com meu trabalho na biblioteca da prisão. Em cada local deixei parte de mim, dos meus sonhos e ideais bibliotecários, mas trouxe comigo momentos de situações vividas, experienciadas de modo tão contundente e marcante que os convido a reviverem estas lembranças junto de mim nas próximas páginas.

2 UMA TARDE NA BIBLIOTECA DA CADEIA: RIO GRANDE – RS

Sexta-Feira, 14h30 de uma tarde de sol fria do inverno gaúcho. Estou sozinha na biblioteca, que fica bem no centro da penitenciária, fazendo divisa com várias galerias. Começo a fazer as estatísticas dos empréstimos da semana, mas algo estava diferente. Nunca antes houve tanto silêncio, aquilo não era comum, paz na cadeia é sinônimo de guerra, ainda mais que uma das paredes da biblioteca dava para o pátio em que os presos tomavam sol. O normal era ouvi-los conversando, o barulho da bola enquanto jogavam. Mas naquela tarde os presos não foram tomar sol. Os corredores estavam vazios, todos em suas celas, mas ninguém havia me comunicado nada de algum possível problema, então segui fazendo meu trabalho.

A biblioteca em verdade é uma cela vazia, adaptada para abrigar os livros. Sua porta é a mesma das celas de qualquer preso, de chumbo, apenas com uma pequena “portinhola” – espaço para comunicação, uma espécie de janela minúscula. Ela sempre fica aberta quando a biblioteca está em funcionamento. Mas naquela

tarde, ela foi bruscamente fechada por um agente penitenciário, que apenas me disse rapidamente:

-- Vamos trancar a porta aqui por fora, Dona Cátia, para sua segurança. Assim que tudo tiver resolvido nós voltamos para lhe tirar daqui.

Não tive tempo de indagar nada ou mesmo de entender o que estava acontecendo, mas aquilo explicava o silêncio atípico da cadeia naquela tarde. Pela portinhola eu via vultos passarem depressa, alguns corriam... Eram policiais militares de arma em punho, outros com cães ferozes, eu quase que podia sentir a respiração ofegante daqueles cachorros raivosos. Acima da biblioteca ficavam as celas de outro pavilhão, o teto parecia tremer e um vazamento nele que já tinha sido arrumado, começou novamente a gotejar. Eu sabia que estavam mexendo no encanamento em busca de alguma coisa, pois toda vez que escondiam algo nos canos ou que alguém o movimentava, em seguida já começava a água a escorrer pelo teto. O local ficava logo na entrada da biblioteca, não atingia os livros, mas corri e coloquei um balde para que não alagasse o espaço.

Pela primeira vez senti a sensação de estar literalmente presa, porta trancada por fora, apenas a luz do sol adentrando pelas janelas com grades no alto da cela/biblioteca. E foi olhando para elas que vi uma chuva de objetos caindo no pátio. Eram armas produzidas no interior da cadeia, facas, punhais, etc. Entendi, então, que estavam inspecionando as celas e os presos jogavam tudo que podiam pelas janelas, uma vez no pátio, os objetos então não teriam donos. Fui para o meio do acervo, olhei os livros, conferi se todos estavam em suas classificações corretas, pois eu precisava me acalmar de alguma forma. Tantos imortais em minha volta, um turbilhão de palavras eternizadas naquelas páginas, mas naquele momento, junto de mim, silenciaram também o Drummond, os passarinhos do Quintana e os versos da Cecilia. As horas não passavam, o silêncio voltava a ser quebrado pelos gemidos dos presos.

17h00min – Ouço alguém mexendo no cadeado da porta da biblioteca, inerte, quase que sem respirar, vejo uma agente abrir a porta e me dizer:

-- Venha rápido, vim lhe tirar daqui. Hoje estão “batendo grade” – vistoria nas celas, de modo mais ostensivo.

Peguei minhas coisas e saí, sob escolta de PMs e cães me protegendo. É preciso percorrer vários pavilhões até chegar à saída. Nas grades não havia presos me acenando e dando tchau, como de costume todos os dias. Cheguei à frente da cadeia e sentei num banco ao ar livre, respirei fundo e só então fiquei sabendo que houve denúncias de armas e drogas dentro da cadeia e como tinha a suspeita de pessoas ligadas ao sistema facilitando os delitos lá dentro, chamaram então reforço de policiais de várias instâncias, desde a civil, militar e até federal.

Voltei para casa e sozinha, isolada em meu quarto, chorei muito... Eu precisava desabafar comigo mesma, já que lá na cadeia eu não podia demonstrar pânico, afinal, eu havia escolhido o caminho dos livros atrás das grades. Questionei-me se era aquilo mesmo que eu queria para mim, afinal, não tinha acontecido nada, mas e se tivesse ocorrido algo mais grave? Pensei em minhas filhas, aliás, isso foi o que me fez ter calma e fé durante toda aquela tarde: a vontade e a certeza de que eu voltaria para elas. Em um longo diálogo comigo mesma, eu entendi que foi preciso acontecer aquele tipo de ação para que eu tivesse a certeza do que queria e a convicção de que um ideal não é feito apenas de percalços bobos, tipo uma estante danificada ou necessidade de adquirir livros sem ter verba governamental e dependendo de doações da comunidade. Não, um caminho é feito de desafios e provações que nos fazem seguir ou desistir, sem meio termo. Então, enxuguei minhas lágrimas, levantei a cabeça e preferi nem comentar em casa o que havia acontecido naquela tarde. Até que no noticiário noturno da televisão, apareceram as imagens dos produtos recolhidos e toda a narrativa do ocorrido. Minhas filhas e meus pais apenas me olharam e minha mãe rapidamente perguntou:

-- Você estava lá minha filha? É isso que você quer seguir fazendo?

Novamente respirei fundo e disse:

-- Eu estou aqui, não estou? Se algo tiver de acontecer comigo, será em qualquer lugar, na esquina de casa ou na cadeia. Só não me peçam para desistir dos meus sonhos.

Na tarde do dia seguinte, ao chegar à biblioteca, encontro o Senhor Osvaldo – nome fictício, não se pode citar o nome dos presos aqui fora – me esperando na porta da biblioteca. Ele trabalhava comigo fazendo remição de pena, já que sua altura não lhe permitia fazer outra atividade dentro da prisão, um senhor com 0,90 centímetros. Os presos fizeram para ele uma espécie de cadeirinha para que pudesse se locomover, era uma caixa de madeira com rodas, que ele sentava e empurrava com as pernas até chegar na biblioteca. Lá eu o ajudava a sentar-se na cadeira e colocava os livros que necessitam de carimbo e esta era sua atividade: carimbar as obras da biblioteca. Ele evangélico e eu Kardecista, fizemos um acordo: um dia a gente abria a bíblia dele para ler uma página e no outro abríamos o evangelho segundo o espiritismo e uma vez na semana a gente lia alguma obra que tivesse poesia, ele adorava poemas. No começo, éramos apenas nós dois, até que os outros presos passaram a pedir para participar e quando nos demos conta já se somava vários em nossa volta. Segundo eles, aquele momento tornou-se a “oração do livro”, pois até Fernando Pessoa passou a fazer parte de nossas mediações/reflexões de leitura.

Ainda naquela tarde, o chefe da segurança adentra a biblioteca com um livro em mãos e dirigindo-se a mim, ele fala:

-- Ontem encontramos este livro Dona Cátia. A senhora pode me dizer se pertence à biblioteca?

Eu peguei a obra em mãos, tratava-se de um livro sobre plantio de orquídeas, cheio de imagens lindas na capa. Mas como era eu que tombava as obras e como bibliotecário tem quase que um arquivo na mente, não reconheci aquela obra como sendo da biblioteca. Folheei rapidamente, mas de fato eu afirmei não ser nossa. Ele então me pede para abrir o livro com mais atenção, sem entender, eu o fiz e para minha surpresa, o livro simplesmente não abria. Suas páginas estavam coladas, uma a uma, mas apenas na parte central da obra. Na beira, as páginas estavam soltas. Abrindo com cuidado, bem ao meio do livro, as páginas coladas tinham uma escavação, um buraco no formato de um celular. Se não fosse pelo fato de ser um delito, eu diria que era uma verdadeira obra de arte. Imagina colar página por página de uma obra com quase 300 folhas e depois escavar o miolo no molde exato de um telefone móvel, ora,

tratava-se de um trabalho que exige paciência e habilidade. Nossa conversa foi interrompida pelo senhor Osvaldo, que num tom enfático e áspero, enfrentou feito um gigante, mesmo com sua estatura pequena, o chefe da segurança que tinha quase dois metros e com porte físico que assustava e nosso apenado trabalhador, afirmou:

-- Se não tem carimbo da biblioteca no livro, então não é da biblioteca. Aqui nada sai sem carimbo, esqueceu que sou o “Carimbador Oficial da Biblioteca”? – este ofício o seu Osvaldo criou quando foi entrevistado pela TV certa feita e lhe perguntaram o que ela fazia dentro da biblioteca: “Carimbador de Livros”.

De fato, a obra não tinha carimbo algum e então eu soube que ela tinha sido recolhida dentro de um dos pavilhões, com um celular dentro. Curiosa e, também, com receio de ter o trabalho da biblioteca comprometido, afinal poderia pensar que eu estava conivente, indaguei:

-- Os presos afirmaram que este livro pertencia à biblioteca?

-- Não Dona Cátia, eu que estava testando a senhora. Pois o livro foi encontrado no pátio – na chuva de objetos do dia anterior. Não sabemos quem é o responsável pelo livro, mas sabemos que todos fizeram questão de dizer que a biblioteca não tinha nada com aquilo. Mandamos escolherem entre passar a tarde de hoje com castigo disciplinar sem tomar banho de sol ou sem visitar a biblioteca. Pelo visto a senhora já tem a resposta né?

Sim, eu tinha. A biblioteca estava cheia naquela tarde, eu até havia estranhado o porquê de tantos presos em volta dos livros. Aquela era a resposta que eu tanto buscava quando no dia anterior eu havia chorado, me perguntando se estava no caminho certo. Para qualquer leigo, ainda que não compreenda a cultura do cárcere, os banhos de sol são sagrados, é algo que o preso luta para não ser interrompido. Mas, diante do acontecido, com receio de terem a biblioteca acusada por algo que não fez – conivência ou participação no livro com celular, os presos provaram o quanto a biblioteca lhes era importante e que ela não poderia correr o risco de ser fechada. Os presos já sabiam, e eu não, que a juíza da Vara de Execuções Penais iria visitar a cadeia naquela tarde, para ver de perto os problemas ocorridos no dia anterior. Fizeram questão de esperá-la

dentro da biblioteca, junto do nosso carimbador oficial. O padre, que toda semana reza missas na cadeia, naquela tarde foi direto para a biblioteca e lá foram feitas as preces da semana.

A biblioteca tornou-se uma espécie de santuário para os apenados, um local sagrado defendido por eles... Eu já não estava só dentro da minha militância de Biblioteconomia Social, os presos não compreendem direito o que é Biblioteconomia, mas sabem o que são os livros. Naquela tarde, novamente a bola não rolou no pátio, mas nunca antes as prateleiras ficaram tão vazias e as celas tão cheias de livros e leitura.

3 DO BARRACÃO DA GRANDE RIO AO MUNDO DA BIBLIOTECONOMIA: DUQUE DE CAXIAS – RJ

Seis anos depois de ter saído, eu retorno ao Rio de Janeiro para uma visita técnica a Biblioteca Nacional. Morei no Rio – Bairro da Penha, por 23 anos, embora hoje morando no Sul, ainda tenho residência lá. Tão logo que cheguei, aproveitando as horas de folga que eu teria, corri para a baixada Fluminense, Duque de Caxias, cidade que tenho verdadeira paixão. Lá fica a Agremiação de Samba Acadêmicos da Grande Rio, escola que trabalhei por muitos anos, no barracão – Praça Mauá, dentro da confecção dos carros alegóricos. Assim que cheguei para matar as saudades, fui logo inquerida:

-- A gente ficou sabendo que você agora tá numa tal de Bibio, não, Biblio..., ah, não sei dizer o nome, mas o que é isso *heim*?

Eu ri, pois é comum quem não é de o meio sequer saber como se pronuncia Biblioteconomia. A pergunta foi feita por Dona Aldair, uma velha sambista da Escola, com seus 72 anos e que foi uma verdadeira mãe para mim enquanto morei no Rio. Mas expliquei que minha arte na confecção de esculturas em espuma havia me levado a conhecer a Penitenciária local e que lá eu havia descoberto não haver Biblioteca ou tampouco algum livro, que em função disso eu havia entrado para o mundo da Biblioteconomia, com o sonho de implantar uma Biblioteca lá. E segui contando os detalhes. Até que alguém me interrompeu perguntando:

-- Mas, e tudo que o Joazinho ensinou a você?

Referiam-se ao Joaozinho Trinta, um dos maiores, senão o maior, carnavalesco do Rio de Janeiro, que foi responsável por levar a Grande Rio ao grupo Especial, de onde não mais saiu até hoje. Com ele, dentro do barracão, aprendi a arte de trabalhar na espuma, na confecção de bonecos e cenários para os carros alegóricos. Respondi que agora usava minha habilidade das espumas para fazer artefatos lúdicos dentro das mediações de leitura, na hora do conto e detalhei o que era isso. Até que Dona Aldair levanta-se de sua cadeira, pede que desliguem o som e toma a palavra:

-- Quero todo mundo quieto agora, pois vou pedir para minha filha branca (ela é negra e sempre me chamou assim) contar tudo dessa tal de Blio-te-co-no-mia – ela falou assim mesmo, pausadamente, dividindo as sílabas.

Com uma travessa de torresmo no colo e tomando caldo de cana gelado, me juntei à roda de conversa que fizeram e me coloquei a narrar os meus feitos dentro da minha nova caminhada na Biblioteconomia. Narrei como foi montar a biblioteca na cadeia, implantar unidade de informação dentro da única escola de ensino integral – CIEP, da cidade e que, embora fosse obrigação do governo, não contemplava biblioteca. Aliás, eu soube na cadeia que esta escola não tinha livros. Pois num dia de visita das crianças aos pais presos, eu levei os pequenos para dentro da biblioteca, já que a penitenciária não possui espaço próprio para que as crianças fiquem e eles acabam se acomodando dentro das celas, literalmente atrás das grades. E isso sempre foi algo que me tomava como um verdadeiro soco no estômago, daí a ideia de levá-los para a biblioteca e acomodar os pais lá também, incentivando-os a contar histórias para os filhos e foi assim que as crianças me contaram que na escola que estudavam, em um bairro de periferia violenta, não tinha biblioteca. Bem, depois de fazer várias narrativas e colocar todos em familiaridade com a Biblioteconomia, dei a ideia de montarmos um espaço de leitura naquela comunidade – Vila São Luiz, ação esta que tempos depois se tornou realidade. Dona Aldair pega a bandeira da escola e suspirando diz:

-- Se o Joaozinho fosse vivo, tenho certeza de que ia adorar ouvir todas essas histórias e teríamos na avenida, quem sabe, um carro alegórico cheio de livros com muito brilho, porque essa tal de

Biblioteconomia faz os olhos da gente brilharem com tanta coisa boa que ela proporciona né minha gente?! Agora alguém pode me trazer uma cerveja bem gelada porque caldo de cana com torresmo só essa minha filha gaúcha para gostar.

4 O DIA EM QUE O CÓDIGO DE ÉTICA DA CONTABILIDADE GANHOU, MAS QUEM FOI APLAUDIDA EM PÉ FOI A BIBLIOTECONOMIA SOCIAL: SÃO PAULO - SP

Bairro do Tatuapé em São Paulo, começava na Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), o 14º Congresso Nacional de Iniciação Científica (CONIC-SEMESP). Quando inscrevi meu trabalho para apresentar, coloquei dentro do eixo Direitos Humanos e Informação, já que se tratava da experiência de montar uma Biblioteca na cadeia e na ausência de algum eixo correspondente à Biblioteconomia, este foi o mais próximo e similar. Cheguei ao local duas horas antes para me familiarizar com o evento e prestigiar outras apresentações. Mas antes fui direto assinar a ata de presença e averiguar onde seria a apresentação. Para minha surpresa, trocaram meu eixo temático alegando que no congresso deveria prevalecer a área de formação dos trabalhos e assim, fui inserida dentro da apresentação de trabalhos das “Ciências Sociais Aplicadas”, a qual pertence a Biblioteconomia. Meio que aturdida e até contrariada, acatei e, na hora marcada, adentrei o auditório de apresentações. Busquei conhecer as pessoas, em verdade eu desejava saber se havia mais alguém da Biblio, mas nada... Apenas eu da área por lá. Eu estava acompanhada dos novos amigos que havia feito um dia antes, no Hostel em que fiquei hospedada. Gente do Rio Grande do Norte, Pernambuco e interior do Estado de São Paulo, além da Paulista, Juliana, jornalista e graduanda de Biblioteconomia que me conhecia da Rede Social e assim que soube que eu estaria em Sampa, ela correu para assistir minha apresentação. Não havia oportunidade melhor para nos conhecermos, imagina, a Biblio Social nos aproximou na Web e nos apresentou na vida real. Amigos de outras áreas, da saúde as artes, do jornalismo à Biblio e que hoje sabem tudo de Biblioteconomia Social, depois do que presenciaram junto

de mim naquele congresso. Aline, a Enfermeira Mestranda de Recife, aproximou-se de mim e disse:

-- Mulher, prepare-se viu? Fui sondar e tá tudo muito estranho. Esse povo vai apresentar trabalho sobre Administração de Empresas, Economia e até Contabilidade. Fico imaginando a cara da banca quando você começar a falar de cadeia e livros atrás das grades. Vai ser muito engraçado viu?

Os trabalhos contavam com bancas formadas por Doutores de vários seguimentos, já que havia premiação e colocação em nível de Brasil. Estabeleceram que a ordem de apresentação fosse realizada por sorteio, os nomes iam sendo sorteados à medida que cada apresentação terminava e ninguém poderia sair do espaço, ainda que já tivesse feito sua apresentação. Começamos por uma funcionária do Banco do Brasil de Santa Catarina, que levou sua pesquisa na dissertação para apresentar um novo modelo de balanço financeiro, na área de Administração. Eu observava aqueles gráficos lindos, números e mais números, por alguns instantes eu me sentia perdida, eram tantos exemplos de balanços financeiros que quanto mais eu via, menos entendia. Depois, novo sorteio e veio o pessoal da Economia, três trabalhos e posterior, foi apresentada uma pesquisa sobre o “Código de Ética da Contabilidade”, com citações bíblicas e tudo, pois segundo eles, a profissão de contador data da época de Cristo e está descrita nas passagens bíblicas. Última apresentação, nem precisou de sorteio, era chegada minha vez. O presidente da banca anuncia meu nome, até aí tudo bem. Mas quando ele anuncia que se trata de um trabalho da Biblioteconomia intitulado “Biblioteconomia Social: Relato de experiência dos livros no cárcere”, o silêncio foi geral, as pessoas se olhavam e me olhavam atentamente, curiosas e talvez até incrédulas do tema totalmente desconexo daqueles que elas assistiram durante toda a tarde. Respirei fundo e comecei. Logo de cara eu salientei: *“Não lhes trago números com dados estatísticos, tampouco gráficos ou lâminas com texto, mostrarei apenas lendo e pesquisando dentro de uma biblioteca. Tudo que tenho no meu PPT são imagens que registram o que vou narrar em meu relato de experiência sobre a implantação e funcionamento de uma biblioteca no cárcere. O que vocês vão ver são fotos de presos que antes jamais haviam lido um só livro na vida*

e que hoje são leitores fervorosos da biblioteca". Eu tinha 15 minutos para apresentação e mais 15 para perguntas. Restando 5 para o final, fui comunicada e quando faltavam 2 minutos, mas ainda restando imagens, o professor responsável pela banca pede a palavra e com o microfone diz:

-- "Não tenha pressa, passe todos os slides, eu descontarei o tempo das perguntas e não haverá prejuízo".

Aquilo era um sinal de que estavam gostando e segui em frente. Encerrei e sobraram apenas 10 minutos para o debate, no entanto, por conta da quantidade de indagações, o tempo estendeu-se por 20 minutos, sem que fosse interrompido. Ao final eu tinha um minuto para arrematar e concluir, assim eu terminei enfatizando que Cristo também esteve um dia preso atrás grades e não nos cabe julgar nada ou ninguém, mas sim combater a criminalidade por meio da Educação e que os livros são ponte neste caminho, destaquei que a profissão de Bibliotecário é uma das mais antigas da história e estava presente muito anos antes de Cristo. Confesso que esta parte de minha fala foi em resposta ao trabalho anterior que encerrou fazendo citação bíblica, ora, que não fosse por isso. Afinal, se o Contador é um fazer do novo testamento, a Biblioteconomia é muito anterior a isso. Assim que eu concluí, observei que os ouvintes na plateia choravam e por fim aplaudiram em pé a apresentação do trabalho. Como fui a última e o resultado seria apenas no dia seguinte, as pessoas se aglomeravam em minha volta solicitando endereço de um local para que pudessem enviar obras para biblioteca da prisão. Outros queriam saber como ajudar além da doação de livros e até fotos me pediram para tirar junto da banca de demais professores. O próprio Reitor fez questão de registrar uma imagem daquele momento junto de mim.

No dia seguinte, encerramento do Congresso, eu fui conferir a lista dos ganhadores e as colocações. Primeiro lugar: "Código de Ética da Contabilidade". O meu trabalho não constava naquela lista. Até que o Rony, o amigo das artes lá de Natal, gritou meu nome lá do outro lado do salão:

-- Cátia, veja, sua apresentação está em primeiro lugar na lista de "Trabalhos com Menção Honrosa".

Não ganhei a competição de trabalhos científicos, mas fiquei em décimo lugar em nível de Brasil na colocação geral. Contudo, recebi muito mais do que isso, obtive a emoção das pessoas, consegui sensibilizá-las sobre a importância da leitura no mundo intramuros e mostrei que a Biblioteconomia é mais do que tecnicidade, ela é social e ela é humanista, exatamente como roga o nosso juramento.

5 PROJETO ESTANTE DE HISTÓRIAS: BIBLIOTECONOMIA SOCIAL NO SERTÃO NORDESTINO - BAHIA

Nove cidades percorridas pelo interior da Bahia – Pojuca, Conde, Itanagra, Catu, Esplanada, Andorinhas, Campo Formoso, Entre Rios e Araçás. Missão: levar livros e leitura para comunidades que ainda não tem acesso a isso. Incrível né? Século XXI, “www” bombando e ainda temos localidades em que o livro sequer chegou. Bibliotecas Públicas apenas em três das nove cidades. Bibliotecário? Nenhum. Pasmem, mas nem mesmo os professores que me receberam sabem direito a compreensão do que é Biblioteconomia e Bibliotecário colocam apenas como sendo “alguém que trabalha em biblioteca”.

O Projeto Estante de Histórias foi contemplado pela Lei Rouanet, idealizado por uma Empresa de Projetos Sociais e Culturais aqui do Rio Grande do Sul. Eles submetem projetos ao Ministério da Cultura, uma vez aprovado, vão à busca de patrocínio de Empresas que revertem 4% de seus impostos em prol da cultura. Ou seja, o Governo abre mão de parte dos impostos (que recebe de pessoas físicas ou jurídicas), para que esses valores sejam investidos em projetos culturais que ajudam a mudar e até transformar o cenário da comunidade. Em função do meu trabalho com Biblioteconomia Social, principalmente o enfoque da mediação de leitura para comunidades socialmente vulneráveis, o meu nome chegou então até a Empresa, na capital, Porto Alegre. Eles necessitavam de alguém que fosse ponte na aplicação do Projeto junto às Comunidades. Inicialmente fui chamada para o Projeto Sacola Literária, de mesma finalidade, mas aqui mesmo em minha cidade. Foram doze escolas de periferia em que o critério adotado na escolha foi exatamente a

vulnerabilidade social. O resultado foi tão satisfatório que fui chamada novamente, mas desta vez para o nordeste.

Na Bahia, além das 26 contações de histórias, fiz também 10 oficinas com os professores, mas com dinâmica diferente, eu os ensinava a confeccionar fantoches com material reciclável, tipo caixas de leite. A intenção era mostrar que uma roda de leitura com os pequenos requer atrai-los para a história, prender a atenção, já que crianças se dispersam por instinto natural, próprio da idade. Mas quando você utiliza material lúdico, tudo se torna mais atrativo, mágico e aí a gente consegue passar a mensagem do livro com mais facilidade. Em verdade, além de bibliotecária, eu fiz proveito de minha habilidade como artesã, juntando minhas duas paixões: Arte e Livros. Aliás, em minha concepção a Biblioteconomia é arte pura... A arte de informar!

Logo no primeiro dia de atividades, me disseram que precisávamos sair cinco da manhã do hotel, em Pojuca. Olhei minha planilha de horários só para constatar se era mesmo às 09h00min que começariam as atividades e de fato era. Então perguntei o porquê de tão cedo. Foi quando finalmente me situei da lonjura dos locais, todos em regiões de sertão, só de estrada de chão eram horas intermináveis. Povoados esquecidos pelas administrações públicas, casas de pau a pique, sem saneamento básico, pessoas lavando roupas no rio enquanto as crianças - rindo e brincando, tomam banho dentro da inocência de quem aceita aquele cenário como algo normal do dia a dia.

Assim que terminei a contação de histórias, junto da primeira comunidade, uma menina ao receber um livro de presente como prêmio por ter inventado uma história ali, de improviso, na hora, aproximou-se de mim, muito timidamente e perguntou:

-- Este livro é meu, minha tia?

-- Sim, é seu, você ganhou porque contou a história, lembra?

-- Tá, mas não é da estante que vocês trouxeram com os livros?

-- Não, a estante ficará aqui na sede da comunidade. Este é seu, só seu.

-- Então eu posso dormir com ele?

-- Claro que sim, você pode fazer o que quiser com ele, apenas cuide-o.

-- Ah, então ele é mesmo meu de verdade.

Só então compreendi que “dormir” com o livro significava pertencimento, foi o modo como ela encontrou de saber se era mesmo dona do que para ela significava um tesouro: seu primeiro livro.

O projeto seguia e em cada comunidade que eu chegava era como se fosse uma festa. Geralmente, quando você junta várias crianças, é inevitável que não fiquem quietas... Mas quando você leva algo que sequer possuem, *ah...* Aí pedir silêncio é desnecessário, pois elas mesmas se calam como se fosse uma espécie de ritual... O silêncio parece prece, uma reza de quem, em plena era digital, não tem acesso aos livros. O mais consternador é que na cabecinha delas você está ali fazendo uma benevolência, quando em verdade elas apenas estão recebendo o direito cidadão que lhes cabe.

Eu sempre chegava apresentando o projeto, as crianças me chamavam de ‘Prof.’ (professora). Aí eu, respeitosamente, esclarecia que era bibliotecária, lembro com carinho das várias respostas que recebi das crianças quando as indagava se sabiam o que era um bibliotecário.

-- Bibliotecário é aquele que fica na biblioteca, né não minha tia?

De imediato, outra criança rebate:

-- Mas se você é bibliotecária e, também, conta histórias, então bibliotecário é contador de livro.

Falei que as duas respostas estavam certas e constatei que a cientificidade fica pequena diante da sabedoria inocente das crianças. Uma menininha de quatro anos levantou a mão e me disse: "Bibliotecário é algo de ler né?". Eu olhei para ela e disse "sim, perfeito!" Afinal, somos os profissionais da informação e informação a gente lê, não é neutra, ela tem sua bagagem social.

Conheci comunidades em que a literatura era uma espécie de relíquia, praticamente extinta. Mestres que se desdobram para levar livros às crianças, comprados com dinheiro próprio. Por instantes eu cheguei a perder a voz, literalmente... Nó na garganta, tentando seguir adiante com as histórias. Traziam-me água,

pensando ser sede em função do calor... Mas era angústia misturada com emoção, lágrimas que eu segurava e que se misturavam com a revolta de constatar que o "roubo" lá de cima reflete na ausência de estrutura e verba da Educação aqui de baixo, a região dos mandacarus abandonada, esquecida pelo Governo. Eu presenciei crianças comendo pipoca na hora da merenda, pois era a única coisa que a prefeitura havia enviado para a escola para que as crianças pudessem lanchar, e segundo as professoras, aquela seria uma das poucas refeições de muitos durante o dia. Recordo-me que neste dia eu não fui ao carro buscar o lanche que eu havia levado para comer nos intervalos. Comi pipoca junto daquelas crianças. Só não dividi meu sanduíche com eles porque eram muitos, mas na hora de ir embora eu o dei para um garotinho que pediu mais pipoca na hora do recreio e alegaram que ele já havia comido uma vez, portanto não poderia comer de novo.

Por quantas vezes eu precisei respirar fundo numa profunda reflexão aliada com o pesado fardo da impotência, afinal, me parecia desconexo levar leitura e livros para crianças que mal tinham o que comer. Como oferecer Educação para um povo de barriga vazia? Como lhes dizer para que sigam os rumos da Educação quando a estrada que me levou até eles foi orientada por um guia local, de tão longínqua e cheia de trilhas em que sequer passa ônibus?

Em um fim de semana, sem atividades do projeto, fui chamada para ir até Salvador conhecer o Pelourinho. Mas recebi também outro convite: conhecer a roça (uma espécie de sítio). Uma senhora de 82 anos, avó de uma das crianças que conheci nas mediações de leitura, convidou-me para passar o sábado por lá e assim provar sua pamonha feita com milho colhido na hora. Não pensei duas vezes. Assim que chegamos algumas crianças vieram ao meu encontro, sequer me conheciam, mas haviam dito para elas que eu contava histórias dos livros. Eu não sabia que ia encontrar com tantos pequenos, nem mesmo levei um só livro e tampouco meus fantoches em espuma. Expliquei isso para elas, mas uma menina de sete anos correu dentro de casa e voltou gritando: "Veja, eu tenho este livro. Achei na rua, tá faltando umas folhas, não serve não?". Peguei o livro, dei uma olhada e para falar a verdade ele só tinha duas páginas, o resto era capa e contracapa. Olhei para cada uma

delas e cheia de entusiasmo, falei: “Podem fazer uma roda que hoje vocês terão história da boa, este livro é o meu predileto, o melhor de todos (eu sequer sabia que livro era aquele)”.

A garotada sentou-se em baixo da copa de um pé de mangueira e comecei a ler o livro, interpretar cada fala, substituindo meus bonecos por minha imaginação. Ao final, a menininha que trouxe o livro me olhou bem séria, com os olhos brilhantes e afirmou: “*Ôxi* que eu não fazia ideia que neste livro de quatro folha tinha tanta da história assim”. E não tinha, eu inventei tudo, pois diante do entusiasmo deles, como poderia ser diferente? Com livro inteiro ou sem páginas, a mediação da leitura foi feita e no dia seguinte, domingo, mandei entregar para eles vários livros que o projeto me concedeu só para presentear-los.

Li muito pelos caminhos que por lá percorri... Leitura da vida, leitura no olhar de cada criança deslumbrada com os livros, leitura que vai além das letras escritas ou faladas, leitura que resgata a dignidade cidadã em lugares esquecidos pelos políticos. Leitura de quem agradece, com os olhos lacrimejados, a doação de uma Estante com obras literárias. Para eles, aquilo significa benemérito, tal como gritou um garotinho quando viu os livros: "Veja minha tia, a gente vai poder ler". Os que me conhecem, sabem que articulação com as palavras sempre foi algo fácil para mim. Contudo, confesso-lhes: Palavras me faltam para descrever a emoção das crianças ao ouvir uma simples história e ganhar junto dela uma Estante de Livros.

Quase na reta final de meu trabalho por lá, fiz contações de histórias nas escadas feitas de pedra pelos próprios moradores, pois a escola toda era feita de apenas uma única sala. Não havia espaço para que pudesse reunir as crianças. Então as coloquei sentadas nos poucos degraus e fiquei de costas para uma ribanceira, me controlando para não dar um só passo para trás, senão ia cair barranca abaixo. De um lado e do outro só campo seco repleto de mandacarus. Logo de cara lhes indaguei se gostavam de ler, um menino rapidamente levantou a mão, ficou em pé e respondeu: “*Ôxi*, gostar a gente gosta, mas e livro, cadê que a gente tem?”. O que responder para aquele menino? Lhes é negado o direito legal previsto na constituição: "Todo o brasileiro deve ter acesso à

informação". Por isso afirmo que Biblioteconomia Social é mais do que uma militância, é consternação misturada com emoção... É fazer a diferença nos locais esquecidos pelas administrações públicas, é sentir as lágrimas escorrerem pela face ao ser abraçada pelas crianças e ouvir delas: "Eu não sabia que história de livro era tão porreta tia".

6 BIBLIOTECONOMIA SOCIAL

Eu escreveria ainda tantas e tantas outras laudas com as muitas histórias que já vi nesta minha caminhada de Biblioteconomia Social. Mas por hora, deixo-lhes com a aplicabilidade do contexto Social de nossa área, uma Ciência Aplicada sim, mas que pode e deve utilizar sua técnica em prol do social. Uma Biblioteconomia progressista, participativa e que consegue fazer a diferença por onde passa. Exemplo disso eu lhes dou com um preso da biblioteca da prisão, levei quase seis meses para ele aceitar ler um livro e quase um ano fazendo mediação de leitura direto na cela do seguro (espaço que ficam presos condenados por outros presos em função do delito) e tempos depois, este mesmo preso já tinha produção literária. Corri atrás, enviei os textos dele para a Capital e ano passado, outubro de 2015, ele estava na maior Feira do Livro do Estado, autografando sua obra na presença do Governador. Hoje em dia ele é respeitado dentro do cárcere não por seus crimes ou facção, mas porque ele é um autor e seu livro está na prateleira da biblioteca. Ah e aqueles professores lá da Universidade Cidade de São Paulo, então, eles enviaram não uma, mas oito caixas de livros de lá direto para a nossa unidade de informação atrás das grades.

Recentemente recebi um e-mail com cópia do ofício assinado por várias empresas da Bahia, no documento elas se comprometiam pela doação de obras literárias para as escolas das comunidades rurais e povoados do sertão. Ah, já ia esquecendo, deixei por lá, como presente todo o meu material de trabalho (fantoques, chapéu, avental...), ele ficou no último local que fui. Uma escola apenas com teto feito de palha, sem paredes, quadro negro preso em dois paus cravados no chão. Uma professora me mandou

uma foto dos bonecos, todos alocados sobre uma mesa e utilizados por eles na hora que se reúnem para ler e ouvir histórias, pois agora eles têm livros.

Não sei discorrer sobre Biblioteconomia Social de outra forma senão com o sentimento na ponta dos dedos e coração 'entupetado' de lembranças, emoções por constatar a diferença que o nosso fazer bibliotecário é capaz de alcançar na vida de muitas pessoas. Trazer para a leitura um texto repleto de cientificidade, baseado em pesquisas de autores, talvez não fizesse compreender o que de fato vem a ser a Biblioteconomia Social enquanto ação e resultado, pois eu mesma primeiro aprendi a fazer, só depois fui buscar o respaldo científico. Desculpem o transtorno, mas eu precisava falar da Biblioteconomia Social.

REFERÊNCIAS

CIVALLERO, E. ¿Qué es la bibliotecología progresista?: una aproximación básica. **El Profesional de la Información**, Barcelona, v.22, n.2, p.155-162, mar. 2013. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

LINDEMANN, C. R. **A busca pela Biblioteconomia Social por meio da Ciência da Informação**. 2014. 60f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2014. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/6000/BIBLIO_SOCIAL.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 set. 2017.

QUINTERO CASTRO, N. Aproximación a la epistemología de la Bibliotecología como estudio regional del conocimiento. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Ciudad Mexico, v.30, n.2, p.71-87, jul./dic., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rib/v30n2/v30n2a04.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Regimento Geral da Universidade Federal do Rio Grande.** 2009. Disponível em: <www.furg.br>. Acesso em: 28 jul. 2017.

CAPÍTULO 9

PROGRAMA DE BIBLIOTECAS RURAIS 'ARCA DAS LETRAS', FABULOSOS NÚMEROS, COM MÍNIMA PARTICIPAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS, POR QUÊ?

Soraia Pereira Magalhães

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras, do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atualmente Secretaria Especial de Agricultura Familiar, foi criado em 2003 e, ao longo de 14 anos, de acordo com dados publicados nos relatórios oficiais do governo, está presente em cerca de 2.400 municípios, tendo alcançado mais de 1 milhão de famílias com a implantação de mais de 12 mil bibliotecas em áreas rurais do País. Os números são fabulosos, especialmente se pensarmos na situação de muitas das bibliotecas públicas brasileiras e a forma com que atuam no meio urbano. No entanto, esses números são efetivamente válidos? Desses, um dos mais significativos diz respeito à formação de agentes de leitura, ou seja, há mais de 19 mil agentes de leitura formados pelo Programa. Contudo, onde estão e o que fazem? Tendo em vista que são dados oficiais, pergunto: por que nós, bibliotecários, não estamos atuando de forma a fortalecer essa ideia?

Este capítulo objetiva destacar informações gerais sobre essa tipologia de biblioteca, que tem sua importância aliada às propostas de favorecer práticas de incentivo à leitura em comunidades rurais do Brasil, mas visa também gerar reflexão sobre números e processos que servem bem mais para a tentativa de fortalecer relatórios do que efetivamente desenvolver boas práticas. Os aspectos aqui abordados consistem em um relato de experiência sobre o período de um ano de atuação junto ao Programa Arca das Letras, aonde pude perceber elementos voltados para a metodologia adotada, níveis de comprometimento do poder

público, bem como despreparo de profissionais para o desempenho das ações realizadas.

Numa perspectiva breve, reflete ainda sobre uma Biblioteconomia comprometida com os aspectos sociais, atenta para as necessidades informacionais das populações do meio rural brasileiro no qual o Programa Arca das Letras se insere, já que a proposta foi criada visando gerar democratização do acesso ao livro a agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades de pescadores, remanescentes de quilombos, indígenas e populações ribeirinhas.

Buscando uma definição para o termo zona rural, meio rural ou campo, recorro a Verges (2013), que no artigo *'Agroecologia: uma alternativa de desenvolvimento rural sustentável para assentamentos rurais'* evidencia que:

O espaço rural brasileiro foi constituído diferentemente da história europeia e norte-americana. No Brasil, o rural está vinculado a grande agricultura de origem colonial, ao mercado externo e a possibilidade de dispersão da população pelo vasto território brasileiro, dessa forma tem-se a formação de diferentes espaços no meio rural (VERGES, 2013, p.239).

A autora no mesmo trabalho afirma que “[...] a realidade do espaço rural brasileiro continua como sempre foi, com uma estrutura fundiária altamente concentrada pelos grandes latifundiários, na qual muitos tem pouco e poucos tem muito” (VERGES, 2013, p.239). Restringindo a questão para o foco que reflete esse capítulo, não é leviano afirmar que o acesso ao livro e à leitura no meio rural brasileiro avançou pouco. Nos últimos anos, porém, algumas políticas públicas viabilizaram timidamente a inclusão social e a cidadania para as populações dessas áreas, contudo, muito precisa ser feito haja vista que aspectos geográficos, inexistência de serviços públicos, dependência econômica e tantos obstáculos tornam esses espaços vulneráveis. Na entrevista intitulada: *Meio rural: um lugar de vida e de trabalho*, publicado no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a pesquisadora

Maria Nazareth Wanderley, referência no Brasil sobre estudos nessa área, destacou que

O meio rural possui, assim, uma dupla face: por um lado é fragilizado pelo isolamento, pela precariedade com que tem acesso aos bens e serviços oferecidos pela sociedade e pelos efeitos desagregadores do êxodo. Por outro lado, e apesar da primeira face, é um meio rural povoado, cujos habitantes são portadores de uma cultura que dinamiza as relações sociais locais e de uma grande capacidade de resistência aos efeitos desagregadores aos quais estão constantemente confrontados. Essa dicotomia rural-urbana, tal qual é proposta no Brasil, gera uma concepção negativa e estigmatizante do meio rural e de sua população, associados ao atraso e ao isolamento e fadados ao desaparecimento diante da tendência crescente da urbanização do país (WANDERLEY, 2012, *on-line*).

Com um olhar voltado para o tema “desenvolvimento rural sustentável”, o Arca das Letras foi apresentado como uma política pública que visava gerar acesso ao livro, numa proposta interessante tendo em vista que várias cidades do País sequer possuíam bibliotecas públicas instaladas. Sobre o tema, poucos artigos discutem o papel das bibliotecas rurais no Brasil, salvo os que tratam especificamente do Arca das Letras. Buscando outros registros bibliográficos, tive acesso ao artigo *Las bibliotecas rurales ante el futuro: Retos y responsabilidades*, de Javier Pérez Iglesias, publicado na Espanha, em 1999 que assinalava, entre outras coisas, a atenção com as populações rurais visando a manutenção do meio ambiente e para tal a necessidade de gerar garantias e direitos, tendo em vista as dificuldades para quem vive longe dos centros de decisão. Iglesias (1999) refletia sobre as necessidades de as bibliotecas rurais irem além do livro impresso ou do uso do computador. Para tal justificava:

Alguns anos atrás, a informatização de uma biblioteca era resolvida por meio da compra de um computador. Mas agora é essencial ter em

conta a conectividade com a Internet, que permite que as pequenas bibliotecas possam expandir seus recursos e oferecer aos seus usuários uma porta para o exterior (IGLESIAS, 1999, p.35, tradução nossa).

Passados dezesseis anos, desde que este artigo foi publicado, suas palavras ainda não condizem com as condições de muitas bibliotecas públicas do meio urbano brasileiro, tampouco no âmbito das bibliotecas do meio rural. O autor salientava inclusive que “[...] as cidades pequenas e o mundo rural estão cada vez mais atrasados no campo do desenvolvimento informacional, fator que propicia estar fora das áreas de influência” (IGLESIAS, 1999, p.31, tradução nossa).

Para a composição desse capítulo, além dos autores citados, foram realizadas leituras de dados oficiais, mas parte das análises tem relação com constatações de experiências vividas. Uma grande contribuição, contudo, adveio do livro *Plantando bibliotecas para colher desenvolvimento: análise do Programa de Bibliotecas Rurais “Arca Das Letras” no município de Codó*, do bibliotecário Carlos Wellington Soares Martins, ao qual será evidenciado mais à frente.

Antes de avançar com outras informações sobre o Programa Arca das Letras, instigo desde já meus companheiros de profissão a refletirem sobre nossos comportamentos quanto ao trabalho voltado para atender no campo informacional pessoas que vivem em localidades que fogem o nosso alcance de visão. Por que pouco nos importamos? Lutamos algumas vezes pelas bibliotecas públicas e escolares das áreas urbanas, mas nos esquecemos de que para além desses espaços, temos outro Brasil tão esquecido.

2 OS PRIMEIROS MOMENTOS DE CRIAÇÃO DO ARCA DAS LETRAS

Foi na primeira fase do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), que as primeiras bibliotecas “Arcas” começaram a ser implantadas. O Programa nasceu sob a inspiração da bibliotecária Cleide Cristina Soares, que desempenhou no período entre 2003 a 2012, atuação frente à Coordenação Geral de Ação Cultural (CGAC), da Secretaria de Reordenamento Agrário. As primeiras bibliotecas

foram implantadas em cinco comunidades rurais e conforme evidenciado por Cleide Soares (2007):

Ao final das reuniões com as 5 comunidades, foi possível estruturar uma proposta metodológica de bibliotecas e partir para a instalação dos projetos-pilotos. As primeiras bibliotecas iniciaram com 320 livros, com títulos selecionados a partir das sugestões dos moradores e em conformidade com as necessidades locais relacionadas à produção, cultura, economia e outros aspectos. As bibliotecas foram instaladas em casas de moradores, em armazéns e em sedes de associações das comunidades. Moradores indicados pelas comunidades foram treinados para o trabalho de empréstimo dos livros e para estimular o uso da biblioteca (SOARES, 2007, p.4).

A metodologia do Programa encanta pela simplicidade, consiste em instruções básicas sobre o funcionamento das bibliotecas em pequenas comunidades, privilegiando o entendimento sobre ações de empréstimos de materiais bibliográficos. A ideia é louvável, porém apresenta problemas de ordem estrutural, como por exemplo, o fato de não terem sido criadas medidas orçamentárias para a compra de livros, fator que faz com que os processos de formação de acervos enviados às comunidades dependam de doações de terceiros e de títulos muitas vezes pouco adequados. Também no tocante aos recursos humanos, o Arca das Letras, ao longo de sua história pouco contou com a presença de bibliotecários.

No período entre 2003 a 2012, foi coordenado pela bibliotecária (idealizadora do Programa). Porém, dado o montante das atividades realizadas e em vista dos números apresentados, deveria ter disposto de outros profissionais bibliotecários tendo em vista que o trabalho envolvia aspectos técnicos, de classificação e, também, atividades voltadas para capacitações, sobre o uso e desempenho das bibliotecas. Ao longo de 13 anos, o Programa contou com a presença de apenas três bibliotecários, sendo que os

demais profissionais (consultores) eram de áreas pouco afins, no que se refere à Biblioteconomia.

O Programa Arca das Letras está vinculado à Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), que trabalha, entre outras propostas, com o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), criado com o discurso de “viabilizar o acesso à terra aos agricultores familiares, jovens trabalhadores rurais e o combate à pobreza rural” (BRASIL, 2013, p.3). Tais medidas, aliadas ao Programa Arca das Letras e outros, constituíam mecanismo que objetivavam contribuir para a ascensão dos moradores das áreas rurais numa perspectiva econômica e social. A iniciativa, porém, foi muito bem recebida, especialmente nos primeiros anos, seja pelos moradores das áreas rurais, seja por uma rede de parceiros que se formaram e contribuíram para o desenvolvimento do Programa, que era visto como um instrumento de cidadania informacional.

Foi nesse sentido que editoras, livrarias, diversos setores do poder público e a sociedade civil se mobilizaram para ajudar, disponibilizando material bibliográfico para serem enviados às comunidades rurais do País. Contudo, depois de tantos anos, os pedidos constantes passaram a ser vistos como um fator negativo. No período em que trabalhei no Programa, tive que realizar diversas chamadas telefônicas para uma ampla lista de editoras e instituições visando à doação de livros para composição dos acervos. As pessoas geralmente alegavam que já haviam ajudado muito, então recebi muitas negativas. De acordo com dados publicados no relatório de atividades de Gestão 2012 do MDA, o Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras, nasceu com a:

[...] competência formular políticas culturais para o meio rural, visando o desenvolvimento de atividades artístico-culturais, o acesso ao livro e o incentivo à leitura por meio da instalação de bibliotecas rurais. Para isto, busca parcerias e fontes alternativas de apoio aos projetos. (BRASIL, 2012, p.14).

O propósito, porém, da Coordenação Geral de Ação Cultural (CGAC), da Secretaria de Reordenamento Agrário, é atuar de forma a difundir os produtos culturais tradicionais em comunidades rurais

beneficiadas pelo Ministério e trabalhar para preservar as manifestações, valores e tradições do meio rural do País. Ou seja, além dos aspectos voltados para as bibliotecas, deveriam abrir possibilidades para desenvolver o estímulo a outras práticas nas áreas artísticas e de conhecimento. Tendo em vista que o poder público não injetou recursos para esse fim, o produto mais barato para viabilizar o trabalho foi mesmo com as bibliotecas.

As bibliotecas rurais Arcas das Letras podem ser definidas como pequenas bibliotecas comunitárias. Muitas delas, especialmente nos primeiros anos, funcionaram nas residências dos agentes de leitura. No entanto, dadas as dificuldades observadas posteriormente, estimulou-se que fossem alocadas também em associações comunitárias ou em qualquer ambiente em que a comunidade pudesse ter acesso aos materiais disponibilizados de forma mais democrática.

As instruções sobre como obter uma Arca das Letras na comunidade podem ser obtidas online e decorrem de manifestação e/ou interesse da comunidade, que após reunião se inscrevem evidenciando características gerais que se adequam às suas realidades (agricultura familiar, quilombola, indígena, etc.). No formulário devem constar nomes de dois moradores da comunidade que se tornarão os responsáveis por receber a Arca em sua casa ou outro espaço. Os escolhidos deverão passar por atividade de capacitação, tornando-se agentes de leitura e responsáveis pelas atividades da biblioteca na comunidade. Deverão buscar também informações sobre os procedimentos de construção do Móvel Arca, tendo em vista que o governo federal não constrói esses equipamentos. Somente com o móvel pronto, a Coordenação Geral de Ação Cultural, toma providências para o envio dos acervos para a comunidade.

Na maioria dos casos, essas etapas ocorrerem por meio de contatos prévios com as prefeituras das cidades onde as comunidades rurais estão vinculadas. Conforme pude observar, os prefeitos mandavam confeccionar os móveis, traziam todas as pessoas (pré-selecionadas) para participar do “curso de capacitação” e a entrega das Arcas acontecia na sede do município. O momento muitas vezes era transformado em mecanismos de marketing para a

prefeitura. Depois as Arcas (sob a responsabilidade da Prefeitura) eram enviadas para as casas dos responsáveis. Após essa etapa, pouco contato havia entre os envolvidos, especialmente por parte da Coordenação Geral de Ação Cultural (CGAC). Sobre a questão, em minhas viagens visitando bibliotecas, descobri, por exemplo, móveis guardados nos fundos da Biblioteca Pública de Tefé, no Amazonas, que nunca foram entregues às comunidades. Vi também na casa de um “agente de leitura”, numa comunidade do Pará, o móvel Arca sendo usado como estante para aparelho de televisão.

As bibliotecas Arca das Letras se fundamentam por pequeno móvel que agrupam volumes compostos por aproximadamente 200 títulos distribuídos entre: livros didáticos, livros técnicos, literatura geral (nacional e internacional) e literatura infantil (Figura 1).

Figura 1: Móvel Arca das Letras, durante feira de agricultura familiar, Presidente Venceslau.



Fonte: Soraia Magalhães - 2013.





Junto com os livros, são enviados kits de materiais de trabalho, aonde são inseridos: carimbo com identificação da

Biblioteca Arca das Letras, fichas de controle de empréstimo, marcadores de página e calendários. Na sede de Programa Arca das Letras, em Brasília, os livros recebem tratamento técnico. Funcionários terceirizados e estagiários desenvolvem trabalho de seleção dos acervos, que segue posteriormente o sistema de identificação por cores. Os livros que compõe os acervos são assim distribuídos em: cor laranja: literatura nacional e internacional; cor branca: literatura infantil; cor azul: livros técnicos e especializados; cor verde: livros didáticos e de pesquisa (Figura 2).

Figura 2: Informações sobre sistema de classificação por cores.

7.1 O Acervo: Classificação

Os livros seguem para as comunidades rurais previamente classificados por um sistema de identificação por cores que facilita a compreensão da ordem dos materiais distribuídos. Cor Laranja: literatura nacional e internacional; Cor Branca: literatura infantil e infantojuvenil; Cor Azul: livros técnicos e especializados; Cor Verde: livros didáticos e de pesquisa.

-  LITERATURA NACIONAL E INTERNACIONAL
-  LITERATURA INFANTIL E INFANTOJUVENIL
-  LIVROS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS
-  LIVROS DIDÁTICOS E DE PESQUISA

7.2 Preparação Técnica do Acervo

Os livros são selecionados da seguinte forma: primeiro é feita a triagem por assunto (literatura nacional, internacional, infantil e infantojuvenil, livros técnicos, especializados e didáticos). Em seguida, são carimbados (na folha de rosto) e recebem uma ficha de devolução que é colada na área interna da capa traseira.

Por fim, cada livro recebe uma etiqueta colorida na lombada com as cores correspondentes às áreas definidas.

Quando a comunidade receber novos livros por doação ou compra, deverá seguir o padrão do preparo técnico descrito.

Fonte: Manual de Agentes de Leitura (2013).

A ideia na composição dos acervos é prestar atendimento a todos os públicos, mas como o Programa depende de doações, os acervos nem sempre atendem às expectativas dos moradores das comunidades, principalmente quanto à demanda sobre os livros de

literatura infantil. Os livros didáticos seguem nas arcas em demasia e, do meu ponto de vista, constituem elemento irracional, tendo em vista que em cidades do Brasil inteiro ocorre demanda desvairada de livros didáticos enviados para escolas das redes públicas (que sem espaços para guarda dos volumes, abarrotam as pequenas salas destinadas às bibliotecas escolares), fator que deve servir bem mais para alavancar as vendas de livros nas editoras do que favorecer o incentivo à leitura.

3 EXPERIÊNCIA PESSOAL COM O ARCA DAS LETRAS

Tomei conhecimento sobre a existência do Arca das Letras em 2009, por meio de matérias publicadas em meio eletrônico. Os números me chamaram a atenção principalmente por descreverem dados sobre a implantação de bibliotecas em comunidades rurais em vários municípios do estado do Amazonas. As matérias falavam sobre a formação de grande número de agentes de leitura. Na época, atuava como professora substituta do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e esses dados me despertaram o interesse a tal ponto que busquei informações junto à Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Amazonas. Queria saber onde encontrar as bibliotecas e os agentes de leitura, mas as informações publicadas não eram tão fáceis de serem cotejadas e não pareciam condizentes com a publicidade descrita. Soube que os trabalhos estavam sob a coordenação de uma bibliotecária e que os demais profissionais que atuavam eram de áreas diversas.

A verdade é que tempos depois conheci de perto o Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras, tendo em vista que no período entre 2013 e 2014 atuei como consultora contratada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) que, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, empreendia seleção por meio de edital para os profissionais que objetivavam atuar no Programa. As seleções eram envoltas em processo sigiloso que inviabilizava e que ainda nos dias atuais creio não prioriza acesso aos bibliotecários. Em 2011 concorri pela primeira vez a uma vaga, mas não obtive êxito, tendo sido selecionada uma senhora que

possuía tão somente o segundo grau completo, mas que atuava no Programa desde os primeiros anos. Enviei mensagens para o IICA e ao Conselho Federal de Biblioteconomia e na época não obtive resposta.

Em 2013 fui selecionada. Estava atenta sobre os processos de seleção e acredito que, por ter novamente questionado junto ao IICA, obtive êxito. A experiência me permitiu vivenciar atividades diversas referentes à execução do trabalho que naquele período era realizado sem a presença de profissional da área biblioteconômica e até por esse motivo tive problemas de aceitação nos primeiros meses junto aos outros profissionais envolvidos.

A consultoria que deveria realizar tinha sede em Brasília, mas pude também desenvolver trabalhos em outras cidades do País, em vista de atividades diversas relacionadas ao Programa. Naquele período também havia sido selecionado para atuar na região norte um consultor com formação em economia que jamais havia estado em qualquer cidade da região norte do País, tampouco conhecia elementos voltados para ações de incentivo à leitura ou bibliotecas, mas que trazia no currículo dez anos vinculado às atividades na Delegacia de Desenvolvimento Agrário do Piauí. Era claro que as ações vinculadas às atividades de leitura vinham em segundo plano e, para ter acesso ao Programa se faziam necessárias basicamente experiências em meio rural. Cursos superiores, mestrados e doutorados também não eram levados em consideração. As pessoas que haviam começado o Programa nos primeiros anos tinham sempre a vaga assegurada e, nesse sentido, os editais serviam bem mais para constar como objetos protocolares. Um exemplo desconexo dessa prática diz respeito ao fato do consultor contratado para atuar na região norte estar condicionado a desenvolver suas tarefas em Brasília.

Como escrevi em algum momento deste capítulo, o Programa encanta pela simplicidade, bem como pelo alcance que se propõe atingir. Contudo as decepções por ver de perto os problemas geraram outros entendimentos, aos quais pontuo:

- Inexistência de profissionais capacitados para o desempenho da função nos estados e na sede do Programa;

- Falta de dotação orçamentária para o desenvolvimento das políticas de incentivo à leitura no Programa;
- Deficiência dos acervos enviados para as comunidades;
- Capacitações sem metodologias que favoreçam o entendimento sobre técnicas de mediação de leitura;
- Inexistência de monitoramento das atividades do Programa.

O bibliotecário Carlos Wellington Martins defendeu dissertação de mestrado, que deu origem ao livro *Plantando bibliotecas para colher desenvolvimento: análise do Programa de Bibliotecas Rurais “Arca Das Letras” no município de Codó*, constatou que:

Quanto focou-se em Codó, o desconhecimento do programa “Arca das Letras” chamou a atenção pois é grande entre moradores do centro e até mesmo dos moradores da zona rural, que foram público-alvo da investigação. A preocupação agravou-se mais ainda pela constatação de que o poder público local também desconhece o programa e não tem uma noção explícita de como integrar a iniciativa no plano municipal, mesmo com as inúmeras possibilidades apresentadas (MARTINS, 2014, p.163).

As vagas de consultoria acabam sendo reservadas para grupos fechados, fator que compromete o trabalho, pois parte das atividades consiste em estudos que tratam de temas como: formação e desenvolvimento de coleções, mediação de leitura, indicadores de leitura, entre outros. Os salários dos consultores, até 2014, era em torno de 76 mil a 90 mil reais por ano. Cada região do País contou com consultorias do IICA para atuar diretamente com as ações do Programa. Inclusive, no período em que Carlos Wellington Martins realizava sua pesquisa, havia um consultor responsável pelas ações do Programa na região nordeste. O contrato desse consultor consistia em “Propor indicadores de desempenho de bibliotecas rurais e dos agentes de leitura e contribuir para avaliação das ações do Programa Arca das Letras na Região Nordeste”. Do

ponto de vista específico as demandas dessa consultoria seriam (BRASIL, 2014):

- Identificar e analisar diversas fontes de informação para elaboração de índices de leitura no campo.
- Identificar possíveis parceiros que possam contribuir para avaliar as bibliotecas e o trabalho dos agentes de leitura.
- Envolver os agentes de leitura e as lideranças culturais das comunidades rurais nas avaliações de bibliotecas.
- Participar de oficinas de capacitação para nivelamento das atividades de avaliação.
- Realizar visitas de campo nos territórios rurais para coletar dados e informações sobre as bibliotecas rurais e o trabalho dos agentes de leitura.
- Realizar estudos e pesquisas e elaborar documentos de avaliação de bibliotecas e dos indicadores de leitura no campo.
- Participar de discussões e eventos para compartilhar os resultados das pesquisas de leitura e de desempenho das bibliotecas no campo.
- Subsidiar o processo de divulgação do Programa Arca das Letras e das bibliotecas rurais para o público beneficiário do PNCB.

Expresso aqui apenas uma das demandas que vem sendo exercidas por profissionais de áreas que, creio eu, pouco se envolvem em promover ações do que pensamos ser o perfil de uma Biblioteconomia Social. A verdade é que é preciso ter perfil para atuar no meio rural, bem como para desenvolver uma atuação voltada os menos favorecidos. É imprescindível o interesse efetivo pelo tema para se aventurar por espaços longínquos onde o papel da exclusão social e informacional é latente.

A presença de consultores ou da coordenação do Arca das Letras em um evento de entrega das bibliotecas Arca das Letras acontece, em grande maioria, na sede de um município. Sei também que ocorreram poucas solenidades diretamente nas comunidades, por isso deixo aqui o registro de uma atividade que pude vivenciar

na Comunidade "Patos", do município de Floresta no Piauí, motivada pela jovem *Nataly Elene Barbosa*.

Figura 3: Móvel Arca das Letras com Nataly Elene Barbosa.



Fonte: Soraia Magalhães - 2014.

Essa experiência não adveio de pedido da prefeitura ou contato direto do Arca das Letras com a comunidade e sim de uma jovem que não mediu esforços para construir um móvel Arca. Ela pediu dinheiro dos moradores, conseguiu confeccionar a Arca e entrou em contato com a Coordenação em Brasília. Os livros foram enviados, e eu segui para sua comunidade para realizar o trabalho de capacitação que aconteceu durante um dia todo, com ações explicativas sobre a metodologia do Programa, atividades de mediação de leitura e atividades culturais criadas pelos moradores da comunidade. Foi realmente incrível. Pena que o trabalho efetivo nos demais lugares não é assim desenvolvido.

4 ARCA DAS LETRAS: CONTEXTO ATUAL

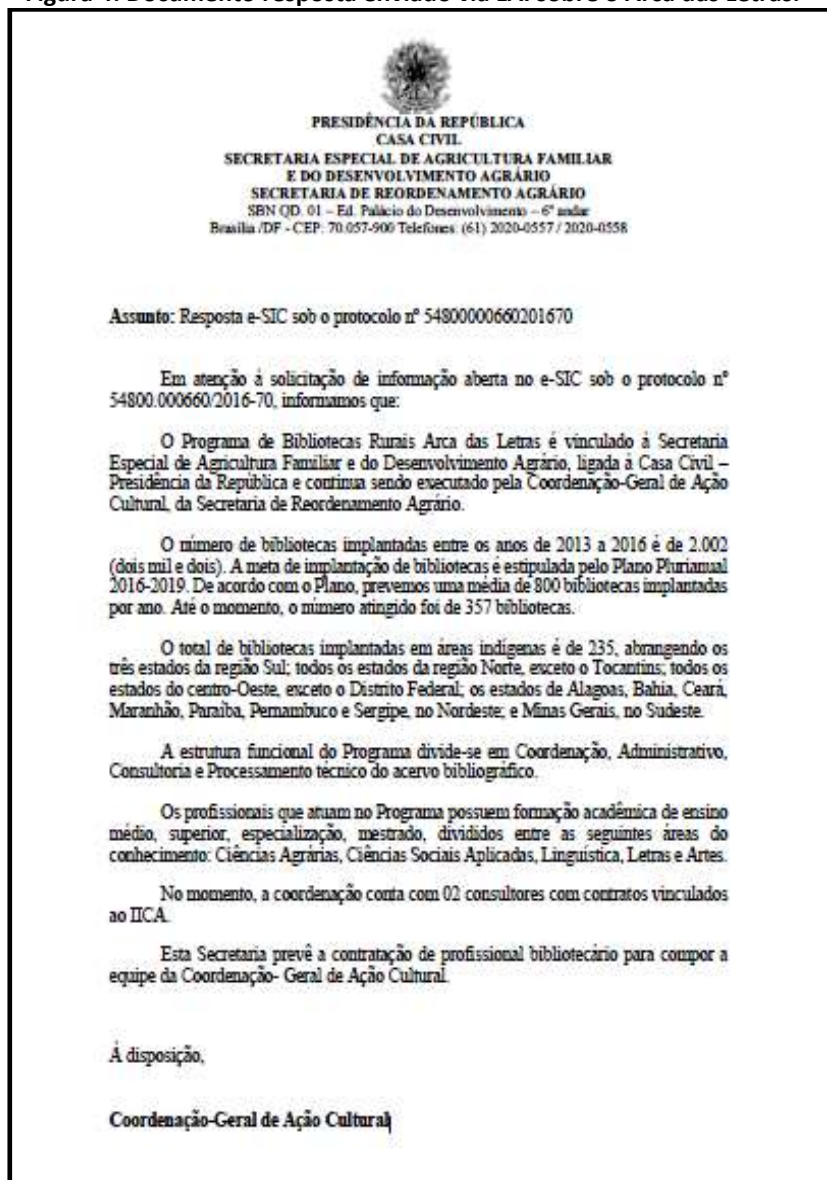
Entre 2003 a 2012 o Arca das Letras esteve sobre a coordenação da bibliotecária Cleide Cristina Soares, que infelizmente não priorizou acesso aos pares para o desempenho nas atividades no Programa. De agosto de 2012 até o momento atual

vem sendo gerido pela professora Maria Dione de Souza Ferreira, que antes consultora por oito anos, passou a desempenhar a coordenação do Programa e que por meu incentivo (quando finalizado meu contrato com o IICA), viabilizou a contratação de um bibliotecário como função renumerada sem vínculo funcional para desenvolver atividades. Pude observar que o problema da gestão de um leigo tem a ver com o medo da concorrência com um profissional da área.

No intuito de buscar dados para a composição desse artigo, solicitei via Lei de Acesso a Informação (LAI) dados para compreender o andamento do Programa, tendo em vista mudanças realizadas pelo atual governo golpista que extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, criando a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, ligada à Casa Civil da Presidência da República. De acordo com o documento resposta enviado via LAI, as ações do Arca das Letras continuam sendo executadas pela Coordenação-Geral de Ação Cultural e está vinculado à Secretaria de Reordenamento Agrário.

Minhas demais perguntas focaram os seguintes pontos: Qual o total de bibliotecas implantadas desde 2013 até 2016? Qual a estrutura funcional atual e a formação acadêmica das pessoas que atuam no Programa? O sistema adotado de consultorias, vinculados ao IICA e a editais públicos ainda fazem parte do sistema de recursos humanos do Programa? Quantos consultores atuam no Programa? Quantos bibliotecários atuam no Programa? A Coordenação do Programa está a cargo de um bibliotecário? Quantas bibliotecas foram implantadas em áreas indígenas? Quais estados? Qual foi a meta de implantação de bibliotecas para 2016, até o momento qual foi o número atingido?

Figura 4: Documento resposta enviado via LAI sobre o Arca das Letras.



Fonte: Pesquisa do autor.

Deixo na imagem acima, bem como no texto a seguir os resultados das respostas obtidas:

O número de bibliotecas implantadas entre os Anos de 2013 a 2016 é de 2.002 (dois mil e dois). A meta de implantação de bibliotecas é estipulada pelo Plano Plurianual 2016-2019. De acordo com o Plano, prevemos uma média de 800 bibliotecas implantadas por ano. Até o momento, o número atingido foi de 357 bibliotecas. O total de bibliotecas implantadas em áreas indígenas é de 235, abrangendo os três estados da região Sul; todos os estados da região Norte, exceto o Tocantins; todos os estados do centro-Oeste, exceto o Distrito Federal; os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, no Nordeste; e Minas Gerais, no Sudeste. A estrutura funcional do Programa divide-se em Coordenação, Administrativo, Consultoria e Processamento técnico do acervo bibliográfico. Os profissionais que atuam no Programa possuem formação acadêmica de ensino médio, superior, especialização, mestrado, divididos entre as seguintes áreas do conhecimento: Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes. No momento, a coordenação conta com 02 consultores com contratos vinculados ao IICA. Esta Secretaria prevê a contratação de profissional bibliotecário para compor a equipe da Coordenação- Geral de Ação Cultural.

Em 2013, foi divulgado edital de chamamento público de entidades para apresentação de proposta técnica voltada para a realização de ações de monitoramento das bibliotecas rurais do Arca das Letras. A empresa vencedora foi a Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP), que iniciaria as atividades de monitoramento em 2014. Passados dois anos, busquei saber onde poderia ter acesso aos relatórios desse trabalho, bem como o valor despendido para o pagamento da empresa vencedora e qual a dotação orçamentária do Programa Arca das Letras. Segue abaixo resposta recebida:

A equipe do Arca das Letras informou que, Em dezembro de 2014, foram realizadas, em Recife, atividades de planejamento das ações previstas nos estados. Nas referidas atividades, ficaram ajustadas as ações referentes a entrevistas com pontos focais, encontros com agentes de leitura e visitas in loco nas comunidades rurais, bem como intercâmbio em parceria com as delegacias federais do desenvolvimento agrário do MDA. A entidade, EQUIP, está adotando procedimentos administrativos referentes à execução do convênio. Atenciosamente, SIC-MDA. (Respostas enviadas via LAI).

Sobre recursos financeiros:

O Ministério do Desenvolvimento Agrário liberou R\$ 543.500,60 relativo à primeira parcela, com contrapartida de R\$ 41.910,00 pela Convenente, valor total do convênio R\$ 1.218.466,40. O acesso às informações referentes ao convênio pode ser obtido ainda por meio do *site* <https://portal.convenios.gov.br/redesiconv>. No que tange à dotação orçamentária anual do Programa, prevista na ação 210x, Plano Orçamentário 0007, o recurso previsto para o Ano de 2016 é de R\$ 22.000, 00. (Respostas enviadas via LAI).

Tentei várias vezes acessar o *site* enviado sobre o convênio, mas está inacessível. O certo é que diversas vezes, durante viagens realizadas em busca de bibliotecas em cidades do Amazonas, ou no estado do Pará, constatei a existência de móveis do Programa Arca das Letras sendo utilizados para outros fins que não a ação de servir como uma tipologia de biblioteca comunitária. Para referendar essa informação, destaco também resultados das pesquisas de Martins que evidenciaram que no Maranhão, especificamente em Codó:

Foi visível também que devido ao não acompanhamento do programa algumas arcas

e livros se perderam, outras ganharam outra serventia totalmente diversa da proposta pela ação. Vale ressaltar que foram encontradas algumas ações que encontraram significado em suas comunidades como a ampliação de acervo mediante doação da comunidade, contação de histórias e a utilização dos materiais como suporte as aulas. Da mesma forma adultos e idosos fazem uso de alguns títulos, mas esses resultados são mais pela disponibilidade e boa vontade de determinados agentes de leitura do que precisamente por alguma orientação oriunda por parte do ministério que idealizou o programa (MARTINS, 2014, p.162-163).

Da experiência direta vivida com o Programa, claro que também pude constatar saldos positivos, alguns observados no estado do Pará. Nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, onde os governos adotaram o Programa em seus planos de ação, as condições de funcionamento das bibliotecas se realizam de forma muito mais eficiente, havendo acompanhamento de profissionais responsáveis por motivar as atividades nas comunidades que receberam as bibliotecas Arca das Letras.

5 UMA PROPOSTA DE AÇÃO COM AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Apesar deste capítulo apresentar aspectos negativos sobre o Programa Arca das Letras, não se pode deixar de entender que a iniciativa se bem encaminhada poderia auxiliar na geração de melhores frutos para o segmento das bibliotecas no Brasil e por isso mesmo não se pode deixar de referendar a ideia desenvolvida pela bibliotecária Cleide Soares.

Sabendo que em termos de distribuição geográfica, o País possui o total de 5.570 municípios, no qual muitos possuem bibliotecas públicas, talvez o mais adequado fosse que a coordenação do Programa buscasse o estabelecimento de parceria não apenas com os gestores políticos, mas também com responsáveis por bibliotecas públicas, no intuito de criar assim uma

rede de cooperação. Martins (2014), nas considerações finais de seu trabalho, observou que

Entendeu-se que o desenvolvimento de um país depende do entendimento do grau de informação de seu povo, este será alto, se a consciência for estimulada em sua população por uma ação cultural eficaz. Uma política que inclua o desenvolvimento de bibliotecas, que permita o acesso a locais aonde antes tais bens não chegavam. Se for estruturada apenas na entrega, na guarda do livro e não estiver estruturada em comum com todos os sujeitos sociais através da delimitação de ações, será uma política cultural fadada ao insucesso (MARTINS, 2014, p.160).

Se os números contidos nos relatórios oficiais do governo, que apresentam mais de 12 mil bibliotecas rurais, fossem verdadeiramente condizentes com a realidade, o Brasil teria uma situação mais favorável em termos de bibliotecas. Sabemos, no entanto, que estamos longe dessa realidade. Fica assim a proposta de que sejam estruturadas medidas de aproximação da gestão do Programa Arca das Letras com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, bem como outros segmentos que atuem no fortalecimento das bibliotecas públicas. O pontapé inicial visando atender as populações moradoras de áreas rurais já foi dado, contudo, conforme apontou Iglesias, faz-se necessário

Que as bibliotecas sejam instrumentos que garantam aos habitantes de zonas rurais acesso a informação e a cultura e que passem a criar redes efetivas, com centros regionais e distritais que forneçam apoio logístico e técnico para as pequenas bibliotecas e os serviços móveis (IGLESIAS, 1999, p.35, tradução nossa).

Ao longo de minha experiência com o Programa Arca das Letras pude perceber que as populações do meio rural brasileiro veem as bibliotecas como necessidades emergentes, mas não

esperam migalhas. As bibliotecas fazem parte de reivindicações dos movimentos sociais no tocante ao fortalecimento dos aspectos que permeiam cultura, educação e garantia do modo de viver dignamente no campo.

Estas reflexões me proporcionaram revisitar as impressões sobre o Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras, quando vivi, de março de 2013 a abril de 2014, um ano de intensa atividade que envolveu aprendizados, desafios, frustrações e a constatação de que as políticas públicas em muitos casos estão envoltas em um misto de expectativas, má gestão e muitos interesses.

Meu objetivo com essas linhas é estimular olhares de bibliotecários pela causa. O Programa Arca das Letras vem sendo até o momento realizado de forma isolada, sem termos dado muita importância para esse segmento de bibliotecas criadas em áreas rurais, contudo, faz-se necessário pensar o Programa como uma medida que visa gerar acesso ao livro e à leitura em áreas distantes, mas que precisa passar por um processo de reformulação que viabilize a participação de pessoal qualificado, recursos orçamentários e rede de parcerias da área biblioteconômica, informacional e cultural.

Faz-se necessário estar atento para os resultados da pesquisa que a Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP) está realizando sobre o monitoramento do Programa. Talvez assim possamos descobrir atores. Quem são os agentes de leitura? Mulheres, homens, lideranças sociais? Quais seus anseios quando aceitaram a implantação das bibliotecas em suas comunidades? O que fizeram? Até que ponto tem entendimento sobre o potencial de uma biblioteca?

Outro aspecto que também precisa ser repensado condiz com a capacitação dos agentes de leitura, ou seja, moradores das comunidades que assumem a responsabilidade de gerir as pequenas Arcas após a entrega pela Coordenação Geral de Ação Cultural. Será que uma breve explanação sobre cores de etiquetas colocadas nos livros ou sobre como preencher um formulário de empréstimo é o suficiente para que essas pessoas que aceitam receber as bibliotecas em suas casas, ou outros espaços, possam ser chamadas de “agentes de leitura”? Podemos fazer mais que isso?

Por fim, instigar o debate visando à articulação e integração das bibliotecas do Programa Arca das Letras com as bibliotecas públicas municipais, como forma de promover a interrelação dos gestores de bibliotecas públicas com os agentes de leitura. Minha passagem pelo Programa Arca das Letras está registrada em vários *posts* de meu *Blog* Caçadores de Bibliotecas.

Ao iniciar este capítulo fiz uma série de indagações e não pude responder a todas as perguntas, pois não sei as respostas. Proponho inserir nas pautas de reflexões quando pensarmos numa Biblioteconomia social, nossas ações vinculadas aos moradores das áreas rurais, os indígenas, os ribeirinhos, os quilombolas e outros. Sabemos da inexistência de bibliotecas públicas em áreas urbanas, contudo nas áreas rurais as dificuldades são sempre mais latentes.

Encerro por fim acreditando que somente quando as políticas públicas se tornarem efetivamente comprometidas com os menos favorecidos e o equilíbrio na distribuição dos recursos forem além dos mandatários envolvidos, comunidades rurais do Brasil serão efetivamente contempladas com propostas para o seu desenvolvimento. Por ora não é o que se vê.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha do Programa Nacional de Crédito Fundiário**. [2012?]. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/cartilha_pncf%20-%2020edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. **Projeto de consolidação do crédito fundiário**. 2014. (Material impresso).

_____. **Relatório de gestão do exercício de 2012, prestação de contas ordinárias anual**. (2012). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_21/RG_2012_-_SRA-PNCF-MDA.pdf>. Acesso em: 28 set. 2016.

_____. Presidência da República. **Resposta e-SIC sob o protocolo nº 5480000660201670**. Brasília, 2016.

IGLESIAS, J. P. Las bibliotecas rurales ante el futuro: Retos y responsabilidades. **Educación y biblioteca**, Salamanca, v.11, n.107, p.30-35. 1999. Disponível em: <<http://gredos.usal.es/jspui/handle/10366/115489>>. Acesso em: 11 set. 2017.

MARTINS, C. W. S. **Plantando bibliotecas para colher desenvolvimento**: análise do Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” no município de Codó – MA. Curitiba: CRV, 2014.

SOARES, C. C. Arca das Letras: bibliotecas públicas rurais no Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL LA BIBLIOTECA PÚBLICA, 2007. **Anais...** Medellín: Bibliotextos, 2007. Disponível em: <<http://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/programa-arca-das-letras.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2017.

VERGES, N. M. Agroecologia: uma alternativa de desenvolvimento rural sustentável para assentamentos rurais. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia (MG), v.14, n.45, p.237-253, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/21595/12216>>. Acesso em: 2 out. 2017.

WANDERLEY, M. N. **Meio rural**: um lugar de vida e trabalho. Diálogos do fórum DRS. Os desafios políticos e institucionais para a gestão do desenvolvimento rural. [Edição 6, Ano 1, dez. 2012]. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/2169821555.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2017.

CAPÍTULO 10

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA O EMPREGO: A EXPERIÊNCIA DA ESTAÇÃO CONHECIMENTO NA BIBLIOTECA DO IDT

Ana Wanessa Barroso Bastos

1 INTRODUÇÃO

Face ao processo de transformação que ocorre na Biblioteconomia, caracterizado pela mudança de paradigma de “o que a biblioteca tem” para o de “o que a biblioteca faz” para as pessoas, assim como propôs a campanha “*Libraries Transforms*”²², da *American Library Association (ALA)* [Associação Americana de Bibliotecas], nos Estados Unidos, em 2015. Bibliotecários modernos são conclamados a detectar as tendências em bibliotecas e integrá-las em seus programas e serviços. Tendências emergentes em bibliotecas públicas evidenciam espaços que expandem a definição tradicional do que é uma biblioteca e qual é o seu papel em educar e dar apoio a sua comunidade. A biblioteca como centro de aprendizagem tem sido um assunto em voga. Diante desse contexto, expõe-se a experiência da Estação Conhecimento que se apoia num modelo de “biblioteca como sala de aula”.

O presente capítulo divide-se em quatro momentos sucintos. No primeiro, o empenho de se implantar a biblioteca do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT). No segundo, o desafio de atrair o público à biblioteca e o papel da bibliotecária nesse processo. Já no terceiro, a iniciativa de identificar as necessidades do público e transformá-las em serviços: o projeto inovador Estação Conhecimento. No quarto e último, o *know-how* de bibliotecária educadora e mediadora da informação exercendo uma ação de incentivo à leitura no campo das competências em informação para trabalhadores que buscam inserção (reinserção) no

²² Disponível em: <<http://www.ilovelibraries.org/librariestransform/>>.

mercado de trabalho por meio da Estação Conhecimento. Degustem essa leitura!

Em janeiro de 2011 a autora foi aprovada, por meio de seleção pública, para trabalhar no Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) preenchendo a vaga para o cargo de bibliotecária. O IDT é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada pelo governo do estado do Ceará como organização social (OS), responsável por executar políticas públicas nas áreas do trabalho e empreendedorismo. Como bibliotecária do IDT, a primeira incumbência foi elaborar um projeto para implantar a biblioteca do Instituto. Documento feito, apresentado e aprovado pela Diretoria de Intermediação de Mão de Obra e pela Presidência. O desafio inicial estava posto: formar e desenvolver a coleção da biblioteca, tendo a doação como modalidade de aquisição.

Existem algumas discussões quanto à doação e à política de formação de acervo em bibliotecas públicas sobre aceitar ou não doações. Profissionais contrários acreditam ser uma forma de demonstrar que a responsabilidade de se manter a qualidade da biblioteca é do poder público, seja federal, estadual ou municipal. Concorda-se, porém se acredita que essa reflexão se sobrepõe à ação e a paralisa, como posta na famosa frase, "Ser ou não ser, eis a questão" ("existir ou não existir, eis a questão"), que vem da peça "A Tragédia de Hamlet", personagem mais famoso de William Shakespeare.

Por meio de pesquisas, envios de e-mails e visitas técnicas, conseguiram-se diversas parcerias com outras bibliotecas, editoras, instituições e colaboradores internos e externos ao IDT. O desafio foi cumprido. *A priori*, o acervo da biblioteca contou com um volume de mil itens. E esse número poderia ser superior, considerando que a unidade passou um ano e meio desativada por motivo de força maior. Porém, até julho de 2016 já se somam aproximadamente quatro itens mil entre livros, periódicos, catálogos, manuais, relatórios, dentre outros materiais bibliográficos e multimeios. O acervo abrange as áreas de literatura, artes, filosofia, autoajuda, empreendedorismo, economia, mercado de trabalho, direito do trabalho, entre outras.

Enfatiza-se que o *networking* foi uma habilidade imprescindível para conquistar parcerias e formar o acervo oriundo de doações. Considera-se mais provável conseguir um aporte para a biblioteca com base em relacionamentos construídos através de networks formais ou informais, por exemplo, por meio da construção de redes com pessoas que atuam no mesmo segmento do bibliotecário. Como uma ação para arrecadação de livros, fez-se uma campanha institucional com o slogan “Doe Conhecimento, Doe um livro!”. Essa atividade teve como meio de divulgação o informativo eletrônico do IDT denominado de “EM TEMPO”. Formada a coleção, passou-se à etapa de organização da biblioteca, o processamento técnico: classificação, etiquetagem e ordenação dos itens nas estantes. E lá se vem outro desafio: escolher o software gratuito a ser utilizado para gerenciar o acervo da biblioteca. Avante!

Por meio de uma pesquisa e de acordo com as possibilidades financeiras da instituição, adquiriu-se uma licença de uso (licença que propicia a utilização da versão adquirida por tempo ilimitado, sem pagamento de mensalidades ou anuidades) do MTG Biblioteca Fácil, programa que atende às necessidades básicas da biblioteca. Pronto! O acervo encontra-se classificado, etiquetado, ordenado nas estantes, indexado no sistema e disponível para consulta e pesquisa local. Como a biblioteca somente dispõe de um exemplar de cada obra, devido à modalidade de aquisição ser a doação, não realiza empréstimo. Até porque a biblioteca tem por objetivo ser um espaço de entretenimento e aprendizagem para o trabalhador no momento da espera por atendimento.

Importante salientar que anterior e continuamente ao processo de formação e desenvolvimento de coleções, com a política de seleção do acervo contendo o conteúdo, o tipo e as condições físicas dos livros arrecadados definida, formulário de doação, foi feito o planejamento bibliotecário onde normas e regras de uso da biblioteca foram elaboradas. Para tal processo, pautou-se no princípio da eficiência que geralmente está ligado ao nível operacional, como realizar as operações com menos recursos: menos tempo, menor orçamento, menos pessoas, menos matéria-prima, etc. Com mobiliário, local, espaço e estrutura física definida, a biblioteca passou a funcionar por dois anos e meio (de março de

2011 a setembro de 2013) na Unidade de Atendimento Centro do IDT, localizada nas dependências do prédio do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no centro de Fortaleza, Ceará. Depois de um ano e meio da desativação da Unidade Centro, a biblioteca voltou à ativa em julho de 2015, com sede própria.

Atualmente ocupa uma área de 62,06 m², possui oito assentos distribuídos em duas mesas para leitura, disponibiliza acesso direto a dezoito estantes com acervo bibliográfico e dois terminais de computadores para pesquisa na internet. Para atender às condições de acessibilidade, estes equipamentos públicos se encontram disponíveis de forma a atender pessoas com deficiência visual através do DOSVOX (sistema operacional que possibilita as pessoas cegas utilizarem um microcomputador comum para desempenhar uma série de tarefas).

De acesso público e gratuito, a biblioteca do IDT tem como missão prestar serviços de informação direcionados aos trabalhadores que buscam inserção (ou reinserção) no mercado de trabalho. Atende ao público em geral (de diferentes faixas etárias), pessoas que buscam os serviços ofertados pelo IDT, tais como: cadastro para verificação de vagas de emprego; atendimento para o seguro-desemprego; emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), dentre outros. Os serviços prestados ao público externo são: informações utilitárias, indicações de livros para leitura no local, orientações em pesquisas, criação de e-mail, auxílio de cadastro no *site* do IDT para marcar agendamento e no *site* do Ministério do Trabalho MAISEMPREGO.MTE para fazer cadastro e verificar oportunidades de emprego, inscrições para os cursos de informática básica e encaminhamento para oficinas e palestras ofertadas pelo Instituto, e para o público interno: catalogação na fonte de publicações e disseminação seletiva de informações (DSI) através do *e-mail* institucional.

Como ação de marketing, por meio de fotografias e textos, registram-se e divulgam-se no “EM TEMPO” matérias sobre as atividades educativas e culturais desenvolvidas na biblioteca em datas comemorativas, a exemplo dia da mulher (31 de março), dia do trabalho (1º de Maio), dia nacional de luta da pessoa com deficiência (20 de setembro), dentre outras. Uma lacuna a ser

preenchida é a ausência da biblioteca no mundo virtual (criação de página no *Facebook* e/ou *Blog* da biblioteca), mas a luta pela conquista desse ambiente é contínua. No próximo momento, concentrar-se-á a atenção nos usuários da biblioteca e nos seguintes questionamentos inerentes à sua satisfação: Como atrair o público à biblioteca? A biblioteca oferece serviços e atividades que deveriam ser ofertados? Satisfaz as necessidades de seus usuários?

Percebe-se que não basta somente ter uma biblioteca, tem que ser utilizada. Acredita-se que o êxito do uso de bibliotecas depende do bibliotecário que atua em cada uma delas, pois bibliotecas não fazem coisas, são prédios, são construções. O trabalho e o impacto que as bibliotecas podem trazer são resultados de pessoas. Todo o trabalho e o seu impacto é resultado direto de bibliotecários e funcionários de bibliotecas. Por trás de uma biblioteca inovadora existe um bibliotecário empreendedor que transforma as necessidades dos usuários em produtos e serviços. Entende-se que empreendedor não precisa ser necessariamente aquele que cria uma empresa, ele pode ser um empreendedor dentro da empresa que ele atua (intraempreendedorismo).

Buscou-se inspirações em profissionais da área como Emir Suaiden, professor da Universidade de Brasília (UnB), apreciador de livros e bibliotecas. No vídeo “Memória da Biblioteconomia brasileira”, Emir diz que “[...] o que atrai a comunidade à biblioteca não é somente o acervo, mas a capacidade do bibliotecário de dialogar e verificar os problemas e traçar um diagnóstico de problemas”. Tem-se também apreço por David Lankes, professor da Universidade de Syracuse, nos Estados Unidos, defensor de bibliotecas e de seu papel essencial na sociedade de hoje. Lankes fala que “[...] as bibliotecas não podem escolher fazer a diferença. bibliotecários devem escolher fazer!”. Uau!

Em 2013, durante a Conferência Anual da ALA, em Chicago, foi divulgada a Declaração pelo Direito às Bibliotecas que afirma o direito à qualidade nas bibliotecas públicas. Declara que além de uma vasta gama de livros, computadores e outros recursos, os usuários da biblioteca beneficiam-se do ensino especializado e orientação provida por bibliotecários e funcionários da biblioteca para ajudar a expandir as suas mentes e abrir novos mundos.

Bibliotecas mudam vidas! Em 2015, a ALA lançou nos EUA a campanha “*Libraries Transforms*”, que tem como foco a mudança de paradigma de “o que a biblioteca tem” para o de “o que a biblioteca faz” para as pessoas. A transformação das bibliotecas é essencial, afirma a ALA. Por que a transformação é essencial para as comunidades que servimos.

Com relação ao fazer bibliotecário como mediador (a linha do trabalho que a autora exerce), mediadores da informação de Breivik e Gee (1989) enxergam e propõem que as bibliotecas são vistas como modelo de ambiente informacional e como espaço de aprendizagem. Os bibliotecários são educadores, ativamente envolvidos com processos de ensino aprendizagem. Segue-se uma das tendências das bibliotecas contemporâneas, que é a ação instrucional, estudada atualmente em torno do tópico de pesquisa “competência em informação” (*information literacy*) (ZURKOWSKI, 1974), que é entendido como:

[...] um conjunto de habilidades para localizar, manipular, avaliar e usar a informação, eficiente e eticamente, em variados campos. A pessoa competente em informação (*information literate*) é aquela apta a desempenhar suas atividades na nova sociedade (PINTO; CÓRDÓN; DIAZ, 2010). Neste estudo, emprega-se a dicção “competências em informação” (no plural) como tradução de *information literacy* (no singular), entendendo-se que não seria apenas uma, mas um conjunto de habilidades informacionais inerentes à extensão proposta por Zurkowski (1974) (SERAFIM; FREIRE, 2012, p. 157).

A urgência por ações de responsabilidade social une acadêmicos e profissionais em torno de boas práticas que visem ao bem-estar social. E diante do cenário atual, de crise econômica e de desemprego elevado no País, destaca-se a necessidade das pessoas que procuram trabalho, fato que tem impactado e desafiado os serviços de informação de instituições que auxiliam a inserir (ou reinserir) os trabalhadores no mercado de trabalho. Esta é a

realidade vivenciada na biblioteca do IDT, localizada na Unidade de Atendimento do Centro. Conforme os dados exibidos no quadro abaixo da última pesquisa bianual interna de satisfação do IDT, de 2014, o perfil de trabalhadores e trabalhadoras atendidos(as) nessa unidade prevalece, quanto à faixa etária, o de jovens (até 24 anos), seguidos pelos de 30 a 39 anos, com relação à escolaridade, predomina o ensino médio.

Quadro 1: Público da Unidade de Atendimento do Sine/IDTCentro.

Idade	Escolaridade
Até 24 anos - 39,8%	Ensino Superior Completo - 12%
25 a 29 anos - 20,3 %	Ensino Médio - 70,4 %
30 a 39 anos - 28,3 %	Ensino Fundamental - 11,6%
40 anos ou mais - 11,6%	Analfabeto ou Alfabetizado - 6%

Fonte: Dados da pesquisa interna de satisfação do IDT – 2014.

Com o foco em “o que a biblioteca faz” para as pessoas e tendo por base a missão do IDT, que é “[...] viabilizar soluções para o desenvolvimento complementar e/ou, transversal da educação formal, profissionalizante e tecnológica, do trabalho e do empreendedorismo, visando à inclusão social”, a fim de estimular maior interação entre o instituto e o seu público, a biblioteca inova nos serviços de informação e, concomitante a sua inauguração, em julho de 2015, atua com a execução do projeto piloto Estação Conhecimento. A Estação Conhecimento centra-se num modelo de “biblioteca como sala de aula” (MACKEY; JACOBSON, 2005 *apud* MASSIS, 2011), que ressalta a função educacional dos bibliotecários. Comumente conhecida como “[...] treinamento de usuários, instrução de usuários, instrução bibliográfica, educação de usuários e desenvolvimento de habilidades informacionais”, mas este é um tópico a ser explorado nos próximos momentos.

Da disposição e acesso aos livros nas estantes às atividades educativas e culturais alinhadas ao ambiente agradável, bom atendimento e ao diferencial inovativo da Estação Conhecimento são fatores decisivos que contribuem para atrair, bem como ampliar o público da biblioteca do IDT. Os números falam por si. O público praticamente dobrou do segundo semestre de 2015 ao primeiro de 2016. De julho a dezembro de 2015 foram 3.100 trabalhadores

beneficiados, já de janeiro a julho de 2016, foram quase 6 mil. A biblioteca do IDT, com seu modesto espaço de 62,06 m², em um ano de atividade, beneficiou mais de nove mil trabalhadores em busca de emprego. No último mês de agosto de 2016 teve um público recorde de 1.200 usuários. Mas afinal, o que está por trás desses números? A sutil diferença que faz a oferta de novos serviços em uma biblioteca.

No primeiro semestre do Ano de 2015, anterior à volta das atividades da biblioteca do IDT, o diretor da Intermediação de Mão de Obra, Antenor Tenório, trouxe a ideia da Estação Conhecimento. Colocada no papel e amadurecida com a Coordenação de Educação Profissional, coordenada por João Nogueira, e com a ajuda da pedagoga do IDT, Euzeliz Nascimento, transformou-se em projeto. Foi apresentado e aprovado pela Diretoria e, de pronto, os colaboradores “compraram” a ideia. Em julho de 2015, iniciou-se a execução do projeto.

A Estação Conhecimento é um equipamento social projetado para proporcionar ao trabalhador a oportunidade de participar de atividades culturais e educativas, ao tempo de espera por atendimento. Constituída no espaço das dependências da biblioteca, denominado de sala de multimeio, são desenvolvidas palestras informativas que orientam o profissional em função de seu sucesso no mundo do trabalho. As palestras são gratuitas, planejadas e ministradas por uma equipe multidisciplinar composta por uma pedagoga, uma bibliotecária, uma psicóloga, estagiários, analistas do mercado de trabalho do IDT e outros profissionais de instituições parceiras, ocorrendo diariamente. Até o momento são treze palestras com temas divididos em cinco blocos que abordam o processo seletivo de emprego, apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 2: Blocos das palestras sobre processo seletivo de emprego.

Bloco I. Palestras de Orientação para o Trabalho

Mercado de Trabalho e Processo seletivo

- Tema 1: As oportunidades no mercado de trabalho do Ceará
- Tema 2: Essa vaga pode ser minha!
- Tema 3: Meu currículo é atraente?
- Tema 4: Fui chamado para uma entrevista de emprego. E agora?

Perfil Profissional e Imagem Pessoal

- Tema 5: Minha imagem está sendo adequada para o mundo do trabalho?

- Tema 6: Como estou desenvolvendo minha carreira profissional?

Bloco II. Palestras de Orientação Profissional

Diferencial Competitivo no Mercado de Trabalho

- Tema 7: Não consigo ser aprovado na seleção.
- Tema 8: O profissional que o mercado precisa.

Bloco III. Palestras Acessibilidade de Pessoas com Deficiência

- Tema 9: Refletindo sobre os direitos e deveres da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Bloco IV. Direitos e Deveres do Trabalhador

- Tema 10: Direitos e deveres do trabalho – PIS.
- Tema 11: Previdência Social: direitos básicos do trabalhador.
- Tema 12: Requisitos para habilitação no seguro-desemprego.

Bloco V. Incentivo à Leitura

- Tema 13: Ler: perder tempo ou ganhar conhecimento?

Fonte: Projeto Estação Conhecimento – 2015.

2 BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE OPORTUNIDADES

Muito mais do que palestras informativas, estas atividades impactam diretamente na vida (pessoal e profissional) de outras pessoas e concretizam na prática a ideia de que a informação com valor estratégico pode mudar vidas. Além disso, estas ações ganham maior evidência por serem alternativas eficazes, em um intervalo de tempo e período menor para o aprimoramento profissional e, portanto, com resultado mais imediato. A presteza desse serviço fez surgir o efeito da propaganda “boca a boca”, atraindo pessoas diversas à biblioteca para participar exclusivamente das palestras, bem como uma demanda inusitada: a solicitação de palestras pelas empresas, fato que causa satisfação. Mas, que maravilha! Sinal de que se está no caminho certo e que a ideia do projeto foi aprovada pelo público.

Em um ano de atividade, de julho de 2015 a julho de 2016, a Estação Conhecimento ofertou 213 palestras e qualificou 3.100 trabalhadores. Assim como o público da biblioteca, o da Estação dobrou, do segundo semestre de 2015 para o primeiro semestre de 2016, passou de mil para aproximadamente 2 mil. Experiência pioneira no Ceará, a Estação Conhecimento foi destaque na matéria

“Qualificação é essencial para conseguir uma vaga de trabalho”, que foi ao ar, em 27 de julho 2015, no Jornal Hoje – Sala de Emprego, da TV Globo. Em janeiro de 2016, durante a cerimônia de entrega dos certificados aos palestrantes, o projeto foi reconhecido pelo atual secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará, Josbertini Clementino, como a ação inovadora e de destaque do Ano de 2015 do IDT.

É gratificante constatar que o serviço de promoção de atividades diárias da Estação Conhecimento tem promovido a atuação da biblioteca para além de uma concepção tradicional vinculada apenas aos livros.

A experiência da autora com a Estação Conhecimento na biblioteca do IDT se concretiza por meio da palestra “Ler: perder tempo ou ganhar conhecimento?”. É uma atividade diferencial de apoio ao trabalhador no incentivo à leitura que ganha maior evidência, pois, através dela, promove-se o uso eficiente e crítico de informações (informação empodera as pessoas), percorrendo os caminhos da Biblioteconomia Social pelo viés do desenvolvimento da consciência crítica. Nos Anos 1930, nos Estados Unidos, foram identificados os primeiros movimentos sociais biblioteconômicos denominados: Biblioteconomia progressiva; Biblioteconomia ativista; Biblioteconomia radical; Biblioteconomia crítica e Biblioteconomia socialmente responsável (SAMEK, 2004).

Na fase inicial, Samek (2004) explica que a ideia de responsabilidade social esteve relacionada à defesa da liberdade intelectual dos usuários das bibliotecas com o desejo de proporcionar às pessoas: a) o direito de procurar e receber informação de todos os pontos de vista sem restrição; b) livre acesso a todas as expressões de ideias com alguma questão ou todos os lados dela, causa ou movimento explorado e c) o direito de ter, obter e disseminar ideias (SAMEK, 2004). A visão de liberdade no movimento bibliotecário era influenciada, de certo modo, pelos ideais positivistas de luta pelo fim do obscurantismo vivenciado pelas ciências empíricas no período medieval.

Desde 1998, a Unesco considerou a necessidade de “reforçar a cooperação com o mundo do trabalho e a análise e a previsão de necessidades da sociedade”. Em consequência, Moraes (2014)

propõe que os projetos educativos devem centrar-se na concepção de ambientes pedagógicos e didáticos que “[...] favoreçam experiências de aprendizagem de maneira que os futuros profissionais adquiram competências que lhes permitam integrar-se, com êxito, no mercado de trabalho” (MORAES, 2014). Diante do cenário exposto, observam-se as tendências atuais em bibliotecas públicas que evidenciam espaços que expandem a definição tradicional do que é uma biblioteca e qual é o seu papel em educar e dar apoio a sua comunidade. Nessa perspectiva, busca-se desenvolver a biblioteca do IDT como um centro de aprendizagem.

No Webinar Tecnologia móvel de Regina Fazioli, a seguinte citação chama atenção “Hoje, as bibliotecas [...] São espaços criativos, não só para os indivíduos, mas também para comunidades. Elas são incubadoras e centros de aprendizagem”. No que concerne aos centros de aprendizagem, Lankes (2014) afirma que, “[...] para as bibliotecas, este argumento se baseia na famosa crença de que o melhor aprendizado acontece em ambientes ricos de informação”. Como bibliotecária protagoniza-se a função educacional e de mediadora da informação. A mediação da informação, segundo Almeida Júnior (2009), abarca todo o fazer do profissional da informação - desde o armazenamento até a disseminação. Atua-se em um espaço promissor como mediadora, no campo da *Information Literacy*, ou Competência Informacional (termo que tem sido traduzido na literatura brasileira).

3 A EFETIVIDADE DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

A palestra “Ler: perder tempo ou ganhar conhecimento?” tem duração de sessenta minutos e é dividida em quatro etapas, são elas:

- a) Primeira Etapa: A Teoria: apresenta os tipos de leitura (formativa, informativa e entretenimento)
- b) Segunda Etapa: Breve discussão sobre a importância da leitura na vida (pessoal e profissional).
- c) Terceira Etapa: A prática: atividade com a participação de todos. Descrição da atividade: primeiro passo: expor de uma imagem com dez frases relacionadas à importância

da leitura; segundo passo: sortear números de 1 a 10; terceiro passo: solicitar a cada participante que leia a frase exposta na imagem referente ao número que tirou no sorteio em ordem numérica crescente e, logo após explicar, o que entendeu sobre a frase. Esse passo é fundamental, pois possibilita ao participante constatar que o ato de ler, como aborda Barros (2016), vai além de traduzir sílabas ou palavras (signos linguísticos), em sons isoladamente (a decodificação, na verdade, vai além da própria compreensão do que foi lido). Essa prática de leitura propicia competências necessárias para hoje e amanhã.

- d) Quarta Etapa: O convite: primeira fase: solicitar a cada participante que levante da cadeira, percorra diante das estantes da biblioteca e escolha um livro conforme o seu gosto de leitura; segunda fase e, para finalizar a palestra, faz-se o convite à leitura da obra escolhida na biblioteca.

As duas últimas etapas (terceira e quarta) representam a prática no campo da competência informacional que, como competência funcional, capacita os indivíduos para o acesso, a seleção, a gestão e a avaliação da informação essencial à vida profissional, social ou pessoal, habilidades necessárias para a inclusão social dos cidadãos contemporâneos. Ações como a palestra “Ler: perder tempo ou ganhar conhecimento?” são, portanto, um modo eficiente para exercer a nossa responsabilidade social nas sociedades centradas em informação e conhecimento. Os competentes em informação serão “[...] cidadãos politicamente iluminados” (HABERMAS, 1973, p.255), aptos a agir em diferentes processos decisórios.

Em um ano de Estação Conhecimento, foram ministradas sete palestras para um total de setenta participantes. Durante estas atividades, preocupou-se em observar o *feedback* do público, tendo em vista que os indicadores de impacto social (percebidos a longo prazo) não são mais que somente dados quantitativos, mas qual o impacto que o usuário tem ao participar da palestra e utilizar o acervo da biblioteca.

Durante esse período, o retorno dos participantes tem sido positivo. Alguns aceitam o convite e aproveitam o tempo de espera por atendimento na biblioteca e outros voltam e leem os livros escolhidos durante as palestras. Existem também os que se tornam frequentadores da biblioteca, como é o caso do senhor Paulo Cesar Cavalcante (53 anos), que já trabalhou como gestor de hospital e hoje em dia é cuidador de idoso. Desde abril de 2016, ele tem sido frequentador assíduo da biblioteca do IDT, como também utiliza o ambiente para estudos, pesquisas e leituras, tendo já participado de todas as palestras da Estação Conhecimento e feito a Oficina de Orientação para o Trabalho (OOT) e o curso de informática básica ofertados pelo IDT.

“A partir da porta aberta da biblioteca, descobri que é importante que você não fique no IDT sem fazer nada, só aguardando para ser atendido. Com a quantidade de livros que há na biblioteca você pode adquirir mais conhecimentos, buscar melhores informações e se sentir bem acomodado. Agradeço a bibliotecária Ana Wanessa e o estagiário Lucas Valente pelo atendimento, abordagem de boas informações e incentivo a permanecer o máximo de tempo possível na biblioteca”, relatou Paulo César que repassou a mensagem “[...] as pessoas podem até esquecer sua face, mas jamais esquecerão suas atitudes”. De julho de 2015 a julho de 2016, a biblioteca do IDT com a Estação Conhecimento beneficiou doze mil trabalhadores em busca de emprego.

Não trabalho por trabalhar, mas por satisfação pessoal e a certeza de ser útil à sociedade. Na biblioteca do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, tenho uma rotina que não é monótona, promovo ações que fazem a diferença na vida (pessoal e profissional) de trabalhadores à procura por emprego. Acredito que a habilidade do bibliotecário em (in)formar e lidar com a dinâmica da vida não deve deixá-lo esquecer que o mais importante é o “entregar”, “fazer acontecer”.

No governo em que o povo exerce a soberania (democracia), as bibliotecas, principalmente as públicas e comunitárias, são alicerces para a construção de uma nação de cidadãos informados e proativos. A qualificação de competentes informacionais para o

emprego conduz à emancipação, ao desenvolvimento de uma consciência crítica e ao iluminamento das pessoas, tal como ocorre no projeto Estação Conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BARROS, M. G. **As habilidades de leitura**: muito além de uma simples decodificação. [s.n.t.]. 10p. Disponível em: <<http://www.profala.com/arteduceps84.htm>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BREIVIK, P. S.; GEE, E. G. **Information literacy**: Revolution in the library. New York: Collier Macmillan, 1989.

HABERMAS, J. Dogmatism, reason, and decision: Theory and praxis in our scientific civilization. In: _____. **Teoria e prática**. Boston: Beacon Press, 1973.

LANKES, R. D. O argumento para melhores bibliotecas: aumentar o impacto. In: LANKES, R. D. **Expect More**: melhores bibliotecas para este mundo moderno. 2014. Disponível em: <http://davidlankes.org/?page_id=8346>. Acesso em: 30 set. 2016.

LIBRARIES TRANSFORMS. 2015. Disponível em: <<http://www.ilovelibraries.org/librariestransform/>>. Acesso em: 19 set. 2016.

MASSIS, B. E. Information literacy instruction in the library: Now more than ever. **New Library World**, v.112, n.5/6, p.274-277, 2011.

MORAES, M. B. de; ALMEIDA, M. A. de. Mediação, cultura e tecnologia: questões para a formação nas Ciências da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/ANCIB, 2014. p.2966-2984.

QUALIFICAÇÃO é essencial para conseguir uma vaga de trabalho. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/07/qualificacao-e-essencial-para-conseguir-uma-vaga-de-trabalho.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SAMEK, T. Internet and intention: An infrastructure for progressive librarianship. **International Journal of Information Ethics**, v.2, n.11, p.1-18, 2004. Disponível em: <http://www.i-r-i-e.net/inhalt/002/ijie_002_23_samek.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SERAFIM, L. A.; FREIRE, G. H. de A. Ação de responsabilidade social para competências em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.17, n.3, p.155-173, jul./set. 2012. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1542/1058>>. Acesso em: 20 set. 2017.

TENDÊNCIAS EMERGENTES EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS. 2016. Disponível em: <<http://tci.fernandop.info/tendencias-em-bibliotecas-publicas/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

ZURKOWSKI, P. G. **The information service environment relationships and priorities**: Related paper nº 5. Washington: National Commission on Libraries and Information Science, 1974.

CAPÍTULO 11

DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Nathália Lima Romeiro
Daniela Spudeit

1 INTRODUÇÃO

Com a chegada do capitalismo houve mudanças no comportamento das pessoas configurando uma nova forma de vida, alterando também a circulação de mercadorias e moedas em todo o mundo (PAULA, 2002). Sob o viés econômico, cada vez mais se buscou maneiras de acelerar o processo de produção e comercialização. Com isto, os avanços tecnológicos, após as grandes guerras mundiais, modificaram a sociedade sob diversas perspectivas, sobretudo no que tange à inovação dos meios de comunicação que envolvem o fluxo informacional. Desde então, o tempo se tornou valioso para essa nova sociedade, assim como a circulação de informações transmitidas pelas empresas, bem como a salvaguarda e uso das informações passaram a ser preocupações cada vez mais constantes (DURIGAN; MORENO, 2013).

De acordo com Hobsbawm (1995), o período de Guerra Fria contribuiu para a criação e o aperfeiçoamento de diversas tecnologias de informação e comunicação, dentre elas: cinema, rádio, televisão e internet, bem como computadores, celulares entre outros aparelhos além da grande explosão informacional com a elevada produção documental nesta época modificando o *habitus* da sociedade. Surge assim, a chamada “sociedade de informação” que, de acordo com Assman (2000, p.8),

[...] é a sociedade que está atualmente a constituir-se, na qual são amplamente utilizadas tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação de baixo custo. Esta generalização da utilização da informação e dos dados é acompanhada por

inovações organizacionais, comerciais, sociais e jurídicas que alterarão profundamente o modo de vida tanto no mundo do trabalho como na sociedade em geral.

Estas transformações envolveram diversas esferas para desenvolvimento da sociedade. Destacam-se para esta investigação as mudanças ocorridas no âmbito educacional, pois a pesquisa e o desenvolvimento científico proporcionam produtos e serviços singulares para as empresas e organizações em geral. Para que isto ocorra, é necessário qualificar as pessoas, sobretudo, quanto à pesquisa e o uso da informação. Ao falar em capacitação, não se busca apenas o desenvolvimento de habilidades para suprir uma demanda profissional, pois acredita-se que a educação deve ser abordada para proporcionar uma aprendizagem constante para promover o desenvolvimento humano.

Neste bojo, Delors *et al.* (1999, p.82) salienta que “Ela [a Educação] deve, de fato, fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades”. Com base nesta perspectiva, pode-se dizer que a educação começa junto ao desenvolvimento cognitivo do indivíduo, ou seja, é necessário construir o conhecimento com o indivíduo desde o início de sua formação, na educação básica. Desde as primeiras décadas do Século XX, foram desenvolvidas metodologias educacionais a fim de modificar o cenário da educação tradicional (mecanizada), bastante discutida nos escritos de Freire (2014) como “educação bancária”, caracterizada como o depósito de informações sem a realização de uma análise crítica (por docentes e discentes) dos conteúdos curriculares.

Essas metodologias visam a educação significativa defendidas por Dewey, Piaget, Vygotsky, Paulo Freire, Anízio Teixeira e Darcy Ribeiro, que trouxeram novas perspectivas para a relação ensino-aprendizagem, tornando a educação antes tradicional e individualista, agora permanente e social. Entretanto, em regiões periféricas e afastadas das grandes cidades ainda predomina a metodologia tradicional, conforme explica Gadotti (2000).

O trabalho de Jacques Delors e sua equipe que apresenta os

conceitos de fundamentos da educação, baseados no Relatório para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. De acordo com o documento, foram propostos quatro pilares da educação que podem suprir as necessidades globais de educação e diminuir as fronteiras que separam a disparidade de qualidade entre países desenvolvidos dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Delors *et al.* (1999) explicam os quatro pilares que compreendem: **aprender a conhecer** (pretende que cada um aprenda a compreender o mundo que o rodeia); **aprender a fazer** (indissociável do aprender a conhecer e se relaciona ao conjunto de habilidades requeridas); **aprender a viver juntos/aprender a viver com os outros** (aborda o conviver e interagir pacificamente com os demais); e **aprender a ser** (onde a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa).

Embora os quatro pilares sejam diretrizes e uma esperança para uma educação ideal, atualmente apenas o **aprender a conhecer** e, por vezes, o **aprender a fazer** são empregados nas instituições de ensino. Ainda se caminha a passos lentos a vista da educação ideal para o futuro. Diante disto, será adotada a expressão aprender a aprender como a que melhor representa a necessidade de desenvolvimento e autonomia educativa da pessoa. Para aprender a aprender é preciso que se desenvolvam competências para a promoção do aprendizado libertário, para isto, elenca-se o papel do licenciado em Biblioteconomia como o profissional da educação mais indicado para atuar nesse cenário junto aos professores e bibliotecários nas instituições de ensino e em projetos que tenham como objetivo proporcionar aos alunos a autonomia na pesquisa buscando o aprender a aprender.

Nesse propósito, apresenta-se o desenvolvimento de competência em informação como metodologia para proporcionar o aprendizado contínuo. Campello (2003) explica que a competência em informação é um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que visam despertar o interesse pela pesquisa bem como a autonomia para desenvolvê-la ao longo da vida. A partir do contexto apresentado, a pesquisa discorre sobre um estudo de caso desenvolvido na comunidade quilombola de Santana, realizado

durante os Anos de 2011 a 2013 junto ao Programa Etnoconhecimento para um Etno-reconhecimento (PROETNO), pertencente ao Núcleo Intra-transdisciplinar de Educação, Saúde, Sexualidade e Cultura (NIESC) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

O projeto de extensão PROETNO foi coordenado pela professora doutora Maria Amélia Reis, que estruturou o programa com objetivo de superar as lógicas que evidenciam para a ideia de um saber único (educação tradicional) que desconsideram as diferenças culturais, para isto, assumiu como objetivos específicos:

- a) a busca de caminhos para a melhoria da educação a partir da ideia de um museu educativo; b) a valorização da ideologia intercultural e a afirmação de uma identidade pluricultural; c) a organização de uma rede de saberes em que se incluem as dimensões do socioculturais e étnicas do conhecimento (saber), do modo de fazer (competências), do modo de ser e estar com os outros (representações sociais, atitudes e valores); d) a efetivação da educação intercultural visando o compromisso democrático e emancipatório da sociedade na superação dos altos graus de preconceitos, intolerâncias e violências contra os diferentes (REIS, 2011, p.6).

A comunidade Quilombola de Santana reside no município de Quatis-RJ desde início do Século XIX quando recebeu suas terras como herança de Dona Maria Isabel Marques Ribeiro, dona da fazenda Retiro – onde atualmente está situada a comunidade. A localização geográfica é afastada do centro urbano de Quatis, o que faz com que o acesso ao centro urbano, o uso de internet, ou o acesso a qualquer outra fonte de informação seja limitado. A comunidade sobrevive basicamente do que retira da terra. A maioria das famílias recebe algum subsídio do governo e grande parte dos moradores tem baixa escolaridade – muitos adultos apenas sabem assinar o próprio nome. Esses fatos limitaram o conhecimento a respeito dos direitos dos quilombolas enquanto cidadãos (ROMEIRO, 2012).

O interesse por esta pesquisa surgiu a partir da seguinte questão norteadora que se configura como o problema de pesquisa: Como ensinar a comunidade Quilombola de Santana a buscar as informações que lhe faltam a respeito de seus direitos enquanto comunidade tradicional considerando uma aprendizagem contínua? Com esta pesquisa, evidencia-se que a Biblioteconomia e a educação devem ser entendidas como áreas complementares na perspectiva da Competência em Informação.

2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E PRINCIPAIS CORRENTES

A competência em informação, conceitualmente, passou diversas mudanças e evoluções enquanto área de pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Vitorino e Piantola (2009) explicam que o termo foi traduzido de *information literacy* surgido nos Estados Unidos da América (EUA) na Década de 1970. Embora a competência em informação tenha começado a ser pesquisada no Brasil somente no início dos Anos 2000, o assunto já é discutido e trabalhado em outros países desde a Década de 1970. Dudziak (2003) explica que o termo está ligado ao conceito de sociedade da informação, uma vez que, após a segunda Guerra Mundial, no período conhecido como Guerra Fria, as necessidades informacionais, sobretudo para atender as demandas mercadológicas, representaram também uma importância social devido ao desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação.

Partindo de o pressuposto de competência em informação estar ligada ao termo sociedade da informação, quando pesquisada em bases de dados como a Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), por exemplo. É possível encontrar também os termos em inglês, espanhol e português: *Information Skills*, *information literate*, *information competence*, *life long learning*, *alfabetización informacional*, *alfabetización em información*, literacia em informação, letramento informacional e alfabetização informacional. Nos EUA, a *information literacy* foi utilizada pela

primeira vez pelo bibliotecário americano Paul G. Zurkowski com a missão de estabelecer as diretrizes para um programa nacional de preparação e acesso universal à informação, que seria concluído até 1984 (DUDZIAK, 2010). O projeto objetivava o desenvolvimento de habilidades de busca em bases de dados para a recuperação da informação.

A Década de 1980 é marcada pelo desenvolvimento do conceito sob o aspecto educativo. Patricia Breivik (1985) diz que a *Information Literacy* é a atividade mais importante a ser desenvolvida pelo bibliotecário para o usuário universitário, pois os discentes já não se satisfaziam mais apenas com os livros e textos acadêmicos e era preciso dar a eles condições de obter mais informações de uma forma melhor que o serviço existente na biblioteca para o atendimento ao usuário. Em 1987, na monografia de Carol Kuhlthau, pode-se ver também que o acesso amplo aos recursos informacionais são cruciais para o desenvolvimento estudantil, mais especificamente no ensino médio (DUDZIAK, 2003).

Nas Décadas de 1980, 1990 e nos Anos 2000 a pesquisa avança ultrapassando as discussões conceituais e diversas diretrizes e modelos de aplicação da *Information Literacy* são propostos. A maioria visa o desenvolvimento de habilidades informacionais durante a formação básica como, por exemplo: o *Information Search Process* (ISP), de Carol Kuhlthau em 1987; o *Big Six Skills*, de Eisenberg e Berkowitz em 1988; o *Research Cycle*, modelo de James Mackenzie feito em 1995 nos EUA; o modelo PLUS, de James E. Herring proposto em 1996 no Reino Unido; o modelo EXIT, de Wray e Lewis concebido em 1997 em Londres; Modelo de Gávilan em 1996 na Colômbia, entre outros.

No Brasil, a perspectiva da *Information Literacy*/Competência em Informação, começou tarde em relação às discussões que já ocorriam calorosamente no exterior. O termo passou a levantar interesse no universo biblioteconômico no País a partir do artigo “O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede”, publicado por Sônia Caregnato (2000), em que a autora traduziu como alfabetização informacional e aborda as

necessidades de se desenvolver habilidades informacionais para os usuários de bibliotecas interagirem no ambiente digital.

O conceito passa a permear pelo viés educativo no Brasil quando, em 2002, Bernadete Santos Campello publica um livro sobre o assunto e traduz o termo *Information literacy* para Competência Informacional com o intuito de trabalhá-lo em bibliotecas escolares, pois acreditava que o desenvolvimento de competências em informação seria a solução para as possíveis mudanças do papel das bibliotecas para a educação do Século XXI (CAMPELLO, 2002).

Apesar de muitas vezes representar uma perspectiva educacional, a competência em informação não está somente ligada ao contexto escolar, haja vista que Belluzzo (2005), problematiza que a falta de aplicação e desenvolvimento das competências em informação ocasionam em problemas sociais, pois acredita que a “desinformação” atinge o homem no que deve ser sua essência: a racionalidade. Para a autora, o desenvolvimento dessas competências tem caráter inclusivo no que tange o desenvolvimento tecnológico, pois está voltado “[...] para a formação de cidadãos capazes de integrarem-se à era digital” (BELLUZZO, 2005, p.31).

Em 2014, na ocasião da realização do “III Seminário de Competência em Informação: cenários e tendências”, com o tema central “Competência em Informação e Redes de Conhecimento Colaborativo”, na Cidade de Marília, estado de São Paulo, em continuidade aos esforços dos I e II Seminários que culminaram com as publicações oficiais da “Declaração de Maceió” e do “Manifesto de Florianópolis”, redigiu-se um documento chamado “A Carta de Marília” onde apresentaram constatações e diretrizes.

Os participantes reafirmam “[...] apoio incondicional à relevância da adoção da Competência em Informação²³ como área estratégica para o desenvolvimento social e humano e a melhoria da qualidade das organizações”. Dessa forma, acreditam que todos terão acesso à informação e poderão “compreender, utilizar e compartilhar a informação necessária para a construção do conhecimento e o alcance de cenários futuros envolvendo ações

governamentais, institucionais e da sociedade civil projetados para o período de 2016 a 2030” segundo a Carta de Marília (UNESP; UNB; IBICT, 2014). Ao discutir a competência em informação, é imprescindível apresentar o significado da palavra competência e a importância do seu significado para o termo em análise. De acordo com Ropé (1997, p.68), competência é o

[...] conjunto de conhecimentos, qualidades, capacidades e aptidões que habilitam para a discussão, a consulta, a decisão de tudo o que concerne o trabalho, a qual supõe conhecimentos fundamentados, acompanhados das qualidades e da capacidade que permitem executar as decisões.

A partir do conceito dos autores, pode-se dizer que por ventura a competência se torna um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que o indivíduo deve ter para realizar uma atividade, pois assume como principal característica ser inseparável da ação (VITORINO; PIANTOLA, 2009). Como visto no tópico anterior, a competência em informação, durante sua trajetória se desenvolveu de acordo com a demanda do cenário organizacional, educacional e político (DUDZIAK, 2003; BELLUZZO, 2005; VITORINO; PIANTOLA, 2009) desde o surgimento do conceito nos Estados Unidos. A pesquisa em Competência em Informação foi desenvolvida em três fases de acordo com Vitorino e Piantola (2009) e Siqueira e Siqueira (2012). São elas:

- 1) **Construção de uma base teórico conceitual:** ocorrida nas Décadas de 1970 e 1980 focando no desenvolvimento de habilidades informacionais para o uso de tecnologias e nos modelos e normas encontrados nos setores educacionais para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Caracterizada pela alta criticidade em relação à cientificidade do conceito e pela dificuldade de definir o conceito, haja vista as diversas abordagens epistemológicas defendidas;
- 2) **Fase experimental e exploratória:** contemplada na Década de 1990. O período aderiu como foco o desenvolvimento das pesquisas no âmbito educacional

voltado para a aplicação de modelos experimentais para o desenvolvimento da Competência em Informação, sobretudo nos estudos cognitivos e construtivistas. É nessa fase que a competência em informação começa a se espalhar por outros países além dos EUA e UK (Reino Unido);

- 3) **Desenvolvimento de uma consciência coletiva:** dos anos 2000 em diante. Fase em que a discussão do papel social da competência em informação é deflagrada, sobretudo pela expansão do conceito para outras áreas do conhecimento, revelando assim, sua interdisciplinaridade. Esta fase também abarca a visão democrática do conceito e a perspectiva de promover o gosto pelo aprendizado ao longo da vida a fim de construir uma sociedade livre e crítica no que tange o uso da informação.

Nessa perspectiva, Belluzzo (2011) organizou as seguintes competências para serem desenvolvidas.

- 1) **Definir a necessidade de informação:** é necessário compreender o contexto da informação que se necessita reconhecendo o objetivo da busca;
- 2) **Identificar e definir a informação necessária:** aborda o fato de a pessoa não saber exatamente a informação que necessita, por isso é necessário refletir e analisar o que se deseja antes de efetuar a busca;
- 3) **Saber buscar e encontrar a informação em diferentes fontes:** dada a complexidade da sociedade atual, é preciso conhecer as fontes de informação e saber utilizar as tecnologias de informação e comunicação em diversos formatos: documento impresso, eletrônico, pessoa (narrativas), organização, entre outros;
- 4) **Saber analisar, interpretar, avaliar e organizar a informação relevante:** é preciso selecionar as informações relevantes presentes em uma fonte de informação, baseado na compreensão das ideias contidas, após, é necessário reformular conceitos a

partir da perspectiva de quem estiver pesquisando. Também é necessário determinar se a informação adquirida é suficiente para satisfazer os objetivos da pesquisa;

- 5) **Saber utilizar a informação para a solução de problemas:** desenvolver estratégias de recuperação da informação a fim de solucionar os problemas referentes à busca em sistemas de informação, identificar palavras-chave, frases, sinônimos entre outros termos de recuperação da informação para a solução de problemas e então seleciona a informação apropriada para o desenvolvimento da pesquisa;
- 6) **Avaliar o impacto da informação, agir eticamente e respeitar os direitos autorais:** retrata a compreensão a respeito das questões legais, éticas e socioeconômicas que envolvem a informação, a comunicação e a tecnologia. Respeita a propriedade intelectual e não faz uso do plágio em suas comunicações. Também faz uso das tecnologias de informação e comunicação de maneira responsável;
- 7) **Sabe apresentar e comunicar a informação produzida:** utiliza apropriadamente a linguagem no discurso citando corretamente todas as referências consultadas, compreende as normas de documentação recomendadas para a área de pesquisa;
- 8) **Preserva a informação e arquiva para o futuro:** agrega valor à memória cultural compreendendo a importância de se reunir, organizar, preservar e compartilhar conhecimento e informação de forma responsável. Colabora com o desenvolvimento de produtos e serviços de informação mediante redes e uso das tecnologias de informação e comunicação.

Dois documentos relevantes para o desenvolvimento da competência em informação são os manifestos da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA): as “Diretrizes sobre o desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente”, traduzido por Belluzzo e o da

UNESCO *“Towards Information Literacy Indicators/Rumo aos indicadores de Competência em Informação”* (2008) (tradução nossa). O documento da IFLA foi elaborado com o intuito de ajudar “[...] aos profissionais da informação que trabalham em programas educativos de educação fundamental e educação superior em seus esforços para atender aos requisitos de habilidades em informação na atualidade” (LAU, 2008, p.1). Para isto, apoia uma estrutura conceitual, que pode ser utilizada independentemente da localização geográfica.

Antes de falar sobre as diretrizes, é necessário destacar a junção proposital dos conceitos de habilidades em informação e aprendizagem permanente como complementares para atender os objetivos de se estabelecer as diretrizes. Acredita-se que a junção dos termos propõe a perspectiva de ensinar o sujeito a aprender a aprender para atender a expectativa de aprendizado ao longo da vida que é uma das expectativas que a competência em informação deseja atender (IFLA, 2008). As diretrizes da IFLA são baseadas em três componentes básicos:

- 1) **Acesso:** o usuário acessa a informação de forma eficaz e eficiente. Isto engloba reconhecer as necessidades de informação, iniciar o processo de busca e localizar a informação, reconhecendo as fontes e elaborando estratégias de busca;
- 2) **Avaliação:** o usuário avalia a informação de maneira crítica e competente. Esta etapa contempla a avaliação da informação na qual extrai a informação, analisa sua relevância, seleciona e sintetiza a informação e a organiza de forma a elencar a melhor e mais útil para a pesquisa;
- 3) **Uso:** o usuário aplica/usa a informação de maneira precisa e criativa. Para isto aplica a informação recuperada apreendendo o conhecimento da pesquisa realizada, depois comunica o que foi aprendido de forma ética respeitando o uso legal da informação de forma que as informações obtidas sejam referenciadas em respeito à propriedade intelectual de outros.

Essas diretrizes foram desenvolvidas para valorizar o pensamento crítico em contextos educacionais – promovendo a educação contínua, e, comerciais – no ambiente de trabalho. O documento evidencia que é necessário considerar as especificidades geográficas ao elaborar programas de desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente ou o desenvolvimento de competências em informação. Pode-se dizer que engloba ambos os conceitos.

O manifesto da UNESCO (2008) apresenta as diretrizes que devem ser utilizadas para o desenvolvimento de competências em informação no ensino superior, entretanto, menciona que também podem ser usados em todos os domínios de desenvolvimento humano. São as diretrizes:

- 1) **Reconhecer a necessidade de informação:** a consciência de que a informação é necessária para resolver problemas no local de trabalho, para entender as necessidades cívicas, e prever a saúde e bem-estar da família e da comunidade deve ser despertada. Esta etapa é também o primeiro passo na diferenciação da recepção passiva da informação dada. Esta consciência da necessidade não é uma capacidade estática, mas que precisa ser aplicada a toda e qualquer situação em que surge. Dever surgir da necessidade de as pessoas escolherem ao invés de aceitar algum dado como informação;
- 2) **Localizar e avaliar a qualidade da informação:** as habilidades necessárias para localizar informações dependem do contexto em que uma pessoa aplicará as suas habilidades de busca. Em local de trabalho, a informação pode ser localizada nos manuais, em códigos publicados, ou em bancos de dados. Nestas circunstâncias, geralmente há alguma garantia da qualidade da fonte de informação. No entanto, as pessoas procuram cada vez mais informações utilizando motores de busca da internet muitas vezes onde não existe filtro na qualidade das informações localizadas. Educação e formação são necessárias para ajudar as

peessoas a adquirem as habilidades para não apenas localizar, mas também para avaliar as fontes de informação e, portanto, indicadores de competência em informação devem incluir esta habilidade;

- 3) **Armazenar e recuperar informações:** as pessoas sempre se preocupam com o armazenamento de informação e sua recuperação para uso posterior. Por isso, é importante desenvolver esta habilidade;
- 4) **Fazer uso eficaz e ético da informação:** a eficácia do uso da informação é suscetível de ser incluída no processo de resolução de problemas por meio do pensamento crítico. A consciência da dimensão ética da informação pode não ser bem documentada nos documentos já existentes sobre competência em informação;
- 5) **Comunicar conhecimento:** o objetivo da competência em informação é capacitar as pessoas para criar novas informações e, por isso, utiliza novos conhecimentos apreendidos, sintetiza-os e os comunica representando, dessa maneira, o produto de sua prática.

Nas diretrizes acima foi mencionado sobre a dimensão ética da competência em informação. Além desta dimensão existem outras três que refletem estas abordagens que são técnica, estética e política. Vitorino e Piantola (2011) enfatizam a importância de se desenvolver competências em informação baseada nestas quatro dimensões:

- 1) **Dimensão técnica:** pode ser entendida como uma habilidade para executar uma ação, pois consiste na resolução de um problema. A dimensão técnica refere-se a uma atividade objetiva revelada na ação cotidiana;
- 2) **Dimensão estética:** está relacionada ao estudo filosófico da competência em informação, por meio da arte, ordena a dimensão das percepções pessoais, pois acredita-se que é através da sensibilidade e criatividade demandadas da arte que o homem busca atingir harmonia para o bem viver;

- 3) **Dimensão ética:** esta dimensão está relacionada à noção de autonomia difundida pela competência em informação, pois acredita-se que o indivíduo ético decide por si mesmo e pondera suas ações para o bem coletivo. Aborda a capacidade de o indivíduo competente em informação assumir uma postura crítica valorizando o julgamento como princípio. Acredita-se que todas as outras dimensões contemplam um princípio ético;
- 4) **Dimensão política:** valoriza o exercício da cidadania, pois pretende desenvolver a participação dos indivíduos nas transformações da vida em sociedade, considera a participação pedagógica de transformar homens em cidadãos e que a informação deve ser consumida a partir de um contexto político.

Visando desenvolver a competência em informação com base nas diretrizes e dimensões enfatizadas anteriormente, é preciso criar políticas e programas que tenham objetivos, estratégias, ações e metodologias, a partir da realização de um diagnóstico.

3 OS QUILOMBOS E A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO BRASIL

Os quilombolas têm direitos específicos, haja vista a diversidade étnico-cultural que representam enquanto povo brasileiro. Esta atribuição é apresentada pela primeira vez na Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã (SILVA, 2008). Apesar da Constituição de 1988 reconhecer essas comunidades, a lei não define o que é quilombo, mas apenas estimula esse debate no campo das Ciências Humanas e Sociais, e isso proporciona que haja diversas interpretações de seu significado. Sabe-se que o termo se originou a partir dos primeiros focos de resistência a escravidão durante o período colonial. Essas comunidades, nesta época, eram classificadas como marginais, pois como não possuíam formas de subsistir, saqueavam comércios e algumas propriedades para se manterem e se defendiam do governo combativamente (LEITE, 2015).

A trajetória de marginalização continua, quando em 1850 a primeira lei de terras exclui os africanos e descendentes da categoria de brasileiros, situando-os em outra categoria, denominada “libertos” para os não escravizados (SILVA, 1996). Nesta perspectiva, os quilombolas não são considerados cidadãos assim como suas terras não são legalizadas. Em 1888, com a abolição da escravatura, os territórios quilombolas ganham novos membros e outras comunidades também são formadas, comunidades estas que não foram locais de refúgio no período de escravidão, mas são focos de resistência do povo negro (PEREIRA; MENDONÇA, 2014).

A discussão a respeito dos quilombos é retomada nos Anos 1930 quando alguns militantes do movimento negro defendem a ideia de reparação contra as injustiças vividas pelos afro-brasileiros durante o período de escravidão. Nesta perspectiva, passam a ser considerados quilombos as comunidades remanescentes dos focos de resistência, bem como as heranças de entre senhores e ex-escravos (LEITE, 2000). As pesquisas continuam quando Arruti (2006) retrata que, nos Anos 1970, havia estudos a respeito de comunidades rurais que possuíam a particularidade de ser negras. Já nos Anos 1980 essa questão se inverte evidenciando as comunidades negras que também eram camponesas.

O debate sobre os quilombos é retomado em 1988 quando o artigo 68 da Constituição Federal determina que “[...] aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos” (BRASIL, 1988). Este artigo, por não corresponder a autodenominação desses grupos, e tratar de uma identidade que ainda não era politicamente consolidada, não contemplam avanços a respeito dos direitos dos quilombolas, bem como a demarcação de seus territórios.

Atualmente, a legislação brasileira já adota o conceito de comunidade quilombola reconhecendo que a determinação da condição quilombola advém da auto identificação. Tal reconhecimento foi fruto de uma luta intensa de quilombolas e aliados que se opuseram a tentativa de tutela do Estado na emissão dos títulos dos territórios quilombolas. O auto reconhecimento foi garantido legalmente em novembro de 2003 pelo Decreto nº 4.887,

que regulamenta o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos que trata o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias (BRASIL, 2003)

Diversos autores apresentam definições sobre o conceito de quilombo. Então, para este estudo adota-se a definição de Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p.3) segundo o qual

[...] os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção.

No Brasil, as instituições responsáveis respectivamente pelo processo de certificação de comunidades quilombolas e de regularização fundiária são a Fundação Cultural Palmares (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2016) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), A certificação da FCP é uma das etapas do processo de titulação dos quilombos, assim como o laudo antropológico organizado pelo INCRA, e após essas etapas o território é demarcado e os demais ocupantes (que não forem) da terra são indenizados (PEREIRA; MENDONÇA, 2014).

De acordo com a FCP, mais de 1.500 quilombos são certificados pela instituição em todo o território nacional, e em torno de 2.474 processos de titulação foram abertos até fevereiro de 2015. O estado do Rio de Janeiro possui 32 certificados emitidos pela Fundação e nove comunidades movem processos para obter essa certificação (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2016).

Vários documentos como o Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnicorraciais (2006), as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002),

as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2011) e o Programa Brasil Quilombola (2004), evidenciam que para a implementação da educação quilombola devem ser considerados: o saber popular (da comunidade), a cultura local, a história da comunidade, a formação continuada, a organização político social, a formação continuada dos professores e a formação de professores quilombolas para que o processo de construção e afirmação da identidade quilombola seja passado geração após geração (SILVA, 2012).

Para atender as demandas estabelecidas na CONAE de 2010, é preciso que municípios, estados e governo federal trabalhem em conjunto, elaborando projetos que atendam às necessidades da comunidade em parceria com as associações de moradores das mesmas. Atender as especificidades para uma educação quilombola é uma tarefa árdua e deve assumir uma perspectiva militante, uma vez que os quilombos representam uma minoria social.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA DAS ATIVIDADES PROMOVIDAS NA COMUNIDADE QUILOMBO DE SANTANA VISANDO A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

A comunidade remanescente quilombola de Santana fica localizada no sul do estado do Rio de Janeiro, na cidade de Quatis, na região conhecida como médio Paraíba, a aproximadamente 145 km da capital. Originalmente, no final do Século XIX as terras da fazenda Retiro (hoje em dia Quilombo de Santana) pertenciam ao comendador Manoel Marques Ribeiro e foi herdada por sua filha, Maria Izabel, que se casou com um dos filhos do Barão de Cajuru, João Pedro, ambos membros da alta sociedade cafeeira dos Séculos XVIII e XIX (ROMEIRO, 2012).

Antes de sua morte, Maria Izabel (1903), viúva e sem herdeiros, doou parte dessas terras a ex-escravos que trabalhavam para sua família. A comunidade recebeu as terras de sua antiga senhora (como narrado pelos atuais moradores), mas parte da população local jamais admitiu que a quantidade de terra pertencente à comunidade quilombola de Santana fosse a que Dona Maria Izabel deixou, questionando a legitimidade da doação.

Entretanto, a comunidade de Santana é considerada uma comunidade quilombola, pois se enquadra no modelo definindo por Schmitt, Turatti e Carvalho (2002).

Mesmo não sendo área de ex-refugiados do sistema escravocrata, os quilombolas de Santana têm o direito de permanecer na terra, já que foi assegurado que doações/heranças ou a simples permanência nas terras por grupo de negros seja caracterizado como quilombo. O quilombo de Santana foi titulado pela Fundação Cultural Palmares no Ano 2000. Entretanto, a comunidade ainda hoje luta com o poder público para conseguir a demarcação de suas terras e expropriação dos posseiros que discordam da legitimidade da propriedade quilombola (PEREIRA; MENDONÇA, 2014).

A Comunidade Quilombola é predominantemente adulta, vivendo basicamente da subsistência com parte dos recursos proveniente do próprio local em que moram. Tem baixa escolaridade e embora possuam água encanada não há sistema de esgoto, o que faz com que os dejetos sejam lançados em fossas ou diretamente no rio que abastece a região. Até 2011, a escola só possuía o primeiro segmento do ensino fundamental. Diante disto, a maioria da população não possui o ensino fundamental completo. A renda média por família é de 500 reais e 80% recebe algum subsídio do governo (bolsa família, fome zero) (SOUZA *et al.*, 2013).

A escola da comunidade foi construída no Ano de 1988 por iniciativa da Igreja Católica – Diocese de Barra Mansa, através de um projeto em parceria com a prefeitura. Levantada sob as ruínas da antiga senzala, uma pequena escola com três salas de aula, uma cozinha e um pátio, inicia a alfabetização de 23 alunos. Atualmente a estrutura da escola permanece a mesma, apesar de a escola agora comportar turmas da educação infantil ao nono ano, com um total de 36 alunos (NASCIMENTO *et al.*, 2013).

Por ser a estrutura da escola precária, as turmas são organizadas por classes multisseriadas que, conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), compreende-se aquelas que “[...] têm alunos de diferentes séries e níveis em uma mesma sala de aula, independente do número de professores responsável pela classe” (BRASIL, 2007, p.25). O Núcleo

Intra-Transdisciplinar de Educação, Saúde, Sexualidade e Cultura tornou-se parceiro de trabalho da Escola Municipal de Santana no Ano de 2011, durante uma visita a comunidade. Desde então, o grupo, junto à direção e aos professores vem trabalhando no desenvolvimento de projetos para melhorar a qualidade do ensino e adequá-lo à educação do campo já que o artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL,1996) determina que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Até a parceria com o grupo, a escola não se enquadrava totalmente as características da educação no campo, possuía apenas as classes multisseriadas. Sob coordenação da professora Maria Amélia Reis, coordenadora do NIESC, foram desenvolvidos projetos junto a escola para que a mesma se enquadrasse não só no modelo de educação do campo como também buscasse a educação quilombola que deve ter como referência valores sociais, culturais, históricos e econômicos dessas comunidades, tornando a escola um espaço educativo que efetive o diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local, valorizando o desenvolvimento sustentável, o trabalho, a cultura, a luta pelo direito à terra e ao território (CNE, 2011). Todos os projetos realizados foram pautados nas diretrizes mencionadas acima. Foram eles:

- 1) Projeto Jongo/discente Thiago Coqueiro (Pedagogia): com o objetivo de resgatar a dança tradicional, foi criado o projeto que visava envolver toda a comunidade escolar na rememoração da história do jongo e da significação da

dança para a comunidade enquanto um elemento de identidade cultural;

- 2) Projeto Horta Comunitária / discente Clara Vignoli (Biologia): o projeto da horta foi implementado junto aos professores e alunos da escola, visava a implementação de uma horta utilizando técnicas da agroecologia em prol da sustentabilidade e sem custo financeiro;
- 3) Projeto de Competência em Informação / discente Nathália Romeiro (Licenciatura em Biblioteconomia): o projeto foi realizado junto aos professores da escola e os alunos. Compreendeu duas etapas: competência em informação com os professores para apresentação de fontes de informação a respeito dos quilombos e educação quilombola e um projeto de Competência em Informação com os alunos do ensino fundamental que será apresentado com mais detalhes a seguir.

Após a parceria com a escola, foram traçadas algumas estratégias junto à direção para a implementação de uma educação quilombola. Entretanto, antes de iniciar um programa junto aos alunos, foi necessário familiarizar o corpo docente da instituição a respeito deste novo modelo curricular. Para isto, os bolsistas do NIESC e a professora Maria Amélia Reis montaram um seminário para a exploração e estudo da temática, abarcando como conteúdo programático: a história dos quilombos no Brasil, a história da comunidade Quilombola de Santana, a legislação que envolve o processo de titulação das terras, oficina de agroecologia e oficina de competência em informação sobre educação quilombola e cultura negra.

- Oficina de Competência em informação

A oficina de competência em informação foi realizada em parceria com o discente Marco Aurélio Alencar (atualmente, bacharel em Biblioteconomia). O objetivo da oficina era apresentar fontes de informação no ambiente digital para auxiliar os professores na montagem de um novo plano de disciplina adequado ao projeto político-pedagógico que agora assumiria a educação quilombola.

A realização da oficina foi relevante por indicar as fontes de informações que eram desconhecidas pelos professores para aprimorar o fazer docente, tendo a duração de duas horas e alcançando um resultado bastante positivo. Segundo relatos da diretora, nas semanas que sucederam a oficina, os professores planejaram diversas atividades utilizando as fontes citadas aliadas ao conteúdo programático das disciplinas. Como a data em que o curso foi realizado foi próximo ao dia da consciência negra (20/11), foram trabalhados textos sobre Zumbi dos Palmares na aula de língua portuguesa, história e geografia, no qual os professores trabalharam em conjunto nas turmas que compreende as séries de quarto e quinto ano. Os textos foram discutidos e problematizados, reforçando a importância de afirmar a identidade quilombola. Nas turmas do segundo seguimento, os conteúdos foram trabalhados em forma de debate e os alunos representaram uma peça de teatro junto ao professor de artes.

- O projeto de Competência em Informação com os alunos

Para a elaboração do projeto de competência em informação foi realizada a atividade de observação da prática docente e a observação da rotina escolar em todas as turmas. Foi verificado que os conteúdos, em sua maioria, eram trabalhados apenas por aula expositiva, reflexos da educação tradicional comum ao Município de Quatis (segundo os professores). Como a estrutura da escola era precária, os professores não dispunham de recursos áudio visuais nem internet para trabalhar outras estratégias de ensino.

O professor restringia seu espaço à sala de aula. Um dos motivos alegados é que a escola não possui biblioteca nem sala de leitura, os livros enviados pelo Ministério da Educação ficam nas salas de aula e nenhum deles aborda a temática negra e/ou quilombola. Entretanto, um aspecto positivo na rotina desta escola é que a mesma não adota apostilas ou livros didáticos. Sendo assim, o professor tem autonomia para escolher a fonte de informação adequada ao plano de aula e plano de disciplina.

Após a realização da oficina de competência em informação, mesmo com alguns conteúdos indicados e com alguns resultados, a necessidade de aplicar um projeto com os discentes ainda era eminente, pois “[...] o processo de aprendizagem é essencial para a formação da cidadania emancipatória, a qual se vincula ao acesso à educação de qualidade” (GASQUE, 2012, p.110).

Percebeu-se que era necessário ampliar o acesso à informação e dar autonomia aos discentes, haja vista que o desejo de se modificar a realidade deflagrada partia dos professores e alunos. Nesse sentido, o projeto foi relevante por possibilitar novas formas de trabalhar os conteúdos programáticos, já que o fundamento do conceito de Competência em Informação se pauta na autonomia do indivíduo, possibilitando que o aluno “[...] aprenda a aprender” (CAMPELO, 2009).

Para realizar o projeto foi preciso compreender a fundo a realidade quilombola. Para isto, foram realizadas visitas técnicas à comunidade, junto com os discentes para observar e conhecer seu modo de vida, sua interação com a família e com o ambiente (Quilombo). Outro instrumento utilizado foi um questionário a fim de traçar um perfil socioeconômico da comunidade para que o projeto abarcasse as suas necessidades.

Após a análise dos dados, identificou-se a importância de resgatar a identidade dos quilombolas enquanto comunidade tradicional afro-brasileira. Sendo assim, o objetivo do projeto foi trabalhar como forma de letramento as informações sobre a comunidade a respeito de sua história, sua relação com o ambiente, a valorização dos saberes populares da comunidade e o reconhecimento dos direitos a fim de reforçar a identidade quilombola.

Como biblioteca, sala de leitura, livros e leitura não têm significado para os discentes, o projeto de competência em informação foi pautado na oralidade, com apresentação de conceitos em slides e contação de histórias, debates e aulas passeio. Antes de tudo, foi realizada a parceria com os professores, explicando o objetivo do trabalho e adotando-os como parceiros no projeto. Este foi realizado no período de julho a novembro de 2013

e compreendeu a realização de cinco atividades descritas no relatório final de atividades de extensão do PROETNO (REIS, 2013):

- Eu me chamo comunidade Quilombola de Santana: o objetivo desta atividade foi contar a origem do nome da comunidade e relacionar a data comemorativa de Nossa Senhora de Santana com o dia da avó – 26 de julho. Em uma roda de conversa, foi exposto através de slides, a história de Santa Ana, e a representação do dia 26 de julho na comunidade – já que antigamente eram realizadas procissões em homenagem a santa. Relacionamos a história com o bairro vizinho São Joaquim (Marido de Santa Ana). Após a exposição do tema, debatemos sobre a importância do nome pessoal, característica de cada indivíduo e propomos uma atividade de busca pela origem do sobrenome das famílias quilombolas;
- Lendas de Santana: o objetivo desta atividade foi trabalhar as lendas da comunidade como “a mulher que arrasta corrente” (uma assombração segundo as crianças) e o “bicho pelado” (entidade da natureza responsável por proteger o plantio – para subsistência – e as florestas, entre outras. Foi realizada uma aula/passeio pelo território do quilombo e incentivou-se que as crianças contassem e recontassem as histórias em casa. A atividade gerou diversos trabalhos textuais ao longo da semana, os professores trabalharam em redações e atividades de artes;
- Mapeamento e vigília das nascentes: junto com os professores de Ciências e Geografia os discentes visitaram a área das nascentes que abastecem o rio da região. Foi trabalhada a importância de se preservá-las, abordou-se os conceitos de preservação ambiental e sustentabilidade. Durante a atividade, pôde-se observar que as nascentes estavam poluídas por dejetos de gado – de um dos fazendeiros que mora próximo ao quilombo. Diante disto, foi apresentada uma estratégia para impedir/minimizar a poluição na natureza. Foi

explicado o que é um documento oficial e junto aos professores os estudantes elaboraram um ofício e encaminharam a prefeitura municipal de Quatis, para que tomasse atitudes legais para proteção do ambiente. A carta foi entregue e o gado retirado;

- Legislação sobre quilombos: foi apresentada a legislação que reconhece os quilombos do Brasil, a Fundação Cultural Palmares e o INCRA como instituições chaves no processo. Explicou-se aos diferentes conceitos de Quilombo ao longo da história e sua modificação, a importância da auto identificação no processo de reconhecimento da comunidade e a noção de que o quilombo é um território coletivo, ou seja, que o território não pode ser vendido. Para essa atividade, foi levada a legislação impressa para debater com a comunidade escolar em uma roda de conversa;
- Eleições: entendido como um processo de extrema importância para exercício da cidadania, o tema final deste projeto foi a leitura do estatuto da Associação de moradores do quilombo para conhecimento sobre o que aborda tal documento. Foi explicado o que é uma associação de moradores e função dos coordenadores da associação. Foi debatido também a importância das eleições periódicas para a promoção da democracia.

Todas as atividades foram pensadas junto aos professores e demais membros do NIESC, seguindo o projeto político-pedagógico da escola e a linguagem foi adaptada as distintas faixas etárias. Foi relevante a apresentação dessa maneira, haja vista que tais conteúdos não haviam sido abordados anteriormente na escola. Sendo assim, era novo para todas as idades. Com a perspectiva de continuidade do projeto, as atividades serão revistas e planejadas para outra finalidade, uma vez que esta etapa focou na elevação da autoestima e afirmação da identidade da comunidade. Todas as atividades foram acompanhadas por pais de alunos, uma vez que já fazia parte do objetivo da direção da escola acolher toda a comunidade, não apenas os discentes.

Dentre os resultados, o projeto possibilitou a maior integração entre os professores, alunos e pais, pois cada atividade realizada contou com a participação de diversas disciplinas. Durante a elaboração do projeto, o número de pessoas que se declaravam quilombolas era de 85%. Após as atividades 99% da comunidade se autodeclarou como quilombola. A compreensão de documentos legais, a apropriação da história e cultura quilombola, a importância da preservação ambiental e das eleições como forma de organização da sociedade motivaram o aprendizado (segundo relato dos professores).

Com base nas atividades realizadas entre 2011 e 2013 junto ao Programa Etnoconhecimento para um Etno-reconhecimento, pertencente ao NIESC da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), percebe-se que é necessário que se busquem alternativas para que as pessoas que vivem na comunidade quilombola tenham acesso à informação e desenvolvam habilidades para usá-la.

Acredita-se que isso ajudará as pessoas no processo de aprendizagem sobre a comunidade, sobre seus direitos e sua cultura também possibilitará o despertar para outras perspectivas educacionais, já que na comunidade não há nenhum morador com formação de nível superior. Também pretende desenvolver o pensamento crítico na medida em que o processo de reconhecer a necessidade de informação, buscar, analisar e comunicar formem cidadãos questionadores em relação a sua leitura de mundo.

Apresentou-se nesse capítulo, um estudo de caso sobre atividades que visaram o desenvolvimento de competência em informação em uma escola municipal da comunidade Quilombola de Santana no estado do Rio de Janeiro. Esta ação foi realizada a partir de um projeto de extensão cujo objetivo principal era trabalhar a identidade coletiva da comunidade mediante uma necessidade de sua afirmação para a permanência no território quilombola.

Foi apresentado um arcabouço teórico e conceitual da Competência em Informação, contemplando o Manifesto da UNESCO e da IFLA, as diretrizes e as dimensões (técnica, ética, estética e política) que inspiraram e pautaram o planejamento das

atividades que estruturaram o programa de competência em informação nesta comunidade.

De acordo com relatos dos professores participantes do projeto, as atividades foram avaliadas positivamente, haja vista a mudança das perspectivas educativas e a reflexão a respeito da implementação da educação quilombola, contemplando as diversidades desta comunidade.

Este estudo também possibilitou a reflexão da responsabilidade educacional e social do profissional da informação, mais especificamente licenciados e bacharéis em Biblioteconomia à medida que se estreita os laços entre a área e a educação por possibilitar a melhora da qualidade de vida de uma comunidade. Para o licenciado em Biblioteconomia, este trabalho trouxe novas perspectivas quanto ao fazer profissional, uma vez que o insere no mercado de trabalho por meio da prática docente e por meio de pesquisas no campo da Ciência da Informação. Acredita-se que uma educação reflexiva e adequada à realidade local proporciona uma amplitude no fazer educacional.

O trabalho na comunidade quilombola de Santana possibilitou bem mais que a extensão universitária. Quando o grupo chegou pela primeira vez na comunidade imaginou-se que teríamos muito o que contribuir para a defesa da comunidade e permanência do grupo no território. Entretanto, nos deparamos com um intenso aprendizado de força coletiva, de partilha, de compreensão e responsabilidade social e respeito à natureza que foge a todas as perspectivas acadêmicas, sendo um grande aprendizado para a vida social, profissional e política.

REFERÊNCIAS

ARRUTTI, J. M. A. Qual a contribuição do debate sobre comunidades quilombolas para o debate do racismo ambiental? In: HERCULANO, S.; PACHECO, T. **Racismo ambiental. I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

ASSMANN, H. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.2, p.7-15, 2000.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a02v29n2>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BELLUZZO, R. C. B. Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. **ETD: Educação Temática Digital**, Campinas (SP), v.6, n.2, p.30-50, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/772/787>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BELLUZZO, R. C. B. **Curso de Competência em Informação**. Florianópolis: UDESC, 2011. Slides.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**, Brasília, v.67, Sessão 1, p.32, 9 abr. 2002. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/destaques/Cartilha%20Quilombola-screen.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1988.

BRASIL. Decreto nº. 4.887 de 20 de dezembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 23 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). **Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola**. Brasília: CNE, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9200-texto-referencia-educacao-escolar-quilombola&category_slug=outubro-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da Educação do Campo**. Brasília: INEP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e ações para a educação das relações étnicorraciais**. Brasília: MEC/Secad, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/brasilquilombola_2004.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília, 1996.

BREIVIK, P. S. Putting libraries back in the information society. **American Libraries**, Chicago, v.16, n.1, 1985. Disponível em:

<<http://connection.ebscohost.com/c/articles/4959375/putting-libraries-back-information-society>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

CAMPELLO, B. S. **Biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CAMPELLO, B. S. **Letramento informacional no Brasil**: práticas educativas de Bibliotecários em escolas de ensino básico. 2009. 208f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2009.

CAMPELLO, B. S. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19021.pdf>>. Acesso em 24 jun. 2017.

CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidade informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v.8, p.47-55, jan./dez. 2000. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/11663/1/artigoRBC.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

DELORS, J. (Coord.). **Educação**: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 2.ed. São Paulo Cortez, 1999.

DUDZIAK, E. A. Competência Informacional: análise evolucionária das tendências da pesquisa e produtividade científica em âmbito mundial. **Informação & Informação**, Londrina (PR), v.15, n.2, p.1-22, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/7045/6994>>. Acesso em: 15 maio 2017.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e práticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.1, p.23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016/1071>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

DURIGAN, G. M.; MORENO, N. A. O fluxo e a demanda de informação: a busca pelo ponto de equilíbrio na sociedade da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.7, n.2, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2011/secin2011/paper/view/24>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades quilombolas**. 2016. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=88>. Acesso em: 25 maio 2017.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.14, n.2, p.3-11, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

GASQUE, K. C. G. D. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: UnB/FCI, 2012. 183f. Disponível em: <http://leunb.bce.unb.br/bitstream/handle/123456789/22/Letramento_Informacional.pdf?sequence=3>. Acesso em: 6 maio 2017.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve Século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. v.2.

LAU, J. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente**. São Paulo: FEBAB, 2008. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/information->

literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Portugal, v.4, p.333-354, jun. 2015.

Disponível em:

<http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf>. Acesso em: 24 maio 2017.

NASCIMENTO, P. R. *et al.* Escola Municipal de Santana: passado, presente e futuro. IN: SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO - GEPEC/UFSCar. São Carlos (SP), 2013.

PEREIRA, K. C. S; MENDONÇA, T. C. Quilombo de Santana: tensões na luta pelo território. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 8., 2014. **Anais Eletrônico...** Disponível em:

<http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404148468_ARQUIVO_QUILOMBODESANTANAASTENSOESNALUTAPELOTERRITARIO.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2017.

REIS, M. A. **Educação como patrimônio pessoal e cultural:**

Etnoconhecimento para um EtnoReconhecimento: PROETNO VI. Projeto de extensão UNIRIO/FAPERJ. 2011.

REIS, M. A. **Relatório final do Programa Etnoconhecimento para um EtnoReconhecimento:** PROETNO. Projeto de extensão UNIRIO/FAPERJ, 2013.

ROMEIRO, N. L. Documentação e memória: a trajetória da estória do quilombo de Santana através da narrativa. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.2, n.2, 2012.

Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/viewFile/1697/1147>>. Acesso em: 4 maio 2017.

ROPÉ, F. Dos saberes às competências. In: ROPÉ, F.; TANGUY, L. **Saberes e competências**. Campinas: Papyrus, 1997. p.69-102.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. P. C. A atualização do conceito de Quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v.5, p.129-136, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

SILVA, G. M. da. **Educação como processo de luta política**: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas. 2012. 199f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2012.

SILVA, L. M. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. Campinas: Centro de Memória Unicamp, 1996.

SILVA, M. O. Saindo da invisibilidade: a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Inclusão social**, v.2, n.2, 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/91/98>>. Acesso em: 14 maio 2017.

SIQUEIRA, I. C. P.; SIQUEIRA, J. C. Information literacy: uma abordagem terminológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 13., Rio de Janeiro, 2012. **Anais eletrônico...** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1340/Siqueira_Siqueira.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 maio 2017.

UNESCO. RALPH CATTS (Org). **Towards Information Literacy Indicators**. 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001587/158723e.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.

UNESP; UNB; IBICT. **Carta de Marília**. 2015. Disponível em:
<http://www.ofaj.com.br/textos_conteudo_print.php?cod=546>.
Acesso em: 27 maio 2017.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional: bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v.38, n.3, p.130-141, 2009. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da competência informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.40, n.1, p.99-110, 2011. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a08v40n1.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

SOBRE OS AUTORES

Ana Wanessa Barroso Bastos

Possui Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará. Especialização em Tecnologias Aplicadas ao Tratamento, Recuperação e Gestão da Informação e em Teorias da Comunicação e da Imagem, ambos pela Universidade Federal do Ceará. Atua como parecerista de projetos culturais do Ministério da Cultura e da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, como bibliotecária na Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e atuou na implantação e gestão da Biblioteca Leonilson, primeira Biblioteca de Artes Visuais do Ceará, localizada no Museu de Arte Contemporânea do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e no projeto de estruturação e implementação da Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará na Universidade Estadual do Ceará. Contato: anawanessabb@gmail.com.

Cátia Rejane Lindemann

Bibliotecária ativista de Biblioteconomia Social, graduada pela Universidade Federal do Rio Grande. Atua com mediação da leitura para populações com vulnerabilidade social. Presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais da FEBAB. Atua na VR Projetos Sociais, Culturais e Transformadores com projetos voltados à leitura e promoção do livro. Contato: catialindemann@hotmail.com.

Dandara Baçã de Jesus Lima

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (2009). Graduação em andamento em Direito pela UDF. Mestranda em saúde coletiva pela Universidade de Brasília sob orientação de Dais Gonçalves Rocha. Atuou no Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, da Secretaria de Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura como Coordenadora do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Atualmente está na Equipe para Implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social (DAGEP/SGEP/MS). Contato: dandara.lima@hotmail.com.

Daniela Fernanda Assis de Oliveira Spudeit

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina, especialização em Gestão de Bibliotecas pela Universidade Federal de Minas Gerais, especialização em Didática do Ensino Superior pela Faculdade Senac Florianópolis, Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atua como professora no curso de Biblioteconomia e na pós-graduação em Gestão da Informação na Universidade do Estado de Santa Catarina. Coordena o Grupo de Bibliotecários da Área Escolar em Santa Catarina (Gestão 2016/2017) vinculado à Associação Catarinense de Bibliotecários e está como vice-presidente da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação onde também é editora adjunta da REBECIN (Gestão 2016/2018). Contato: danielaspudeit@gmail.com.

Francilene do Carmo Cardoso

Professora do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação pela UFRJ. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (2011). Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (2008). Contato: negafranci@yahoo.com.br.

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus

Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro suplente da Associação Brasileira de Profissionais da Informação. Contato: gfrancinne@gmail.com.

Gilvanedja Ferreira Mendes da Silva

Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Gestão Cultural pela Universidade Federal da Bahia. Licenciada em Pedagogia pela Universidade de

Pernambuco com especialização em Recursos Humanos para Educação em Espaços Escolares e Não Escolares pela Faculdade Frassinetti do Recife. Atua como Bibliotecária-Documentalista da Universidade Federal da Paraíba. Membro do Grupo de Pesquisa Bibliotecas Públicas no Brasil: reflexão e prática na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membro e articuladora do movimento social organizado Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura e da Liga de Bibliotecários Bolivarianos. Contato: gilvanedja@gmail.com.

Graziela dos Santos Lima

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) - Câmpus Marília, Mestra em Gestão de Unidade de Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina, Graduada em Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da informação, Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), atuando na coordenação do grupo de estudos intelectuais negra na Ciência da informação e voluntária no projeto de extensão Biblioteca de Referência do NEAB-UDESC. Membro do Instituto de Estudos Culturais - Luisa Mahin e membro do Instituto Internacional de Estudos Africanos e da Diáspora - IEADi, atuou na coordenação executiva na Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN e atuou no Gerenciamento de Projetos Sociais e culturais do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Instituto de Estudos Culturais Luisa Mahin. Contato: graziela.dsl@gmail.com.

Jonathas Luiz Carvalho Silva

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia. Professor da graduação em Biblioteconomia e do Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da mesma universidade. Atua na diretoria da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Gestão 2016/2018), colunista e colaborador da Revista/Agência Biblio e do *site* Infohome. Contato: jonathascarvalhos@yahoo.com.br.

Marielle Barros de Moraes

Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, nos cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo. Realizou o estágio de Doutorado Sanduíche no *Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información* na *Universidad Nacional Autónoma de México* com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo. Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará. Membro da Liga de Bibliotecários Bolivarianos. Contato: moraes.marielle@gmail.com.

Nathália Lima Romeiro

Mestranda em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia. Licenciada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Participa dos grupos de pesquisa: Ecce Liber: Filosofia, Linguagem e organização dos Saberes (IBICT/UFRJ), ESCRITOS - Estudos Críticos em Informação, Tecnologia e Organização Social (IBICT/UFRJ) e Perfil-I Contato: ntromeiro91@gmail.com.

Soraia Pereira Magalhães

Bibliotecária formada pela Universidade Federal do Amazonas. Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela mesma universidade. Doutoranda no Programa de Doutorado *Formación en la Sociedad del Conocimiento*, pela *Universidad de Salamanca*, Espanha. Desenvolveu atividades no Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura junto ao Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras do Ministério do Desenvolvimento Agrário. É criadora e editora do *Blog Caçadores de Bibliotecas*. Contato: soraia.mag@gmail.com.

Vanessa Florargen de Andrade Cardoso

Possui Bacharelado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pós-graduanda MBA Comunicação e Marketing em Mídia Digital na Estácio de Sá. Atua como bibliotecária

no Colégio Divina Providência e é integrante da Liga Bibliotecária e Social Media. Contato: florargensg@gmail.com.

APRESENTAÇÃO SOBRE A LIGA DE BIBLIOTECÁRIOS BOLIVARIANOS

A Liga de Bibliotecários Bolivarianos²⁴ é um grupo de discussão criado por Wander Filho Pavão, Jefferson Higino e Raphael Cavalcante, em março de 2015, no *Facebook*, dedicado à discussão do papel social da Biblioteconomia, além de servir de palco para discutir a relação dessa área com todo tipo de pauta do espectro progressista.

Sentimos a necessidade de criar um grupo assim devido à percepção comum de que a profissão no Brasil se dedica demasiadamente ao tecnicismo, subestimando o contexto socioeconômico brasileiro, que tem interferência direta no exercício profissional.

Dessa maneira, ao longo destes três anos, o grupo denominado de Liga de Bibliotecários Bolivarianos tem servido de ponto de encontro para bibliotecárias e bibliotecários preocupados com o caráter humanista da profissão e dispostos a discutir os rumos que a Biblioteconomia brasileira deve tomar a partir das transformações sociais pelas quais o mundo e o País vêm passando, além de realizar ações concretas relacionadas ao campo da Biblioteconomia Social.

Idealizado coletivamente pelos membros da Liga de Bibliotecários Bolivarianos este livro representa um esforço de entender o que chamamos de Biblioteconomia Social e ajudar a construir uma nova face mais social e humanística para a Biblioteconomia. Os autores aqui reunidos são bibliotecários, professores, militantes políticos e, sobretudo, lutadores democráticos que tem como causa o acesso à informação, a democratização desse acesso, a cultura, as lutas das mulheres, dos negros, dos LGBT, e da juventude. Portanto, são profissionais que tem a luta social e a resistência como causa.

Não poderíamos também deixar de mencionar o título "bolivariano", ironicamente adotado como forma de se posicionar

²⁴ Fonte: <<https://www.facebook.com/groups/LigaBB/>>.

contra a onda conservadora que assola o País, a qual rechaça posicionamentos tidos como "progressistas" ou "esquerdopatas".

Atualmente, o grupo conta com aproximadamente 600 membros, entre estudantes, bibliotecários e professores, oriundos de todo o País, e é moderado pelos bibliotecários Alexandre Pereira da Silva, Hevellin Estrela e Raphael Cavalcante.

NESTA OBRA APRESENTAMOS DIVERSAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS NO ÂMBITO DA BIBLIOTECONOMIA SOCIAL, BUSCANDO ALINHAR TEORIAS E PRÁXIS EM CONTEXTOS HETEROGÊNEOS, COM A DIVERSIDADE DE TEMAS E DE PERSPECTIVAS ANALÍTICAS, ESPERAMOS CONTRIBUIR PARA O DEBATE SOBRE A PLURALIDADE QUE É A BIBLIOTECONOMIA SOCIAL, BEM COMO COM AÇÕES E DISCUSSÕES QUE VISAM A JUSTIÇA SOCIAL, A MULTIPLICIDADE CULTURAL, BUSCANDO TRANSGREDIR A ORDEM DO PENSAMENTO SUPERFICIAL, TANTO NO ÂMBITO DAS REDES E MÍDIAS SOCIAIS, QUANTO DOS CÍRCULOS PROFISSIONAIS E NO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA. ESPERAMOS QUE A OBRA POSSIBILITE NOVAS PRÁTICAS E REFLEXÕES ACERCA DA RESPONSABILIDADE E PAPEL POLÍTICO-SOCIAL DOS BIBLIOTECÁRIOS E DAS BIBLIOTECÁRIAS, BEM COMO SEJA UMA REFERÊNCIA NÃO APENAS PARA BIBLIOTECÁRIOS, MAS TAMBÉM PARA TODOS AQUELES QUE SE PREOCUPAM COM A INFORMAÇÃO E COM AS QUESTÕES SOCIAIS QUE RONDAM O FAZER DOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-98291-16-1



9 788598 291161